

Contrato Social da Sociedade de Advogados "Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria"



Pelo presente instrumento particular de constituição de sociedade de advogados comparecem as partes a seguir denominadas:

a) **Janelson Moucherek Soares do Nascimento**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 6499, portador do CPF nº 749.341.473-49, residente e domiciliado na Rua Maracaçumé, Quadra 15, nº 28, Calhau, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP nº 65.071-590, Telefone (98) 81121774; e

b) **Ruy Joaquim Bezerra da Silva Junior**, brasileiro, solteiro, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 6979, portador do CPF nº 642.949.943-04, residente e domiciliado na Rua dos Sabias, Quadra 10, nº 07, Cond. Porto Seguro, Apto. 904, Jardim Renascença, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP nº 65.075-360, Telefone (98) 8841-0973;

que, estando livremente ajustadas, resolvem nesta oportunidade e na melhor forma de direito constituir uma sociedade de advogados, doravante designada simplesmente "Sociedade", que se regerá pelo Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), por seu Regulamento Geral, pelo Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e, ainda, pelos seguintes termos e condições:

Da Razão Social

Cláusula Primeira: A Sociedade utilizará a razão social "**Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria**".

Parágrafo Único: Em caso de falecimento de sócio que tenha dado nome à sociedade, a razão social não sofrerá alteração.

Da Sede

Cláusula Segunda: A Sociedade tem sede na Avenida Ana Jansen, nº 12, Sala 406, Condomínio Centro Empresarial Mendes Frota, São Francisco, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.076-730.

Parágrafo Único: A Sociedade poderá abrir filiais em qualquer outra cidade do território nacional, na forma que vierem a deliberar os sócios, devendo nesta hipótese averbar o ato de constituição da filial junto ao registro da sociedade e arquivá-lo também junto ao

711 1

Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios obrigados a inscrição suplementar.



Do Objeto

Cláusula Terceira: A Sociedade terá como objeto exclusivo a prestação de serviços de advocacia, sendo expressamente vedado o desenvolvimento de qualquer outra atividade estranha a esse objeto.

Do Prazo

Cláusula Quarta: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo iniciado em suas atividades em 1º de novembro de 2012.

Cláusula Quinta: Na hipótese de os sócios decidirem extinguir a sociedade, será levantado o Balanço de Encerramento e divididos os haveres e deveres na proporção da participação de cada qual no capital social.

Parágrafo Único: O pagamento integral deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o fechamento do Balanço de Encerramento.

Do Capital Social

Cláusula Sexta: O capital social da sociedade, inteiramente subscrito e integralizado nesta oportunidade pelos sócios, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 100 (cem) quotas, com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Qde. Quotas	Vlr. Unit.	Vlr. Total
Janelson Moucherek Soares do Nascimento	95	100,00	9.500,00
Ruy Joaquim Bezerra da Silva Júnior	5	100,00	500,00
TOTAL	100		10.000,00

Da Responsabilidade dos Sócios

Cláusula Sétima: Além da própria Sociedade, cada sócio também responderá subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

Parágrafo Único: Se os bens da sociedade não cobrirem as dívidas, responderão os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais.

Da Administração

Cláusula Oitava: A administração dos negócios sociais cabe ao sócio **Janelson Moucherek Soares do Nascimento**, que usará o título de "Sócio Administrador".

Parágrafo Primeiro: É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos gratuitos, mesmo que em benefício dos próprios sócios.

Parágrafo Segundo: Serão atribuídos "**pro labore**" mensais aos Sócios Administradores, fixados de comum acordo pelos Sócios.

Parágrafo Terceiro: Os sócios terão o dever de lealdade entre si, em todas as operações relativas à Sociedade, e cada um deles prestará contas aos demais sócios.

Parágrafo Quarto: Fica vedado a qualquer dos sócios, administradores ou não, assim como aos advogados a esta sociedade associados, integrar, ou se associar a outra sociedade inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Seccional do Maranhão, enquanto esta estiver vigente.

Parágrafo Quinto: Fica vedado a qualquer dos sócios, administradores ou não, representar em juízo clientes de interesses opostos.

Da Reunião de Sócios

Cláusula Nona: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, obedecidas às regras dispostas nesta cláusula.

Parágrafo Primeiro: A reunião será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação.

Parágrafo Segundo: As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas por Sócio Administrador ou por sócios representando, no mínimo, 1/5 (um quinto) do capital social.

Parágrafo Terceiro: A convocação para a reunião dos sócios será feita por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Quarto: As formalidades de convocação serão dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.



13

Parágrafo Quinto: A reunião será instalada mediante a presença dos sócios representando a maioria do capital social, em primeira convocação, ou por qualquer quorum, nas demais convocações.

Parágrafo Sexto: As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.



Da Cessão e Transferência de Quotas

Cláusula Nona: Os sócios não poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a terceiros estranhos à Sociedade, sem a aprovação dos sócios representando a maioria do capital social.

Dos Resultados Patrimoniais

Cláusula Décima: Fica estabelecido que a Apuração do Resultado Financeiro e do Balanço Patrimonial da sociedade ocorrerá anualmente e coincidirá com o término do ano civil, ou seja, em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro: Os eventuais lucros serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente às quotas de participação de cada um, conforme estabelecido na Cláusula Sexta, ou seja, **95%** (noventa e cinco por cento) para o sócio **Janelson Moucherek Soares do Nascimento** e **5%** (cinco por cento) para o sócio **Ruy Joaquim Bezerra da Silva Júnior**.

Parágrafo Segundo: Os prejuízos porventura havidos serão transferidos aos exercícios seguintes, observadas as disposições legais, e suportados pelos sócios proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social.

Parágrafo Terceiro: Os sócios poderão advogar individualmente, sem que os honorários auferidos revertam em benefício da Sociedade, na hipótese de ações e clientes particulares e estranhos à Sociedade, desde que haja expreso conhecimento dos demais sócios.

Da Retirada de Sócio

Cláusula Décima-Primeira: O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá manifestar sua intenção, com 60 (sessenta) dias de antecedência, por meio de carta protocolada ou notificação extrajudicial ou judicial.

Parágrafo Primeiro: A apuração dos haveres do sócio retirante deverá ser realizada com fundamento em balanço especial, com data-base na data de recebimento pela

Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade.

Parágrafo Segundo: Os haveres do sócio retirante deverão ser pagos pela Sociedade em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas dos juros à taxa de 6,0% (seis por cento) ao ano e correção monetária, de acordo com a variação do índice IGP-M, incidentes a partir da data da comunicação da retirada.



Da Continuação da Sociedade

Cláusula Décima-Segunda: A Sociedade não será dissolvida pela retirada ou morte de qualquer um dos sócios. Em caso de redução do número de sócios à unipessoalidade, a pluralidade de sócios deverá ser reconstituída em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de dissolução da sociedade.

Parágrafo Único: Em caso de morte de um dos sócios, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) decidir(em) sobre a continuação da Sociedade com o herdeiro ou herdeiros do sócio falecido, desde que cumpram com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Aplica-se aos herdeiros do sócio falecido que não ingressarem na Sociedade as regras de apuração e pagamento de haveres de sócio retirante, previstas na cláusula anterior.

Da Exclusão de Sócios

Cláusula Décima-Terceira: É facultada a exclusão de quaisquer dos sócios, por maioria do capital social, nos termos do art. 4º do Provimento nº 112/2006, do Conselho Federal da OAB e desde que cumprida a exigência contida no parágrafo único deste dispositivo.

Parágrafo Único: A apuração e pagamento dos haveres do sócio excluído deverá seguir o mesmo procedimento aplicável ao sócio retirante.

Declaração de Desimpedimento

Cláusula Décima-Quarta: Os sócios **Janelson Moucherek Soares do Nascimento** e **Ruy Joaquim Bezerra da Silva Júnior** declaram, sob as penas da lei, que não estão sujeitos a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia ou participação nesta sociedade. Declaram, ainda, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incurso em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade.

PM

Do Foro

Cláusula Décima-quinta: Fica eleito o foro de São Luís/MA para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Contrato.

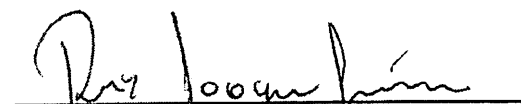
São Luís-MA, 29 de novembro de 2012.




Janelson Moucherek Soares do Nascimento

OAB-MA 6499

Testemunhas:


Ruy Joaquim Bezerra da Silva Júnior
OAB-MA 6979

1. Poliana M^{te} Beckman Gomes

RG: 102.500.398-2

CPF: 007.004.993-93

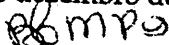
2. Mares Albed - Teixeira Baptista

RG: 36881396-9

CPF: 014.199.973-00

CERTIFICO que foi registrado no Livro B-05, fl.182, sob o nº 329 (trezentos e vinte e nove), os atos constitutivo da sociedade de advogados, previsto neste contrato.

São Luís, 03 de dezembro de 2012.



Benedita Freire Campos
Secretaria das Comissões - OAB/MA



PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA

"JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA"

Pelo presente instrumento particular de alteração do contrato social da sociedade de advogados comparecem as partes a seguir denominadas:

a) **Janelson Moucherek Soares do Nascimento**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 6499, portador do CPF nº 749.341.473-49, residente e domiciliado na Rua Maracaçumé, Quadra 15, nº 28, Calhau, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP nº 65.071-590, Telefone (98) 81121774; e

b) **Ruy Joaquim Bezerra da Silva Júnior**, brasileiro, solteiro, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 6979, portador do CPF nº 642.949.943-04, residente e domiciliado na Rua dos Sabias, Quadra 10, nº 07, Cond. Porto Seguro, Apto. 904, Jardim Renascença, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP nº 65.075-360, Telefone (98) 8841-0973;

Únicos sócios da sociedade de advogados **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, CNPJ nº 17.327.207/0001-78 com sede na Avenida Ana Jansen, nº 12, Sala 406, Condomínio Centro Empresarial Mendes Frota, São Francisco, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.076-730, devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão, sob o nº 329 com seus atos constitutivos arquivados em 03/12/2012, no Livro B-05, firmam nesta oportunidade o presente instrumento para Alteração seguida de Consolidação do CONTRATO SOCIAL da sociedade acima mencionada, assim o fazendo através das cláusulas constantes abaixo:

DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira: A Cláusula Segunda do Contrato Original passa doravante a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Segunda: A Sociedade tem sede na Avenida Ana Jansen, nº 12, Sala 813, Condomínio Centro Empresarial Mendes Frota, São Francisco, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.076-730."

Cláusula Segunda: Nesta oportunidade, consensualmente, e na melhor forma de direito, fica admitida e passa, portanto, a integrar a sociedade a nova sócia a Sra. Andréa Saraiva Cardoso dos Reis, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 5677 e no CPF sob o nº 778.562.013-04, residente e domiciliada na Rua 01, Condomínio Village Inter Mares, Casa 18, Planalto Vinhais I, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.074-856, Telefone (98) 8115-0061, mediante aquisição de 25 (vinte e cinco) quotas do sócio **Janelson Moucherek**



Em Testemunho
Governador do Estado do Maranhão
Emo: R\$4.20
ERC: R\$0.10
Total: R\$4.30
60000-3903560



Soares do Nascimento, bem como todas as 5 (cinco) quotas que pertenciam ao sócio Ruy Joaquim Bezerra da Silva Júnior, que neste ato retira-se da sociedade, pelo que confere plena quitação.

Cláusula Terceira: Em razão da alteração prevista na cláusula anterior, a Cláusula Sexta do Contrato Original passa doravante a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Sexta: O capital social da sociedade, inteiramente subscrito e integralizado nesta oportunidade pelos sócios, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), divididos em 100 (cem) quotas, com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:"

Sócios	Qde. Quotas	Vlr. Unit.	Vlr. Total
Janelson Moucherek Soares do Nascimento	70	100,00	7.000,00
Andréa Saraiva Cardoso dos Reis	30	100,00	3.000,00
TOTAL	100		10.000,00

Cláusula Quarta: Da mesma forma, o Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima do Contrato Original passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Primeiro: Os eventuais lucros serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente às quotas de participação de cada um, conforme estabelecido na Cláusula Sexta, ou seja, 70% (setenta por cento) para o sócio Janelson Moucherek Soares do Nascimento e 30% (trinta por cento) para o sócio Andréa Saraiva Cardoso dos Reis."

Cláusula Quinta: Altera-se ainda a Cláusula Décima-Quarta do Contrato Original que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Décima-Quarta: Os sócios Janelson Moucherek Soares do Nascimento e Andréa Saraiva Cardoso dos Reis declaram, sob as penas da lei, que não estão sujeitos a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia ou participação nesta sociedade. Declaram, ainda, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incursos em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade."

Cláusula Sexta: Sendo estes os ajustes que deveriam ser feitos, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e parágrafos não modificados por esta alteração e, em razão das alterações acima referidas, os sócios resolvem consolidar o contrato social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

***DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS
"JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA"**

M

2

**Contrato Social da Sociedade de Advogados "Janelson Moucherek Soares do Nascimento
Advocacia e Consultoria"**

Fis. nº 048-MA
06
Rubrica nº 399
PROTOCOLO

Pelo presente instrumento particular de constituição de sociedade de advogados comparecem as partes a seguir denominadas:

a) **Janelson Moucherek Soares do Nascimento**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 6499, portador do CPF nº 749.341.473-49, residente e domiciliado na Rua Maracaçumé, Quadra 15, nº 28, Calhau, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP nº 65.071-590, Telefone (98) 81121774; e

b) **Andréa Saraiva Cardoso dos Reis**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 5677 e no CPF sob o nº 778.562.013-04, residente e domiciliada na Rua 01, Condomínio Village Inter Mares, Casa 18, Planalto Vinhais I, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.074-190, Telefone (98) 8115-0061;

que, estando livremente ajustadas, resolvem nesta oportunidade e na melhor forma de direito constituir uma sociedade de advogados, doravante designada simplesmente "Sociedade", que se regerá pelo Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), por seu Regulamento Geral, pelo Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e, ainda, pelos seguintes termos e condições:

Da Razão Social

Cláusula Primeira: A Sociedade utilizará a razão social "Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria".

Parágrafo Único: Em caso de falecimento de sócio que tenha dado nome à sociedade, a razão social não sofrerá alteração.

Da Sede

Cláusula Segunda: A Sociedade tem sede na Avenida Ana Jansen, nº 12, Sala 813, Condomínio Centro Empresarial Mendes Frota, São Francisco, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.076-730.

Parágrafo Único: A Sociedade poderá abrir filiais em qualquer outra cidade do território nacional, na forma que vierem a deliberar os sócios, devendo nesta hipótese averbar o ato de constituição da filial junto ao registro da sociedade e arquivá-lo também junto ao Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios obrigados a inscrição suplementar.

Do Objeto

7/11

[Assinatura]

[Assinatura]

Cláusula Terceira: A Sociedade terá como objeto exclusivo a prestação de serviços de advocacia, sendo expressamente vedado o desenvolvimento de qualquer outra atividade estranha a esse objeto.

Do Prazo

Cláusula Quarta: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo iniciado em suas atividades em 1º de novembro de 2012.

Cláusula Quinta: Na hipótese de os sócios decidirem extinguir a sociedade, será levantado o Balanço de Encerramento e divididos os haveres e deveres na proporção da participação de cada qual no capital social.

Parágrafo Único: O pagamento integral deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o fechamento do Balanço de Encerramento.

Do Capital Social

Cláusula Sexta: O capital social da sociedade, inteiramente subscrito e integralizado nesta oportunidade pelos sócios, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 100 (cem) quotas, com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Qde. Quotas	Vlr. Unit.	Vlr. Total
Janelson Moucherek Soares do Nascimento	70	100,00	7.000,00
Andréa Saraiva Cardoso dos Reis	30	100,00	3.000,00
TOTAL	100		10.000,00

Da Responsabilidade dos Sócios

Cláusula Sétima: Além da própria Sociedade, cada sócio também responderá subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

Parágrafo Único: Se os bens da sociedade não cobrirem as dívidas, responderão os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais.

Da Administração

Cláusula Oitava: A administração dos negócios sociais cabe ao sócio **Janelson Moucherek Soares do Nascimento**, que usará o título de "Sócio Administrador".

Parágrafo Primeiro: É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais,

Fis. nº 048-MA
Folha nº 393
Protocolo

Em Testemunho

Geovane de Sousa Fonteles - Escrevente
R000043903553 FERC R\$0,10 Total R\$4,30



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature] 4

inclusive prestação de avais, fianças e outros atos gratuitos, mesmo que em benefício dos próprios sócios.

Parágrafo Segundo: Serão atribuídos "*pro labore*" mensais aos Sócios Administradores, fixados de comum acordo pelos Sócios.

Parágrafo Terceiro: Os sócios terão o dever de lealdade entre si, em todas as operações relativas à Sociedade, e cada um deles prestará contas aos demais sócios.

Parágrafo Quarto: Fica vedado a qualquer dos sócios, administradores ou não, assim como aos advogados a esta sociedade associados, integrar, ou se associar a outra sociedade inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Seccional do Maranhão, enquanto esta estiver vigente.

Parágrafo Quinto: Fica vedado a qualquer dos sócios, administradores ou não, representar em juízo clientes de interesses opostos.

Da Reunião de Sócios

Cláusula Nona: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, obedecidas às regras dispostas nesta cláusula.

Parágrafo Primeiro: A reunião será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação.

Parágrafo Segundo: As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas por Sócio Administrador ou por sócios representando, no mínimo, 1/5 (um quinto) do capital social.

Parágrafo Terceiro: A convocação para a reunião dos sócios será feita por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Quarto: As formalidades de convocação serão dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quinto: A reunião será instalada mediante a presença dos sócios representando a maioria do capital social, em primeira convocação, ou por qualquer quorum, nas demais convocações.

Parágrafo Sexto: As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Da Cessão e Transferência de Quotas

Cláusula Nona: Os sócios não poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a terceiros estranhos à Sociedade, sem a aprovação dos sócios representando a maioria do capital social.

Fig. nº CAB-MA
08
RUBRICADO

Em testemunho da verdade
Giovane de Sousa Fontes - Escrivente
Escr. R\$ 120 FRC R\$ 0 Total R\$ 30
4000043903554



7/11

[Handwritten signature]

5

Dos Resultados Patrimoniais

Cláusula Décima: Fica estabelecido que a Apuração do Resultado Financeiro e do Balanço Patrimonial da sociedade ocorrerá anualmente e coincidirá com o término do ano civil, ou seja, em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro: Os eventuais lucros serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente às quotas de participação de cada um, conforme estabelecido na Cláusula Sexta, ou seja, 70% (setenta por cento) para o sócio **Janelson Moucherek Soares do Nascimento** e 30% (trinta por cento) para a sócia **Andréa Saraiva Cardoso dos Reis**.

Parágrafo Segundo: Os prejuízos porventura havidos serão transferidos aos exercícios seguintes, observadas as disposições legais, e suportados pelos sócios proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social.

Parágrafo Terceiro: Os sócios poderão advogar individualmente, sem que os honorários auferidos revertam em benefício da Sociedade, na hipótese de ações e clientes particulares e estranhos à Sociedade, desde que haja expreso conhecimento dos demais sócios.

Da Retirada de Sócio

Cláusula Décima-Primeira: O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá manifestar sua intenção, com 60 (sessenta) dias de antecedência, por meio de carta protocolada ou notificação extrajudicial ou judicial.

Parágrafo Primeiro: A apuração dos haveres do sócio retirante deverá ser realizada com fundamento em balanço especial, com data-base na data de recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade.

Parágrafo Segundo: Os haveres do sócio retirante deverão ser pagos pela Sociedade em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas dos juros à taxa de 6,0% (seis por cento) ao ano e correção monetária, de acordo com a variação do índice IGP-M, incidentes a partir da data da comunicação da retirada.

Da Continuação da Sociedade

Cláusula Décima-Segunda: A Sociedade não será dissolvida pela retirada ou morte de qualquer um dos sócios. Em caso de redução do número de sócios à unipessoalidade, a pluralidade de sócios deverá ser reconstituída em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de dissolução da sociedade.

Parágrafo Único: Em caso de morte de um dos sócios, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) decidir(em) sobre a continuação da Sociedade com o herdeiro ou herdeiros do sócio falecido, desde que cumpram com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Aplica-se aos herdeiros do sócio falecido que não ingressarem na Sociedade as regras de apuração e pagamento de haveres de sócio retirante, previstas na cláusula anterior.



Emol. R\$4.20 FERC. R\$10.10 Total R\$14.30
R000043903555

Da Exclusão de Sócios

Cláusula Décima-Terceira: É facultada a exclusão de quaisquer dos sócios, por maioria do capital social, nos termos do art. 4º do Provimento nº 112/2006, do Conselho Federal da OAB e desde que cumprida a exigência contida no parágrafo único deste dispositivo.

Parágrafo Único: A apuração e pagamento dos haveres do sócio excluído deverá seguir o mesmo procedimento aplicável ao sócio retirante.

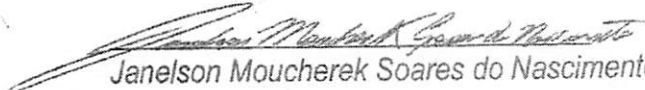
Declaração de Desimpedimento

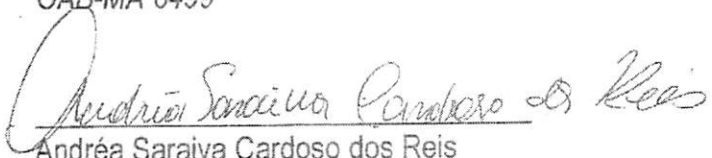
Cláusula Décima-Quarta: Os sócios Janelson Moucherek Soares do Nascimento e Andréa Saraiva Cardoso dos Reis declaram, sob as penas da lei, que não estão sujeitos a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia ou participação nesta sociedade. Declaram, ainda, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incursos em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade.

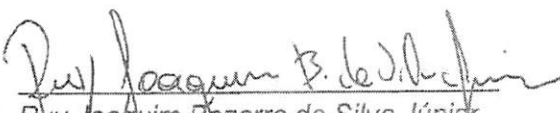
Do Foro

Cláusula Décima-quinta: Fica eleito o foro de São Luís/MA para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Contrato.

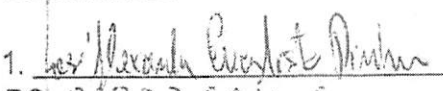
São Luís-MA, 7 de fevereiro de 2013.

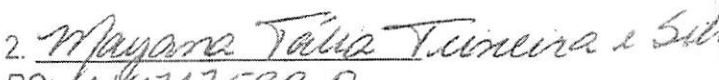

Janelson Moucherek Soares do Nascimento
OAB-MA 6499

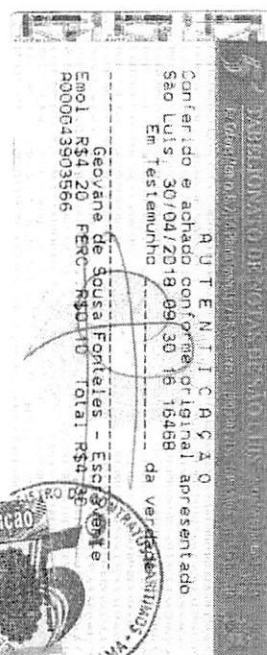

Andréa Saraiva Cardoso dos Reis
OAB-MA 5677


Ruy Joaquim Bezerra da Silva Júnior
OAB-MA 6979

Testemunhas:

1. 
RG: 31377694-6
CPF: 824755983-87

2. 
RG: 114717599-0
CPF: 021.512.993-84.



CERTIFICO, que foi registrado no Livro B-06, fl.37, a 1ª (primeira) Alteração Contratual prevista neste termo aditivo.

São Luís, 23 de abril de 2013.



Benedita Freire Campos
Secretária das Comissões - OAB/MA



"JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA"

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 6499, portador do CPF, nº 749.341.473-49, residente e domiciliado na Rua Maracaçumé, Quadra 15, nº 28, Calhau, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP nº 65.071-590, Telefone (98) 98112-1774;

ANDRÉA SARAIVA CARDOSO DOS REIS, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 5677 e no CPF sob o nº 778.562.013-04, residente e domiciliada na Rua 01, Condomínio Village Inter Mares, Casa 18, Planalto Vinhais I, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.074-856, Telefone (98) 98115-0061;

únicos sócios componentes da sociedade de advogados que gira sob a razão social de **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, CNPJ nº 17.327.207/0001-78 com sede na Avenida Ana Jansen, nº 12, Sala 813, Condomínio Centro Empresarial Mendes Frota, São Francisco, na cidade de São Luís, Maranhão, CEP 65.076-730, devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão, sob o nº 329 com seus atos constitutivos arquivados em 03/12/2012, no Livro B-05 e primeira alteração contratual arquivado em 23/04/2013, no livro B-06, resolvem alterar o contrato originário, em observância ao disposto no Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, de acordo com as seguintes cláusulas.

Cláusula Primeira - Nesta oportunidade, consensualmente, e na melhor forma de direito, retira-se da sociedade a sócia **ANDRÉA SARAIVA CARDOSO DOS REIS**, que transfere suas 30 (trinta) quotas, pelo que confere plena quitação, ao sócio **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO**, que utilizará o prazo 180 (cento e oitenta) dias para reconstituir a pluralidade de sócios, conforme art. 5º do Provimento nº 112/2006.


Cláusula Segunda - O sócio **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO** subcreve e integraliza neste ato, 900 (novecentos) quotas, no valor nominal de R\$100,00 (cem reais), cada uma, totalizando R\$ 90.000,00 (novecentos mil reais).

Cláusula Terceira - O capital social da sociedade, inteiramente subscrito e integralizado nesta oportunidade pelo sócio, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 1000 (mil) quotas, com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, conforme abaixo:

Sócio	Quotas	Vlr. Unit.	Vlr. Total
JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO	1000	R\$ 100,00	R\$ 100.000,00

CERTIFICO que foi registrado no Livro B-08, fl.62, a 2ª Alteração Contratual prevista neste termo aditivo.

São Luís, 19 de agosto de 2015

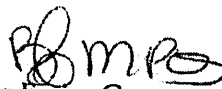

Eliane David Silva

Seretária da Comissão de Sociedade OAB/MA



CERTIFICO, que foi registrado no Livro B-06, fl.37, a 1ª (primeira) Alteração Contratual prevista neste termo aditivo.

São Luís, 23 de abril de 2013.



Benedita Freire Campos
Secretária das Comissões - OAB/MA



TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA

"JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA"

Pelo presente instrumento particular de alteração do contrato social da sociedade de advogados comparece a parte a seguir denominada:

Janelson Moucherek Soares do Nascimento, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 6499, portador do CPF nº 749.341.473-49, residente e domiciliado na Rua Maracaçumé, Quadra 15, nº 28, Calhau, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP nº 65.071-590, Telefone (98) 981121774;

único sócio da sociedade de advogados **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, CNPJ nº 17.327.207/0001-78 com sede na Avenida Coronel Colares Moreira, nº 07, Quadra 28, sala 1005, C. Emp. Vinícius de Moraes, bairro Calhau na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.071-322, devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão, sob o nº 329 com seus atos constitutivos arquivados em 03/12/2012, no Livro B-05, firma nesta oportunidade o presente instrumento para alteração seguida de consolidação do CONTRATO SOCIAL da sociedade acima mencionada, assim o fazendo através das cláusulas constantes abaixo:

DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira: Nesta oportunidade, consensualmente, e na melhor forma de direito, fica admitida e passa, portanto, a integrar a sociedade a nova sócia a Sra. Ludmila Rufino Borges Santos, brasileira, divorciada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 14.618-A e no CPF sob o nº 783.520.702-82, residente e domiciliada na Av. Neiva Moreira, s/n, Grand Park, Condomínio Parque das Árvores, Bloco Jatobá, Apto 401, Bairro Calhau, CEP 65.071-383, na cidade de São Luís, Telefone (98) 99101-1473, mediante aquisição de **100 (cem) quotas** do sócio **Janelson Moucherek Soares do Nascimento**.

Cláusula Segunda: Em razão da alteração prevista na cláusula anterior, a Cláusula Sexta do Contrato Original passa doravante a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Sexta: O capital social da sociedade, inteiramente subscrito e integralizado nesta oportunidade pelos sócios, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 1000 (mil) quotas, com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:"

Sócios	Qde. Quotas	Vlr. Unit.	Vlr. Total
Janelson Moucherek Soares do Nascimento	900	100,00	90.000,00
Ludmila Rufino Borges Santos	100	100,00	10.000,00



TOTAL	1000	100.000,00
-------	------	------------

Cláusula Terceira: Da mesma forma, o Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima do Contrato Original passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Primeiro: Os eventuais lucros serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente às quotas de participação de cada um, conforme estabelecido na Cláusula Sexta, ou seja, 90% (noventa por cento) para o sócio Janelson Moucherek Soares do Nascimento e 10% (dez por cento) para a sócia Ludmila Rufino Borges Santos."

Cláusula Quarta: Altera-se ainda a Cláusula Décima-Quarta do Contrato Original que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Décima-Quarta: Os sócios Janelson Moucherek Soares do Nascimento e Ludmila Rufino Borges Santos declaram, sob as penas da lei, que não estão sujeitos a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia ou participação nesta sociedade. Declaram, ainda, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incursos em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade."

Cláusula Quinta: Sendo estes os ajustes que deveriam ser feitos, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e parágrafos não modificados por esta alteração e, em razão das alterações acima referidas, os sócios resolvem consolidar o contrato social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS "JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA"

**Contrato Social da Sociedade de Advogados "Janelson Moucherek Soares do Nascimento
Advocacia e Consultoria"**

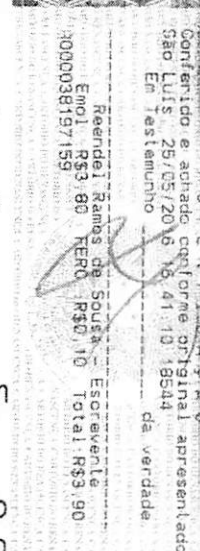
Pelo presente instrumento particular de constituição de sociedade de advogados comparecem as partes a seguir denominadas:

a) **Janelson Moucherek Soares do Nascimento**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 6499, portador do CPF nº 749.341.473-49, residente e domiciliado na Rua Maracaçumé, Quadra 15, nº 28, Calhau, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP nº 65.071-590, Telefone (98) 981121774; e

b) **Ludmila Rufino Borges Santos**, brasileira, divorciada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 14.618-A e no CPF sob o nº 783.520.702-82, residente e domiciliada na Av. Neiva Moreira, s/n, Grand Park, Condomínio Parque das Árvores,



DL



Bloco Jatobá, Apto 401, Bairro Calhau, CEP 65.071-383, na cidade de São Luís, Telefone (98) 99101-1473

que, estando livremente ajustadas, resolvem nesta oportunidade e na melhor forma de direito constituir uma sociedade de advogados, doravante designada simplesmente "Sociedade", que se regerá pelo Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), por seu Regulamento Geral, pelo Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e, ainda, pelos seguintes termos e condições:

Da Razão Social

Cláusula Primeira: A Sociedade utilizará a razão social "Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria".

Parágrafo Único: Em caso de falecimento de sócio que tenha dado nome à sociedade, a razão social não sofrerá alteração.

Da Sede

Cláusula Segunda: A Sociedade tem sede na Avenida Coronel Colares Moreira, nº 07, Quadra 28, sala 1005, C. Emp. Vinícius de Moraes, bairro Calhau na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.071-322.

Parágrafo Único: A Sociedade poderá abrir filiais em qualquer outra cidade do território nacional, na forma que vierem a deliberar os sócios, devendo nesta hipótese averbar o ato de constituição da filial junto ao registro da sociedade e arquivá-lo também junto ao Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios obrigados a inscrição suplementar.

Do Objeto

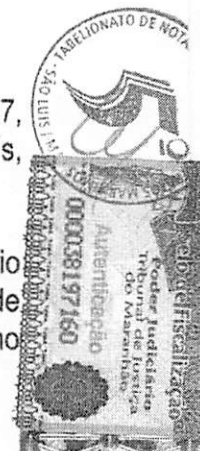
Cláusula Terceira: A Sociedade terá como objeto exclusivo a prestação de serviços de advocacia, sendo expressamente vedado o desenvolvimento de qualquer outra atividade estranha a esse objeto.

Do Prazo

Cláusula Quarta: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo iniciado em suas atividades em 1º de novembro de 2012.

Cláusula Quinta: Na hipótese de os sócios decidirem extinguir a sociedade, será levantado o Balanço de Encerramento e divididos os haveres e deveres na proporção da participação de cada qual no capital social.

Parágrafo Único: O pagamento integral deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o fechamento do Balanço de Encerramento.



Contido e achado conforme original apresentado
São Luís, 25/05/2016 16:41:10 18514
Em Testemunho
Recebi R\$ 80,00 de Sousa - Escravante
Emol: R\$ 3,00 FERC R\$ 0,00 Total R\$ 83,00
100038197160



Do Capital Social

Cláusula Sexta: O capital social da sociedade, inteiramente subscrito e integralizado nesta oportunidade pelos sócios, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 1000 (cem) quotas, com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Qde. Quotas	Vlr. Unit.	Vlr. Total
Janelson Moucherek Soares do Nascimento	900	100,00	90.000,00
Ludmila Rufino Borges Santos	100	100,00	10.000,00
TOTAL	1000	100,00	100.000,00

Da Responsabilidade dos Sócios

Cláusula Sétima: Além da própria Sociedade, cada sócio também responderá subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

Parágrafo Único: Se os bens da sociedade não cobrirem as dívidas, responderão os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais.

Da Administração

Cláusula Oitava: A administração dos negócios sociais cabe ao sócio **Janelson Moucherek Soares do Nascimento**, que usará o título de "Sócio Administrador".

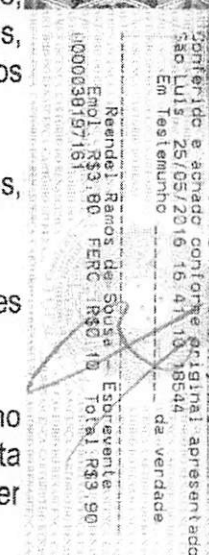
Parágrafo Primeiro: É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos gratuitos, mesmo que em benefício dos próprios sócios.

Parágrafo Segundo: Serão atribuídos "**pro labore**" mensais aos Sócios Administradores, fixados de comum acordo pelos Sócios.

Parágrafo Terceiro: Os sócios terão o dever de lealdade entre si, em todas as operações relativas à Sociedade, e cada um deles prestará contas aos demais sócios.

Parágrafo Quarto: Fica vedado a qualquer dos sócios, administradores ou não, assim como aos advogados a esta sociedade associados, integrar, ou se associar a outra sociedade inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Seccional do Maranhão, enquanto esta estiver vigente.

Parágrafo Quinto: Fica vedado a qualquer dos sócios, administradores ou não, representar em juízo clientes de interesses opostos.



Da Reunião de Sócios

Cláusula Nona: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, obedecidas às regras dispostas nesta cláusula.

Parágrafo Primeiro: A reunião será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação.

Parágrafo Segundo: As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas por Sócio Administrador ou por sócios representando, no mínimo, 1/5 (um quinto) do capital social.

Parágrafo Terceiro: A convocação para a reunião dos sócios será feita por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Quarto: As formalidades de convocação serão dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quinto: A reunião será instalada mediante a presença dos sócios representando a maioria do capital social, em primeira convocação, ou por qualquer quorum, nas demais convocações.

Parágrafo Sexto: As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Da Cessão e Transferência de Quotas

Cláusula Nona: Os sócios não poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a terceiros estranhos à Sociedade, sem a aprovação dos sócios representando a maioria do capital social.

Dos Resultados Patrimoniais

Cláusula Décima: Fica estabelecido que a Apuração do Resultado Financeiro e do Balanço Patrimonial da sociedade ocorrerá anualmente e coincidirá com o término do ano civil, ou seja, em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro: Os eventuais lucros serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente às quotas de participação de cada um, conforme estabelecido na Cláusula Sexta, ou seja, 90% (noventa por cento) para o sócio **Janelson Moucherek Soares do Nascimento** e 10% (dez por cento) para a sócia **Ludmila Rufino Borges Santos**.

Parágrafo Segundo: Os prejuízos porventura havidos serão transferidos aos exercícios seguintes, observadas as disposições legais, e suportados pelos sócios proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social.

Parágrafo Terceiro: Os sócios poderão advogar individualmente, sem que os honorários auferidos revertam em benefício da Sociedade, na hipótese de ações e clientes particulares e estranhos à Sociedade, desde que haja expresso conhecimento dos demais sócios.

Da Retirada de Sócio

Cláusula Décima-Primeira: O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá manifestar sua intenção, com 60 (sessenta) dias de antecedência, por meio de carta protocolada ou notificação extrajudicial ou judicial.

Parágrafo Primeiro: A apuração dos haveres do sócio retirante deverá ser realizada com fundamento em balanço especial, com data-base na data de recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade.

Parágrafo Segundo: Os haveres do sócio retirante deverão ser pagos pela Sociedade em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas dos juros à taxa de 6,0% (seis por cento) ao ano e correção monetária, de acordo com a variação do Índice IGP-M, incidentes a partir da data da comunicação da retirada.

Da Continuação da Sociedade

Cláusula Décima-Segunda: A Sociedade não será dissolvida pela retirada ou morte de qualquer um dos sócios. Em caso de redução do número de sócios à unipessoalidade, pluralidade de sócios deverá ser reconstituída em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de dissolução da sociedade.

Parágrafo Único: Em caso de morte de um dos sócios, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) decidir(em) sobre a continuação da Sociedade com o herdeiro ou herdeiros do sócio falecido desde que cumpram com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Aplica-se aos herdeiros do sócio falecido que não ingressarem na Sociedade as regras de apuração e pagamento de haveres de sócio retirante, previstas na cláusula anterior.

Da Exclusão de Sócios

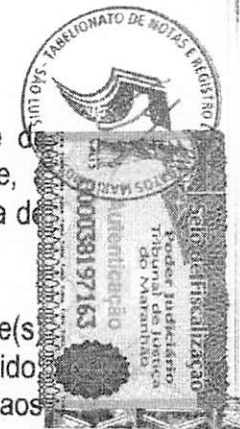
Cláusula Décima-Terceira: É facultada a exclusão de quaisquer dos sócios, por maioria do capital social, nos termos do art. 4º do Provimento nº 112/2006, do Conselho Federal da OAB e desde que cumprida a exigência contida no parágrafo único deste dispositivo.

Parágrafo Único: A apuração e pagamento dos haveres do sócio excluído deverá seguir o mesmo procedimento aplicável ao sócio retirante.

Declaração de Desimpedimento

Cláusula Décima-Quarta: Os sócios **Janelson Moucherek Soares do Nascimento** e **Ludmila Rufino Borges Santos** declaram, sob as penas da lei, que não estão sujeitos a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia ou participação nesta sociedade. Declaram, ainda, que não participam de nenhuma outra

Fl. nº 14



CONFÉRMICAÇÃO
Conferido e achado conforme original apresentado
Em 25/05/2016 às 16:41:10
Em Testemunho da verdade

Recebi R\$ 93,60 PERC R\$ 0,10 Total R\$ 93,90
Em 25/05/2016 às 16:41:10



[Handwritten signature]

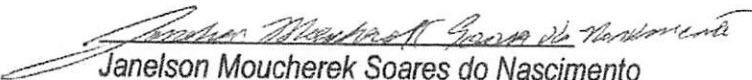
[Handwritten initials]

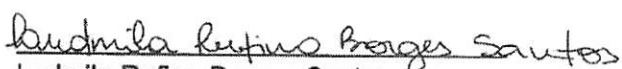
sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incursos em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade.

Do Foro

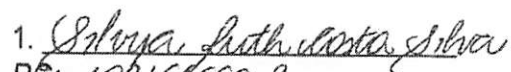
Cláusula Décima-quinta: Fica eleito o foro de São Luís/MA para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Contrato.

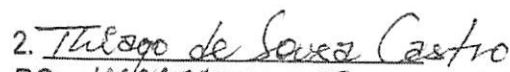
São Luís-MA, 05 de maio de 2015.


Janelson Moucherek Soares do Nascimento
OAB-MA 6499


Ludmila Rufino Borges Santos
OAB-MA 14.618-A

Testemunhas:

1. 
RG: 104168699-9
CPF: 000.989.383-04

2. 
RG: 1668474200-5
CPF: 026.901.583-37



CERTIFICO que foi registrado no Livro B-08, fl.56, a 3ª Alteração Contratual prevista neste termo aditivo.

São Luís, 07 de agosto de 2015

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO MARANHÃO

PIP
Eliane David Silva
Eliane David Silva
Sepr. da Comissão de Sociedade de Advogados

Genilton Sebastião Silva Ferreira

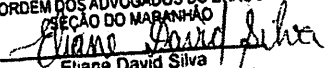
Auxiliar Administrativo da Comissão de Sociedade OAB/MA



CERTIFICO que foi registrado no Livro B-08, fl.56, a 3ª Alteração Contratual prevista neste termo aditivo.

São Luís, 07 de agosto de 2015

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO MARANHÃO

PIP 
Eliane David Silva
Supl. da Comissão de Sociedade de Advogados

Genilton Sebastião Silva Ferreira

Auxiliar Administrativo da Comissão de Sociedade OAB/MA



QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA

"JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA"

Pelo presente instrumento particular de alteração do contrato social da sociedade de advogados comparece a parte a seguir denominada:

Janelson Moucherek Soares do Nascimento, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 6499, portador do CPF nº 749.341.473-49, residente e domiciliado na Rua Maracaçumé, Quadra 15, nº 28, Calhau, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP nº 65.071-590, Telefone (98) 981121774; e

Ludmila Rufino Borges Santos, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 14.618-A e no CPF sob o nº 783.520.702-82, residente e domiciliada na Rua Maracaçumé, Quadra 15, nº 28, Calhau, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP nº 65.071-590, Telefone (98) 99101-1473;

Únicos sócios da sociedade de advogados **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, CNPJ nº 17.327.207/0001-78 com sede na Avenida Coronel Colares Moreira, nº 07, Quadra 28, sala 1005, C. Emp. Vinícius de Moraes, bairro Calhau na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.071-322, devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão, sob o nº 329 com seus atos constitutivos arquivados em 03/12/2012, no Livro B-05, firma nesta oportunidade o presente instrumento para alteração seguida de consolidação do CONTRATO SOCIAL da sociedade acima mencionada, assim o fazendo através das cláusulas constantes abaixo:

DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula Primeira: A Sociedade terá como nova sede a Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº25, Ed. Pátio Jardins, Torre Hyde Park, Salas 621/622 – Vinhais, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.074-199.

Parágrafo único: Em razão da alteração prevista na cláusula anterior, a Cláusula Segunda do Contrato Original passa doravante a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Segunda: A Sociedade tem sede na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº25, Ed. Pátio Jardins, Torre Hyde Park, Salas 621/622 – Vinhais, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.074-199."

Cláusula Segunda: Nesta oportunidade, consensualmente, e na melhor forma de direito, a sócia **Ludmila Rufino Borges Santos**, adquire mais **200 (duzentas) quotas** do sócio

Janelson Moucherek Soares do Nascimento, perfazendo um total de 300 (trezentas) quotas.



Parágrafo único: Em razão da alteração prevista na cláusula anterior, a Cláusula Sexta do Contrato Original passa doravante a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Sexta: O capital social da sociedade, inteiramente subscrito e integralizado nesta oportunidade pelos sócios, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 1000 (mil) quotas, com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:"

Sócios	Qde. Quotas	Vir. Unit.	Vir. Total
Janelson Moucherek Soares do Nascimento	700	100,00	70.000,00
Ludmila Rufino Borges Santos	300	100,00	30.000,00
TOTAL	1000		100.000,00

Cláusula Terceira: Da mesma forma, o Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima do Contrato Original passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Primeiro: Os eventuais lucros serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente às quotas de participação de cada um, conforme estabelecido na Cláusula Sexta, ou seja, 70% (noventa por cento) para o sócio Janelson Moucherek Soares do Nascimento e 30% (dez por cento) para a sócia Ludmila Rufino Borges Santos."

Cláusula Quarta: Sendo estes os ajustes que deveriam ser feitos, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e parágrafos não modificados por esta alteração e, em razão das alterações acima referidas, os sócios resolvem consolidar o contrato social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

**DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS
"JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA"**

**Contrato Social da Sociedade de Advogados "Janelson Moucherek Soares do Nascimento
Advocacia e Consultoria"**

Pelo presente instrumento particular de constituição de sociedade de advogados comparecem as partes a seguir denominadas:

a) **Janelson Moucherek Soares do Nascimento**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 6499, portador do CPF nº 749.341.473-49, residente e domiciliado na Rua

Maracaçumé, Quadra 15, nº 28, Calhau, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP nº 65.071-590, Telefone (98) 981121774; e



b) **Ludmila Rufino Borges Santos**, brasileira, divorciada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 14.618-A e no CPF sob o nº 783.520.702-82, residente e domiciliada na Rua Maracaçumé, Quadra 15, nº 28, Calhau, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP nº 65.071-590, Telefone (98) 99101-1473;

Que, estando livremente ajustadas, resolvem nesta oportunidade e na melhor forma de direito constituir uma sociedade de advogados, doravante designada simplesmente "Sociedade", que se regerá pelo Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), por seu Regulamento Geral, pelo Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e, ainda, pelos seguintes termos e condições:

Da Razão Social

Cláusula Primeira: A Sociedade utilizará a razão social "Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria".

Parágrafo Único: Em caso de falecimento de sócio que tenha dado nome à sociedade, a razão social não sofrerá alteração.

Da Sede

Cláusula Segunda: A Sociedade tem sede na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº25, Ed. Pátio Jardins, Torre Hyde Park, Salas 621/622 – Vinhais, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.074-199."

Parágrafo Único: A Sociedade poderá abrir filiais em qualquer outra cidade do território nacional, na forma que vierem a deliberar os sócios, devendo nesta hipótese averbar o ato de constituição da filial junto ao registro da sociedade e arquivá-lo também junto ao Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios obrigados a inscrição suplementar.

Do Objeto

Cláusula Terceira: A Sociedade terá como objeto exclusivo a prestação de serviços de advocacia, sendo expressamente vedado o desenvolvimento de qualquer outra atividade estranha a esse objeto.

Do Prazo

Cláusula Quarta: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo iniciado em suas atividades em 1º de novembro de 2012.

Cláusula Quinta: Na hipótese de os sócios decidirem extinguir a sociedade, será levantado o Balanço de Encerramento e divididos os haveres e deveres na proporção da participação de cada qual no capital social.

3

Parágrafo Único: O pagamento integral deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o fechamento do Balanço de Encerramento.



Do Capital Social

Cláusula Sexta: O capital social da sociedade, inteiramente subscrito e integralizado nesta oportunidade pelos sócios, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 1000 (mil) quotas, com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Qde. Quotas	Vlr. Unit.	Vlr. Total
Janelson Moucherek Soares do Nascimento	700	100,00	70.000,00
Ludmila Rufino Borges Santos	300	100,00	30.000,00
TOTAL	1000		100.000,00

Da Responsabilidade dos Sócios

Cláusula Sétima: Além da própria Sociedade, cada sócio também responderá subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

Parágrafo Único: Se os bens da sociedade não cobrirem as dívidas, responderão os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais.

Da Administração

Cláusula Oitava: A administração dos negócios sociais cabe ao sócio **Janelson Moucherek Soares do Nascimento**, que usará o título de "Sócio Administrador".

Parágrafo Primeiro: É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos gratuitos, mesmo que em benefício dos próprios sócios.

Parágrafo Segundo: Serão atribuídos "*pro labore*" mensais aos Sócios Administradores, fixados de comum acordo pelos Sócios.

Parágrafo Terceiro: Os sócios terão o dever de lealdade entre si, em todas as operações relativas à Sociedade, e cada um deles prestará contas aos demais sócios.

Parágrafo Quarto: Fica vedado a qualquer dos sócios, administradores ou não, assim como aos advogados a esta sociedade associados, integrar, ou se associar a outra sociedade inscrita

4

na Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Seccional do Maranhão, enquanto esta estiver vigente.



Parágrafo Quinto: Fica vedado a qualquer dos sócios, administradores ou não, representar em juízo clientes de interesses opostos.

Da Reunião de Sócios

Cláusula Nona: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, obedecidas às regras dispostas nesta cláusula.

Parágrafo Primeiro: A reunião será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da deliberação.

Parágrafo Segundo: As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas por Sócio Administrador ou por sócios representando, no mínimo, 1/5 (um quinto) do capital social.

Parágrafo Terceiro: A convocação para a reunião dos sócios será feita por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Quarto: As formalidades de convocação serão dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quinto: A reunião será instalada mediante a presença dos sócios representando a maioria do capital social, em primeira convocação, ou por qualquer quorum, nas demais convocações.

Parágrafo Sexto: As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

Da Cessão e Transferência de Quotas

Cláusula Nona: Os sócios não poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a terceiros estranhos à Sociedade, sem a aprovação dos sócios representando a maioria do capital social.

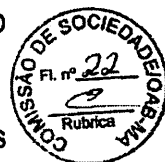
Dos Resultados Patrimoniais

Cláusula Décima: Fica estabelecido que a Apuração do Resultado Financeiro e do Balanço Patrimonial da sociedade ocorrerá anualmente e coincidirá com o término do ano civil, ou seja, em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro: Os eventuais lucros serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente às quotas de participação de cada um, conforme estabelecido na Cláusula Sexta, ou seja, 70% (noventa por cento) para o sócio Janelson Moucherek Soares do Nascimento e 30% (dez por cento) para a sócia Ludmila Rufino Borges Santos.

5

Parágrafo Segundo: A sociedade poderá fazer distribuição de lucros a qualquer tempo, a título de antecipação de dividendos.



Parágrafo Terceiro: Os prejuízos porventura havidos serão transferidos aos exercícios seguintes, observadas as disposições legais, e suportados pelos sócios proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social.

Parágrafo Quarta: Os sócios poderão advogar individualmente, sem que os honorários auferidos revertam em benefício da Sociedade, na hipótese de ações e clientes particulares e estranhos à Sociedade, desde que haja expreso conhecimento dos demais sócios.

Da Retirada de Sócio

Cláusula Décima-Primeira: O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá manifestar sua intenção, com 60 (sessenta) dias de antecedência, por meio de carta protocolada ou notificação extrajudicial ou judicial.

Parágrafo Primeiro: A apuração dos haveres do sócio retirante deverá ser realizada com fundamento em balanço especial, com data-base na data de recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade.

Parágrafo Segundo: Os haveres do sócio retirante deverão ser pagos pela Sociedade em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas dos juros à taxa de 6,0% (seis por cento) ao ano e correção monetária, de acordo com a variação do Índice IGP-M, incidentes a partir da data da comunicação da retirada.

Da Continuação da Sociedade

Cláusula Décima-Segunda: A Sociedade não será dissolvida pela retirada ou morte de qualquer um dos sócios. Em caso de redução do número de sócios à unipessoalidade, a pluralidade de sócios deverá ser reconstituída em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de dissolução da sociedade.

Parágrafo Único: Em caso de morte de um dos sócios, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) decidir(em) sobre a continuação da Sociedade com o herdeiro ou herdeiros do sócio falecido, desde que cumpram com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Aplica-se aos herdeiros do sócio falecido que não ingressarem na Sociedade as regras de apuração e pagamento de haveres de sócio retirante, previstas na cláusula anterior.

Da Exclusão de Sócios

Cláusula Décima-Terceira: É facultada a exclusão de quaisquer dos sócios, por maioria do capital social, nos termos do art. 4º do Provimento nº 112/2006, do Conselho Federal da OAB e desde que cumprida a exigência contida no parágrafo único deste dispositivo.

Parágrafo Único: A apuração e pagamento dos haveres do sócio excluído deverá seguir o mesmo procedimento aplicável ao sócio retirante.

6



Declaração de Desimpedimento

Cláusula Décima-Quarta: Os sócios **Janelson Moucherek Soares do Nascimento** e **Ludmila Rufino Borges Santos** declaram, sob as penas da lei, que não estão sujeitos a qualquer hipótese de incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia ou participação nesta sociedade. Declaram, ainda, que não participam de nenhuma outra sociedade de advogados inscrita nesta seccional e que não estão incursos em nenhuma penalidade que os impeçam de participar desta Sociedade.

Do Foro

Cláusula Décima-quinta: Fica eleito o foro de São Luís/MA para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Contrato.

São Luís-MA, 22 de julho de 2016.

6º OFÍCIO

Janelson Moucherek Soares do Nascimento
Janelson Moucherek Soares do Nascimento
OAB-MA 6499

5º OFÍCIO

Ludmila Rufino Borges Santos
Ludmila Rufino Borges Santos
OAB-MA 14.618-A

Testemunhas:

1. *Oline Maria da Silva Braga*
RG: 033584662000-0
CPF: 003 695 453-78

2. *Márcio Mendes Sousa*
RG: 0336825 SSPAC
CPF: 003-075 673-11

VEN. FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 09269600

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 15 - Lei nº 8.900/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Ludmila Rufino Borges Santos

RESERVACOES

09269600

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO
IDENTIDADE DE ADVOGADO
SUPLEMENTAR

Nome
LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS

Filiacao
DECIO JOSE SANTOS RUFINO
ANA LUCIA RUFINO BORGES SANTOS

Nacionalidade
RIO BRANCO-AC

RG
85581 - SSP/AP

Data Inscriçao Suplementar
30/04/2015

Data de Nascimento
15/01/1987

CPF
783.520.702-82

Via Expedido em
01 06/05/2015

PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL



Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Guilherme Dal Molle de Oliveira - Tabelião
Av. Daniel de La Touche, 6, quadra D, Colônia CEP: 65.076-115, São Luís - Maranhão (98) 3256-2266

COPIA AUTENTICADA
Reprodução fiel do documento original apresentado.
Emolumentos: R\$3,40 FERC: R\$0,10 Total: R\$3,50
São Luís, 01/09/2015 15:10:20 Aldimar 30268

Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente

Selo de Fiscalização
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Maranhão

Autenticação
000035792495



CERTIFICO que foi registrado no Livro C-2, fl. 08, a 4ª (quarta) Alteração Contratual prevista neste termo aditivo.

São Luís, 20/10/2016


Cloris Livramento Lima
Funcionária lotada na Comissão de Sociedade OAB/MA

RECONHECIMENTO DE FIRMA

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) abaixo:
(R000027407506) JANELSON MOUCHEREK SOARES DO ***
NASCIMENTO *****
São Luís, 14/09/2016 10:50:13 14776
Em Testemunho _____ da verdade.

Diego Alberto Soares Guimarães - Escrevente
Emol. R\$3,80 FERC. R\$0,10 Total: R\$3,90

000027407506

PODERE JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça
do Maranhão
Reconhecimento
de Firma

SECRETARIA DE REGISTRO DE CIVIS

RECONHECIMENTO DE FIRMA

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) abaixo:
(R000027407507) LUDMILA RUFFINO BORGES SANTOS ***
São Luís, 14/09/2016 10:50:14 12948
Em Testemunho _____ da verdade.

Diego Alberto Soares Guimarães - Escrevente
Emol. R\$3,80 FERC. R\$0,10 Total: R\$3,90

000027407507

PODERE JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça
do Maranhão
Reconhecimento
de Firma

SECRETARIA DE REGISTRO DE CIVIS

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 17.327.207/0001-78
NOME EMPRESARIAL: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA
CAPITAL SOCIAL: R\$100.000,00 (Cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial: LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS
Qualificação: 52-Sócio com Capital

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 30/11/2021 às 15:33 (data e hora de Brasília).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.327.207/0001-78 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 03/12/2012
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.11-7-01 - Serviços advocatícios
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 223-2 - Sociedade Simples Pura
--

LOGRADOURO AV JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO	NÚMERO 25	COMPLEMENTO EDIF PATIO JARDINS TORRE HYDE PARK SALA 621/622
--	---------------------	---

CEP 65.074-199	BAIRRO/DISTRITO VINHAI	MUNICÍPIO SAO LUIS	UF MA
--------------------------	----------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO JANELSON@ZIPMAIL.COM.BR	TELEFONE (98) 8112-1774
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/12/2012
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 30/11/2021 às 15:32:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 047377/23

Data da Certidão: 08/03/2023 10:51:22

**CPF/CNPJ 17327207000178 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE
CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.**

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 06/07/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 29/03/2023 11:32:20



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 021333/23

Data da Certidão: 27/03/2023 13:56:18

CPF/CNPJ CONSULTADO: 17327207000178

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciado pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 25/07/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 29/03/2023 11:43:59



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

NÚMERO DA CERTIDÃO: 00007784092023

Validade: 14/04/2023

CERTIFICAMOS QUE, VERIFICANDO OS REGISTROS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, CONSTATAMOS EXISTIR, NESTA DATA, PENDÊNCIAS CADASTRADAS NA INSCRIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA DESCRITA ABAIXO, AS QUAIS ESTÃO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa, CONFORME O DISPOSTO NO ARTIGO 151 DO CTN E NOS ARTIGOS 80 E 81, DA LEI 6.289, DE 28/12/2017, RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL INSCREVER E COBRAR DÉBITOS AINDA NÃO REGISTRADOS OU QUE VENHAM A SER APURADOS.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 17.327.207/0001-78	Inscrição Municipal: 84959006
Razão Social: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
691170100 – SERVICOS ADVOCATICIOS	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO	
Logradouro: AVENIDA JERONIMO DE ALBUQUERQUE	
Número: 25	Complemento: SALA:621/622;EDIF:PATIO JARDINS TORRE HYDE PARK;
Bairro: CALHAU	
Município: SÃO LUIS – MA	CEP: 65074199

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em 15 de março de 2023 às 12:38, sob o código de autenticidade nº 8D9B595F0A56ACA7E477EE7B36A74054.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em
<https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao>.

"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA
CNPJ: 17.327.207/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:09:20 do dia 01/02/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 31/07/2023.

Código de controle da certidão: **7957.24C9.B5FF.62D7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.327.207/0001-78

Razão

JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NACSCIMENTO ADVOCACIA

Social:

Endereço:

AV JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHAO ED PATIO JARDINS 23 HYDE
PARK SL621/622 / VINHAIS / SAO LUIS / MA / 65074-199

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/03/2023 a 08/04/2023

Certificação Número: 2023031001473096604024

Informação obtida em 20/03/2023 16:45:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JANELSON MOUCHEREC SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.327.207/0001-78

Certidão nº: 13414738/2023

Expedição: 30/03/2023, às 11:03:50

Validade: 26/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JANELSON MOUCHEREC SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.327.207/0001-78**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís

CERTJUDONE-SJDFRSL - 33982023

Código de validação: 6EE00D7437

Número da guia: 23057301001473645.

USANDO da faculdade que me confere a Lei. **CERTIFICO** a requerimento de pessoa interessada que dando busca em nossos arquivos dos feitos das **Varas Cíveis e Comércio** a partir do dia primeiro (1º) do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e treze (2013) até o dia trinta e um (31) do mês de março (03) do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR**¹ distribuição de pedido de **Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou Insolvência Civil** contra: **JANELSON MOUCHEREC SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, inscrita no **CNPJ** sob nº **17.327.207/0001-78**. **CERTIFICO** finalmente que a Secretaria Judicial de Distribuição é a única existente nesta Cidade e **Termo Judiciário** de São Luís. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria Judicial de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", nesta Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Eu, **Gisele Meireles Mendes**, Técnico Judiciário, mat. 134577, consultei e digitei. E eu, **Anselmo de Jesus Carvalho**, Secretário Judicial da Distribuição, mat. 100073, subscrevo e assino digitalmente.

ANSELMO DE JESUS CARVALHO
Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Final
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís
Matrícula 100073

¹ **OBSERVAÇÃO:** o CNPJ e razão social constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário. Os feitos oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos terão sua competência vinculada às Varas Cíveis e/ou Fazenda, de acordo com os litigantes. As consultas foram realizadas nos sistemas Themis PG e Processo Eletrônico Judicial (PJE) e **ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS**. Esta certidão terá validade de sessenta (60) dias (art. 149 do Código de Normas da CGJ) e emitida em uma única via mediante código de Selo Eletrônico Judicial, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor (art. 150 do Código de Normas da CGJ c/c art. 7º da Resolução-GP nº 38/2022). Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link <https://selos.tjma.jus.br>, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor de QR Code.

Fórum Desembargador "Sarney Costa"
Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís/MA – CEP 65076-820 – Fone (98) 3194-5408 / 5409

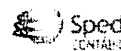
Documento assinado. SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL, 03/04/2023 13:02 (ANSELMO DE JESUS CARVALHO)



CERTJUDONE-SJDFRSL - 33982023 / Código: 6EE00D7437
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA
Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 17.327.207/0001-78
Número de Ordem do Livro: 9
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA
NIRE
CNPJ 17.327.207/0001-78
Número de Ordem 9
Natureza do Livro Livro Diário
Município São Luís
Data do arquivamento dos atos constitutivos 03/12/2012
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária 03/12/2012
Data de encerramento do exercício social 31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital 3893

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA
Natureza do Livro Livro Diário
Número de ordem 9
Quantidade total de linhas do arquivo digital 3893
Data de início 01/01/2021
Data de término 31/12/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 82.71.8E.1C.11.4F.3D.01.61.DA.8B.FC.F1.94.34.5E.3A.29.3B.A6-7, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
	17.327.207/0001-78	
NOME EMPRESARIAL		
JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/01/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Livro Diário	9
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
82.71.8E.1C.11.4F.3D.01.61.DA.8B.FC.F1.94.34.5E.3A.29.3B.A6	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Signatário da ECD com e-CNPJ ou e-PJ	17327207000178	JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA:17327207000178	6358810878193385429	09/12/2019 a 09/12/2022	Sim
Contador	79846572204	JOAO BATISTA DE OLIVEIRA NETO:79846572204	8295104951996713364	26/01/2022 a 26/01/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

82.71.8E.1C.11.4F.3D.01.61.DA.8B.FC.
F1.94.34.5E.3A.29.3B.A6-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/04/2022 às 15:05:51

9C.DF.FF.6B.13.16.7A.CA
4C.D7.8E.A6.2B.19.47.2D

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA
 Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 17.327.207/0001-78
 Número de Ordem do Livro: 9
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
*** Ativo ***		R\$ 2.908.644,50	R\$ 3.393.502,32
Ativo Circulante		R\$ 2.891.905,82	R\$ 3.376.763,64
Disponibilidades		R\$ 128.975,81	R\$ 159.743,00
Numerários em Espécie		R\$ 87.081,13	R\$ 132.441,13
Caixa Geral		R\$ 87.081,13	R\$ 132.441,13
Caixa		R\$ 87.081,13	R\$ 132.441,13
Bancos		R\$ 41.894,68	R\$ 27.301,87
Bancos		R\$ 41.894,68	R\$ 27.301,87
Banco do Brasil		R\$ 29.177,82	R\$ 0,00
BB Renda Fixa 500		R\$ 12.716,86	R\$ 1.637,19
BB Renda Fixa Mais		R\$ 0,00	R\$ 25.664,68
Clientes		R\$ 472.487,94	R\$ 412.487,94
Clientes		R\$ 60.000,00	R\$ 0,00
Clientes		R\$ 60.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IORQUE		R\$ 7.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO LISBOA		R\$ 8.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON		R\$ 45.000,00	R\$ 0,00
Clientes		R\$ 412.487,94	R\$ 412.487,94
Clientes		R\$ 412.487,94	R\$ 412.487,94
Duplicatas a Receber		R\$ 412.487,94	R\$ 412.487,94
Créditos		R\$ 2.290.442,07	R\$ 2.804.532,70
Créditos com Terceiros		R\$ 2.290.442,07	R\$ 2.804.532,70
DIVIDENDOS		R\$ 2.290.103,07	R\$ 2.804.193,70
Adiantamento Dividendos Sr. Janelson Mouchereck		R\$ 1.605.160,75	R\$ 1.965.024,19
Adiantamento Dividendo Sr. Ludmila Rufino		R\$ 684.942,32	R\$ 839.169,51
Impostos e Contribuições a Recuperar		R\$ 339,00	R\$ 339,00
IRPJ a Recuperar		R\$ 339,00	R\$ 339,00
Estoques		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Estoques em Estabelecimentos Próprios		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Estoques de Materiais		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ativo não Circulante		R\$ 16.738,68	R\$ 16.738,68
Realizável a Longo Prazo		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Despesas do Exercício Seguinte		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Despesas Antecipadas		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Imobilizado		R\$ 14.662,22	R\$ 14.662,22
Bens em Operação		R\$ 11.309,22	R\$ 11.309,22
Bens Utilizados na Produção e/ou Prestação de Serviços		R\$ 11.309,22	R\$ 11.309,22
Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais		R\$ 1.227,80	R\$ 1.227,80
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais		R\$ 10.081,42	R\$ 10.081,42
(-) Outras Contas Retificadoras		R\$ 3.353,00	R\$ 3.353,00
Depreciação Acumulada		R\$ 3.353,00	R\$ 3.353,00
Intangível		R\$ 2.076,46	R\$ 2.076,46
Software ou Programas de Computador		R\$ 2.076,46	R\$ 2.076,46
Softwares		R\$ 2.076,46	R\$ 2.076,46
*** Passivo ***		R\$ 2.908.644,50	R\$ 3.393.502,32
Passivo Circulante		R\$ 23.048,00	R\$ 23.048,00
Obrigações de Curto Prazo		R\$ 23.048,00	R\$ 23.048,00
Fornecedores		R\$ 23.048,00	R\$ 23.048,00
Adiantamento de Clientes		R\$ 23.048,00	R\$ 23.048,00
(-) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) Obrigações Fiscais		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) Outras Contas		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) Outras Obrigações		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) Passivo não Circulante		R\$ (56.549,06)	R\$ 93.450,94
(-) Obrigações de Longo Prazo		R\$ (56.549,06)	R\$ 93.450,94
(-) Empréstimos e Financiamentos		R\$ (0,00)	R\$ 150.000,00
(-) Financiamentos a Longo Prazo - Sistema Financeiro Nacional		R\$ (0,00)	R\$ 150.000,00
(-) BB Giro Pronampe		R\$ (0,00)	R\$ 150.000,00
(-) Créditos não Identificados		R\$ (56.549,06)	R\$ (56.549,06)
Patrimônio Líquido		R\$ 2.942.145,56	R\$ 3.277.003,38
Capital Realizado		R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
Capital Social		R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
Capital Social de Domiciliados e Residentes no País		R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
Capital Subscrito de Domiciliados e Residentes no País		R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
Outras Contas		R\$ 2.842.145,56	R\$ 3.177.003,38
Outras Contas		R\$ 2.842.145,56	R\$ 3.177.003,38
Lucros Acumulados		R\$ 2.707.458,80	R\$ 3.042.316,62
Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembleia		R\$ 2.707.458,80	R\$ 3.042.316,62
Lucros Acumulados		R\$ 134.686,76	R\$ 134.686,76
Lucros Acumulados		R\$ 134.686,76	R\$ 134.686,76

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 82.71.8E.1C.11.4F.3D.01.61.DA.8B.FC.F1.94.34.5E.3A.29.3B.A6-7, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 1



Documento(s) assinado(s) eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

ID#4353556

Objeto do registro/averbação - pags. 1-1



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE DAVID SILVA**, em 25/10/2022, às 12:15. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://validador.oab.org.br>, informando o código **4353-5568-DD**.

CERTIDÃO

CERTIFICO, que o Balanço de Encerramento Em 31 de dezembro de 2020 da Sociedade denominada **"JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA"** foi registrado no Livro C-10, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl. 140, conforme prevê o Art. 9º do Provimento nº 112/2006 do EOAB. O referido é verdade. Dada e passada aos 11 (onze) de maio de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu Eliane Rodrigues Macedo, funcionária lota da Comissão desta Seccional de Sociedades de Advogados do Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão que vai visada pela Secretária Geral desta Seccional.

**VALERIA CRISTINA
REGINO
FERREIRA:0002380
1700**

Assinado de forma digital
por VALERIA CRISTINA
REGINO
FERREIRA:00023801700
Dados: 2021.05.12 16:39:21
-03'00'



Documento(s) assinado(s) eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, mediante o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, *caput*, do Decreto nº 8539, de 8 de outubro de 2015.

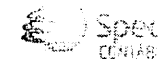
ID#2783169

Certidão de informação - pags. 1-1



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE RODRIGUES MACEDO**, em 12/05/2021, às 16:44. **VALERIA CRISTINA REGINO FERREIRA**, em 12/05/2021, às 16:44. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://validador.oab.org.br>, informando o código **2783-1698-B0**.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 17.327.207/0001-78

Número de Ordem do Livro: 9

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Bruta Operacional		R\$ 1.057.394,57	R\$ 436.019,00
Receita Bruta Operacional		R\$ 1.057.394,57	R\$ 436.019,00
Exportação de Mercadorias e Produtos		R\$ 1.057.394,57	R\$ 436.019,00
(-) Deduções da Receita		R\$ (84.311,63)	R\$ (53.007,17)
(-) Impostos Faturados		R\$ (34.324,21)	R\$ (15.139,55)
(-) Telefone		R\$ (8.758,09)	R\$ (1.699,55)
(-) Honorários Contábeis		R\$ (14.560,00)	R\$ (13.440,00)
(-) Despesas Diversas		R\$ (49.987,42)	R\$ (37.867,62)
(-) Despesas Diversas		R\$ (49.987,42)	R\$ (37.867,62)
(-) Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos		R\$ (37.357,07)	R\$ (42.170,35)
(-) Financeiros/Outros		R\$ (37.357,07)	R\$ (42.170,35)
(-) Despesas Operacionais		R\$ (187.648,96)	R\$ (5.983,66)
(-) Despesas Administrativas		R\$ (187.648,96)	R\$ (5.983,66)
Resultado Líquido do Exercício		R\$ 748.076,91	R\$ 334.857,82

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 82.71.8E.1C.11.4F.3D.01.61.DA.8B.FC.F1.94.34.5E.3A.29.3B.A6-7, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JOAO BATISTA DE OLIVEIRA NETO
REGISTRO.....	: MA-011399/O-9
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 798.465.722-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMA contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 11/05/2021 as 10:22:04.

Válido até: 31/05/2021.

Código de Controle: 7057.4702.8871.7582.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JOAO BATISTA DE OLIVEIRA NETO
REGISTRO.....	: MA-011399/O-9
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.465.722-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 13/04/2022 as 13:56:23.

Válido até: 12/07/2022.

Código de Controle: 541946.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.



DA TRADIÇÃO À MODERNIDADE,
HISTÓRIA DE VALOR CONSTRUÍDA
POR MUITAS MÃOS.

CERTIDÃO

CERTIFICO, que o Balanço Patrimonial em 31 de **dezembro** de **2021** do exercício da sociedade denominada: **“JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA”**, foi registrado no Livro. **C-14, FI. 152** desde **21 de outubro de 2022**, conforme estabelecido no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), pelo seu Regulamento Geral, pelo Provimento nº 112/2006. Por ser expressão da verdade a presente certidão, que vai assinada por **GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA** Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão.

GUSTAVO MAMEDE
LOPES DE SOUZA

Assinado de forma digital por
GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA
Dados: 2022.10.21 10:04:43 -03'00'

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

E-mail: sociedade@oabma.org.br

WhatsApp: 98 99161-1092

Endereço Sede OAB

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, Nº01 - CEP 65076-908 - Calhau - São Luís, MA - Brasil
Central de Atendimento: (98) 2107-5429

Análise pelos Índices do Balanço

Pág.: 1 de 1

Licenciado para: PERFIL CONT ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS EIRELI-ME

DIMISSIANA

Empresa: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA - CNPJ: 17.327.207/00

Fortes Contábil 6.186.1

Mês/Ano: 12/2021

Endereço: AV CORONEL COLARES MOREIRA, Complemento: SALA 1005 EDIF C. EM, N.º: 07, Bairro: CALHAU, Cidade: São Luís, Estado: MA, CEP: 65071322, Telefone: (98) 32270756

Código	Nome Valores	Expressão	Resultado
LC	Liquidez Corrente 3.376.763,64 / 23.048,00 Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante. Quanto maior, melhor.	c101/c201	146,51
LG	Liquidez Geral (3.376.763,64 + 0,00) / (23.048,00 + 0,00)	(c101+c10700)/(c201+c201010701)	146,51
LI	Liquidez Imediata 159.743,00 / 23.048,00 Quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dividas de Curto Prazo. Quanto maior, melhor.	c10101/c201	6,93
ML	Margem Líquida (334.857,82 / 383.011,83) * 100 Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100,00 vendidos. Quanto maior, melhor.	(d200/d030)*100	87,43
RA	Rentabilidade do Ativo (334.857,82 / 3.393.502,32) * 100 Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100,00 de investimento total. Quanto maior, melhor.	(d200/c1)*100	9,87
SG	Solvencia Geral (3.393.502,32 / 23.048,00 + 0,00)	(c1/c201+c201010701)	147,24

JANELSON MOUCHEREK
SOARES DO NASCIMENTO
ADVOCACIA:17327207000
178

Assinado de forma digital por JANELSON
MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO
ADVOCACIA:17327207000178
Dire: c=BR, o=MA, ou=SÃO LUÍS, ou=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e CNPJ 17.327.207/0001-15,
ou=JANELSON MOUCHEREK SOARES DO
NASCIMENTO ADVOCACIA 17327207000178
Dados: 2022.04.28 15:17:49 -0100'

JANELSON MOUCHEREK SOARES DO
NASCIMENTO
SOCIO ADMINISTRADOR
74934147349

JOAO BATISTA DE
OLIVEIRA
NETO:79846572204

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2021

Assinado de forma digital por JOAO BATISTA DE
OLIVEIRA NETO:79846572204
Dire: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=IC VOLUTU Multiple
v1, ou=20317132207012, ou=Ministerio da
Economia e Desenvolvimento
Dados: 2022.04.28 15:19:55 -0100'

JOAO BATISTA DE OLIVEIRA NETO
CONTADOR
79846572204


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Escritório JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrito no CNPJ sob o nº17.327.207/0001-78, executa para o Município de Timon/MA o Contrato nº 001/2016 referente à Tomada de Preços nº003/2016 que tem como objeto os serviços de assessoria e consultoria jurídica, nas áreas e assuntos específicos:

- Direito financeiro: leis orçamentárias (PPA, LOA e LDO), receitas municipais, despesas públicas;
- Licitações e contratos administrativos: comissão de licitação (atribuições), gestão e fiscalização de contratos administrativos;
- Lei de Responsabilidade Fiscal: acompanhamento da gestão fiscal, cumprimento de índices constitucionais e legais;
- Prestação de contas de recursos públicos: organização, conteúdo, normas aplicáveis, atos irregulares, consequências legais; Tomada de Contas Especial;
- Convênios (transferências voluntárias): formalização do ajuste, aplicação dos recursos e prestação de contas, irregularidades, consequências legais.

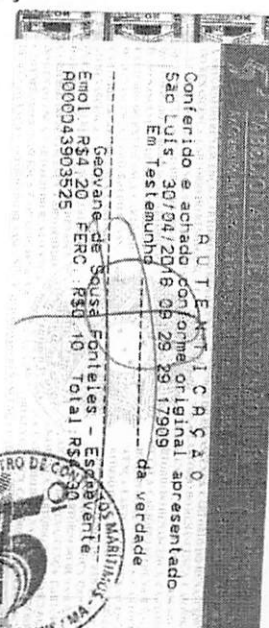
Desse modo, ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que o escritório supracitado, vem cumprindo de forma satisfatória, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial, atendendo todas as exigências e condições contratuais, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos serviços até a presente data.

Timon/MA, 27 de Fevereiro de 2018.


Semiramis Antão de Alencar
Coordenadora Geral de Licitações do Mun. de Timon/MA

Semiramis Antão de Alencar
Coordenadora Geral
Portaria nº 01313/2017-GP

Prefeitura Municipal de Timon - Praça São José, S/N, Centro, Timon/MA






PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAÚ
Rua Frei Benjamim de Borno, 05 – Centro
CNPJ: 06.377.063/0001-48

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido do interessado e para fins de prova, que o Escritório **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, CNPJ nº 17.327.207/0001-78, sediado na Avenida Ana Jansen, nº 12, Edifício Centro Empresarial Mendes Frota, Sala 813, Bairro São Francisco, em São Luís-MA, presta no ano de 2015, de forma satisfatória, os serviços de Consultoria Técnica e Assessoria Jurídica especializadas na área do Direito Tributário, objeto do Contrato nº 024/2015/ASSJUR/PMG/MA ao MUNICÍPIO DE GRAJAÚ/MA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 06.377.063/0001-48, com sede administrativa na Rua Frei Benjamim de Borno, nº 05, Bairro Centro.

Registramos, ainda, que a empresa cumpre fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Grajaú - MA, 27 de julho de 2015.

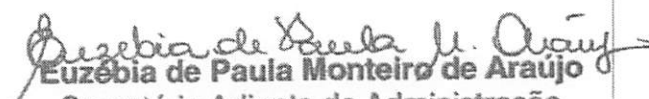

ONYKLLEY F.D. SOARES
Controlador Interno
Portaria Nº 009/2014

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido do interessado e para fins de prova, que a pessoa jurídica **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, CNPJ nº 17.327.207/0001-78, sediado na Avenida Colares Moreira, nº 07, Edifício Vinicius de Moraes, Sala 1005, Bairro Calhau, em São Luís-MA, prestou no ano de 2015, de forma satisfatória, os serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica especializadas nas áreas (Direito Financeiro, Direito Administrativo, Lei de Responsabilidade Fiscal, Prestação de Contas de Recursos Públicos, Tomada de Contas Especial, Convênios), objeto do Contrato nº 030/2015 à Prefeitura Municipal de Carutapera, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 06.903.553/0001-30, com sede administrativa na Praça Padre Augusto Mozett – nº 400 – Centro – Carutapera - MA.

Registramos, ainda, que a empresa cumpre fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e administrativamente, até a presente data.

Carutapera – MA., 09 de março de 2016.


Euzébia de Paula Monteiro de Araújo
Secretária Adjunta de Administração
Matrícula Nº 0643



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Capinzal do Norte
Av. Cônego Alterêdo, s/nº, Centro, Capinzal do Norte - MA
CNPJ 01.613.309/0001-10

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido do interessado e para fins de prova, que a pessoa jurídica **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, CNPJ nº 17.327.207/0001-78, sediado na Avenida Colares Moreira, nº 07, Edifício Vinicius de Moraes, Sala 1005, Bairro Calhau, em São Luís-MA, prestou no ano de 2015/2016, de forma satisfatória, os serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica especializadas na área tributária, a saber: a) Levantamento e análise documental, coleta de informações para identificar a existência de créditos tributários, recuperáveis, não aproveitados, bem como o recálculo daqueles que estejam em fase de aproveitamento; b) Consultoria e assessoramento técnico na elaboração de processos administrativos nas áreas Tributárias; c) Consultoria e assessoramento técnico em auditoria fiscal/tributária nos processos administrativos nas áreas Tributárias; d) Consultoria e assessoramento em auditoria fiscal/tributária nos processos administrativos de MPE e EPP; e) Assessoramento e consultoria para a elevação da arrecadação, cobrança e recebimento de créditos tributários; f) Cessão da licença de uso e garantia de assistência e atualização técnica de controle e arrecadação tributária municipal, com Notas Fiscais de Serviço – eletrônica, versão para web. Todos como objeto do Contrato nº 001.21082015/PP019/2015/ (Processo nº 019/2015), firmado com esta Prefeitura Municipal de Capinzal do Norte, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.309/0001-10 com sede à Avenida Cônego Alterêdo, s/nº, Centro, Capinzal do Norte - MA.

Registramos, ainda, que a empresa cumpre fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e administrativamente, até a presente data.

Capinzal do Norte - MA, 11 de abril de 2016



Francisca dos Santos Lima
Secretária de Finanças
Portaria 005/2013



Reconheço a(s) firma(s) Por Semelhança
Cartório de Ofício Único
Tabelião
Raphael Lauand
Martins do Melo
Capinzal do Norte - MA, 06/02/2017
Em Teste de verdade
Katiana Pereira da Silva

Confere com o Original

AUTENTICAÇÃO
A presente Fotocópia é Reprodução Fiel do documento que me foi Exibido
Capinzal do Norte - MA, de 02 de 2017
Katiana Pereira da Silva
Escrevente



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO LEITE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos para o devido fim de comprovação de Atestado de Capacidade Técnica que a Empresa Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria, inscrita no CNPJ: 17.327.207/0001-78, estabelecida na Avenida Ana Jansen, nº 12 – Sala 406; Condomínio Comercial Empresarial Mendes Frota, Bairro São Francisco, em São Luís, Maranhão, executou serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para esta Prefeitura atendendo satisfatoriamente todas as exigências e condições estabelecidas em Contrato para a referida prestação de serviço, que constou na área de Gestão Pública Municipal; Direito Administrativo; Direito Financeiro: leis orçamentárias (PPA, LOA e LDO); Receitas municipais; Despesas públicas; Processos licitatórios e contratos administrativos; Comissão de Licitação – atribuições; Gestão e fiscalização de contratos administrativos; Lei de Responsabilidade Fiscal; Acompanhamento da gestão fiscal; Cumprimento de índices constitucionais e legais (saúde, educação, pessoal, dívida pública) – implicações legais; Controle Interno – estruturação e procedimentos; Estrutura Administrativa – órgãos e servidores públicos; Competências de gestão – responsabilidades; Prestação de contas – organização, conteúdo, normas aplicáveis, atos irregulares, consequências legais; Exame de documentos – elaboração e apresentação de pareceres e relatórios; Acompanhamento de auditorias de órgãos de controle externo; Orientações para realização de convênios – gastos e prestação de contas.

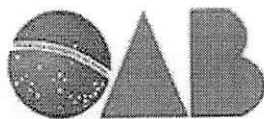
Benedito Leite, 05 de março de 2013.

Francisco das Chagas Borges Feitosa
Secretário Municipal de Administração

RG nº 214499944-SSP/MA e CPF nº 707.109.703-82



Rua 7 de Setembro, nº 03 - Centro
CEP: 65.885-000 Benedito Leite – MA
CNPJ: 06.096.218/0001-78
Email: prefeiturabeneditoite@hotmail.com



MARANHÃO

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01 – Calhau

Fax: (98) 2107-5435 – Fone: (98) 2107-5429

CEP: 65.076-908 São Luís – MA

Site: www.oabma.org.br email: sociedade@oabma.org.br

CERTIDÃO

CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a “**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**” e a Sociedade “**JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**”, foi registrado no Livro C-5, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.78, desde 05(cinco) de outubro de 2018(dois mil e dezoito). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.


Eliane David Silva

Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 08/10/2018


Alice Maria Salmito Cavalcanti

Secretária Geral Adjunta da OAB/MA

CASA DE TODOS



MARANHÃO



oabma.org.br



[@oab_ma](https://twitter.com/oab_ma)



[/oabma](https://www.facebook.com/oabma)



[@oabma](https://www.instagram.com/oabma)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ nº 01.577.844/0001-62

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
CONTRATO Nº 045/2018**

Atendendo a requerimento da empresa contratada, vimos pelo presente instrumento, atestar para fim de comprovação de capacidade técnica, que a empresa **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 17.327.207/0001-78, sediada na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Condomínio Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Bairro Altos do Calhau (Vinhais), São Luís-MA, prestou serviços de assessoria e consultoria jurídica em Direito Público, com o seguinte objeto:

1. **Direito Financeiro:** leis orçamentárias (PPA, LOA e LDO), receitas municipais; despesas públicas;
2. **Processos licitatórios e contratos administrativos:** comissão de licitação (atribuições), gestão e fiscalização de contratos administrativos;
3. **Lei de Responsabilidade Fiscal:** acompanhamento da gestão fiscal, cumprimento de índices constitucionais e legais;
4. **Prestação de contas de recursos públicos:** organização, conteúdo, normas aplicáveis, atos irregulares, consequências legais;
5. **Tomada de Contas Especial:** procedimentos legais para responsabilização e quantificação do dano;
6. **Convênios (transferências voluntárias):** formalização do ajuste, aplicação dos recursos e prestação de contas, irregularidades, consequências legais.

Por ser verdade, declaramos que os serviços foram prestados de maneira satisfatória e eficiente.

Informamos, ainda, que a contratação foi originada através do **Processo Administrativo nº 029/2018**, no qual foi realizado procedimento licitatório **Tomada de Preços nº 004/2018**.



São Pedro dos Crentes-MA, 28 de setembro de 2018.



Neiva Maria de Arruda Leda Jorge
Secretária Municipal de Administração

CARTÓRIO DE OFÍCIO ÚNICO
DE SÃO PEDRO DOS CRENTES-MA
conheço por semelhança a(s) Firma(s) de
Neiva Maria de Arruda Leda Jorge
da Leda Jorge
Indicada(s) por uma seta. Pou se
São Pedro dos Crentes-MA 28/09/18
Leone de Andrade Santos Silva
Escrivente Autorizada



MARANHÃO

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, n° 01 – Calhau

Fax: (98) 2107-5435 – Fone: (98) 2107-5429

CEP: 65.076-908 São Luís – MA

Site: www.oabma.org.br email: sociedade@oabma.org.br

CERTIDÃO

CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a “**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS**” e a Sociedade “**JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**”, foi registrado no Livro C-5, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.78, desde 05(cinco) de outubro de 2018(dois mil e dezoito). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.

Eliane David Silva

Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 08/10/2018

Alice Maria Salmi Cavalcanti
Alice Maria Salmi Cavalcanti

Secretária Geral Adjunta da OAB/MA


CASA DE TODOS



MARANHÃO

 oabma.org.br

 [@oab_ma](https://twitter.com/oab_ma)

 [/oabma](https://www.facebook.com/oabma)

 [@oabma](https://www.instagram.com/oabma)


DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

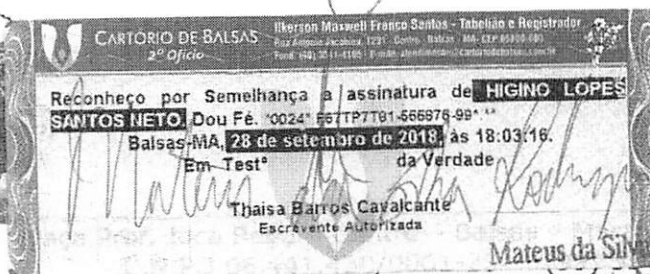
Em atendimento a solicitação da empresa JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, com inscrição no CNPJ nº 17.327.207/0001-78, sediada na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Condomínio Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Bairro Altos do Calhau (Vinhais), São Luís-MA, atestamos para fim de comprovação de capacidade técnica, que a mesma presta serviços de assessoria e consultoria jurídica na área do Direito Público de forma satisfatória, conforme edital e contrato firmado, cujo contrato tem por objeto:

- **Direito Constitucional** - Organização político-administrativa dos municípios; Intervenção; Administração Pública; Servidores Públicos; Organização dos Poderes municipais (Executivo e Legislativo); Processo Legislativo; Fiscalização contábil, financeira e orçamentária do município; Impostos municipais; Finanças públicas municipais.
- **Direito Administrativo** - Administração pública; Órgãos públicos; Agentes públicos; Princípios; Poderes e deveres dos Administradores públicos; Ato Administrativo; Serviços públicos; Processos licitatórios e contratos administrativos; Comissão de licitação e suas atribuições; Gestão e fiscalização de contratos administrativos; Transferências voluntárias; Responsabilidade Civil da Administração Pública; Concessão e permissão de serviços públicos municipais; Controle da Administração Pública.
- **Direito Financeiro** - Plano Plurianual; Lei Orçamentária Anual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Receitas públicas municipais; Despesas públicas municipais; Responsabilidade Fiscal; Acompanhamento da gestão fiscal; Controle da execução orçamentária; Prestação e tomada de contas.
- **Direito Tributário** - Sistema Tributário Municipal; Administração Tributária municipal; Competência tributária municipal; Processo administrativo tributário municipal; Gestão Tributária dos contratos administrativos.

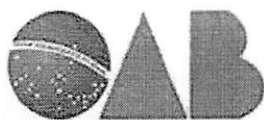
Por fim, informamos ainda que a contratação decorreu do Processo Administrativo nº 492/2017 (Tomada de Preços nº 001/2017).

Balsas(MA), 27 de setembro de 2018.


HIGINIO LOPES SANTOS NETO
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
OAB/MA 10.809



Mateus da Silva Rodrigues
Escrivente Autorizado
65800-000
2197



MARANHÃO

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, n° 01 – Calhau

Fax: (98) 2107-5435 – Fone: (98) 2107-5429

CEP: 65.076-908 São Luís – MA

Site: www.oabma.org.br email: sociedade@oabma.org.br

CERTIDÃO

CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a “**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA**” e a Sociedade “**JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**”, foi registrado no Livro C-5, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.78, desde 05(cinco) de outubro de 2018(dois mil e dezoito). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.


Eliane David Silva

Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 08/10/2018


Alice Maria Salmato Cavalcanti

Secretária Geral Adjunta da OAB/MA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA
SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Processo Administrativo nº 04.023/2017

Licitação: Tomada de Preços nº 014/2017

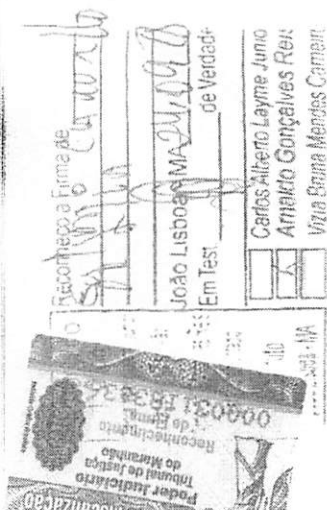
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

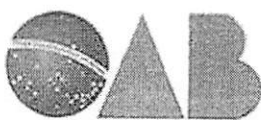
Atestamos para os devidos fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, inscrita no CNPJ nº 17.327.207/0001-78, sediada na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Condomínio Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Bairro Altos do Calhau (Vinhais), São Luís-MA, nos prestou serviços de assessoria e consultoria jurídica de forma eficiente e satisfatória, conforme o seguinte objeto: Direito Financeiro: leis orçamentárias (PPA, LOA e LDO), receitas municipais; despesas públicas; Processos licitatórios e contratos administrativos: comissão de licitação (atribuições), gestão e fiscalização de contratos administrativos; Lei de Responsabilidade Fiscal: acompanhamento da gestão fiscal, cumprimento de índices constitucionais e legais; Prestação de contas de recursos públicos: organização, conteúdo, normas aplicáveis, atos irregulares, consequências legais; Tomada de Contas Especial; Convênios (transferências voluntárias): formalização do ajuste, aplicação dos recursos e prestação de contas, irregularidades, consequências legais.

Por ser verdade, declaramos que os serviços foram prestados dentro dos prazos estipulados.

João Lisboa-Ma, 24 de setembro de 2018.

EVILASIO CARVALHO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Modernização





MARANHÃO

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão

Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, n° 01 – Calhau

Fax: (98) 2107-5435 – Fone: (98) 2107-5429

CEP: 65.076-908 São Luís – MA

Site: www.oabma.org.br email: sociedade@oabma.org.br

CERTIDÃO


CERTIFICO que o Instrumento particular de atestado de Capacidade Técnica entre a “**CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS**” e a Sociedade “**JANELSON MOUCHERREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**”, foi registrado no Livro C-5, de Registro Integral de Títulos, Documentos e Outros Papéis, fl.78, desde 05(cinco) de outubro de 2018(dois mil e dezoito). Eu Eliane David Silva, Secretária da Comissão de Sociedade desta Seccional Maranhão, subscrevo, dato e assino a presente certidão, que vai visada pela Secretária Geral Adjunta.


Eliane David Silva

Secretária da Comissão de Sociedade OAB/MA

Visto

Em: 08/10/2018


Alice Maria Salmito Cavalcanti
Secretária Geral Adjunta da OAB/MA

CASA DE TODOS



MARANHÃO



oabma.org.br



@oab_ma



/oabma



@oabma

Processo Administrativo nº 035/2017

Tomada de Preço nº 007/2017

Contrato nº 025/2017

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, com inscrição no CNPJ nº 17.327.207/0001-78, sediada na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Condomínio Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Bairro Altos do Calhau (Vinhais), São Luís-MA, presta serviços de assessoria e consultoria jurídica em Direito Público, conforme contrato e objeto abaixo discriminado:

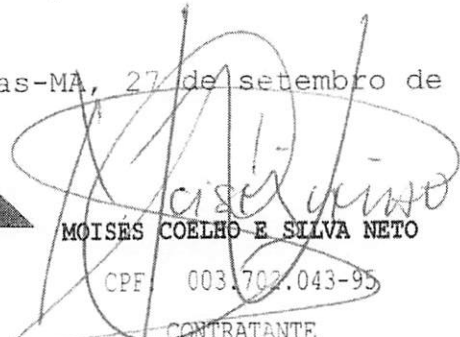
- Exame e orientação legal em casos concretos, compreendendo a administração municipal em geral e, em especial, as áreas de direito constitucional, administrativo e tributário, financeiro e previdenciário, envolvendo dentre outros, assuntos relacionados a orçamento, organização administrativa, servidor público, licitações e contratos administrativos, serviço público e terceirização, análise de constitucionalidade e legalidade dos atos administrativos, bens públicos, reforma administrativa, previdência própria dos servidores, aspectos jurídicos do processo de orçamento, da lei de diretrizes e do plano plurianual, processo e técnica legislativa, elaboração de leis e demais espécies legislativas, assessoria e acompanhamento durante todas as fases do trabalho das comissões processantes, comissões parlamentares de inquérito, e demais comissões, assessoria e consultoria nas áreas de fiscalização e controle das contas públicas, além de participação e revisão nas reformulações e reformas do Regimento Interno da Casa e Lei Orgânica, e observância das normas e orientação do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão;
- Orientação acerca dos Serviços de CONSULTORIA LEGISLATIVA, que compreenderão pesquisa legislativa, reprodução e remessa de textos legais federais e estaduais, quando solicitados, análise a luz da constituição federal e estadual de projetos de lei, de decretos legislativo, de resoluções, de emendas a lei orgânica e orientação sobre processos legislativos municipal, em suas diferentes fases;
- Orientação e acompanhamento dos processos de prestações de Contas oriundos ao Tribunal de Contas do Estado Maranhão;
- Orientação e acompanhamento das inspeções feitas pelos órgãos de controle externo;
- Orientação na formalização de justificativas, defesas e recursos de reconsideração e de revisão junto aos órgãos de controle externo quando figurar no polo passivo o Poder Legislativo Municipal;
- Orientação na área de licitações e contratos administrativos;
- Orientação na gestão e fiscalização da execução de contratos de fornecedores e prestadores de serviços;
- Orientações junto à Presidência da Câmara sobre diversos assuntos concernentes aos trabalhos rotineiros de controles administrativos;

CNPJ: 06.777.130/0001-11

- Orientação e acompanhamento na implantação e no funcionamento do Controle Interno do Poder Legislativo, mediante propositura de atos regulamentares, elaboração de fluxo de processos e procedimentos, modelos de relatórios, análise de processos administrativos e treinamento dos servidores.

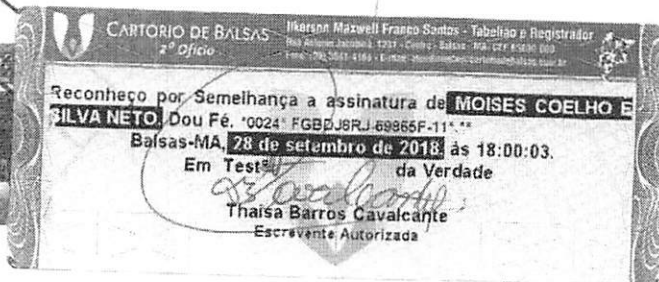
Informamos que os serviços estão em conformidade com as condições estabelecidas no edital e no contrato, não tendo ocorrido nenhum fato que desabone a qualidade dos serviços.

Balsas-MA, 27 de setembro de 2018.


MOISÉS COELHO E SILVA NETO

CPF: 003.702.043-95

CONTRATANTE



**JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA -
17327207000178**

Contratos ▾	12
Licitações ▾	10
Sanções ▾	0
Quadro Societário ▾	0

Por Página 10 ▾

Filtros

Nº Contrato	Município	Objeto	Valor
01 / 2016 (/conhecendo_municipio/contrato/detalhe/14829)	Paço do Lumiar	Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de assessoria e execução de serviços técnicos profissionais na área jurídica, para o exercício de 2016 da Câmara Municipal de Paço do Lumiar,	R\$ 96.000,00
001.001 / 2015 (/conhecendo_municipio/contrato/detalhe/26537)	Aldeias Altas	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURIDICA DE INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALDEIAS ALTAS, EM AÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESTE ESTADO, TCE, TCU, DEFESA DA FEZANDA PUBLICA EM JUIZO, JUSTIÇA FEDERAL E TRIBUNAIS SUPERIORES.	R\$ 72.600,00
001.001 / 2015 (/conhecendo_municipio/contrato/detalhe/26811)	Aldeias Altas	SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS NA ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA, DE INTERESSE DA CÂMARA DE ALDEIAS ALTAS, EM AÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESTE ESTADO, TCE E TCU, DEFESA DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO, JUSTIÇA FEDERAL E TRIBUNAIS SUPERIORES.	R\$ 72.600,00
001 / 2016 (/conhecendo_municipio/contrato/detalhe/30824)	Timon	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURIDICA	R\$ 84.000,00

Nº Contrato	Município	Objeto	Valor
05.09 / 2013 (/conhecendo_municipio/contrato/detalhe/30858)	Timon	Direito financeiro: Leis orçamentárias (PPA, Loa e LDO), receitas municipais , despesas públicas, processos licitatórios e contratos administrativos: Comissão de licitação (atribuições), gestão e fiscalização de contratos administrativos, lei de responsabilidade fiscal, cumprimento de índices constitucionais e legais, prestação de contas de recursos públicos: organização, conteúdo, normas aplicáveis, atos irregulares, consequências legais, tomada de contas especial. convênios (transferências voluntárias): formalização do ajuste de aplicação dos recursos e prestação de contas, irregularidades, consequências legais.	R\$ 216.000,00
08 / 2016 (/conhecendo_municipio/contrato/detalhe/31559)	Peritoró	CONTRATAÇÃO DE ESCRITORIO DE ADVOCACIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURIDICA	R\$ 84.000,00
006 / 2017 (/conhecendo_municipio/contrato/detalhe/35418)	Balsas	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica	R\$ 300.000,00
29.11.01 / 2017 (/conhecendo_municipio/contrato/detalhe/59293)	João Lisboa	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica	R\$ 96.000,00
025 / 2017 (/conhecendo_municipio/contrato/detalhe/60676)	Balsas	Contratação de pessoa jurídica, cujo objeto do contrato social seja serviços advocatícios para prestar serviços de Consultoria Jurídica Especializada no Ramo do Direito Público, com Atuação no Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Financeiro, Direito Municipal e Gestão Pública.	R\$ 90.000,00
13 / 2017 (/conhecendo_municipio/contrato/detalhe/69872)	Nova lorque	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA NA ÁREA PUBLICA	R\$ 70.000,00

JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA -
17327207000178

Contratos ▾	12
Licitações ▾	10
Sanções ▾	0
Quadro Societário ▾	0

Por Página 10 ▾

Filtros

Nº Contrato	Município	Objeto	Valor
045 / 2018 (/conhecendo_municipio/contrato/detalhe/77951)	São Pedro dos Crentes	Contratação de pessoa jurídica para prestar Assessoria e Consultoria Jurídica ao Município de São Pedro dos Crentes/MA, durante o exercícios de 2018.	R\$ 170.000,00
010803 / 2019 (/conhecendo_municipio/contrato/detalhe/122322)	Peritoró	contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica de interesse da Câmara Municipal de Peritoró – MA	R\$ 71.500,00

página 2 de 2

< 1 2 >



JANELSON NASCIMENTO
— ADVOCACIA E CONSULTORIA —

JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

CARTA DE APRESENTAÇÃO

1) OBJETO:

Prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica especializada no Ramo do Direito Público, com Atuação no Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Financeiro, Direito Tributário, Direito Municipal e Gestão Pública, Controle Interno, Controle Externo, Licitações e Contratos Administrativos.

2) DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

- a) Orientação acerca dos serviços consistirão no exame e orientação legal em casos concretos e situações hipotéticas consultadas, compreendendo a administração municipal em geral e, em especial, as áreas de direito constitucional, administrativo, tributário, financeiro, municipal, gestão pública, controle interno, controle externo, licitações e contratos administrativos, envolvendo dentre outros, assuntos relacionados a orçamento, organização administrativa, servidor público, licitações (orientação para elaboração de editais, procedimentos, impugnações, recursos administrativos, mandados de segurança, representações, denúncias, etc) e contratos administrativos (vigência, gestão e fiscalização), serviço público e terceirização, análise de constitucionalidade e legalidade dos atos administrativos e projetos de leis, bens públicos, reforma administrativa, previdência própria dos servidores, aspectos jurídicos do processo de orçamento, da lei de diretrizes e do plano plurianual, processo e técnica legislativa, elaboração de leis e demais espécies legislativas, assessoria e consultoria nas áreas de fiscalização e controle das contas públicas (prestações de contas, tomadas de contas, auditorias, fiscalizações, representações, denúncias), além de participação e revisão nas reformulações e reformas da legislação, e observância das normas e orientações do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.
- b) Orientação acerca dos serviços que compreenderão pesquisa legislativa, reprodução e remessa de textos legais federais e estaduais, quando solicitados, análise a luz da constituição federal e estadual de projetos de lei, decretos, resoluções, portarias e emendas a lei orgânica e orientação sobre processos legislativos municipal, em suas diferentes fases.



JANELSON NASCIMENTO

— ADVOCACIA E CONSULTORIA —

- c) Orientação e acompanhamento dos processos de prestações de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado Maranhão, Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União;
- d) Orientação e acompanhamento das inspeções e fiscalizações feitas pelos órgãos de controle externo, TCE, TCU, CGU, MPE e MPF;
- e) Orientação na formalização de justificativas, defesas e recursos junto aos órgãos de controle externo quando figurar no polo passivo o órgão ou ente contratante e o gestor;
- f) Orientação jurídica na área de licitações e contratos administrativos para os membros da Comissão Permanente de Licitações, para a Controladoria do Município e Procuradoria do Município;
- g) Orientação na gestão e fiscalização da execução de contratos de fornecedores e prestadores de serviços, bem como dos processos de pagamento (fiscalização, orientação dos procedimentos formais);
- h) Orientação jurídica para criação, implantação, estruturação, funcionamento do Controle Interno;
- i) Os serviços serão prestados mediante resposta a consultas, emissão de pareceres ou notas técnicas, elaboração de atos normativos de interesse do município, elaboração de petições para atender a demandas administrativas e judiciais pertinentes às matérias afetas ao contrato, acompanhamento do andamento processual até decisão final, palestras e reuniões com secretários e funcionários,

CURRICULUM VITAE DOS SÓCIOS

1.DADOS PESSOAIS

Nome: **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO**

Endereço Profissional: Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Edifício Pátio Jardins, Bairro Altos do Calhau, São Luís-MA, CEP: 65.074-220

Telefone: 98 98112-1774

E-mail: janelsonnascimentoadv@gmail.com

2.ATIVIDADES PROFISSIONAIS

2.1 ATUAIS

Advogado inscrito na OAB-MA sob o número 6499, desde 2003.

Sócio Fundador do Escritório de Advocacia Janelson Nascimento;



JANELSON NASCIMENTO
— ADVOCACIA E CONSULTORIA —

2.2 ANTERIORES

Secretário Adjunto de Governo da Prefeitura Municipal de Imperatriz (01/2019 a 12/2020).

Assessor Especial da Procuradoria Geral do Município de São Luís (01/2013 a 12/2016).

Chefe da Secretaria Executiva da Presidência do TCE-MA (01/2005 a 12/2008 e 01/2011 a 10/2012).

Assessor Técnico Especial de Conselheiro do TCE-MA (02/2004 a 01/2005 e 01/2009 a 12/2010).

Assessor Especial da Presidência do TCE-MA (04/2003 a 02/2004).

Assessor de Conselheiro do TCE-MA para assuntos municipais (10/2001 a 04/2003).

3. TÍTULOS ACADÊMICOS E ATIVIDADES DE APRIMORAMENTO

Cursos de graduação

Graduado em Direito pelo Centro Universitário do Maranhão – UniCEUMA;

Curso incompleto de Administração de Empresas pelo Centro Universitário do Maranhão – UniCEUMA

Cursos de pós-graduação

Pós-Graduando em Gestão Pública Municipal – UFMA;

Pós-Graduando em Licitações e Contratos Administrativo – CESVALE/PI

Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento

Curso o Papel do Município no Cenário Político-Institucional do Brasil, realizado pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão;

Curso de Defesas e Recursos nos Tribunais de Contas, realizado pela ELO Consultoria e Treinamentos;

Curso de Capacitação de Controladores Internos, realizado pela JAM Jurídica

Curso de Capacitação em Gestão de Projetos, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão;

Curso de Auditoria Governamental no Serviço Público, realizado pela Escola de Administração e Treinamento – ESAFI;

Curso de Convênios e Tomadas de Contas Especial, realizado pela ELO Consultoria e Treinamentos;

Curso de Convênios: da solicitação à prestação de contas / tomada de contas, com abordagem no SINCONV, realizado pela CONTREI;



JANELSON NASCIMENTO

— ADVOCACIA E CONSULTORIA —

Curso de Sanções Administrativas aplicáveis a licitantes e contratados à luz da Jurisprudência do TCU, realizado pela CONSULTRE Consultoria e Treinamento;

Curso sobre Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos, realizado pela ELO Consultoria e Treinamentos;

Curso de Elaboração de Relatórios e Pareceres na Administração Pública, realizado pela ELO Consultoria e Treinamentos;

Curso sobre Aspectos Polêmicos dos Contratos Administrativos, realizado pela ZÊNITE Informação e Consultoria;

Curso Completo de Procedimentos Disciplinares, realizado pela CONSULTRE Consultoria e Treinamento;

Curso de Previdência Social dos Servidores Públicos: Aposentadorias e Pensões, realizado pela Escola de Administração e Treinamento – ESAFI;

Curso de Fiscalização dos Contratos de Terceirização de Serviços na Administração Pública – ciclo de fiscalização para prevenção de responsabilidade, realizado pela ZÊNITE Informação e Consultoria.

Curso de Tributos Municipais. (Carga horária: 8h), 2015, Instituto Brasileiro de Administração Pública, IBRAP, Brasil.

Curso de Gestão Tributária de Contratos e Convênios. (Carga horária: 16h), 2016, JAM JURÍDICA, JAM, Brasil.

Curso Dívida Ativa – Protesto ou Execução Fiscal, (Carga horária: 8h), 2017, Instituto Brasileiro de Administração Pública, IBRAP, Brasil.

Curso de Licitações e Contratos Administrativos (Carga horária: 32h), 2018, Fundação Carlos Chagas, Brasil.

Curso de Direito Municipal (Carga Horária: 30h), 2020, Fundação Getúlio Vargas, Brasil.

4. OUTRAS ATIVIDADES E EXPERIÊNCIAS TÉCNICO-PROFISSIONAIS E ACADÊMICAS

Ex-Membro da Comissão Consultiva do TCE-MA para desenvolvimento do Sistema de Auditoria Eletrônica – SAE;

Ex-Membro da Comissão Consultiva do TCE-MA para elaboração do novo Regimento Interno do Tribunal de Contas;

Coautor do livro “Tribunais de Contas e o Controle Externo”

Palestrante na área de Controle Externo e Direito Municipal

Assessor e consultor jurídico de vários municípios e órgão públicos



JANELSON NASCIMENTO

— ADVOCACIA E CONSULTORIA —

5.DADOS PESSOAIS

Nome: **LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS**

Endereço Profissional: Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Edifício Pátio Jardins, Bairro Altos do Calhau, São Luís-MA, CEP: 65.074-220

Telefone: 98 99101-1473

E-mail: ludmilarufinoadv@gmail.com

6.ATIVIDADES PROFISSIONAIS

6.1 ATUAIS

Advogada desde 2010, inscrita na OAB-MA sob o número 17.241;

Sócia do Escritório de Advocacia Janelson Nascimento desde 2015;

Assessora Jurídica do Município de Buritirana/MA desde 2017;

6.2 ANTERIORES

Assessora Jurídica do Município de Grajaú/MA (2015-2016)

Assessora Jurídica do Município de São Pedro da Água Branca (2017-2017);

Sócia do Escritório de Pinheiro e Rufino Advocacia (2010-2015);

Assessora Especial da Prefeitura Municipal de Timon-Ma (2013-2015);

Advogada do Escritório Juris Advocacia (2010-2014);

Professora do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Saúde, Exatas e Jurídicas de Teresina – CEUT (2013 a 2019);

Professora do Curso de Direito da Associação Educacional da Amazônia – ESTÁCIO SEAMA (2012-2013);

Professora do Curso de Direito da Faculdade Norte Brasil – FABRAN (2012-2013);

Assistente Jurídica do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (2006-2012);

servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (2003-2004)



JANELSON NASCIMENTO

— ADVOCACIA E CONSULTORIA —

7. TÍTULOS ACADÊMICOS E ATIVIDADES DE APRIMORAMENTO

Cursos de graduação

Graduada em Direito pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho – ICF;

Cursos de pós-graduação

Especialização em DIREITO PRIVADO pela Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Especialização em DIREITO PÚBLICO pela Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Pós-Graduada em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Pós-Graduada em Licitações e Contratos Administrativos pela CESVALE/PI

Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento

Curso de preparação à magistratura níveis i e ii. (carga horária: 720h), 2005 – 2009, Escola Superior da Magistratura do Estado do Piauí, ESMEPI.

Curso de Tributos Municipais. (Carga horária: 8h), 2015, Instituto Brasileiro de Administração Pública, IBRAP, Brasil.

Curso de Gestão Tributária de Contratos e Convênios. (Carga horária: 16h), 2016, JAM JURÍDICA, JAM, Brasil.

Curso de Licitações e Contratos Administrativos (Carga horária: 30h), 2018, Fundação Getúlio Vargas, Brasil.

Curso Processo nos Tribunais de Contas: Acusação, Defesa, Julgamento e Recurso (Carga Horária: 16h), 2018, JAM Jurídica, Brasil.

Curso Responsabilização de Agentes Públicos e Privados Perante os Tribunais de Contas (Carga Horária: 16h), 2018, JAM Jurídica, Brasil.

Curso Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, (Carga Horária: 30h), 2018, Consultre, Brasil.

Curso Completo de Licitação (Carga Horária: 30h), 2020. Consultre. Brasil.

Curso de Direito Municipal (Carga horária: 30h), 2020, Fundação Getúlio Vargas, Brasil.

8. OUTRAS ATIVIDADES E EXPERIÊNCIAS TÉCNICO-PROFISSIONAIS E ACADÊMICAS

Assessora e consultora jurídica de vários municípios e órgão públicos.



JANELSON NASCIMENTO

— ADVOCACIA E CONSULTORIA —

São Luís-MA, 2021.

Janelson Moucherek Soares do Nascimento

Sócio Administrador

Advogado OAB-MA nº 6.499

Ludmila Rufino Borges Santos

Sócia

Advogada OAB-MA nº 17.241



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS PIAUIENSES
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
DO ESTADO DO PIAUÍ

PÓS-GRADUAÇÃO

Lato Sensu

A Universidade Federal do Piauí, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/Coordenadoria Geral de Pós-Graduação, certifica que **LUDMILA RUFINO LIMA PINHEIRO** concluiu o Curso de **DIREITO PÚBLICO**, em nível de Especialização, com 450 horas, em regime presencial, realizado na cidade de Teresina, no período de Abril a Setembro 2010, em convênio com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Piauí - ESMEPI, de acordo com as normas vigentes emanadas pelo Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (Resolução nº 1/2007-CNE-CES) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX-UFPI).

Teresina, 31 de agosto de 2011

Santo Brandão

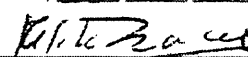

Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Pós-Graduação

Enil

Diretor da ESMEPI

Roseli Farias Melo de Barros

Coordenador(a) Geral de Pós-Graduação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ			PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO		COORDENADORIA GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO	
HISTÓRICO ESCOLAR						
Nome: LUDMILA RUFINO LIMA PINHEIRO						
Curso: Especialização em DIREITO PÚBLICO					Créditos: 30.0.0	
Disciplina	Car/Hor Nota		Professores(as)			
			Nome	Título	IES de Origem	
Direito Constitucional	30	8,50	Fernando Ferreira dos Santos	Dr	UFPI	<p>Os critérios adotados para avaliação do aproveitamento do aluno foram:</p> <p>a) para a assiduidade: frequência mínima de 75%; -</p> <p>b) para a eficiência: participação efetiva nas atividades das disciplinas.</p> <p>Foi considerado aprovado o aluno que obteve nota igual ou superior a <u>07 (sete)</u> na avaliação final das disciplinas e comparecimento igual ou superior a 75%, das atividades da disciplina.</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p>PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO COORDENADORIA GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO</p> <p>Certificado Registrado sob nº. <u>11.128</u> do Livro <u>005</u> Fls. <u>4372</u> de acordo com as Resoluções em vigor do CNE e do CEPEX-UFPI.</p> <p>Teresina, <u>23/09/2011</u></p> <p> FRANCISCO TEIXEIRA CASTELO BRANCO Chefe do Serviço de Registro de Diploma e Certificado</p> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p>PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO COORDENADORIA GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO</p> <p>APROVO O REGISTRO</p> <p>Teresina, <u>23/09/2011</u></p> <p> ROSELI FARIAS MELO DE BARROS Coordenadora Geral de Pós-Graduação</p> </div>
Direito Administrativo	30	9,50	Yuri Michael Pereira Costa	M.Sc	ESMEPI	
Direito Penal I	30	7,00	Paulo Roberto de Lima Fagundes	M.Sc	UFPI	
Direito Penal II	30	9,00	Juliano de Oliveira Leonel	M.Sc	ESMEPI	
Direito Tributário	15	9,50	José Renato de Oliveira	Esp	ESMEPI	
Direito Processual Civil I	30	7,00	Nazareno César Moreira Reis	Esp	ESMEPI	
Direito Processual Civil II	30	9,00	Thiago Brandão de Almeida	Esp	ESMEPI	
Direito Processual Penal I	30	8,00	Antonio Francisco Gomes de Oliveira	Esp	ESMEPI	
Direito Processual Penal II	30	9,00	José James Gomes Pereira	M.Sc	ESMEPI	
Direito Eleitoral	15	9,00	Haroldo Oliveira Rehen	Esp	ESMEPI	
Hermenêutica e Deontologia Jurídicas	15	8,00	Adeilda Coelho de Resende	M.Sc	UESPI	
Organização Judiciária	15	9,40	Sérgio Wilson Lopes Soares	Esp	ESMEPI	
Metodologia da Pesquisa	30	9,25	Gustavo Fortes Said	Dr	UFPI	
Metodologia do Ensino Superior	30	9,00	Eudóxio Soares Lima Verde	M.Sc	UFPI	
Orientação do Artigo Científico	90	9,00	Adeilda Coelho de Resende	M.Sc	UESPI	
Média Global	8,67		Resultado Final do Curso		Aprovado(a)	
TÍTULO: SÚMLA VINCULANTE Nº 11 DO STF: UMA ANÁLISE DO USO DAS ALGEMAS E DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.						

CERTIFICADO 2018



Certificamos que

Ludmila Rufino Borges Santos

participou do curso **PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: Acusação, Defesa, Julgamento e Recurso**, realizado nos dias 16 e 17 de agosto de 2018, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.




São Luís/MA, 17 de agosto de 2018.

**JAM,
JURÍDICA**

A informação necessária

www.jam-juridica.com.br

contato@jam-juridica.com.br

SIGA-NOS   


Odilon Cavallari de Oliveira
Instrutor


André Araújo
Diretor da JAM Jurídica

CURSO

PROCESSO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: ACUSAÇÃO, DEFESA, JULGAMENTO, RECURSO

PROGRAMA

1. Acusação

- 1.1. Possibilidades e limites à atuação dos tribunais de contas
 - 1.1.1. Jurisdição e competência
 - 1.1.2. Independência das instâncias
- 1.2. Princípios processuais gerais e específicos
- 1.3. Requisitos de uma acusação válida
- 1.4. Tipos de processos em que a acusação pode ser formulada
 - 1.4.1. Processo de contas
 - 1.4.1.1. Contas ordinárias
 - 1.4.1.2. Tomada de Contas Especial
 - 1.4.1.3. Contas de convênios e instrumentos congêneres
 - 1.4.2. Processo de fiscalização
 - 1.4.2.1. Auditorias e inspeções
 - 1.4.2.2. Denúncias e representações

2. Defesa

- 2.1. Contraditório e ampla defesa nos tribunais de contas, segundo o STF
- 2.2. Meios de prova
 - 2.2.1. Forma de apresentação
 - 2.2.2. Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos
 - 2.2.3. Ônus da prova
 - 2.2.4. Prova emprestada
 - 2.2.5. Prova de preço adequado
 - 2.2.6. Prova por fotos
 - 2.2.7. Prova por declaração de terceiro

2.2.8. Prova indiciária

- 2.3. Tipos de defesa
- 2.4. Prazos processuais
- 2.5. Resposta a citações e audiências
- 2.6. Pedido de vista e de cópia dos autos
- 2.7. Juntada de documentos
- 2.8. Sustentação oral
- 2.9. A defesa produzida por advogado

3. Julgamento

- 3.1. Tipos de provimentos existentes
 - 3.1.1. Monocráticos
 - 3.1.1.1. Despachos de mero expediente
 - 3.1.1.2. Decisões interlocutórias
 - 3.1.2. Colegiados
 - 3.1.2.1. Cautelares
 - 3.1.2.1.1. Suspensão de ato ou procedimento
 - 3.1.2.1.2. Afastamento cautelar do cargo
 - 3.1.2.1.3. Decretação de indisponibilidade dos bens do responsável
 - 3.1.2.1.4. Solicitação de arresto à AGU ou Procuradoria do Estado
 - 3.1.2.2. De mérito
 - 3.1.2.2.1. Julgamento de contas
 - 3.1.2.2.2. Corretivos
 - 3.1.2.2.3. Condenatórios
- 3.2. Sanções cabíveis
- 3.3. Nulidades processuais

4. Recursos

- 4.1. Princípios dos recursos
- 4.2. Requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos
- 4.3. Natureza jurídica dos requisitos de admissibilidade
- 4.4. Efeitos dos recursos
- 4.5. Peculiaridades do recurso contra medida cautelar
- 4.6. Atuação do Ministério Público de Contas na fase recursal
- 4.7. Principais tipos de recursos nos tribunais de contas
 - 4.7.1. Recurso contra decisão que julga processo de contas
 - 4.7.2. Recurso contra decisão que julga processo de fiscalização
 - 4.7.3. Embargos de Declaração
 - 4.7.4. Recurso ou Impugnação autônoma contra decisão transitada em julgado
 - 4.7.5. Agravo
- 4.8. Coisa julgada administrativa
- 4.9. Execução administrativa ou judicial das decisões dos tribunais de contas

5. Possibilidades e limites à revisão das decisões dos tribunais de contas

- 5.1. Pelo Poder Legislativo
- 5.2. Pelo Poder Judiciário
- 5.3. Ações judiciais cabíveis contra as decisões dos tribunais de contas
 - 5.3.1. Mandado de Segurança
 - 5.3.2. Outras ações

CERTIFICADO 2018



Certificamos que

Ludmila Rufino Borges Santos

participou do curso **RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS
PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS**, realizado nos dias 23 e 24 de julho de 2018,
em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.




São Luís/MA, 24 de julho de 2018.

**JAM,
JURÍDICA**

A informação necessária

www.jam-juridica.com.br

contato@jam-juridica.com.br

SIGA-NOS   


Odilon Cavallari de Oliveira
Instrutor


André Araújo
Diretor da JAM Jurídica

CURSO

RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

PROGRAMA

51. O sistema jurídico de imputação de responsabilidade

- 1.1. Responsabilidade administrativa
- 1.2. Responsabilidade civil
- 1.3. Responsabilidade penal
- 1.4. Harmonização do sistema jurídico de imputação de responsabilidade

2. Tipos de processos de responsabilização nos Tribunais de Contas e suas peculiaridades no tocante à imputação de responsabilidade

- 2.1. Processos de contas ordinárias
- 2.2. Tomada de Contas Especial
- 2.3. Processos de fiscalização: auditorias, denúncias, representações e outros

3. Espécies de responsabilidade

- 3.1. Responsabilidade contratual e extracontratual
- 3.2. Responsabilidade objetiva e subjetiva
- 3.3. Responsabilidade solidária

4. Hipóteses de responsabilização do particular

- 4.1. Responsabilidade da empresa contratada pelo Poder Público
- 4.2. Responsabilidade do sócio da empresa contratada pelo Poder Público

5. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados e por quais atos

- 5.1. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados
- 5.2. Quais atos dos agentes públicos podem ensejar a responsabilização

6. O que deve ser observado pelos Tribunais de Contas na caracterização do fato ilícito

- 6.1. Natureza jurídica do ilícito administrativo e/ou financeiro
- 6.2. Desafios a serem superados na caracterização do ilícito
- 6.3. Critérios para a quantificação do dano, inclusive em tomadas de contas especiais

7. Como os Tribunais de Contas devem avaliar a conduta por ação ou por omissão

- 7.1. Conceito jurídico de conduta
- 7.2. Individualização das condutas
- 7.3. Conduta por ação
- 7.4. Conduta por omissão

8. Como se aplica aos Tribunais de Contas os critérios para avaliação da culpa

- 8.1. Culpa lato sensu
- 8.2. Culpa strictu sensu
- 8.3. Dolo

9. Critérios específicos para a avaliação da culpa do superior hierárquico

- 9.1. Controvérsias em torno da delegação de competência
- 9.2. Falha na supervisão hierárquica
- 9.3. Má escolha do subordinado

10. Nexos de causalidade

- 10.1. Como identificar quem deu causa ao resultado ilícito
- 10.2. Controvérsias no Direito em torno do tema
- 10.3. Peculiaridades do nexo de causalidade no Direito Administrativo

11. Circunstâncias que podem isentar o agente público de responsabilidade

- 11.1. Legítima defesa
- 11.2. Estado de Necessidade
- 11.3. Exercício Regular de um direito e estrito cumprimento do dever legal
- 11.4. Caso fortuito e força maior
- 11.5. Fato de terceiro
- 11.6. Culpa exclusiva da Administração

12. Causas que justificam a não aplicação de sanções

- 12.1. Boa-fé
- 12.2. Ausência de potencial conhecimento da ilicitude
- 12.3. Inexigibilidade de conduta diversa

13. Causas que impedem a aplicação de sanção

- 13.1. Morte
- 13.2. Prescrição

14. A experiência do TCU sobre a matéria e as cautelas esperadas do agente público

- 14.1. Matriz de responsabilização
- 14.2. Cautelas esperadas do agente público

15. Responsabilidade do agente político, do dirigente máximo, do controle

interno, das pessoas jurídicas e dos pareceristas jurídicos e técnicos: Estudo de casos julgados.

- 15.1. Responsabilidade do agente político
- 15.2. Responsabilidade do dirigente máximo
- 15.3. Responsabilidade do controle interno
- 15.4. Responsabilidade de Estados, Distrito Federal e Municípios
- 15.5. Responsabilidade das entidades sem fins lucrativos e de seus dirigentes
- 15.6. Responsabilidade do parecerista jurídico ou técnico
- 15.7. Responsabilidade de quem age amparado em parecer jurídico ou técnico

16. Responsabilidade dos vários agentes que atuam em licitações e contratos, inclusive de obras públicas, desde a abertura do processo licitatório até o recebimento definitivo do objeto: Estudo de casos julgados.

- 16.1. de quem elabora o edital
- 16.2. do membro de comissão de licitação
- 16.3. do pregoeiro e da equipe de apoio
- 16.4. de quem elabora projeto básico ou termo de referência
- 16.5. de quem aprova projeto básico
- 16.6. de quem homologa o resultado da licitação
- 16.7. de quem assina o contrato
- 16.8. de quem assina termo aditivo
- 16.9. do fiscal do contrato
- 16.10. do licitante fraudador

17. Responsabilidade decorrente de recursos repassados mediante convênio no tocante aos agentes dos órgãos concedentes e convenientes, do prefeito e de seu sucessor, e do omissor no dever de prestar contas: Estudo de casos julgados.

- 17.1. dos agentes públicos do órgão repassador
- 17.2. do Prefeito e de seu sucessor
- 17.3. do omissor no dever de prestar contas

18. Critérios para a imposição de sanções pelos tribunais de contas

- 18.1. Pressupostos para a aplicação das sanções
- 18.2. Questões controvertidas sobre as multas
- 18.3. Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança
- 18.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação

GESTÃO TRIBUTÁRIA

DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

29
FEVEREIRO

1º
MARÇO

2016

SÃO LUÍS · MA

Certificado

Certificamos que

Ludmila Rufino Borges Santos

participou do curso **GESTÃO TRIBUTÁRIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**,
realizado nos dias 29 de fevereiro e 1º de março de 2016,
no São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 1º de março de 2016.


Alexandre Marques
Instrutor


André Araújo
Diretor da JAM Jurídica



REALIZAÇÃO

**JAM
JURÍDICA**
A informação necessária

PROGRAMA

1. Introdução

- Definindo "Gestão Tributária"
- Responsabilidade tributária dos contratantes e convenientes
- Condição jurídica das entidades convenientes em relação às obrigações tributárias. Responsabilidade administrativa das entidades concedentes
- Distinção entre responsabilidade tributária, trabalhista e administrativa
- Panorama das incidências tributárias conforme a natureza jurídica do contratante (empresa privada, entidade da Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados e Municípios).

2. Responsabilidades Tributárias relativas ao INSS

- Características gerais das contribuições previdenciárias incidentes sobre contratos com pessoas físicas e jurídicas.
- Incidência do INSS na contratação de pessoas jurídicas, cooperativas e pessoas físicas. Comparativo
- Panorama da incidência do INSS conforme a natureza jurídica do contratante
 - 2.1 Retenção de 11% na Cessão de Mão-de-Obra e Empreitada
 - 2.2 Retenção de 11% dos Contribuintes Individuais
 - 2.3 Contribuição Previdenciária sobre Cooperativas de Trabalho

3. Responsabilidades Tributárias relativas ao IRRF, CSLL, PIS e COFINS

- Características gerais do Imposto de Renda, CSLL, PIS e COFINS
- Panorama das incidências de IRRF, CSLL, PIS e COFINS nas contratações efetuadas por entidades privadas e públicas

3.1 Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre contratos de prestação de serviços

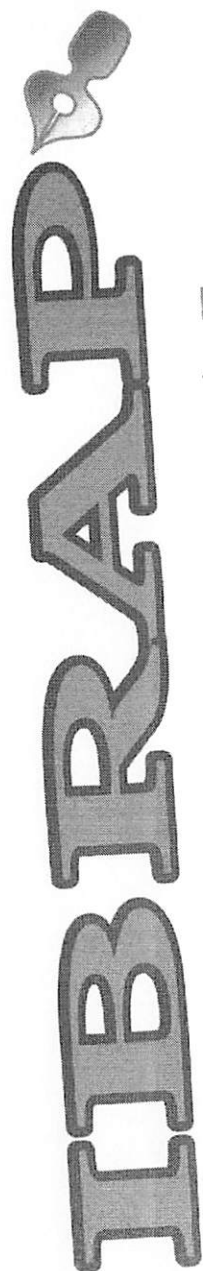
3.2 CSLL, PIS e COFINS Retidos na Fonte (IRRF) sobre contratos de prestação de serviços com pessoas jurídicas

3.3 Retenções do Poder Público Federal (Administração Direta e Indireta da União)

4. Responsabilidades Tributárias relativas ao ISS - Imposto Sobre Serviços

- Características gerais do tributo: fundamento constitucional, competência e fato gerador
- Contribuintes do ISS
- Campo de incidência do ISS e do ICMS. Prestação de serviços com fornecimento de mercadorias
- Legislação de referência: Lei Complementar 116/2003 e Decreto-lei 406/68
- Análise e interpretação da lista de serviços anexa à LC 116/2003
- Alíquotas máxima, mínima e alíquota fixa
- Local da prestação do serviço: critérios da Lei Complementar e da Jurisprudência do STJ
- Retenção na fonte: prerrogativas do Município competente
- Sujeito passivo da obrigação de retenção do ISS (empresas e entidades públicas)
- Serviços sujeitos à retenção obrigatória
- Tratamento do optante do Simples Nacional
- Locação de bens móveis e suas controvérsias

5. Simulações, estudos de casos e resolução de problemas práticos



Certificado de Participação

IBRAP - Instituto Brasileiro de Administração Pública,

Confere este certificado a

LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS

Pela participação no **CURSO SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS**

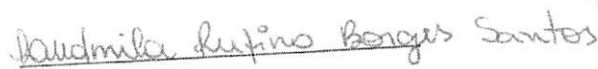
Realizado em **SAO PAULO**

Com carga horária de **8 HORAS-AULA**

Ministrado por **EDILSON PEREIRA DE GODOY**

Ribeirão Preto, **30 de Setembro de 2015**


Coordenação


Participante

Curso: 395.G - 2015 : CURSO SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS
Data(s): 30/09/2015

O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
OS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO E SUAS NORMAS
IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
- FATO GERADOR E BASE DE CÁLCULO / SUJEITO PASSIVO / LANÇAMENTO / IMUNIDADE E ISENÇÕES
ITBI - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS
- FATO GERADOR / SUJEITO PASSIVO / BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA / OBRIGAÇÕES DOS SERVENTUÁRIOS /
IMUNIDADES E ISENÇÕES
ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
- FATO GERADOR E BASE DE CÁLCULO / IMUNIDADES E ISENÇÕES / RESPONSABILIDADE DO FISCO MUNICIPAL
AS TAXAS DE LICENÇA E A LEI GERAL DA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- ANÁLISE DAS JURISPRUDÊNCIAS DO STF E DO STJ
A LEGISLAÇÃO SOBRE ALVARÁS DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO E
ALVARÁ PROVISÓRIO.
O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NORMAS GERAIS
- FATO GERADOR
- OBRIGAÇÃO PRINCIPAL E ACESSÓRIA
- LANÇAMENTO E NOTIFICAÇÃO (INCLUSIVE ELETRÔNICA)
- DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO
- IMUNIDADE TRIBUTÁRIA
- CONCESSÃO DE ISENÇÃO
- CONCESSÃO DE PARCELAMENTOS
- CONCESSÃO DE REMISSÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO
- CONCESSÃO DE ANISTIA
PLANOS DE INCENTIVO FISCAL
- ELABORAÇÃO

Certificado

CERTIFICAMOS QUE LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS PARTICIPOU DO CURSO "EAD - CURSO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS", COM CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS.



VILA VELHA, 16 JULHO 2018.

Código do certificado: 2fc50e90-8909-11e8-87b5-b5eae75f023c

EDNA ALEXANDRINA DOS SANTOS
DIRETORA



FGVONLINE-0/DIRMUNEAD-00/11799/2020

O Instituto de Desenvolvimento Educacional da Fundação Getúlio Vargas confere a

LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS

Cadastro de Pessoa Física – CPF n.º 78352070282

O Certificado do Curso

DIREITO MUNICIPAL

Nível Atualização, com 30 horas, realizado pelo Programa FGV Online, no período de 28 de Maio de 2020 a 16 de Julho de 2020, conferindo-lhe o grau 10.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2020

Mary Kimiko Guimarães Murashima
Diretora Executiva - DGA
Instituto de Desenvolvimento Educacional – IDE



FGVONLINE-0/LCAEAD-00/6023/2018

O Instituto de Desenvolvimento Educacional da Fundação Getúlio Vargas confere a

LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS

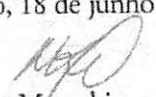
Cadastro de Pessoa Física – CPF n.º 78352070282

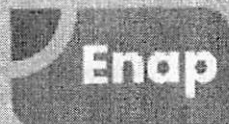
O Certificado do Curso

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Nível Atualização, com 30 horas, realizado pelo Programa FGV Online, no período de 2 de Abril de 2018 a 16 de Junho de 2018, conferindo-lhe o grau 7.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2018


Mary Murashima
Diretora Executiva - DGA



Escola Nacional de
Administração Pública



escolavirtual.gov.br

CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que **LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS**, concluiu o curso Acesso à Informação (Turma JUL/2021), com início em 23/07/2021 e com carga-horária de 20 horas.

Diogo G. R. Costa
Presidente

Escola Nacional de Administração Pública - Enap

HISTÓRICO DO PARTICIPANTE

Nome:

LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS

Disponibilidade:

23/07/2021 a 12/08/2021

Curso:

Acesso à Informação

Carga Horária:

20 horas

Nota Final:

88

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Direito de acesso à informação no Brasil
 - 1.1 Abrangência da Lei de Acesso à Informação no Brasil
 - 1.2 Exercício do direito ao acesso à informação
 - 1.3 Prazos e procedimentos para acesso à informação
- 2 Negativas de acesso
 - 2.1 Fundamentos para negação de acesso
 - 2.2 Possibilidades de restrição de acesso
 - 2.3 Procedimentos para proteção da informação

- 3 Informações Classificadas e Dados Abertos
 - 3.1 Diretrizes de classificação
 - 3.2 Tratamento de informação classificada
 - 3.3 Comissões de tratamento
 - 3.4 Dados abertos



Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código Kct:15149039wXZ.

Este certificado foi gerado em 11/08/2021 às 17:08 horas.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço <https://www.escolavirtual.gov.br>.

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.



MEETUP

DIREITO DIGITAL EM 2021


Certificamos para os devidos fins que

Ludmila Rufino

Participou do MEETUP - A LGPD E SEUS DESAFIOS NO SETOR PÚBLICO, realizado no dia 21 de julho de 2021, no YOUTUBE DO PORTAL JURISTAS, atribuindo 3 horas de atividades complementares.



Grace Anny Benayon Zamperline
Presidente da OAB/AM

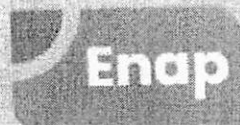


Aldo Soares Evangelista
Presidente da Comissão de Direito Digital
Startups & Inovação da OAB/AM



Comissão de direito
digital startups e Inovação





Escola Nacional de
Administração Pública



escolavirtual.gov.br

CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que **LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS** concluiu o curso Habilidades de Resolução de Problemas (Turma SET/2021) com início em 22/09/2021 e com carga-horária de 25 horas.

Diogo G. R. Costa
Presidente

Escola Nacional de Administração Pública - Enap

HISTÓRICO DO PARTICIPANTE

Nome:

LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS

Disponibilidade:

22/09/2021 a 22/10/2021

Curso:

Habilidades de Resolução de Problemas

Carga Horária:

25 horas

Nota Final:

77.19

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo 1: Introdução às habilidades de resolução de problemas e autoavaliação.

Módulo 2: Introdução à estrutura LEADS.

Módulo 3: Liderança.

Módulo 4: Comunicação Efetiva.

Módulo 5: Pensamento Analítico.

Módulo 6: Tomada de Decisões.

Módulo 7: Implementação de Soluções.

Módulo 8: Pós-avaliação e teste de personalidade.

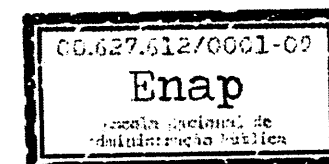


Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código **vgTg5541853YwD1**.

Este certificado foi gerado em 20/10/2021 às 16:10 horas.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço <https://www.escolavirtual.gov.br>.

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.



Certificado de Participação

Certificamos que

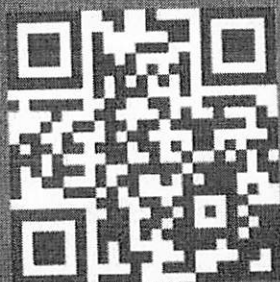
Ludmila Rufino

participou da aula

magna do Curso de Inverno de Compliance Anticorrupção na
Administração Pública,
realizada no dia

30/07/2021

totalizando 3 horas-aula.

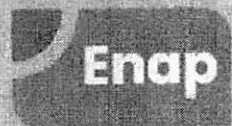


Belo Horizonte, 06 de Agosto de 2021.

Joice Martins da Costa
Diretora Geral

CEDIN

CEDIN-Centro de Estudos em Direito e Negócios
CNPJ: 07.808.205/0001-47
Rua Algeas, 772, 4º Andar - Funcionário - Belo Horizonte/MG



Escola Nacional de
Administração Pública



escolavirtual.gov.br

CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que **LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS**, concluiu o curso Regulamentação da Lei de Acesso à Informação nos Municípios (Turma JUL/2021), com início em 23/07/2021 e com carga-horária de 20 horas.

Diogo G. R. Costa
Presidente

Escola Nacional de Administração Pública - Enap

HISTÓRICO DO PARTICIPANTE

Nome:

LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS

Curso:

Regulamentação da Lei de Acesso à Informação nos Municípios

Disponibilidade:

23/07/2021 a 12/08/2021

Carga Horária:

20 horas

Nota Final:

90

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo 1 - Acesso à Informação - Um direito de todos

1. O que é Acesso à Informação?
2. Acesso à Informação Pública: Um Direito Universal
3. Abrangência da LAI

Módulo 2 - Regulamentando a LAI no Município

1. Introdução
2. Regulamentação Local
3. Dispositivos De Regulamentação Obrigatória
4. Dispositivos De Regulamentação Recomendável
5. Dispositivos De Regulamentação Auxiliar

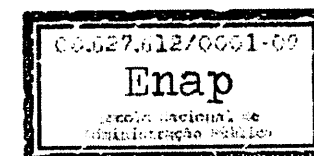


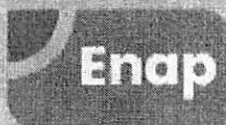
Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código **6xzc5149048EtHz**.

Este certificado foi gerado em 11/08/2021 às 15:08 horas.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço <https://www.escolavirtual.gov.br>.

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.





Escola Nacional de
Administração Pública



escolavirtual.gov.br

CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que **LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS**, concluiu o curso Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais (Turma JUL/2021), com início em 23/07/2021 e com carga-horária de 10 horas.

Diogo G. R. Costa
Presidente

Escola Nacional de Administração Pública - Enap

HISTÓRICO DO PARTICIPANTE

Nome:
LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS

Disponibilidade:
23/07/2021 a 02/08/2021

Curso:
**Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados
Pessoais**

Carga Horária:
10 horas

Nota Final:
96.67

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução e Conceitos
2. Chave Abrangência e Aplicabilidade
3. Fundamentos Legais e Princípios Norteadores
4. Direitos do Titular
5. Agentes no Tratamento de Dados
6. Hipótese de Tratamento e Exceções
7. Transferência Internacional
8. Segurança de Dados e Notificação
9. Responsabilidade e Possíveis sanções
10. Atribuições e Composição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados
11. Atualizações da Lei 13.709/18

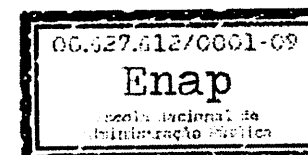


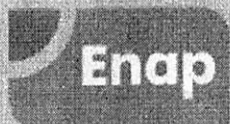
Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código **Zm1u5149010Az7d**.

Este certificado foi gerado em 11/08/2021 às 15:08 horas.

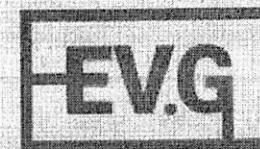
O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço <https://www.escolavirtual.gov.br>.

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.





Escola Nacional de
Administração Pública



escolavirtual.gov.br

CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que **LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS**, concluiu o curso Formação de Pregoeiros - Teoria (Turma SET/2021), com início em 22/09/2021 e com carga-horária de 20 horas.

Diogo G. R. Costa
Presidente
Escola Nacional de Administração Pública - Enap

HISTÓRICO DO PARTICIPANTE

Nome:

LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS

Curso:

Formação de Pregoeiros - Teoria

Disponibilidade:

22/09/2021 a 12/10/2021

Carga Horária:

20 horas

Nota Final:

96.67

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo I - Conceitos Fundamentais.

Módulo II - Fases do Pregão Eletrônico.

Módulo III - Pregão Eletrônico - Operação parte 1

Módulo IV - Pregão Eletrônico - Operação parte 2



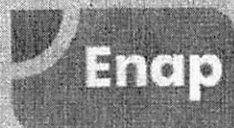
Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código **opVq5541833frSB**.

Este certificado foi gerado em 24/09/2021 às 14:09 horas.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço <https://www.escolavirtual.gov.br>.

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.





Escola Nacional de
Administração Pública



escolavirtual.gov.br

CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que **LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS** concluiu o curso Formação de Pregoeiros - Teoria (Turma SET/2021) com início em 22/09/2021 e com carga-horária de 20 horas.

Diogo G. R. Costa
Presidente

Escola Nacional de Administração Pública - Enap

HISTÓRICO DO PARTICIPANTE

Nome:

LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS

Disponibilidade:

22/09/2021 a 12/10/2021

Curso:

Formação de Pregoeiros - Teoria

Carga Horária:

20 horas

Nota Final:

96.67

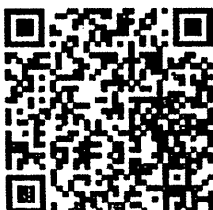
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo I - Conceitos Fundamentais.

Módulo II - Fases do Pregão Eletrônico.

Módulo III - Pregão Eletrônico - Operação parte 1

Módulo IV - Pregão Eletrônico - Operação parte 2

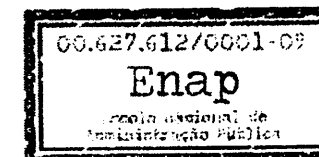


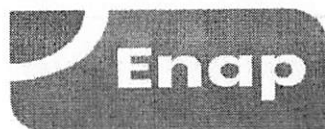
Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código **opVq5541833frSB**.

Este certificado foi gerado em 20/10/2021 às 16:10 horas.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço <https://www.escolavirtual.gov.br>.

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.





Escola Nacional de Administração Pública

Certificado

A Escola Nacional de Administração Pública – Enap certifica que

Ludmila Rufino

concluiu o curso **Formação de Pregoeiros - Prática**, realizado no período de 05/10/2021 a 08/10/2021 com carga horária de 14 horas.

Brasília-DF, 28 de outubro de 2021

DIOGO COSTA

Presidente

Escola Nacional de Administração Pública

Conteúdo:

Simulação de uso do Sistema COMPRASNET;
Simulação de divulgação no sistema;
Simulação de Sessão Pública de Pregão Eletrônico.

Registro:

Número: 58667

Livro: 58667 (FIC)

Folha: 1

Brasília-DF, 28 de outubro de 2021



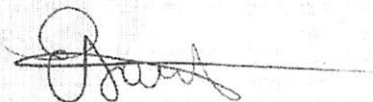
Certificado registrado na Secretaria Escolar da Enap sob código ae0ce67, em 19/10/2021 às 00:00 horas. O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando código acima na página da Enap (https://suap.enap.gov.br/comum/autenticar_documento/ -), opção "Validação de Documentos"

Certificado

CERTIFICAMOS QUE LUDMILA RUFINO BORGES SANTOS INICIOU NO DIA 16 DE JULHO DE 2020 O CURSO "COMPLETO DE LICITAÇÃO" E CONCLUIU NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2020, COM CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS.

VILA VELHA, 23 DE SETEMBRO DE 2020.

Código do certificado: 7614b2c0-fdcc-11ea-bb98-97eb3f378948



Edna Alexandrina dos Santos

Diretora



EADCONSULTRE

COMPLETO DE LICITAÇÃO

Professora Fernanda Lisboa

MÓDULO 1 - INTRODUÇÃO À LICITAÇÃO

- Aula 01 – Introdução à Licitação;
- Aula 02 – A Escolha da Modalidade;

MÓDULO 2 - A FASE INTERNA DA LICITAÇÃO

- Aula 03 – As exigências da lei para a definição do objeto nas compras públicas;
- Aula 04 – As exigências da lei nº 8.666/93 para a definição do objeto nas compras públicas;
- Aula 05 – Marcas;
- Aula 06 – subdivisão em itens;
- Aula 07 – Registro cadastral e documentos de habilitação;
- Aula 08 – Definição dos documentos de habilitação;
- Aula 09 – Tipos de licitação;
- Aula 10 – Critérios de julgamento e aceitabilidade de preços;
- Aula 11 – Exigência de amostras;
- Aula 12 – As cláusulas de pagamento, sanções administrativas e os anexos;
- Aula 13 – Sanções administrativas;
- Aula 14 – A minuta de contrato;
- Aula 15 – A reutilização de editais minutas padrão;
- Aula 16 – Publicidade: veículos e prazos;

MÓDULO 3 - A FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO

- Aula 17 – A fase externa da licitação;
- Aula 18 – A condução da sessão pública;
- Aula 19 – A análise e julgamento dos documentos, das propostas de preços e das amostras;
- Aula 20 – A realização de diligências e a correção das propostas;
- Aula 21 – A convocação para contratação;
- Aula 22 – A anulação e a revogação;
- Aula 23 – A adjudicação e a homologação;

MÓDULO 4 - OS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO DIRETA

- Aula 24 – A contratação direta baseada em princípios;
- Aula 25 – A dispensa motivada por emergência ou calamidade;
- Aula 26 – A dispensa para licitações desertas e a solução para as licitações;
- Aula 27 – A dispensa para licitações com preços manifestamente superiores aos mercados;
- Aula 28 – A contratação direta de bens ou serviços de órgãos ou entidades públicas;
- Aula 29 – Procedimentos para a contratação direta;
- Aula 30 – Inexigibilidade de licitação

MÓDULO 5 - PREGÃO

- Aula 31 – Introdução ao pregão contextualização histórico e obrigatoriedade;
- Aula 32 – Princípios norteadores, obrigatoriedade do pregão e bens e serviços comuns;
- Aula 33 – O pregão para obras e serviços de engenharia e documentação para instrução de processo;
- Aula 34 – Termo de referência;
- Aula 35 – O pregoeiro e a equipe de apoio;
- Aula 36 – Condução do pregão;
- Aula 37 – Considerações da professora.

MÓDULO 6 - A LEI DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

- Aula 38 – A lei complementar nº 123/2006 das micro e pequenas;
- Aula 39 – Prazo para regularização da documentação fiscal;
- Aula 40 – O critério de desempate e a preferência de contratação;
- Aula 41 – As licitações exclusivas.

MÓDULO 7 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

- Aula 43 – Alteração das definições, trazida pelo decreto nº 8250-2014 e a adoção do srp;
- Aula 44 – A intenção de registro de preços;
- Aula 45 – Órgão gerenciador;
- Aula 46 – Órgão participante;
- Aula 47 – Modalidades permitidas e divisão do itens em lotes;
- Aula 48 – O edital da licitação;
- Aula 49 – O cadastro reserva;
- Aula 50 – Validade e acréscimo;
- Aula 51 – Assinatura da ata;
- Aula 52 – A revisão dos preços registrados;
- Aula 53 – Cancelamento do registro;
- Aula 54 – A utilização da ata por órgãos ou entidades não participantes;
- Aula 55 – Considerações professora.

MÓDULO BÔNUS - ESPECIAL COVID-19

- Lei 13.979/2020 – Compras Emergenciais e SRP em tempos de COVID-19;
- Compliance e COVID-19: O que muda nas Contratações Públicas;
- As Licitações e Contratações Públicas durante o COVID-19;
- Contratações por Registro de Preços em tempos de COVID-19;
- O Preço das Contratações Emergenciais para o Enfrentamento do Covid-19;
- Os Impactos da nova MP 961/2020 nas Contratações Públicas;
- Espiritualidade nas Organizações.

CERTIFICADO

A Escola Brasileira de Direito Administrativo – EBDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28302478/0001-95, certifica que

Ludmila Rufino Borges Santos
participou como ouvinte da

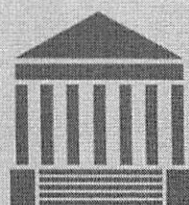
**I Jornada de Licitações e Contratos: os agentes
públicos na Lei nº 14.133/2021**

perfazendo uma carga horária de 5 horas, para todos os efeitos legais.

Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 1º de fevereiro de 2023.


Prof. Dr. Felipe Dalenogare Alves
Coordenador Científico do Evento

www.ebdaonline.com.br
contato@ebdaonline.com.br



ESCOLA BRASILEIRA

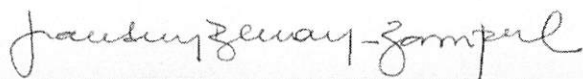
MEETUP

DIREITO DIGITAL EM 2021

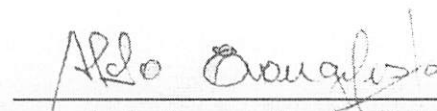
Certificamos para os devidos fins que

Ludmila Rufino

Participou do MEETUP - A LGPD E SEUS DESAFIOS NO SETOR PÚBLICO, realizado no dia 21 de julho de 2021, no YOUTUBE DO PORTAL JURISTAS, atribuindo 3 horas de atividades complementares.



Grace Anny Benayon Zamperline
Presidente da OAB/AM



Aldo Soares Evangelista
Presidente da Comissão de Direito Digital
Startups & Inovação da OAB/AM



Comissão de direito
digital startups e Inovação



Certificado de Participação

Certificamos que

Ludmila Rufino

participou da aula

magna do Curso de Inverno de Compliance Anticorrupção na
Administração Pública,
realizada no dia

30/07/2021

totalizando 3 horas-aula.



Belo Horizonte, 06 de Agosto de 2021.

Joice Martins da Costa
Diretora Geral

CEDIN

CEDIN-Centro de Estudos em Direito e Negócios
CNPJ: 07.808.205/0001-47

Rua Alagoas, 772, 4º Andar - Funcionário - Belo Horizonte/MG

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 02988247

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS RIOS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.008/84)

ASSOCIADO DE NOTAROS

Observações

6489

3º TABELIONATO
DE NOTAS DE SÃO LUIS / MA
CNPJ 11.613.860/01-07

Av. dos Holandeses, loja 36, quadra 36,
Shopping do Automóvel - Calhau - São Luís - MA
Tel.: (98) 3231-4817 - www.3cartablonos.com.br

Certifico e dou fé que a presente fotocópia é reprodução
original que me foi apresentada.
São Luís, 28/02/2019
Emolumentos: 4,40
Em Teste de Verdade
CLAUDIA RAQUEL ALVES MATOS
ESCREVENTE AUTORIZADA.

Selo de Fiscalização
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Maranhão
00004592676

6489

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO MARANHÃO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
JANILSON BOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO

DATA DE NASCIMENTO
21/08/1978

CPF
749.341.473-49

DATA DE EXERCÍCIO
02/05/2014

1452115 - SSP/MA

MAIORE DE MENOR DE MENOR DE MENOR
PRESIDENTE

O Tribunal de Contas do Maranhão confere para

JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO

O presente Certificado de Aproveitamento no Curso de Capacitação em Gestão de Contratos,
ministrado por Jerônimo Souto Leiria, com carga horária de 40 horas,
realizado na cidade de São Luís, no período de 12 a 16 de maio de 2008,
nas dependências do Tribunal de Contas do Maranhão.

São Luís, 16 de maio de 2008.



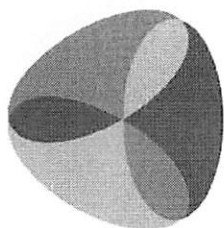
EDMAR SERRA CUTRIM
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão



JERONIMO SOUTO LEIRIA
Instrutor

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO BÁSICO

- I. **Processo orçamentário que antecede as fases da despesa pública;**
- II. **As novas regras da LRF/PPA - LDO - LOA;**
- III. **Princípios da contratação;**
- IV. **Etapas da contratação;**
- V. **Licitação**
 - a. Princípios
 - b. Fase interna
 - b.1. Elaboração de modelos (Termo de Referência, Projeto Básico, Edital, etc)
 - c. Fase externa
- VI. **Conceito de contrato**
- VII. **Tipos de Contrato e características**
- VIII. **caracterização do contrato de serviço;**
- IX. **Fases da despesa pública**
- X. **Execução dos contratos:**
 - a. convocação do adjudicatário;
 - b. instrumento de contrato;
 - c. forma escrita;
 - d. publicidade do contrato;
 - e. estrutura do contrato;
 - f. redação e crítica da minuta de contrato;
- XI. **Fases da execução do objeto:**
 - a. garantias da execução;
 - b. obrigações das partes;
 - c. controle e fiscalização;
 - d. responsabilidade por encargos;
- XII. **Duração e prorrogação dos contratos:**
 - a. duração dos contratos;
 - b. prorrogação dos contratos;
 - c. recebimento do objeto;
 - d. sanção administrativas, penais e civis;
- XIII. **Aditivos**
- XIV. **Rescisão dos contratos administrativos;**
 - a. inexecução do contrato por fato atribuível ao contratado;
 - b. inexecução por fato atribuível à administração;
 - c. ocorrência de fato alheio ao contrato e à vontade das partes;
 - d. razões de interesse público;
 - e. nulidade;
- XV. **Diferença entre gestão, fiscalização e acompanhamento de contratos;**
- XVI. **A Gestão unitária do Contrato**
- XVII. **A Gestão coletiva do contrato**
- XVIII. **A monitorização do contrato:**
 - a. formas de controle;
 - b. indicadores de controle;
 - c. principais cuidados no acompanhamento de contratos;
- XIX. **O gestor de contratos:**
 - a. perfil e papel do gestor de contratos;
 - b. Medidas preventivas para afastar as co-responsabilidades fiscal, trabalhista e previdenciária.
 - c. fluxo da contratação e atuação do gestor;
- XX. **Sistema informatizado de gestão de contratos**
 - a. Importância da Informatização
 - b. Sistemas existentes no mercado
- XXI. **Principais decisões e jurisprudências do TCU e Poder Judiciário sobre gestão de contratos.**
- XXII. **Noções sobre a formação do preço dos serviços**



ELO

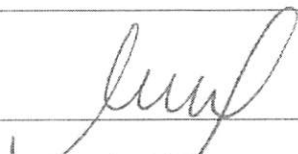
Consultoria Empresarial
e Produção de Eventos

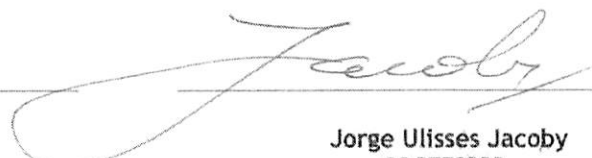
CERTIFICADO

Certificamos que **Janelson Moucherek Soares do Nascimento**

participou **do Seminário: Convênios & Tomadas De Contas Especial**

realizado **Em São Paulo/SP nos dias 08 e 09 de outubro de 2009**


Karine Lillian
PROFESSORA


Jorge Ulisses Jacoby
PROFESSOR


CARMEN CAMILO
Diretora Geral

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Transferências Voluntárias
- Modalidades de Descentralização
- Siconv
- Credenciamento
- Proposta de Trabalho
- Cadastramento
- Plano de Trabalho
- Requisitos
- Contrapartida
- Formalização
- Publicidade
- Liberação dos Recursos
- Movimentação dos recursos
- Contratação de Terceiros
- Vedações
- Responsabilidade
- Prazo
- Documentos exigidos
- Consequências da não-aprovação da prestação de contas
- Legislação Aplicável
 - Constituição Federal
 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União
 - Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e do TCDF
 - IN 56 do TCU e Novas Normas
- Casos que ensejam a instauração de TCE
 - Prestação de contas de convênios
 - Omissão no dever de prestar contas
 - Danos ao erário
- Omissão na instauração de TCE e a responsabilidade solidária do ordenador de despesas
- A citação e a revelia na TCE
- As provas e a perícia na TCE
- Relatório da comissão
- Principais causas de nulidade na TCE
- Consequências do ressarcimento do prejuízo ou reaparecimento do bem
- O desconto em folha de pagamentos ordenada sem concordância do servidor
- A participação do controle interno
- Modelos de portaria, termo de depoimento, termo de juntada e relatório.

CERTIFICADO

A **CONTREI - CONSULTORIA E TREINAMENTO** certifica que **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO**, participou do curso de **CONVÊNIOS: DA SOLICITAÇÃO À PRESTAÇÃO DE CONTAS, INCLUINDO TOMADA DE CONTAS ESPECIAL COM ABORDAGEM NO SICONV**, realizado no período de 03 a 05 de Março de 2010, em Brasília - DF, perfazendo um total de 24 Horas/Aula.

Brasília-DF, 05 de Março de 2010.



Carlos José Alves Farias
Diretor

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução:

- A Nova Legislação;
- Conceitos e Definições;
- Principais Instrumentos de Transferência Utilizados na Administração Pública:
 - Convênios;
 - Contratos de Repasse;
 - Termo de Cooperação;
 - Termos de Parcerias;
- Não aplicabilidade das Novas Normas;
- Vedações para a celebração de Convênios e Contratos de Repasse;
- Consórcios Públicos;
- Portal dos Convênios – SICONV;
 - Visão Geral do Sistema;
 - Publicidade dos Programas Governamentais;
 - Padronização de Objetos;
 - Chamamento Público;
 - Credenciamento de órgãos e entidades;
 - Cadastramento de órgãos e entidades;

2. Proposição:

- Proposta de Trabalho;
 - Conteúdo;
 - Análise da Proposta;
 - Roteiro para a Análise da Proposta;
- Plano de Trabalho;
- Projeto Básico e Termo de Referência;

3. Formalização do Instrumento:

- Requisitos para celebração;
- Contrapartida do Conveniente/Contratado;
- Elementos Constitutivos do Instrumento de Convênio/Contrato de Repasse;
 - Preâmbulo;
 - Cláusulas Obrigatórias;
 - Assinaturas;
- Início da Vigência;

- Publicidade como Requisito de Eficácia;

4. Execução do Objeto:

- Liberação dos Recursos;
- Execução no SIAFI;
- Conta Bancária Específica;
- Saques da Conta Específica;
 - Aplicação;
 - Pagamento das Despesas;
 - Registros no SICONV;
- Despesas e procedimentos vedados;
- Cuidados na Execução;
- Procedimentos para Contratação/aquisições;
- Acompanhamento e Fiscalização da Execução;
- Alterações no Plano de Trabalho;
- Prorrogação de Vigência;
 - Limites;
 - Obrigatoriedade ou não de Termo Aditivo;
- Denúncia, Rescisão e Extinção do Convênio;

5. Prestação de Contas:

- Prestação de Contas;
 - Conteúdo;
 - Prazos de apresentação;
- Análise Técnica e Financeira;
- Procedimentos;
- Quem deve prestar contas;
- Documentação Comprobatória das Despesas Realizadas;
- Consequência da sua não apresentação;
- Jurisprudência do TCU;

6. Tomada de Contas Especial:

- Características;
- Peças exigidas;
- Trâmite;
- Responsabilidades;
- Consequências.

PROFESSOR:

Anderson Rubens de Oliveira Couto

CARGA HORÁRIA:

24 Horas/Aula



Certificado

Certificamos que **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO** participou do curso "Sanções Administrativas aplicáveis a licitantes e contratados à luz da Jurisprudência do TCU", no período de 03 a 06 de agosto de 2010, com carga horária de 24 horas, sob o registro nº 28141.

São Paulo/SP, 06 de agosto de 2010.


CONSULTRE
Consultoria & Treinamento


Valéria dos Santos Cordeiro e
Cláudio Brandão de Oliveira
INSTRUTORES

"Sanções Administrativas aplicáveis a licitantes e contratados à luz da Jurisprudência do TCU "

Programa

Questões Jurídicas - Claudio Brandão de Oliveira - 6 horas

A Responsabilidade do Agente Público

A função do Pregoeiro, Fiscal de Contrato/Comissão de Recebimento e demais servidores envolvidos no processo de contratação como agentes administrativos diretamente responsáveis pela abertura do procedimento apuratório de responsabilidade em face da empresa Licitante ou Contratada. Noções Gerais - Sanções - Suspensão Temporária do Direito de Licitar e Contratar - Distinção entre Administração e Administração Pública. Os efeitos e abrangência dos efeitos da Aplicação da Penalidade.

As Sanções da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02 - Definição, Diferenças, Gravidade, Competência para Aplicação. A Questão da Aplicação Subsidiária da Lei nº 8.666/93 no Pregão. - O Devido Processo Legal e a Dosimetria da Pena.

A abrangência da declaração de inidoneidade e da suspensão de participação em licitações. Diferenças.

A demonstração de prejuízos causados à Administração com vistas à correta e justa punição - Dosimetria da pena.

A determinação do TCU quanto à verificação junto aos sistemas SICAF, SIASG, e, ainda, CNPJ e CPF acerca do quadro societário e o endereço dos licitantes com vistas a constatação de existência de sócios comuns, endereços idênticos ou relações de parentesco, fato que, analisado em conjunto com outras informações, poderá indicar a ocorrência de fraudes contra o certame. Como proceder?

Declaração de Inidoneidade pelo Tribunal de Contas da União.

Aplicação da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica

A aplicação de sanções após extinta a relação contratual.

A aplicação da penalidade exorbitante e o princípio da proporcionalidade.

Aplicação de Multa - O Caráter compulsório ou discricionário da Administração - Princípio da Isonomia

Aspectos Jurídico-Práticos - Valeria Cordeiro - 18 horas

Aspectos Teóricos Práticos

As Penalidades decorrentes das contratações pelo Sistema de Registro de Preços

Exercícios Práticos

O passo a passo do procedimento visando à apuração de responsabilidade da empresa desde a abertura do processo até a conclusão do processo de apuração de responsabilidade. A garantia do direito de defesa prévia.

Aplicação do Fluxograma do Procedimento

Enfoque

A garantia do direito de defesa

O acolhimento da defesa apresentada ou a aplicação da penalidade:

A possibilidade de recurso contra a decisão da aplicação da penalidade

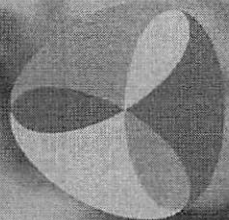
Análise de casos concretos vivenciados na prática

Acesso a Processos de Aplicação de Penalidades - Estudo de casos

Identificação de situações através do estudo de casos, com enfoque no resultado do aprendizado do participante.

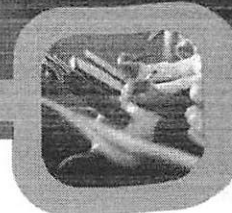
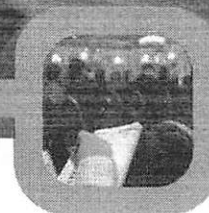
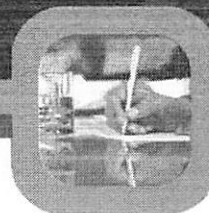
Situações Aplicáveis às modalidades da Lei nº 8.666/93

Acesso a Processos de Sistema de Registro de Preços - Estudo de casos concretos



ELO
Consultoria Empresarial
e Produção de Eventos

certificado



Certificamos que Janelson Moucherick Soares do Nascimento

participou do Seminário Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos

realizado em Brasília/DF, nos 06 e 07 de dezembro de 2010.

Ministro Augusto Sherman Cavalcanti
Professor

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Professor

Carmem Camilo
DIRETORA GERAL

➤ conteúdo programático

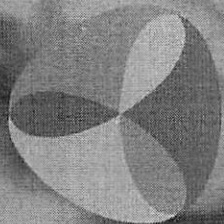
1. Procedimentos Administrativos – Diretrizes Gerais de Ação
2. Definição do Objeto*
3. Novos Entendimentos do TCU
4. Projeto Básico
5. Planilha de Custos
6. Os destaques do Pregão
7. Novidades no Sistema de Registro de Preços
8. Duração dos Contratos – Nova Jurisprudência do TCU
9. Antecipação de Pagamento
10. Reajuste e Reequilíbrio Econômico Financeiro – Estudo da Legislação Atual (IN 2/2008, alterada pela IN 3/2009)
11. Instrução Normativa Nº 01/2010 – Critérios de Sustentabilidade Ambiental nas Contratações Públicas

Carga horária ➤

16 (dezesseis) horas/atividade

Frequência ➤

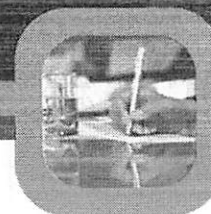
100%



ELO

Consultoria Empresarial
e Produção de Eventos

certificado



Certificamos que Janelson Moucherek Soares do Nascimento

participou do Curso : Elaboração de Relatórios e Pareceres na Administração Pública

realizado em Brasília/DF, nos dias 07 e 08 de novembro de 2011.

Participante


José Paulo Moreira de Oliveira
Professor


Carmem Camilo
DIRETORA GERAL

Bases de Ação

- Como evitar temas oceânicos e substituir termos genéricos por outros de conteúdo específico
- Como obter uniformidade na estrutura, no estilo e na terminologia
- Como alcançar a precisão vocabular com base em uma leitura contextual
- Como trabalhar a estrutura deve / pode / convém
- Como evitar frases de ladainha, eliminar ambiguidades e aumentar a legibilidade textual
- Como utilizar com propriedade o paralelismo
- Como trabalhar coesão e coerência textuais

Apresentação do Texto Técnico

- Elementos preliminares: folha de rosto, sumário, prefácio e introdução
- Elementos gerais: título e objetivos
- Elementos técnicos: definições, símbolos e abreviaturas
- Elementos suplementares: anexos e notas de texto e notas de rodapé
- Como itemizar seções e subseções
- Como apresentar ilustrações e expressões matemáticas e representar valores numéricos

Redação do Texto Técnico

- Como evitar redundâncias, prolixidade e repetição viciosa de palavras ou idéias
- Como evitar erros gramaticais capazes de comprometer a credibilidade das informações
- Como melhorar o padrão de clareza e legibilidade dos textos produzidos pelos Profissionais, em especial no que tange à elaboração de:
 - Normas técnicas
 - Notas técnicas
 - Relatórios
 - Pareceres

Simulação de Relatórios com Apoio de Computador em Rede



Certificado

Certificamos que **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO** participou do "Curso Completo de Procedimentos Disciplinares", no período de 19/03/2012 a 21/03/2012, com carga horária de 18 horas, sob o registro nº 35600.

São Paulo/SP, 21 de março de 2012

Edna Alexandrina dos Santos
Diretora

Tânia de Ávila
Instrutora

"Curso Completo de Procedimentos Disciplinares"

PROGRAMA

-CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

- . Processo Administrativo (Lei nº. 9.784/99): Noções; Princípios aplicáveis; Processo Específico: Disciplinar.
- . Ilícito Administrativo: Conceito; Diferenciações entre Servidor, Agente Público e Funcionário Público; Repercussão do Ilícito Administrativo: Responsabilidades Administrativa, Civil, Penal e Eleitoral; Caracterização do Ilícito Administrativo: Dever de Apurar.
- . Denúncia e Representação Administrativa: Diferenciações; Denúncia Anônima: Procedimentos; Instrução Prévia: Aplicabilidade e Procedimentos; Ação Disciplinar: Hipóteses de Prescrição.

-PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - SINDICÂNCIA e PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

- . Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar: Especificidades e Escolha do Procedimento; Constituição da Comissão: Exigências e Cuidados; Suspeição e Impedimentos; Sigilo, Independência e Imparcialidade.
- . Sindicância: Tipos; Procedimentos; Prazos; Hipótese de Arquivamento e de Instauração de Processo Disciplinar; Penalidades.
- . Processo Administrativo Disciplinar: Características; Cuidados Básicos; Nulidades; Prazos; Fases; Instauração: procedimentos; Inquérito Administrativo: Instalação, Atos da Comissão; Deslocamento e Afastamento Preventivo; Produção Probatória: depoimentos, interrogatório, acareações, precatória administrativa, investigações e diligências; Perícia e Assessoramento Técnico;

Sobrestamento; Incidente de Sanidade Mental; Atuação do Acusado no Processo: Direitos e Garantias Constitucionais; Sanções Disciplinares: Espécies, Cabimento, Tipificação da Conduta e Indiciação; Citação; Defesa e Revelia; Relatório Conclusivo: Conteúdo e Requisitos; Encerramento da Apuração; Julgamento: Competência, Prazos, Nulidades e Fixação de Sanções; Entendimentos dos Tribunais Superiores;

-PROCESSOS ESPECÍFICOS

- . Processo Revisional: Cabimento, Competência e Procedimentos.
- . Abandono de Cargo e Inassiduidade Habitual: Elementos Caracterizantes, Produção Probatória e Soluções Alternativas.
- . Acumulação: Possibilidades; Má-Fé: Caracterização e Procedimentos.
- . Rito Sumário.

-REGRAS DE CONDUTA

- . Regime Disciplinar: Deveres e Proibições;
- . Código de Ética e Sanções Disciplinares: Conflito e Aplicabilidade;
- . Crimes contra a Administração Pública e Improbidade Administrativa (Lei nº. 8.429/1992): Entendimento dos Tribunais Superiores acerca da aplicabilidade no Processo Disciplinar.

Previdência Social

Instrutor: Maurício Ber

Histórico Previdenciário

Aspectos Econômicos e Interface com o
Regime de Trabalho e Regime Previden-
ciário Complementar para o serv
(recém-publicada)

1. Modelagem
2. Regulamentação
3. Aplicabilidade
4. Novos servidores, antigos servidores
5. Contribuição previdenciária
6. Portabilidade, autopatrocínio, benefi-
ciário resgate
7. Benefícios programados e benefícios
8. Cálculo do valor a receber
9. Reajustamento

**Regras Constitucionais para Concessão
Previdenciárias de Aposentadorias dos**
(segundo as EC's 20/98, 41/03, 47/05 e

Regra do Direito Adquirido (art. 3º da I

1. Art. 40 da CF/88, na sua redação origi-
2. Art. 40 da CF/88, com redação dada p-
3. Art. 8º da EC 20/98, vigente de 16/12

Regras de Transição

1. Art. 6º da EC 41/03, vigente a partir d-
2. Art. 3º da EC 47/05, com efeitos retr-
3. Art. 2º da EC 41/03, vigente a partir d-
4. Art. 6º-A da EC 41/03, com redação d-

Regra Geral

1. Art. 40 da CF/88, com as alterações i-

Apuração de tempo para aposentador

1. Tempo de serviço
2. Tempo fictício

Certificado

A ESAFI - Escola de Administração e Treinamento, confere a

Janelson Moucherek Soares do Nascimento

CPF nº 749.341.473-49 o presente certificado do curso

Previdência Social dos Servidores Públicos: Aposentadorias e Pensões

realizado no período de 25 a 27 de junho com duração de 25 horas/aula.

Recife – PE, 27 de junho de 2012



Prof. Eliacir Santos de Almeida
Diretor Geral
Escola de Administração e Treinamento

Previdência Social dos Servidores Públicos: Aposentadorias e Pensões

Instrutor: Maurício Benedito

Histórico Previdenciário

Aspectos Econômicos e Interface com a Previdência

Regime de Trabalho e Regime Previdenciário

Previdência Complementar para o servidor - Lei 12.618/2012
(recém-publicada)

1. Modelagem
2. Regulamentação
3. Aplicabilidade
4. Novos servidores, antigos servidores
5. Contribuição previdenciária
6. Portabilidade, autopatrocínio, benefício proporcional diferido, resgate
7. Benefícios programados e benefícios de risco
8. Cálculo do valor a receber
9. Reajustamento

Regras Constitucionais para Concessão dos Benefícios
Previdenciários de Aposentadorias dos Servidores Públicos
(segundo as EC's 20/98, 41/03, 47/05 e a recente EC 70/12):

Regra do Direito Adquirido (art. 3º da EC 41/03)

1. Art. 40 da CF/88, na sua redação original até 16/12/98
2. Art. 40 da CF/88, com redação dada pela EC 20/98, vigente de 16/12/98 a 19/02/04
3. Art. 8º da EC 20/98, vigente de 16/12/98 a 31/12/03

Regras de Transição

1. Art. 6º da EC 41/03, vigente a partir de 31/12/03
2. Art. 3º da EC 47/05, com efeitos retroativos a 31/12/03
3. Art. 2º da EC 41/03, vigente a partir de 20/02/04
4. Art. 6º-A da EC 41/03, com redação dada pela EC 70/12, com efeitos financeiros a partir de 29/03/12

Regra Geral

1. Art. 40 da CF/88, com as alterações introduzidas pelas EC's 41/03 e 47/05, com vigência a partir de 20/02/04

Apuração de tempo para aposentadoria

1. Tempo de serviço
2. Tempo fictício

3. Tempo de contribuição
4. Tempo de efetivo exercício no serviço público
5. Tempo de efetivo exercício no cargo efetivo
6. Tempo de efetivo exercício na carreira
7. Tempo de efetivo exercício em funções de magistério

Cálculo dos proventos de aposentadoria

1. Com base nas normas vigentes para aposentadorias com direito adquirido até 16/12/98
2. Com base na remuneração do servidor no cargo efetivo, para aposentadorias com direito adquirido no período de 16/12/98 a 31/12/03
3. Com base na remuneração do servidor no cargo efetivo, para aposentadorias com direito implementado no período de 31/12/03 a 19/02/04
4. Com base na remuneração do servidor no cargo efetivo, para aposentadorias com fundamento no art. 6º da EC 41/03 e no art. 3º da EC 47/05
5. Com base na remuneração de contribuição, para aposentadorias com requisitos implementados a partir de 20/02/04 – Regra Geral e Regra de Transição do art. 2º da EC 41/03

Pensões por morte – Lei 10.887/04

1. Regras constitucionais para a concessão
2. Formas de cálculo
3. Integralidade
4. Aplicação de redutor
5. Rateio, reversão, extinção

Reajustamento de aposentadorias e pensões por morte

1. Paridade
2. Reajuste pela inflação
3. ADI 4582/11

Tópicos relevantes

1. Contribuição previdenciária
2. Isenção de contribuição previdenciária
3. Abono de permanência
4. Contribuição previdenciária do portador de doença incapacitante

5. Cessão/Licença/Afastamento

6. Pedágio
7. Bônus
8. Verbas incorporáveis e não incorporáveis
9. Acúmulos de cargos e de benefícios previdenciários
10. Comparação entre os benefícios do RGPS e dos RPPS
11. Proventos proporcionais
12. Aposentadoria especial do professor em funções de magistério (Lei 11.301/06)
13. Aposentadorias especiais do §4º do artigo 40 da Constituição Federal (portadores de deficiência, atividades de risco e prejudiciais à saúde)
14. Contribuição previdenciária e aposentadoria do cargo comissionado, do contratado temporariamente e do agente político
15. União estável, união homoafetiva, concubina e companheira
16. Auxílio doença, salário maternidade, salário família e auxílio reclusão (Natureza jurídica, amparo legal, formas de cálculo)
17. Aposentadoria por invalidez (EC 70/2012)
18. Teto remuneratório constitucional
19. A importância da gestão de pessoal como ferramenta previdenciária
20. Avaliação Atuarial (elementos necessários à elaboração e interpretação)
21. Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP
22. Certidões de Tempo de Contribuição – Portaria MPS 154/2008
23. Aplicações dos recursos dos RPPS – Portaria MPS 155/2008
24. Elaboração de processos de aposentadorias e pensões
25. Registro de aposentadorias e pensões nos Tribunais de Contas
26. Novas mudanças

A recente Emenda Constitucional 70/12 – Aposentadorias por Invalidez

Instrução Normativa MPS/SPS 01/10, Orientação Normativa MPOG/SRH 10/10, Orientações Normativas MPS/SPS 02/09 e 03/09, Portarias MPS 204, 402 e 403/08
Comentários sobre a Proposta de Emenda Constitucional originada da PEC - paralela (77-B – Senado, 441 – Câmara dos Deputados) – Alterações propostas
Exercícios e estudos de casos

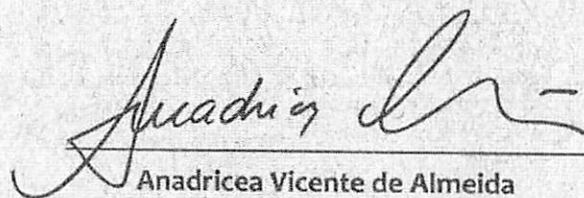
Certificado

A Zênite Eventos S.A. confere o presente certificado a

Janelson Moucherek Soares do Nascimento

pela participação no **Seminário Nacional “Como fiscalizar os contratos de terceirização de serviços na Administração Pública – Ciclo da fiscalização para a prevenção da responsabilidade”**, realizado nos dias 14 a 16 de agosto de 2012, em São Paulo/SP.

Curitiba, 16 de agosto de 2012.



Anadricea Vicente de Almeida

Diretora de Capacitação e Aperfeiçoamento

COMO FISCALIZAR OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CICLO DA FISCALIZAÇÃO PARA A PREVENÇÃO DA RESPONSABILIDADE

14 A 16 DE AGOSTO DE 2012 * SÃO PAULO/SP

14 E 15 (MANHÃ) DE AGOSTO

RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO

CICLO DA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – PLANEJAMENTO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÕES INICIAL, MENSAL E ANUAL

CONTEÚDO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA TRABALHISTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Entendimentos do STJ e do TST

PLANEJAMENTO DO CONTRATO

- Dever e ônus da fiscalização e terceirização de serviços – Prevenção da responsabilidade
- Relação entre planejamento e fiscalização/sucesso do contrato
- Contratos com ou sem alocação exclusiva de mão de obra – Cautelas e modelos de fiscalização
- Documentos e informações a serem conhecidos pelo fiscal do contrato
- Como evitar problemas comuns da fiscalização por meio do adequado planejamento
- Agentes envolvidos na fiscalização e na gestão dos contratos
- Atribuições da autoridade, do fiscal e do gestor
- Atribuições do preposto e do encarregado da contratada

FISCALIZAÇÃO INICIAL

- Criação de documentos/instrumentos de controle
- Verificação de condições de insalubridade e periculosidade
- Apresentação da garantia contratual
- Cautelas na elaboração da cláusula de garantia contratual
- Verificação da idoneidade dos instrumentos de garantia
- Escolha da modalidade de garantia
- Exclusão de execução no caso de responsabilidade trabalhista
- Momento para a prestação da garantia
- Ação do fiscal em relação à garantia contratual
- Ingrêssos indevidos na administração da empresa contratada
- Escolha dos empregados
- Procedimento
- Desvio de função

FISCALIZAÇÃO MENSAL

- Controle de execução dos serviços – Cumprimento da jornada, qualidade na execução, entrega dos materiais e insumos
- Controle dos documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária
- Ateste da nota fiscal e inexecução do objeto do contrato
- Closa e retenção de pagamento
- Quando reter e quando liberar – Disciplina da IN nº 02/08
- Retenção de pagamento diante de irregularidade trabalhista – Manifestações do STJ e do TCU
- Cumprimento de obrigações trabalhistas X Condição para pagamento – Proposta de cláusula contratual

FISCALIZAÇÃO ANUAL

- Promerção do prazo de vigência
- Condições para a promoção do prazo de vigência
- Previsão edital e formalização
- Respeito ao valor limite definido nas Portarias da SLT/MPDG
- Realização de prévia pesquisa de preços
- Redução/eliminação de custos não renováveis
- Promerção X Contrato com prazo de vigência expirado
- Promerção X Garantia contratual – Cautelas

- Ação do fiscal no acompanhamento dos prazos e procedimento de prorrogação
- Revisão, repactuação e reajuste
- Revisão, reajuste por índice e repactuação – Diferenças e cabimento
- Repactuação em empresas estatais (Administração Pública Federal)
- Contratos com e sem alocação exclusiva de mão de obra – Solução prevista na IN nº 02/08
- Repactuação – Processamento
- Repactuação em contrato com mais de uma categoria profissional
- Formalização da repactuação
- Perda do direito à repactuação – Preclusão
- Repactuação e novos direitos concedidos por meio de convenção, acordo ou dissídio coletivo
- Repactuação dos contratos formalizados antes das alterações da Portaria nº 02/11

15 (TARDE) E 16 DE AGOSTO

ISIS CHAMMA DOETZER

FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS COMO FORMA DE PREVENIR A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO NOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS

RESPONSABILIDADE TRABALHISTA X FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 1) Que responsabilidade pode ser imputada à Administração em relação a direitos trabalhistas e obrigações previdenciárias dos empregados das empresas contratadas para prestação de serviços contínuos?
- 2) Qual a repercussão da nova relação da Súmula nº 331 do TST em relação à fiscalização dos contratos?
- 3) Qual o papel do fiscal e o objetivo da fiscalização nos contratos de prestação de serviços contínuos com alocação exclusiva de mão de obra?

CREAÇÃO DA CONTA VINCULADA PARA PROVISIONAMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS

- 4) O que é e como funciona a conta vinculada? Quais as providências para a criação e os cuidados para a gestão da conta vinculada no decorrer da execução do contrato e no seu encerramento?
- 5) Qual o impacto trabalhista nos contratos administrativos com a criação da conta vinculada e que precisa ser conhecido pelo fiscal?
- 6) A criação da conta vinculada afeta o dever de fiscalizar o contrato em relação aos direitos trabalhistas dos empregados envolvidos na prestação dos serviços?

FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO – REPERCUSSÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

- 7) Como criar uma estratégia de fiscalização mais eficiente?
- 8) Quais pontos principais o fiscal do contrato deve conhecer antes da execução contratual, especialmente relacionados a:
 - a) Documentos coletivos de trabalho (acordo coletivo, convenção coletiva e sentença normativa);
 - b) Tratativa conferida à política salarial no Brasil;
 - c) Meio ambiente do trabalho e suas repercussões;
 - d) Obrigatoriedade de inserção dos empregados no regime previdenciário e do FGTS.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO DE ACORDO COM AS ROTINAS DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS

- 9) Iniciada a execução contratual, como o fiscal do contrato poderá organizar a fiscalização?
- 10) No início da execução do contrato, o que deve ser monitorado em relação aos empregados alocados na realização dos serviços? O que verificar acerca dos seguintes aspectos trabalhistas e previdenciários:
 - a) Registro de emprego – CTPS;
 - b) Concessão de benefícios;
 - c) Direito ao salário família;
 - d) Regulamento interno;
 - e) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED);
 - f) Exame médico admissional;
 - g) Vale transporte.
- 11) No decorrer da execução do contrato, o que deve ser conhecido e monitorado pelo fiscal em relação aos direitos trabalhistas dos empregados da empresa contratada? O que verificar acerca dos seguintes direitos e com qual periodicidade:

JORNADA DE TRABALHO

- a) Jornada normal
- b) Controle da jornada – Marcação do registro de ponto
- c) Prorrogação e compensação da jornada
- d) Jornada noturna
- e) Jornadas insalubre e perigosas
- f) Jornada de 12 x 36

SALÁRIO E REMUNERAÇÃO

- a) Salário
- b) Parcelas componentes do salário
- c) Regras de proteção ao salário
- d) Formalidade para pagamento
- e) Descontos legais
- f) A previsão da IN nº 02/08 de pagamento de salário diretamente aos empregados

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

- a) Escalas de trabalho
- b) Dia de repouso semanal e feriado
- c) Trabalho em dia destinado ao repouso

INTERVALOS LEGAIS

- a) Intervalos dentro da jornada
- b) Intervalos entre as jornadas
- c) Descumprimento dos intervalos

FÉRIAS

- a) Direito e concessão
- b) Remuneração
- c) Rotinas para pagamento
- d) Cautelas no controle dos períodos aquisitivo e concessivo e prazo de vigência do contrato administrativo

13º SALÁRIO

- a) Direito e valor
- b) Forma de pagamento

FALTAS

- a) Ausências justificadas
- b) Ausências injustificadas
- c) Afastamentos justificados ocorridos durante a execução do contrato (doença, acidente de trabalho, parto, adoção ou aborto)

- 12) Quais obrigações especiais da empresa contratada o fiscal deve monitorar? O que verificar quanto aos seguintes assuntos e com qual periodicidade:

- a) Obrigações previdenciárias (folha de pagamento e Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT));
- b) Obrigações trabalhistas (RAIS e exames médicos);
- c) Certidões de regularidade: FGTS, INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

- 13) Na cessação do contrato de trabalho dos empregados envolvidos na prestação dos serviços, o que deve ser monitorado pelo fiscal? O que verificar em relação a estes assuntos:

- a) Parcelas pagas em rescisão contratual (salariais e indenizatórias);
- b) Parcelas salariais;
- c) Parcelas indenizatórias;
- d) Homologação do contrato;
- e) Garantias provisórias de emprego;
- f) Parcelas depositadas na conta vinculada.

- 14) No encerramento do contrato administrativo, o que deve ser analisado pelo fiscal em relação aos direitos trabalhistas dos empregados envolvidos na prestação dos serviços, especialmente considerando:

- a) Os empregados cujo contrato de trabalho foi rescindido;
- b) Os empregados mantidos na empresa;
- c) As verbas trabalhistas depositadas na conta vinculada.

- 15) Qual a estrutura do roteiro de fiscalização dos contratos de acordo com a sistêmica da IN nº 02/08?
- 16) Qual o prazo de guarda das documentações trabalhistas, previdenciária e de FGTS referentes ao contrato de prestação de serviços? Como o fiscal deve organizar essa documentação?

Carga Horária

24 HORAS

Frequência

100%

Palestrantes

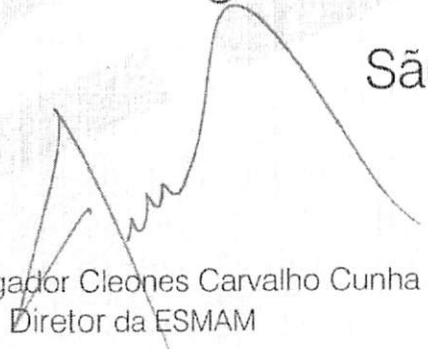
RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO
ISIS CHAMMA DOETZER

ZENITE

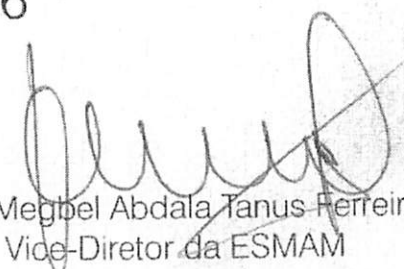
Certificado

Certificamos que **Janelson Moucherek S. do Nascimento** participou do *CURSO PAPEL DO MUNICÍPIO NO CENÁRIO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO BRASIL*, promovido pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão, realizado no período de 08 a 10 novembro de 2006, com carga horária de 15 horas.

São Luís, 13 de novembro de 2006



Desembargador Cleones Carvalho Cunha
Diretor da ESMAM



Juiz Megibel Abdala Tanus Ferreira
Vice-Diretor da ESMAM

Certificado

Certificamos que **JANELSON MOUCHEREK S. DO NASCIMENTO**


Participou do Seminário **QUESTÕES RELEVANTES E ATUAIS SOBRE SERVIDORES
PÚBLICOS**


Ministrado por **ANTÔNIO FLÁVIO DE OLIVEIRA e RALPH CAMPO SIQUEIRA**


Nos dias **21 e 22 DE MAIO DE 2007**

Com duração de **16 HORAS**

Fortaleza/CE, 22 de maio de 2007


Apresentador


Apresentador


Diretor da TREIDE



TREIDE
TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

QUESTÕES RELEVANTES E ATUAIS SOBRE SERVIDORES PÚBLICOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Primeiro dia - Prof. ANTONIO FLÁVIO DE OLIVEIRA

- 01 - Edital de Concurso Público e Publicidade;
- 02 - Concurso Público e restrição de acessibilidade;
- 03 - Concurso Público e as entidades do Sistema "S";
- 04 - Concurso Público e o Princípio da Igualdade;
- 05 - Concurso Público e os cursos sequenciais;
- 06 - Investidura em cargo público;
- 07 - Posse e Exercício: distinção e consequência do adiamento do início do exercício por culpa da Administração;
- 08 - Posse, afastamento do cargo e remuneração;
- 09 - Nomeação com efeito retroativo;
- 10 - Estágio Probatório e Estabilidade: distinção;
- 11 - Estágio Probatório e desvio de função;
- 12 - Avaliação de desempenho e o devido processo legal;
- 13 - Remanejamento (Redistribuição), Cessão, Remoção e Enquadramento;
- 14 - Pedido de remoção fundado em doença;
- 15 - Pedido de remoção: requisito temporal e novo concurso público;
- 16 - Cargos comissionados, sua destinação e controle;
- 17 - Cargo em comissão e função gratificada: distinção e destinação;
- 18 - Cargos acumuláveis cargo técnico e científico: definição;
- 19 - Cargos acumuláveis e cessão de servidor;
- 20 - Cargo de natureza especial: definição.

Segundo dia - Prof. RALPH CAMPOS SIQUEIRA

- 21 - Vacância e Exoneração: distinção e consequências do retorno do servidor ao órgão anterior;

- 22 - Auxílio-natalidade: destinatários e requisitos;
- 23 - Férias e Licenças-prêmio não usufruídas em atividade: direito à indenização de servidores aposentados e dependentes de servidores falecidos;
- 24 - Demissão de empregado público e motivação;
- 25 - Isenção de contribuição previdenciária a servidores aposentados por invalidez;
- 26 - Licença-prêmio e abono de permanência;
- 27 - Aposentadoria por invalidez e a fixação das regras constitucionais de regência;
- 28 - Nepotismo: caracterização;
- 29 - Aplicação subsidiária da Lei nº 8.112/90 por municípios e estados;
- 30 - Licença-prêmio e concessão retroativa;
- 31 - Licença por motivo de doença em pessoa da família: requisitos e limites temporais;
- 32 - Licença para tratar de interesses particulares: requisitos e limites temporais;
- 33 - Contrato temporário e contrato celetista: distinção e natureza jurídica;
- 34 - Contrato temporário e atividades permanentes do órgão público;
- 35 - Contratação de mão-de-obra no serviço público sem concurso: empresa de terceirização e atividade-fim do órgão público;
- 36 - Terceirização de serviços e existência de cargos efetivos;
- 37 - Revisão do ato administrativo: anulação, revogação, prescrição e decadência;
- 38 - Cálculo e limite dos proventos de aposentadoria de acordo com as regras da Emenda Constitucional nº 41/2003;
- 39 - Direito à inclusão da gratificação do cargo em comissão nos proventos de aposentadoria e limitação dos proventos à remuneração do cargo efetivo;
- 40 - Teto remuneratório e vantagens pessoais.

Certificado

Curso de Gestão de Projetos

Este certificado é fornecido por Carlos Magno da Silva Xavier a
Janelson Moucherek Soares do Nascimento

por sua participação no Curso de Gestão em Projetos (40 horas),
realizado no período de 24 a 28 de março de 2008, no Tribunal de
Contas do Estado do Maranhão.

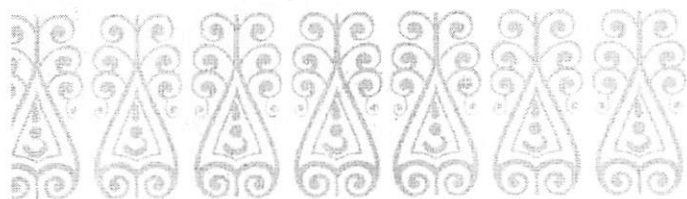


Carlos Magno da Silva Xavier (M.Sc, PMP)

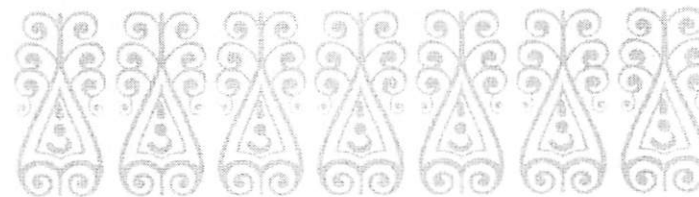
Professor

magno@beware.com.br

Beware



Cursos e Treinamentos

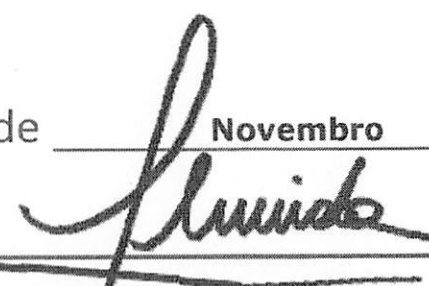


CERTIFICADO

A ESAFI - Escola de Administração e Treinamento, confere a
JANELSON MOUCHERЕК NASCIMENTO o presente
certificado do curso Auditoria Governamental no Serviço Público
realizado no período de 19 a 22.11.08 com duração de 24 horas.



FORTALEZA - CE, 22 de Novembro de 20 08



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO
Diretor Presidente



AUDITORIA GOVERNAMENTAL no Serviço Público: Fiscalização, Análise e Controles – Comentários sobre Auditoria em Compras

Instrutora: Dagmar Rocha

Auditoria Interna

Importância e Papel que Desempenha;
Relacionamento com os outros Órgãos da estrutura organizacional;
Responsabilidades e Atribuições;
Posicionamento e Subordinação;
Independência e Estrutura Básica;
Abrangência de Atuação.

Auditoria Governamental

Competência, Finalidade e Objetivo;
Formas e Tipos de Auditoria.

Controles Internos

Princípios Básicos e Importância;
Objetivos e Características;
Responsabilidades dos Administradores e dos Auditores;
Importância dos Controles Internos

Normas Usuais de Auditoria

Normas Relativas à Pessoa do Auditor:

1. Conhecimento Técnico
2. Capacidade Profissional
3. Ética Profissional
4. Independência
5. Cuidado no Zelo Profissional

Normas Relativas à Execução do Trabalho;

Normas Relativas ao Parecer (opinião do Auditor)

Característica da Auditoria

Comparação da Auditoria Interna, Independente e Governamental.



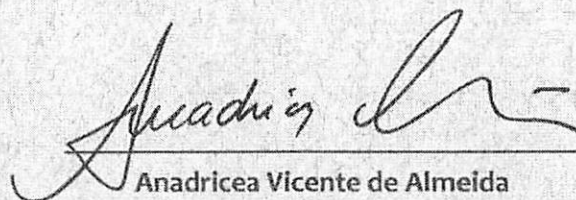
Certificado

A Zênite Informação e Consultoria S.A. confere o presente certificado a

Janelson Moucherek Soares do Nascimento

pela participação no **Seminário Nacional “Aspectos polêmicos dos contratos administrativos”**, realizado nos dias 05 a 07 de dezembro de 2011, em Brasília/DF.

Curitiba, 07 de dezembro de 2011.



Anadricea Vicente de Almeida

Diretora de Capacitação e Aperfeiçoamento

ASPECTOS POLÊMICOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

05 A 07 DE DEZEMBRO DE 2011 * BRASÍLIA/DF

5 DE DEZEMBRO DE 2011

JOSÉ ANACLETO ABDUCH SANTOS

- 1) Quais as atribuições do gestor e do fiscal do contrato e da autoridade competente?
- 2) Qual o perfil adequado para o exercício da função de fiscal? É possível que o servidor se negue a exercer essa atribuição?
- 3) O fiscal pode ser responsabilizado por omissões na fiscalização do contrato? A falta de condições e capacitação poderá minimizar a sua responsabilização funcional por falhas na fiscalização?
- 4) Ao constatar alguma irregularidade na execução do contrato, quais providências o fiscal deve tomar? Quais cautelas deve adotar para afastar responsabilizações?
- 5) É possível a contratação de terceiros para auxiliar na fiscalização dos contratos? Quais cautelas a Administração deve ter?
- 6) Quais documentos, inclusive da fase interna, o fiscal deve conhecer para viabilizar uma fiscalização segura?
- 7) Qual é a participação do fiscal no procedimento de ateste de notas fiscais do contratado?
- 8) Qual é a atuação do preposto do contratado? Qual documento comprova que determinada pessoa pode atuar como tal? Em todo contrato deverá haver indicação de um preposto pelo contratado?
- 9) No caso de falhas na execução do contrato que gerem prejuízo à Administração, o fiscal e o gestor do contrato podem responder penal, civil e administrativamente? Qual o entendimento do STF acerca da imprescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário?
- 10) Qual a postura e o perfil exigidos do fiscal para uma eficiente fiscalização dos contratos? Quais documentos de fiscalização devem ser conhecidos e acompanhados pelo fiscal do contrato?
- 11) O fiscal pode solicitar a manifestação da assessoria jurídica no caso de dúvidas na fiscalização do contrato? Qual a atuação da assessoria jurídica durante a execução contratual? Antes de alterações do objeto (acréscimos e supressões), prorrogações, repactuações e revisões, a assessoria deve se manifestar?
- 12) O parecer da assessoria jurídica é vinculante? Qual a responsabilidade da autoridade que julga fundada em parecer jurídico e qual a do advogado pela emissão desses pareceres? Qual o entendimento do STF?
- 13) Quais contratos exigem a formalização por termo de contrato e quais podem ser formalizados pela nota de empenho? Em caso de substituição, quais informações devem ser incluídas na nota de empenho?
- 14) Quais as consequências práticas da assinatura e da publicidade do contrato? O prazo de vigência deve ser contado da assinatura ou da publicidade? Quais os efeitos de um contrato executado pelas partes sem que tenha sido publicado o seu extrato?
- 15) É possível alterar, no momento da formalização do contrato, o conteúdo constante na minuta de contrato que foi parte integrante do ato convocatório?
- 16) O que deve ser previsto no edital e no contrato sobre a formalização do contrato?

- 17) Em quais situações deve ser exigida e em quais pode ser dispensada a exigência de garantias? Qual o percentual a ser exigido? Quais modalidades são aceitas e a quem cabe essa escolha?
- 18) A exigência de garantia depende de previsão no edital ou no contrato? Em que momento do procedimento deve ser exigida a garantia contratual e quais as cautelas para sua aceitação?
- 19) Quando deve ser devolvida a garantia e quais as formalidades a serem observadas pela Administração?
- 20) É possível a devolução gradativa da garantia à medida que o contratado executa parcial e satisfatoriamente o objeto?
- 21) A garantia deve ser complementada em caso de acréscimos, reajustes e revisões?
- 22) Quais as peculiaridades da garantia contratual em contratos de serviços contínuos com alocação exclusiva de mão de obra, conforme a IN nº 02/08?
- 23) O que deve ser previsto no edital e no contrato e como deve ser conduzida a formalização da garantia? Como deve ser o acompanhamento da garantia na execução contratual?

6 E 7 DE DEZEMBRO DE 2011

RODRIGO VISSOTTO JUNKES

- 1) O fiscal é o responsável pelo recebimento do objeto no caso de compras, serviços e obras? O que envolve os recebimentos provisório e definitivo? Quais as cautelas e o que deve ser avaliado nos recebimentos?
- 2) A Administração pode aceitar a entrega de objeto de marca diversa da indicada na licitação e no contrato? Em quais hipóteses e como deve ser formalizada no processo?
- 3) O que deve ser previsto no edital e no contrato e como deve ser conduzido o recebimento do objeto?
- 4) Quais hipóteses caracterizam alteração qualitativa e alteração quantitativa? Que limites devem ser observados para evitar riscos de responsabilização perante os órgãos de controle? Qual o entendimento do TCU?
- 5) Como devem ser aplicados os percentuais de 25% e 50% para acréscimos? Qual a base de cálculo? E se o contrato já tiver sido acrescido ou suprimido, como deve ser aplicado percentual remanescente de acréscimo? Qual a orientação do TCU?
- 6) Como a Administração deve proceder para realizar acréscimo quantitativo na hipótese de constatar que os preços unitários praticados pelo mercado estão inferiores àqueles vinculados ao contrato vigente?
- 7) Em contratos que admitem prorrogação, os limites de 25% e 50% para acréscimos referem-se a cada período ou à vigência total do contrato?
- 8) O que deve ser previsto no edital e no contrato e como devem ser conduzidas as alterações de quantidade e qualidade do objeto?
- 9) Qual a diferença entre os prazos de vigência e de execução? Quais situações permitem a ampliação desses prazos?
- 10) É possível prever cláusula de prorrogação automática do prazo de vigência?
- 11) Na hipótese de não haver cláusula no contrato autorizando a prorrogação do prazo de vigência, é possível efetuar a prorrogação?
- 12) Como devem ser formalizadas as alterações dos prazos de execução e de vigência? Quais documentos devem instruir esse ato?
- 13) É possível formalizar a prorrogação de prazo na hipótese de a vigência expirar e as partes permanecerem executando o contrato? Qual o entendimento do TCU?
- 14) Em toda prorrogação deve-se verificar a compatibilidade com os preços de mercado? O que é preço de mercado e como será comprovado no processo? Está vedada a prorrogação quando a Administração verifica a prática de preços inferiores?
- 15) O que deve ser previsto no edital e no contrato e como devem ser conduzidas as prorrogações do prazo de execução e de vigência nos ajustes por prazo e por escopo?
- 16) De que formas e em que momento o contrato deve ser considerado extinto?
- 17) Até quando o contratado continua responsável pelo objeto executado?
- 18) Em que medida a inexecução parcial do contrato ou o não cumprimento de cláusulas contratuais pode ensejar a sua rescisão?
- 19) Qual deve ser a disciplina do edital e do contrato em relação às sanções administrativas a serem aplicadas ao contratado? A aplicação das penalidades previstas na Lei de Licitações depende de expressa previsão no edital/contrato?
- 20) Quando é cabível a aplicação das multas moratória e compensatória? Podem ser aplicadas conjuntamente?
- 21) Qual a atuação e a responsabilidade da assessoria jurídica no procedimento para a aplicação de sanções administrativas?
- 22) Qual a extensão dos efeitos da suspensão do direito de licitar e contratar e da declaração de inidoneidade? Qual o entendimento do TCU e do STF?
- 23) Aplicada a suspensão do direito de licitar e contratar ou a declaração de inidoneidade, é possível a manutenção de outros contratos firmados com o mesmo contratante? Qual o entendimento do TCU e do STF?
- 24) Qual o passo a passo do procedimento para a aplicação das penalidades previstas na Lei de Licitações? Como deve ser a documentação desses atos?
- 25) O que deve ser previsto no edital e no contrato e como deve ser conduzido o processo de aplicação de penalidades ao contratado?
- 26) Qual é a diferença entre revisão, reajuste e repactuação? Qual é a periodicidade para a concessão e em qual momento tem início a contagem do prazo?
- 27) Num mesmo período contratual, é possível revisar e reajustar ou repactuar o contrato? Qual o entendimento do TCU?
- 28) Nos termos da IN nº 02/08, a repactuação foi dividida em dois momentos do contrato? Como deve ser realizada e processada a repactuação em relação aos montantes de mão de obra e de insumos?
- 29) Qual é o prazo máximo para que o contratado solicite a repactuação e a partir de que momento o direito estará precludido?
- 30) Para comprovar o direito à repactuação e ao reajuste, o contratado precisa apresentar quais documentos? Como devem ser formalizados esses procedimentos?
- 31) O que deve ser previsto no edital e no contrato e como devem ser conduzidos os pedidos de revisão, reajuste e repactuação?

Carga Horária

Frequência

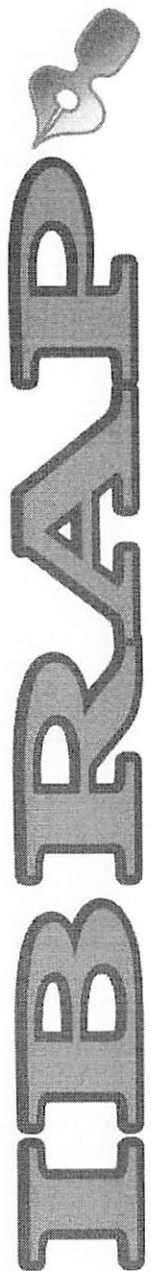
Palestrantes

24 HORAS

100%

JOSÉ ANACLETO ABDUCH SANTOS
RODRIGO VISSOTTO JUNKES

ZENITE



Certificado de Participação

**IBRAP - Instituto Brasileiro de
Administração Pública,**

Confere este certificado a

JANELSON MOUCHERЕК SOARES DO NASCIMENTO


Pela participação no **CURSO SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS**


Realizado em **SAO PAULO**

Com carga horária de **8 HORAS-AULA**

Ministrado por **EDILSON PEREIRA DE GODOY**

Ribeirão Preto, **30 de Setembro de 2015**


Coordenação


Participante

Curso: 395.G - 2015 : CURSO SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS
Data(s): 30/09/2015

O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

OS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO E SUAS NORMAS

IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

- FATO GERADOR E BASE DE CÁLCULO / SUJEITO PASSIVO / LANÇAMENTO / IMUNIDADE E ISENÇÕES

ITBI - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

- FATO GERADOR / SUJEITO PASSIVO / BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA / OBRIGAÇÕES DOS SERVENTUÁRIOS / IMUNIDADES E ISENÇÕES

ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

- FATO GERADOR E BASE DE CÁLCULO / IMUNIDADES E ISENÇÕES / RESPONSABILIDADE DO FISCO MUNICIPAL

AS TAXAS DE LICENÇA E A LEI GERAL DA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- ANÁLISE DAS JURISPRUDÊNCIAS DO STF E DO STJ

A LEGISLAÇÃO SOBRE ALVARÁS DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO E

ALVARÁ PROVISÓRIO.

O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

NORMAS GERAIS

- FATO GERADOR

- OBRIGAÇÃO PRINCIPAL E ACESSÓRIA

- LANÇAMENTO E NOTIFICAÇÃO (INCLUSIVE ELETRÔNICA)

- DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

- IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

- CONCESSÃO DE ISENÇÃO

- CONCESSÃO DE PARCELAMENTOS

- CONCESSÃO DE REMISSÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- CONCESSÃO DE ANISTIA

PLANOS DE INCENTIVO FISCAL

- ELABORAÇÃO

GESTÃO TRIBUTÁRIA

DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

29
FEVEREIRO

1º
MARÇO

2016

SÃO LUÍS · MA

Certificado

Certificamos que

Janelson Moucherek Soares do Nascimento

participou do curso **GESTÃO TRIBUTÁRIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**,
realizado nos dias 29 de fevereiro e 1º de março de 2016,
no São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.

São Luís/MA, 1º de março de 2016.


Alexandre Marques
Instrutor


André Araújo
Diretor da JAM Jurídica



REALIZAÇÃO

JAM
JURÍDICA
A informação necessária

PROGRAMA

1. Introdução

- Definindo "Gestão Tributária"
- Responsabilidade tributária dos contratantes e convenientes
- Condição jurídica das entidades convenientes em relação às obrigações tributárias. Responsabilidade administrativa das entidades concedentes
- Distinção entre responsabilidade tributária, trabalhista e administrativa
- Panorama das incidências tributárias conforme a natureza jurídica do contratante (empresa privada, entidade da Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados e Municípios).

2. Responsabilidades Tributárias relativas ao INSS

- Características gerais das contribuições previdenciárias incidentes sobre contratos com pessoas físicas e jurídicas.
- Incidência do INSS na contratação de pessoas jurídicas, cooperativas e pessoas físicas. Comparativo
- Panorama da incidência do INSS conforme a natureza jurídica do contratante
 - 2.1 Retenção de 11% na Cessão de Mão-de-Obra e Empreitada
 - 2.2 Retenção de 11% dos Contribuintes Individuais
 - 2.3 Contribuição Previdenciária sobre Cooperativas de Trabalho

3. Responsabilidades Tributárias relativas ao IRRF, CSLL, PIS e COFINS

- Características gerais do Imposto de Renda, CSLL, PIS e COFINS
- Panorama das incidências de IRRF, CSLL, PIS e COFINS nas contratações efetuadas por entidades privadas e públicas

3.1 Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre contratos de prestação de serviços

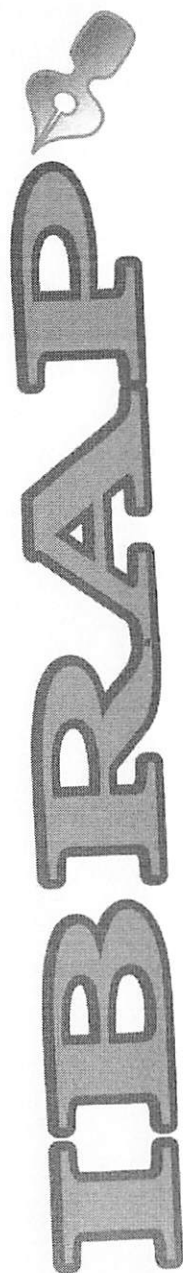
3.2 CSLL, PIS e COFINS Retidos na Fonte (IRRF) sobre contratos de prestação de serviços com pessoas jurídicas

3.3 Retenções do Poder Público Federal (Administração Direta e Indireta da União)

4. Responsabilidades Tributárias relativas ao ISS - Imposto Sobre Serviços

- Características gerais do tributo: fundamento constitucional, competência e fato gerador
- Contribuintes do ISS
- Campo de incidência do ISS e do ICMS. Prestação de serviços com fornecimento de mercadorias
- Legislação de referência: Lei Complementar 116/2003 e Decreto-lei 406/68
- Análise e interpretação da lista de serviços anexa à LC 116/2003
- Alíquotas máxima, mínima e alíquota fixa
- Local da prestação do serviço: critérios da Lei Complementar e da Jurisprudência do STJ
- Retenção na fonte: prerrogativas do Município competente
- Sujeito passivo da obrigação de retenção do ISS (empresas e entidades públicas)
- Serviços sujeitos à retenção obrigatória
- Tratamento do optante do Simples Nacional
- Locação de bens móveis e suas controvérsias

5. Simulações, estudos de casos e resolução de problemas práticos



Certificado de Participação

**IBRAP - Instituto Brasileiro de
Administração e Governança Pública,**

Confere este certificado a

JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO

Pela participação no CURSO: DÍVIDA ATIVA - PROTESTO OU EXECUÇÃO FISCAL

Realizado em **SAO PAULO**

Com carga horária de **8 HORAS-AULA**

Ministrado por **EDILSON PEREIRA DE GODOY**

Ribeirão Preto, 29 de Setembro de 2017

Coordenação

Participante

Curso: 272.C - 2017 : CURSO: DÍVIDA ATIVA - PROTESTO OU EXECUÇÃO FISCAL
Data(s): 29/09/2017

AS NORMAS DE DÍVIDA ATIVA

- CTN E MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

A INSCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA DÍVIDA ATIVA

- COMPETÊNCIA E RESPONSABILIDADE

INSCRIÇÃO DE PESSOA FÍSICA / JURÍDICA

- CONTRIBUINTE E RESPONSÁVEL

AS MEDIDAS PROCESSUAIS RELATIVAS AO AJUIZAMENTO DA DÍVIDA ATIVA

- COMPETÊNCIA

- O ÓRGÃO PREPARADOR

- O PROCESSO ADMINISTRATIVO DO IPTU, DAS TAXAS, ETC

O CONTROLE DA DÍVIDA ATIVA

- COMPETÊNCIA E RESPONSABILIDADE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO E O CONTROLE DA DÍVIDA ATIVA

A LEI Nº 6830/80

- AS NORMAS DE EXECUÇÃO FISCAL

OS INSTITUTOS DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

OS PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DOS LANÇAMENTOS

AS REGRAS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O PAGAMENTO DA DÍVIDA

- IDENTIFICAÇÃO DO NOME E DOMICÍLIO DO DEVEDOR E DOS CO-RESPONSÁVEIS

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

AS NORMAS DO SIMPLES NACIONAL LC 123/06

OS EFEITOS DE PARCELAMENTOS, REMISSÃO E ANISTIA

A CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA

- ELEMENTOS QUE A CONSTITUEM

- MODELO DE CERTIDÃO

COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

- PRAZO PARA COBRANÇA AMIGÁVEL / EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA PARA COBRANÇA JUDICIAL /

PARCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA (ADMINISTRATIVO E JUDICIAL) / PROTESTO

A ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA

- O SISTEMA DE BAIXA E O SISTEMA DE CANCELAMENTO

- O REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE ACORDO COM A LEI Nº 4320/64 E O DECRETO-LEI Nº 1.735/79

- O PARCELAMENTO E A NOVAÇÃO

- OS PEDIDOS DE REVISÃO DE LANÇAMENTO

- A REPETIÇÃO DE INDÉBITO E O PRAZO PREVISTO NA LC 118/05

- A CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA E A NEGATIVA DE DÉBITO

- AS REGRAS DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

CERTIFICADO

2018



Certificamos que

Janelson Moucherek Soares do Nascimento

participou do curso **RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS**, realizado nos dias 23 e 24 de julho de 2018, em São Luís/MA, com carga horária de 16 horas.




São Luís/MA, 24 de julho de 2018.

**JAM
JURÍDICA**

A informação necessária

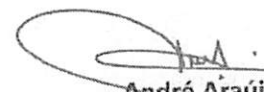
www.jam-juridica.com.br

contato@jam-juridica.com.br

SIGA-NOS   



Odilon Cavallari de Oliveira
Instrutor



André Araújo
Diretor da JAM Jurídica

CURSO

RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

PROGRAMA

s1. O sistema jurídico de imputação de responsabilidade

- 1.1. Responsabilidade administrativa
- 1.2. Responsabilidade civil
- 1.3. Responsabilidade penal
- 1.4. Harmonização do sistema jurídico de imputação de responsabilidade

2. Tipos de processos de responsabilização nos Tribunais de Contas e suas peculiaridades no tocante à imputação de responsabilidade

- 2.1. Processos de contas ordinárias
- 2.2. Tomada de Contas Especial
- 2.3. Processos de fiscalização: auditorias, denúncias, representações e outros

3. Espécies de responsabilidade

- 3.1. Responsabilidade contratual e extracontratual
- 3.2. Responsabilidade objetiva e subjetiva
- 3.3. Responsabilidade solidária

4. Hipóteses de responsabilização do particular

- 4.1. Responsabilidade da empresa contratada pelo Poder Público
- 4.2. Responsabilidade do sócio da empresa contratada pelo Poder Público

5. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados e por quais atos

- 5.1. Quais agentes públicos podem ser responsabilizados
- 5.2. Quais atos dos agentes públicos podem ensejar a responsabilização

6. O que deve ser observado pelos Tribunais de Contas na caracterização do fato ilícito

- 6.1. Natureza jurídica do ilícito administrativo e/ou financeiro
- 6.2. Desafios a serem superados na caracterização do ilícito
- 6.3. Critérios para a quantificação do dano, inclusive em tomadas de contas especiais

7. Como os Tribunais de Contas devem avaliar a conduta por ação ou por omissão

- 7.1. Conceito jurídico de conduta
- 7.2. Individualização das condutas
- 7.3. Conduta por ação
- 7.4. Conduta por omissão

8. Como se aplica aos Tribunais de Contas os critérios para avaliação da culpa

- 8.1. Culpa lato sensu
- 8.2. Culpa strictu sensu
- 8.3. Dolo

9. Critérios específicos para a avaliação da culpa do superior hierárquico

- 9.1. Controvérsias em torno da delegação de competência
- 9.2. Falha na supervisão hierárquica
- 9.3. Má escolha do subordinado

10. Nexos de causalidade

- 10.1. Como identificar quem deu causa ao resultado ilícito
- 10.2. Controvérsias no Direito em torno do tema
- 10.3. Peculiaridades do nexo de causalidade no Direito Administrativo

11. Circunstâncias que podem isentar o agente público de responsabilidade

- 11.1. Legítima defesa
- 11.2. Estado de Necessidade
- 11.3. Exercício Regular de um direito e estrito cumprimento do dever legal
- 11.4. Caso fortuito e força maior
- 11.5. Fato de terceiro
- 11.6. Culpa exclusiva da Administração

12. Causas que justificam a não aplicação de sanções

- 12.1. Boa-fé
- 12.2. Ausência de potencial conhecimento da ilicitude
- 12.3. Inexigibilidade de conduta diversa

13. Causas que impedem a aplicação de sanção

- 13.1. Morte
- 13.2. Prescrição

14. A experiência do TCU sobre a matéria e as cautelas esperadas do agente público

- 14.1. Matriz de responsabilização
- 14.2. Cautelas esperadas do agente público

15. Responsabilidade do agente político, do dirigente máximo, do controle

interno, das pessoas jurídicas e dos pareceristas jurídicos e técnicos: Estudo de casos julgados.

- 15.1. Responsabilidade do agente político
- 15.2. Responsabilidade do dirigente máximo
- 15.3. Responsabilidade do controle interno
- 15.4. Responsabilidade de Estados, Distrito Federal e Municípios
- 15.5. Responsabilidade das entidades sem fins lucrativos e de seus dirigentes
- 15.6. Responsabilidade do parecerista jurídico ou técnico
- 15.7. Responsabilidade de quem age amparado em parecer jurídico ou técnico

16. Responsabilidade dos vários agentes que atuam em licitações e contratos, inclusive de obras públicas, desde a abertura do processo licitatório até o recebimento definitivo do objeto: Estudo de casos julgados.

- 16.1. de quem elabora o edital
- 16.2. do membro de comissão de licitação
- 16.3. do pregoeiro e da equipe de apoio
- 16.4. de quem elabora projeto básico ou termo de referência
- 16.5. de quem aprova projeto básico
- 16.6. de quem homologa o resultado da licitação
- 16.7. de quem assina o contrato
- 16.8. de quem assina termo aditivo
- 16.9. do fiscal do contrato
- 16.10. do licitante fraudador

17. Responsabilidade decorrente de recursos repassados mediante convênio no tocante aos agentes dos órgãos concedentes e convenientes, do prefeito e de seu sucessor, e do omissão no dever de prestar contas: Estudo de casos julgados.

- 17.1. dos agentes públicos do órgão repassador
- 17.2. do Prefeito e de seu sucessor
- 17.3. do omissão no dever de prestar contas

18. Critérios para a imposição de sanções pelos tribunais de contas

- 18.1. Pressupostos para a aplicação das sanções
- 18.2. Questões controvertidas sobre as multas
- 18.3. Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança
- 18.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação

CERTIFICADO



Certificamos que **Janelson Moucherek Soares do Nascimento**

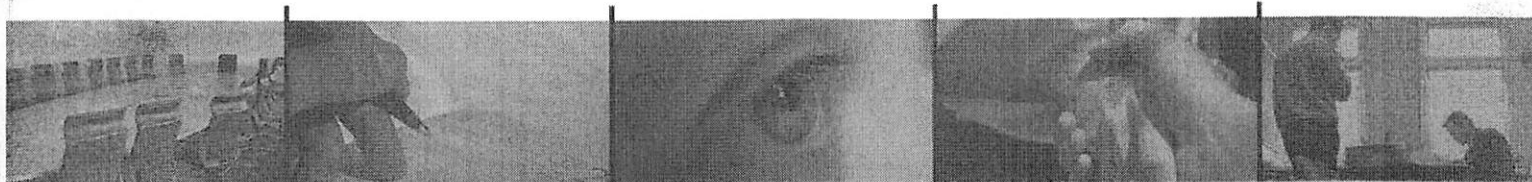
participou **do Seminário: Defesa e Recursos nos Tribunais de Contas**

realizado em Brasília/DF, nos dias 16 e 17 de agosto de 2007

Carga Horária: 16 (dezesseis) horas/atividade


Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes


Carmem Camilo
DIRETORA GERAL



Certificado

Certificamos que

Janelson Moucherek Soares do Nascimento

participou do **CON1INTER - I ENCONTRO PARA CAPACITAÇÃO DE CONTROLADORES INTERNOS DO NORTE NORDESTE**, realizado entre os dias 07 e 10 novembro de 2007, no Hotel Pestana, na condição de Participante.

Salvador, 10 de novembro de 2007.

CON1INTER
NORTENORDESTE

I ENCONTRO PARA CAPACITAÇÃO DE CONTROLADORES INTERNOS

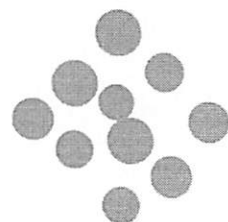
07 a 10 de novembro de 2007
Salvador - Bahia

REALIZAÇÃO:

JAM
JURÍDICA
Editoração e Eventos **12 anos**


André Araújo
Diretor da Jam-Jurídica

CERTIFICADO



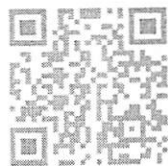
Instituto
ESTRATÉGIA

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

O Instituto Estratégia Treinamentos certifica que,

Janelson Maucherek S. do Nascimento

Participou com aproveitamento do Curso Contratações Públicas e a Nova Lei de Licitações, realizado entre os dias 03 a 05 de novembro de 2022, com um total de 20 horas de capacitação.





FGVONLINE-0/DIRMUNEAD-00/11795/2020

O Instituto de Desenvolvimento Educacional da Fundação Getúlio Vargas confere a

JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO

Cadastro de Pessoa Física – CPF n.º 74934147349

O Certificado do Curso

DIREITO MUNICIPAL

Nível Atualização, com 30 horas, realizado pelo Programa FGV Online, no período de 28 de Maio de 2020 a 16 de Julho de 2020, conferindo-lhe o grau 10.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2020

Mary Kimiko Guimarães Murashima
Diretora Executiva - DGA

Instituto de Desenvolvimento Educacional – IDE

MÓDULO I: AMBITO DE APLICAÇÃO, VIGÊNCIA E PRINCÍPIOS GERAIS

1) Vigência da nova lei e das leis anteriores. Vacatio legis. 2) Âmbito de aplicação da nova lei de licitações (Art. 1º - 4º); 3) Como ficam as licitações e contratos em andamento? 4) Princípios (Art. 5º) 5) Definições (Art. 6º); 6) Agentes públicos (Art. 7º - 10)

MÓDULO II: DO PROCESSO LICITATÓRIO

7) Do Processo licitatório (Art. 11 - 17); 8) Da Fase preparatória; 9) Instrução do Processo Licitatório (Art. 18 - 27); 10) Modalidades (Art. 28 - 32); 11) Critérios de julgamento (Art. 33 - 39); 12) Disposições setoriais: a. compras (Art. 40 - 44); b. obras e serviços de engenharia (Art. 45 - 46); c. serviços em geral (Art. 47 - 50); d. locação de imóveis (Art. 51); e. licitações internacionais (Art. 52); 13) Divulgação do edital (Art. 53 - 54); 14) Apresentação de propostas e lances (Art. 55 - 58); 15) Julgamento (Art. 59 - 61); 16) Habilitação (Art. 62 - 70); 17) Encerramento (Art. 71)

MÓDULO III: DOS INSTRUMENTOS AUXILIARES

Cortes Procedimentos auxiliares (Art. 78); 23) Credenciamento (Art. 79) 24) Pré-qualificação (Art. 80); 25) Procedimento de manifestação de interesse (Art. 81); 26) Sistema de Registro de Preços (Art. 82 - 86); 27) Registro Cadastral (Art. 87 - 88)

MÓDULO IV: DA CONTRATAÇÃO DIRETA

18) Processo de contratação direta (Art. 72 - 73); 19) Inexigibilidade (Art. 74); 20) Dispensa (Art. 75); 21) Alienações (Art. 76 - 77)

MÓDULO V: DISPOSIÇÕES GERAIS

(Art. 174 - 176); 44) Alterações legislativas (Art. 177 - 180); 45) Disposições finais e transitórias (Art. 181 - 195)

MÓDULO VI: DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Linhas de defesa, controle prévio, controle concomitante, controle a posteriori, (Art. 174 - 176); 44) Alterações legislativas (Art. 177 - 180); 45) Disposições finais e transitórias (Art. 181 - 195); Envio dos editais e contratos aos Órgãos de Controle, prazos de envio, dados essenciais, sanções cabíveis. Informações sigilosas, denúncias e representações, acesso à informação. banco de dados, Portal Nacional de Contratações, política de dados abertos.

MÓDULO VII: FERRAMENTAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Documento de Formalização de Despesa, Plano de Contratação Anual - PCA, Matriz de Risco, Estudos Técnicos Preliminares - ETP.

Diário



Município de Timon

Oficial

Instituído pela Lei Municipal nº 1821, de 20 de dezembro de 2012 www.timon.ma.gov.br/camara/diario/

ANO IX EDIÇÃO Nº 2.563

TIMON-MA, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE JANEIRO DE 2023

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

SUMÁRIO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.....03	EXTRATO DE CONTRATO.....03
AVISO DE LICITAÇÃO.....00	ATO DA CECSAST.....00
RESUMO MATÉRIAS APROVADAS SESSÃO ORDINÁRIA.....00	PAUTA SESSÃO SOLENE.....03
RESUMO MATÉRIAS APROVADAS SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.....00	PAUTA AUDIÊNCIA PÚBLICA.....00
ERRATA.....00	EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....00
PORTARIA.....03	PAUTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.....00

MESA DIRETORA

BIÊNIO 2023/2024

Vereador Celson Antônio Silva Lopes
Presidente

1º Vice-Presidente: Vereador Antonio Francisco da Silva

1º Secretário(a): Maria da Luz de Sousa Silva Flor

2º Vice-Presidente: Vereador Pedro Augusto Moraes dos Santos

2º Secretário: Vereador Thiago de Carvalho Santos

LIDERANÇA DO GOVERNO

LIDERANÇA DA BANCADA DE OPOSIÇÃO

Líder: Vereador Ivan Batista da Silva
Vice – líder:

Líder:
Vice – líder:

COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMON-MA (Conforme Art. 34 e Art. 36, § 1º da Resolução nº 012, de 06 de novembro de 1991)

I - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, ASSUNTOS MUNICIPAIS E REDAÇÃO FINAL- CCJLAAMRF
Ver. JUAREZ JULIO DE MORAIS SILVA FILHO
Ver*. ALYNNE HELENA PIAULINO DE MACEDO PEGO
Ver. FRANCISCO HELBER COSTA GUIMARÃES

II - COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, OBRAS PÚBLICAS, PLANEJAMENTO, E PATRIMÔNIO MUNICIPAL - COFOPPPM
Ver. ULYSSES ALMEIDA WAQUIM
Ver. JORGE MARCOS DA SILVA PASSOS
Ver. LUÍS CARLOS DA SILVA SÁ

III - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO CECSAST
Ver. JOSÉ TORQUATO DE MACEDO NETO
Ver. ANTONIO FRANCISCO DA SILVA
Ver. JORGE MARCOS DA SILVA PASSOS

IV - COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO, ENERGIA, SEGURANÇA E DEFESA DO CONSUMIDOR – CTCESDC
Ver*. ALYNNE HELENA PIAULINO DE MACEDO PEGO
Ver. ANTONIO FRANCISCO DA SILVA
Ver. JUAREZ JULIO DE MORAIS SILVA FILHO

V - COMISSÃO DE ECONOMIA, AGRIC., IND., COMÉRCIO E TURISMO – CEAICT
Ver. LUÍS CARLOS DA SILVA SÁ
Ver. FRANCISCO HELBER COSTA GUIMARÃES
Ver. ULYSSES ALMEIDA WAQUIM

VI - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CLP
Ver. ANTONIO FRANCISCO DA SILVA
Ver. JORGE MARCOS DA SILVA PASSOS
Ver. JOSÉ TORQUATO DE MACEDO NETO

VII - COMISSÃO DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER – CJEL
Ver. ULYSSES ALMEIDA WAQUIM
Ver. JORGE MARCOS DA SILVA PASSOS
Ver. LUÍS CARLOS DA SILVA SÁ

VIII - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – CDHC
Ver. ULYSSES ALMEIDA WAQUIM
Ver. LUÍS CARLOS DA SILVA SÁ
Ver*. ALYNNE HELENA PIAULINO DE MACEDO PEGO

IX - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE – CMA
Ver. LUÍS CARLOS DA SILVA SÁ
Ver. JOSÉ TORQUATO DE MACEDO NETO
Ver. ULYSSES ALMEIDA WAQUIM

CORREGEDORIA

Ver. JOÃO CALDEIRA NETO
Ver. VANDA RODRIGUES DOS SANTOS

LICENCIADO Carlos da Silva Sá

Ver. MÁRCIO DE SOUSA SÁ

Ver. PHILLIP ÂNGELO DA CUNHA ANDRADE



DIRETORIAS EXECUTIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMON-MA

DIRETORA GERAL

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA

CONTROLADOR GERAL

DIRETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO

IZAEL CARVALHO NUNES

TESOUREIRO

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

INDIARA SOARES BATISTA

DIRETOR LEGISLATIVO

WELLINGTON FERNANDO CANTOARIO

DIRETOR JURÍDICO

EDUARDO DO NASCIMENTO SANTOS

ASSESSOR CHEFE DA PRESIDÊNCIA

SECRETÁRIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Unidade de Gestão do Diário Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEMGOV

Email: semgov@timon.ma.gov.br



**PAUTA DA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DOS TRABALHOS
LEGISLATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMON-MA.**

Data: 02/02/2023

ORDEM DO DIA:

- Abertura;
- Composição da Mesa;
- Execução do Hino Nacional Brasileiro e Hino de Timon;
- Mensagem do Executivo;
- Palavra franqueada aos Vereadores;
- Discurso do Presidente da Câmara Municipal;
- Encerramento.

Dê-se ciência e Publique-se.

Verª. Maria da Luz de Sousa Silva Flor
1ª Secretária

A presente Pauta foi assinada, datada e numerada no Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Timon, Estado do Maranhão, ao trinta dia do mês de janeiro de 2023, e publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município, de acordo com o Art. 90 da Lei Orgânica do Município (LOM), c/c Art.5º da Lei Municipal nº 1821/2012.

Timon-MA, 30 de janeiro de 2023.

Francisco das Chagas Silva
Diretor Geral- Port. nº 001/2023 e Portaria nº 002/2023

PORTARIA

Portaria nº 070/2023– GP/CMT Timon (MA), 27 de janeiro de 2023.

**DESIGNA SERVIDOR PARA LIQUIDAÇÃO DAS
DESPESAS REALIZADAS PELA CÂMARA
MUNICIPAL DE TIMON-MA.**

O Presidente da Câmara Municipal de Timon-MA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 35, Inciso II da Lei Orgânica do Município e Art. 24, Inciso XXVII da Resolução Nº 012 (Regimento Interno), de 06 de novembro de 1991.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, MARIA DE JESUS SAMPAIO GUIMARÃES, Mat. 10272023, CHEFE DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO, como liquidante das despesas realizadas pela Câmara Municipal de Timon-MA, cabendo a este a atribuição de verificação se as despesas estão em condições de serem pagas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 02.01.2023.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMON,
ESTADO DO MARANHÃO, EM 27 DE JANEIRO DE 2023.

Ver. Celso Antonio Silva Lopes
Presidente

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Procedimento Licitatório nº 001/2023: Modalidade: Inexigibilidade.
Objeto: Serviços Especializados de Assessoria e Consultoria Jurídica em Direito Público (DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO LEGISLATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO, DIREITO FINANCEIRO E TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO). Ratifico a orientação técnica da Comissão Permanente de Licitações e determino a contratação de: **JANELSON MOUCHERK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, CNPJ Nº 17.327.207/0001-78. Timon (MA), 23 de janeiro de 2023. Presidente da Câmara.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2023 – INEXIG.
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2023. Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE TIMON - MA. Contratado: JANELSON MOUCHERK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, CNPJ Nº 17.327.207/0001-78. **Objeto:** Serviços Especializados de Assessoria e Consultoria Jurídica em Direito Público (DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO LEGISLATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO, DIREITO FINANCEIRO E TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, caput e inciso II e art. 13, inciso V, da lei 8.666/93. **Recursos:** 01.01-Câmara Municipal de Timon. 01.031.1008202.5-000-Manutenção da Atividades Administrativas da Câmara. Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. **Valor Mensal:** R\$ 15.000,00. **Assinatura:** 23/01/2023. **Vigência:** 12 (doze) meses. Timon (MA), 23 de janeiro de 2023. Presidente da CPL.



Assinado de forma digital por
MUNICIPAL DE
TIMON:06115307000114
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PI,
l=Teresina, ou=AC SOLUTI
Multipla v5,
ou=20937130000162,
ou=Presencial, ou=Certificado
PJ A3, cn=MUNICIPAL DE
TIMON:06115307000114
Dados: 2023.01.30 17:17:52
-03'00'



CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS

RESENHA DE CONTRATO Nº 004/2023-CMGEB DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2023-CMGEB

RESENHA DE CONTRATO Nº 004/2023-CMGEB DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2023-CMGEB

PARTES: Câmara Municipal de Governador Eugênio Barros/MA e a pessoa jurídica **REALIZA SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA - ME**, CNPJ: 19.244.858/0001-20, sediada na Rua Aristeu Nogueira, 29, A, Centro, Fortaleza dos Nogueiras - MA. **OBJETO:** Contratação de empresa para Consultoria em Controle Interno para o desenvolvimento das atividades da Câmara Municipal. **VIGÊNCIA:** 01 (um) anos a partir do dia 10 de fevereiro de 2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01.001.01.031.0002.2.002 - Manut. Das Ativ. De Apoio a Câmara Municipal. 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria. **VALOR:** R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) anuais. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº 002/2023-CMGEB, Artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021. **Isac de Araújo Sousa** Presidente da Câmara Municipal de Governador Eugênio Barros MA, 08 de março de 2023.

Publicado por: ISAC DE ARAÚJO SOUSA
Código identificador: ac0dcd0ab432d2ff0e234fea941fbdde

RESENHA DE CONTRATO Nº 005/2023-CMGEB DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2023-CMGEB

RESENHA DE CONTRATO Nº 005/2023-CMGEB DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2023-CMGEB

PARTES: Câmara Municipal de Governador Eugênio Barros/MA e a pessoa jurídica **F. DOUGLAS R. FEITOSA - DMIX**, CNPJ: 37.566.847/0001-48, sediada na LT Colinas Park 02, 11, DQ 19, Colinas Park 02, Presidente Dutra - MA. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE MÍDIA, RELACIONAMENTO DIGITAL E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO COM AS ESPECIFICIDADES PARA USO DAS REDES SOCIAIS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS - MA. **VIGÊNCIA:** 01 (um) anos a partir do dia 10 de fevereiro de 2023. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01.001.01.031.0002.2.002 - Manut. Das Ativ. De Apoio a Câmara Municipal. 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica. **VALOR:** R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) anuais. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº 003/2023-CMGEB, Artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021. **Isac de Araújo Sousa** Presidente da Câmara Municipal de Governador Eugênio Barros - MA, 08 de março de 2023.

Publicado por: ISAC DE ARAÚJO SOUSA
Código identificador: 27d5f6f20750c8367f718e6a6a6988b5

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO

RESENHA DE CONTRATO Nº 04/2023

RESENHA DE CONTRATO Nº 04/2023

RESENHA DE CONTRATO Nº 04/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2023 PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO E POSTO VITÓRIA, CNPJ sob o nº: 06.986.548/0001-39. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO/MA. DATA DA ASSINATURA: 28 DE FEVEREIRO DE 2023. VALOR DO CONTRATO: R\$ 179.846,25 (CENTO E SETENTA E NOVE MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS). ASSINATURAS: P/ CONTRATANTE: FELIPE MOTA AGUIAR - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO. P/ CONTRATADA: REGINALVA P DAS NEVES LTDA, REPRESENTANTE LEGAL - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO/MA. 08 DE MARÇO DE 2023.

Publicado por: JONANTHAN PEREIRA REGO
Código identificador: 5bfdb0f08e58309553fa5d380c3cb460

RESENHA DE CONTRATO Nº 05/2023

RESENHA DE CONTRATO Nº 05/2023

RESENHA DE CONTRATO Nº 05/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023 PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO E **A. PEREIRA NASCIMENTO FILHO**, CNPJ nº 16.793.035/0001-65. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO/MA. DATA DA ASSINATURA: 27 DE FEVEREIRO DE 2023. BASE LEGAL: LEI FEDERAL Nº. 8.666/93. VALOR DO CONTRATO: R\$ 147.600,00 (CENTO E QUARENTA E SETE MIL E SEISCENTOS REAIS). ASSINATURAS: P/ CONTRATANTE: FELIPE MOTA AGUIAR - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO. P/ CONTRATADA: **ANTONIO PEREIRA NASCIMENTO FILHO**; REPRESENTANTE LEGAL - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO/MA. 28 DE FEVEREIRO DE 2023.

Publicado por: JONANTHAN PEREIRA REGO
Código identificador: b7b08b3911e3c0fe1673e638b4e6d0d3

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2023. Inexigibilidade 001/2023. CONTRATANTE: Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes, CNPJ nº 01.651.476/0001-55. CONTRATADA: **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, CNPJ nº **17.327.207/0001-78** OBJETO: prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica, decorrente da Inexigibilidade Nº. 001/2023, gerenciada pela Comissão Permanente de Licitação-CPL, da Câmara Municipal de São Pedro dos Crentes. VALOR: R\$ 72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2-001 FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. Natureza da Despesa 3.3.90.39.00 Outros Serviços Terceiros-Pessoa Jurídica. PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/03/2023 até 02/03/2024. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie. DATA DA ASSINATURA: 02/03/2023. SIGNATÁRIOS: FLAVIO CIRQUEIRA DO VALE - Presidente da Câmara, CPF nº 034.303.023-31 e JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO, CPF nº 749.341.473-49; Representante Legal da empresa **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, São Pedro dos Crentes, 02 de março de 2023.

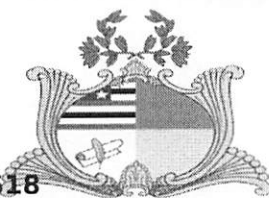
Publicado por: GILMAFRAN DA MOTA PEREIRA
Código identificador: 865114d2dea5125a8b50d70941cc894f

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Processo de Inexigibilidade nº: 001/2023 CMSPC





Índice

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.....	2
AVISO DE ADJUDICAÇÃO	2
ADJ. - Pregão Presencial nº 014/2022.	2
ADJ. - Pregão Presencial nº 015/2022.	2
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO	2
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO - INEX. - Nº 002/2022.	2
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO	2
HOM. - Pregão Presencial nº 014/2022.	2
HOM. - Pregão Presencial nº 015/2022.	3
AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO	3
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022	3





Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO

ADJ. - Pregão Presencial nº 014/2022.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 014/2022. OBJETO: Contratação de empresa especializada em ornamentação para a caracterização no município de Sítio Novo – MA para as festas natalinas de 2022 (dois mil e vinte e dois), com fornecimento de material. AMPARO LEGAL: Lei nº 10.520/02. PRAZO DE FORNECIMENTO: O fornecimento do objeto será imediato, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. VALOR TOTAL: R\$ 175.664,50 (cento e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e quatro reais, e cinquenta centavos). Em decorrência do processo de licitação acima individuado, com escora no art. 4º, XX, da Lei nº 10.520/02, adjudico o objeto a empresa: PARIS EMPREENDIMENTOS LTDA, Sítio Novo (MA), 05 de Dezembro de 2022, ANNA CECÍLIA DINIZ SILVA FRANCELINO, Pregoeira Municipal.

Publicado por: Raimundo Rodrigues Batista Filho

Código identificador: vn5yyifrlgb20221207121247

ADJ. - Pregão Presencial nº 015/2022.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 015/2022. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a organização e realização de eventos no município de Sítio Novo – MA. AMPARO LEGAL: Lei nº 10.520/02. PRAZO DE FORNECIMENTO: O fornecimento do objeto será imediato, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. VALOR TOTAL: R\$ 211.500,00 (duzentos e onze mil, quinhentos reais). Em decorrência do processo de licitação acima individuado, com escora no art. 4º, XX, da Lei nº 10.520/02, adjudico o objeto a empresa: SUCESSO ENTRETENIMENTO EIRELI ME, Sítio Novo (MA), 05 de Dezembro de 2022, ANNA CECÍLIA DINIZ SILVA FRANCELINO, Pregoeira Municipal.

Publicado por: Raimundo Rodrigues Batista Filho

Código identificador: evv8fivhlt20221207121231

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO - INEX. - Nº 002/2022.

Processo nº: 069/2022 – SEPLAN, Afigurando-me que o procedimento de contratação epigrafado encontra-se regular e legalmente desenvolvido e estando ainda presente o interesse público na contratação que deu ensejo à instauração do processo, ratifico a decisão exarada nos autos, de acordo com os seus próprios fundamentos e em conformidade, ainda, com o parecer da douta Assessoria Jurídica do município. Portanto, efetive-se a contratação, por inexigibilidade de licitação, segundo o disposto acima. Sigam-se seus ulteriores termos. Sítio Novo (MA), 03 de Novembro de 2022, ANTÔNIO COELHO RODRIGUES, Prefeito Municipal

Publicado por: Raimundo Rodrigues Batista Filho

Código identificador: wrx6pqcieg20221207121220

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

HOM. - Pregão Presencial nº 014/2022.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 014/2022. OBJETO: Contratação de empresa especializada em ornamentação para a caracterização no município de Sítio Novo – MA para as festas natalinas de 2022 (dois mil e vinte e dois), com fornecimento de material. AMPARO LEGAL: Lei nº 10.520/02. PRAZO DE FORNECIMENTO: O fornecimento do objeto será imediato,





conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. VALOR TOTAL: R\$ 175.664,50 (cento e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e quatro reais, e cinquenta centavos). Em decorrência do processo de licitação acima individuado, com escora no art. 4º, XX, da Lei nº 10.520/02, homologo o objeto a empresa: PARIS EMPREENDIMENTOS LTDA, Sítio Novo (MA), 07 de Dezembro de 2022, ANTÔNIO COELHO RODRIGUES, Prefeito Municipal.

Publicado por: Raimundo Rodrigues Batista Filho
Código identificador: qkm0ezzqega20221207121249

HOM. - Pregão Presencial nº 015/2022.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 015/2022. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a organização e realização de eventos no município de Sítio Novo – MA. AMPARO LEGAL: Lei nº 10.520/02. PRAZO DE FORNECIMENTO: O fornecimento do objeto será imediato, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. VALOR TOTAL: R\$ 211.500,00 (duzentos e onze mil, quinhentos reais). Em decorrência do processo de licitação acima individuado, com escora no art. 4º, XX, da Lei nº 10.520/02, homologo o objeto a empresa: SUCESSO ENTRETENIMENTO EIRELI ME, Sítio Novo (MA), 07 de Dezembro de 2022, ANTÔNIO COELHO RODRIGUES, Prefeito Municipal.

Publicado por: Raimundo Rodrigues Batista Filho
Código identificador: kafjd7k433x20221207121205

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO – MA. EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022, CONTRATO Nº 164/2022, CONTRATANTE. Prefeitura Municipal de Sítio Novo, Estado do Maranhão. CNPJ: 05.631.031/0001-64. CONTRATADA: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 17.327.207/0001-78, com sede na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Cond. Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Altos do Calhau, São Luís-MA. OBJETO: prestação de serviços de assessoria jurídica em licitações e contratos administrativos, em conformidade com o Processo Administrativo nº 069/2022 (INEXIGIBILIDADE nº 002/2022), FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93. Ratificação em 03/11/2022. VALOR CONTRATUAL: R\$: 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS), Dotação 04.122.0052.4014.0000 – Manutenção da Assessoria Jurídica, 500- Recursos não vinculados de impostos, 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, O prazo de vigência do presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, nos termos do que disciplina o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, condicionada sua eficácia à publicação na imprensa oficial, se de interesse da municipalidade e concordância da contratada. Sítio Novo Maranhão, 04 de novembro de 2022. ANTONIO COELHO RODRIGUES Prefeito Municipal.

Publicado por: Raimundo Rodrigues Batista Filho
Código identificador: nzsekjw4bko20221207121209





Estado do Maranhão
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO - MA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.
Av. Leonardo de Almeida, S/N, Centro - Sítio Novo - MA
Cep: 65.925-000

Antônio Coelho Rodrigues
Prefeito Municipal

Janete Martins da Silva Rodrigues
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Informações: prefeitura@sitionovo.ma.gov.br

MUNICIPIO DE SITIO
NOVO:05631031000164

/C=BR/O=ICP-Brasil/ST=MA/L=SITIO
NOVO/OU=34173682000318/OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB/OU=RFB e-CNPJ
A1/OU=presencial/CN=MUNICIPIO DE SITIO
NOVO:05631031000164 Data:07.12.2022 18:02





ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS	2
AVISO DE LICITAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO	2
CÂMARA MUNICIPAL DE LORETO	2
LEI Nº 142/2022, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022	2





CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS
DIÁRIO OFICIAL
DAS CÂMARAS MUNICIPAIS
DO ESTADO DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 42/2022
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 15/2022

A Câmara Municipal de Balsas, Estado do Maranhão, por intermédio da Pregoeira e respectiva equipe de apoio, instituída pela Portaria nº 116/2022, torna público aos interessados, que realizará Licitação às **9h30m, do dia 30 de novembro de 2022**, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada na no prédio da Câmara Municipal, situado na Rua José Coelho Noleto, nº 2008, Bairro Potosi, na modalidade **Pregão Presencial SRP nº 15/2022**, tipo avaliação MENOR PREÇO obtido através do MAIOR DESCONTO PERCENTUAL, empreitada por preço UNITÁRIO, objetivando a proposta mais vantajosa para o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de posto de combustível para a aquisição de combustíveis destinado ao atendimento da Câmara Municipal de Balsas/MA, a ser regida pelas normas do Edital, pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00m às 12h00m, onde poderão ser consultados ou obtidos no portal da transparência, site: <https://www.cmbalsas.ma.gov.br>. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço e pelo telefone: (99) 3541-2086 e/ou e-mail: cplcamarabalsas.ma@hotmail.com.

Balsas-MA, 16 de novembro de 2022.

MAÉCILA BRITO DE SOUSA
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO. Extrato do Termo de Contrato nº 40/2022, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 05/2022, Processo nº 45/2022. **Partes:** CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 06.777.130/0001-11 e a Empresa Escritório de Advocacia JANELSON MOUCHERECK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.327.207/0001-78, estabelecida na Av. Jerônimo de Albuquerque, nº 15, Edif. Patio Jardins Torre Hyde Park, Sala 621, Bairro Calhau, na cidade de São Luis/MA. **Espécie:** Termo de Contrato. **OBJETO:** Prestação de serviços advocatícios de assessoria e consultoria jurídica especializada no ramo do direito público, com atuação em direito constitucional, administrativo, financeiro e gestão pública municipal. **Prazo de Vigência:** 12 meses a partir da sua assinatura. **Valor:** R\$ 180.000 (Cento e oitenta mil reais). **Dotação Orçamentária:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. **Data da Assinatura do Contrato:** 10 de novembro de 2022. **Base Legal:** Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Janelson Mouchereck Soares do Nascimento, pela contratada e Moisés Coelho e Silva Neto, pela contratante.

Publicado por: RAIMUNDO NONATO PEREIRA DOS SANTOS
Código identificador: 5e398e0d7d87d626cc1a01464896ad11

CÂMARA MUNICIPAL DE LORETO

LEI Nº 142/2022, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022

LEI Nº 142/2022, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022.



CERTIFICADO DIGITALMENTE
E COM CARIMBO DE TEMPO

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA CATALOGAÇÃO E REGISTRO DAS NASCENTES DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE LORETO".

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LORETO/MA, MARIA DA CONCEIÇÃO BARROS LOPES, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal no seu art. 51, §7º, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a catalogação e o registro das nascentes d'água existentes no Município de Loreto.

Parágrafo único. A catalogação de que trata o *caput* desta Lei, será efetivada por servidores lotados na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, em propriedades públicas ou privadas, rurais e urbanas, para fins de proteção e conservação pelo titular do domínio ou da posse, pela sociedade e pelo Poder Público.

Art. 2º Na referida catalogação das nascentes d'água constará:

1. as características geográficas e demográficas do local;
2. o tipo de solo;
3. a altitude da nascente;
4. o propriedade onde se encontra;
5. o tipo de vegetação existente no local;
6. o tipo de exploração ambiental existente no local e nas adjacências;
7. o titular da propriedade;
8. o titular da posse;
9. o explorador, na hipótese de parceria, arrendamento, locação, ou qualquer outra forma de cessão de uso;
10. fotografia do local e das adjacências.

Art. 3º O registro deverá ser feito por nascente d'água em livro próprio, de livre publicidade e conterá:

1. o nome atribuído à nascente d'água;
2. o nome da propriedade onde se encontra;
3. o nome com qualificação completa do proprietário ou posseiro;
4. a matrícula do imóvel junto ao Registro de Imóveis;
5. nome da estrada/rodovia (que faz ligação a qual(is) cidade(s)/município(s)/povoado(s), para se chegar ao local;
6. fica na altura de qual KM;
7. entrar à direita ou à esquerda;
8. pontos de referências (se fica próximo a algum lugar, a quantos metros de distância).
9. o resumo do catálogo da nascente d'água;
10. assinatura do proprietário ou posseiro após o relatório de registro;
11. levantamento topográfico com mapa e memorial descritivo.

Art. 4º Fica vedado ao proprietário, possuidor ou usuário, ou quem por estes responder, após a catalogação das nascentes d'água, para na faixa de segurança das nascentes, em conformidade com as prescrições ambientais:

1. edificar;
2. criar confinamento de animais;
3. fazer depósito de qualquer espécie;
4. realizar poda ou queimada da vegetação existente;
5. permitir o pisoteamento por animais no veio d'água.

Art. 5º Após notificação ao proprietário, possuidor ou usuário, ou quem por estes responder, deverá reflorestar, semear ou adotar medida necessária a proteção e conservação da nascente e restauração de vegetação típica do local.

Art. 6º A título de publicidade caberá:

I - ampla instrução das pessoas envolvidas quanto a preservação e

conservação da nascente ou reflorestamento, com indicação da vegetação adequada ao local, monitoramento permanente da área da nascente e adoção de medidas na hipótese de limpeza, colheita, semeadura, pulverização, adubagem e queimadas nas áreas adjacentes.

II - ampla educação ambiental junto a sociedade, baseada em levantamento e pesquisa didático-informativa levada a efeito.

Art. 7º Todos os atos tomados deverão ser embasados em laudos emitidos por, pelo menos, um engenheiro ambiental e um biólogo, o qual ficará à disposição de toda população e dos interessados diretos, para todos os efeitos legais, inclusive, extração de cópias, bem como publicar no portal de transparência do Município.

Art. 8º Fica estipulado que a cada semestre será apresentado à catalogação completa e o registro de todas as nascentes d'água existentes no município.

Art. 9º O descumprimento do previsto nesta lei remeterá o órgão de

fiscalização municipal a comunicar ao IBAMA tais irregularidades, convidando-o a visitar os locais a fim de aplicar as sanções cabíveis.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria do Vereador José da Luz Costa Filho - PT.

**GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LORETO,
AOS 04 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E
DOIS.**

MARIA DA CONCEIÇÃO BARROS LOPES

Presidente da Câmara

Publicado por: NILCELENY CARNEIRO MARTINS

Código identificador: c85705f8c000f3380eacfa8aa6c0c981





ASAF PEREIRA SOBRINHO

Presidente

www.uvcm.com.br

UVCM - União Dos Vereadores, Câmaras Municipais Do Estado Do Maranhão

AV JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, CEP: 65071750

COHAFUMA - São Luís / MA

Contato: 98981379843

www.diariooficial.uvcm.com.br

UNIAO DOS
VEREADORES CAMARAS
MUNICIPAIS DO ESTADO
28121064000160

Digitally signed by UNIAO DOS VEREADORES
CAMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO:
28121064000160
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=MA, l=S?O LU?S,
ou=06011555000115, Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB; RFB e-CNPJ A1; presencial,
cn=UNIAO DOS VEREADORES CAMARAS
MUNICIPAIS DO ESTADO:28121064000160
Date: 17.11.2022 06:10:46 -0300



Dívida Ativa antes do termo prescricional;

n) planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições;

o) realizar pesquisa e investigação, relacionados às atividades de inteligência fiscal;

p) examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras de titularidade de sujeito passivo para o qual haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso, desde que a quebra do sigilo bancário seja considerada, pelo responsável pela fiscalização do tributo, objeto da verificação indispensável para a conclusão da fiscalização;

II - Em caráter geral, sem prejuízo das demais atividades inerentes às atribuições da Secretaria Municipal de Fazenda:

a) assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, as autoridades superiores da Secretaria Municipal de Fazenda ou de outros órgãos da Administração e prestar-lhes assistência especializada, com vista à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento;

b) coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Administração Tributária;

c) apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos;

d) preparar os atos necessários à conversão de depósitos em renda do Município, bem assim à autorização para o levantamento de depósitos administrativos após as decisões emanadas das autoridades competentes;

e) avaliar e especificar sistemas e programas de informática relativos às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições;

f) avaliar, planejar, promover, executar ou participar de programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação dos servidores, relacionados à Administração Tributária;

g) acessar as informações sobre o andamento de ações judiciais que envolvam créditos de impostos e contribuições de competência do Município de Riachão (MA), bem como de competência de outros Municípios em ações que envolvam os interesses desta municipalidade;

h) executar atividades com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e à disciplina funcionais dos Fiscais de Tributos do Município, verificando os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos;

i) informar processos e demais expedientes administrativos;

j) realizar análises de natureza contábil, econômica ou financeira relativas às atividades de competência tributária do Município;

k) desenvolver estudos objetivando o acompanhamento, o controle e a avaliação da receita tributária;

l) exercer as atividades de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais;

m) outras atribuições designadas pelos seus superiores, relacionadas com as atribuições descritas nos itens anteriores.

III - Quanto aos demais tributos, fiscalizar o cumprimento das obrigações tributárias, nos limites impostos pelas devidas legislações Estaduais e Federais, a fim de garantir o cumprimento integral seja da obrigação econômica principal ou das obrigações acessórias como emissão de documentações, declarações, dentre outras, bem como atender aos deveres indicados por convênios e parcerias estabelecidos entre os entes federados, referente à transferência de capacidade tributária ativa.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 3º Aplicam-se aos cargos efetivos de Fiscal de Tributos do Município de Riachão (MA) as disposições contidas na legislação referente aos servidores públicos municipais.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHÃO,
ESTADO DO MARANHÃO, 23 DE JUNHO DE 2022.**

RUGGERO FELIPE MENEZES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por: SINTYA MARIA GOMES FERREIRA
Código identificador: 5bcf99aef4aa681a389ff9756007ff76

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO. O Município de Riachão - MA celebra o Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 071/2016 da Concorrência Pública nº 001/2016 - Processo Administrativo nº 013/2016. Contratante: Prefeitura Municipal de Riachão - MA. **Contratada:** **SUBSOLO POÇOS ARTESIANOS LTDA**, com sede na Praça Martinho Nogueira, nº 12, Centro Fortaleza dos Nogueiras - MA, inscrita CNPJ/MF sob o n.º 12.125.549/0001-91, por seu representante legal, Sr. **Gilmar Nogueira de Brito, C.I. nº 38.137.594-7 SESUSP/MA e CPF nº 812.035.943-72. Objeto da Licitação:** Execução dos Serviços de Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água nos Povoados Alto Bonito, Posto Fiscal, Bacuri, e P A Campo Grande, Zona Rural do Município de Riachão - Ma. **Objeto do Aditivo:** O presente termo aditivo tem como objeto alterar em mais **300 (trezentos)** dias, contados a partir de 08/11/2021 os prazos da vigência e execução do *caput* da **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA ("CLÁUSULA ONZE")** do Contrato, conforme faculta o Art, 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, passando a vigorar com a seguinte redação: **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA ("CLÁUSULA ONZE") - DOS PRAZOS** O prazo para a execução dos serviços Objeto deste Contrato é de **2.260 (dois mil duzentos e sessenta) dias consecutivos**, de conformidade com a Ordem de Serviço emitida pela Prefeitura Municipal de Riachão e aceita pela Contratada. **CLÁUSULA SEGUNDA** - Ficam ratificadas e convalidadas as demais Cláusulas do Contrato nº **071/2016 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016 - CPL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2016. Data da assinatura:** 07 de outubro de 2021. **Base Legal:** Artigo 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. **Assinam Pelo Município de Riachão - MA:** Ruggero Felipe Menezes dos Santos - Prefeito Municipal. **Pela Empresa SUBSOLO POÇOS ARTESIANOS LTDA:** Gilmar Nogueira de Brito - Representante legal. Riachão - MA, 07 de outubro de 2021. **Ruggero Felipe Menezes dos Santos - Prefeito Municipal.**

Publicado por: SAULO REGO LIMA
Código identificador: 746740ebb43ab884fa0780ca68741f38

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE

1º TERMO DE ADITIVO - CONTRATO Nº 020/2021

1º TERMO DE ADITIVO; CONTRATO Nº 020/2021; INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021; CONTRATANTE: O Município de Ribamar Fiquene/MA, inscrita no CNPJ 01.598.547/0001-01; **JANELSON MOUCHEREK**



SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, com sede na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Cond. Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Altos do Calhau, São Luís-MA; **OBJETO**: prestação de serviços especializados em Assessoria e Consultoria Jurídica para a Prefeitura Municipal de Ribamar Fiquene por um período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência e com a Proposta apresentada; **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**: **Órgão**: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE; **Unidade**: SECRETARIA MUL.ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE; **Ação**; **Natureza da Despesa**; 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa; Jurídica; **Função**: 03; **bfunção**: 091; **Programa**: 0003; **Projeto/Atividade/Oper.Especial**: 2-007; 03.091.0003.2-007 - Manutenção da Assessoria Jurídica; **Fonte de Recursos**; 500 Recursos não Vinculados de Impostos; **VALOR TOTAL**: R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil

reais); **VIGENCIA**: até 01 de junho de 2023; **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei nº 10.520, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993; **SIGNATÁRIOS**: Pela contratante: Sr. Sr. **LUÍS SABINO BARROS GUIMARÃES**, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade de nº 027795532004-9, CPF nº 369.636.821-00, e pelo contratado: Sr.(a). Sr. **JANELSON MOUCHERREK SOARES DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, advogado, portador(a) da OAB-MA 6499, Identidade nº 1452115 SSP-MA e do CPF nº 749.341.473-49; **TRANSCRIÇÃO**: Jessica Costa Ferreira - Presidente da CPL; **EXTRATO PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL EM 01/06/2022**.

Publicado por: JESSICA COSTA FERREIRA
Código identificador: 994d8d2152bdef4719c2223e5bc1d11c

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N. 008/2022 - SRP.
GERENCIADORA: MUNICÍPIO DE SAMBAIBA/MA
DETENTORA: OTAVIO DE SOUSA DIAS EIRELI.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA, com sede na Praça Jose do Egito Coelho, s/nº, Centro, Sambaíba-MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, neste ato representada pela Sra. **ADRIANA DOS SANTOS SILVA**, CPF: 031.272.203-67, doravante denominada **SECRETARIA GERENCIADORA**, juntamente com a Comissão Permanente de Licitação, considerando o **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 008/2022 - SRP**, para registro de preços que indicou como vencedora a empresa: **OTAVIO DE SOUSA DIAS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.338.778/0001-57, sediada na **Rua Bernardo Arruda nº 259 A, BAIRRO: CENTRO, CEP: 65.830-000**, na cidade de **SAMBAIBA**, Estado **MARANHÃO**, por intermédio de seu representante legal, o Sr: Otavio de Sousa Dias, portador(a) da Carteira de Identidade nº: **0184019220015- SSP MA** e do CPF nº **019.342.813-01**, sendo denominada **DETENTORA**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas pela Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar 147/2014, Decreto Federal 7892/2013, Decreto nº 006/2017 e subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REBOQUE EM VEÍCULOS CAMINHÃO "PRANCHA E GUINCHO/LANÇA", PARA REMOÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E PESADOS PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SAMBAÍBA/MA**, conforme quantidade, especificações, condições e itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 008/2022**, parte integrante desta Ata, por um período de 12 (doze) meses, juntamente e com a documentação e proposta de preços apresentada pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2022**.

1.2. Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas neste documento, podendo a SECRETARIA PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO.

3.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para execução do objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, do Estado do Maranhão.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. Os preços registrados, as especificações dos equipamentos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representantes legais das empresas, encontram-se elencados nesta Ata de Registro de Preços, conforme termo anexo.



na data de 25/04/2022 terá uma prorrogação de 120 (Cento e Vinte) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Para fazer face aos dispêndios os recursos são próprios e estão consignados no orçamento, respeitada a seguinte classificação funcional programática:

Código da Ficha: 1377

Órgão: 02

PODER EXECUTIVO

Unidade: 12 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Dotação: 20.784.0030.2157.00003.3.90.39.00

Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

Saldo Orçamentário:

R\$415.939,12

QUATROCENTOS E QUINZE MIL, NOVECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E DOZE CENTAVOS

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais disposições do termo de contrato original, não modificadas pelas disposições do presente Termo Aditivo.

E por estarem assim acordes, assinam o presente Termo Aditivo do Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Pelo CONTRATANTE Pelo CONTRATADO

WILLIAM GUIMARÃES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL FABRÍCIO MOREIRA CARDOSO

REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF nº: CPF nº

RG nº: SSP/___ RG nº: SSP/___

Publicado por: LUIZA KEROLY MARTINS LINDOSO
Código identificador: be640b8e6b383c6a79f1e7fed6748b8a

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES

TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 04.2021-SEMAD

Primeiro Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 04/2021-GAB/PREF, Processo nº 62/2021 - GAB/SEMAD/PMA, firmado em 01/06/2022 entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES (MA), CNPJ nº 06.450.191/0001-70, com Sede na Rua Sete de Setembro, s/nº - Centro, no município de AraioSES, no Estado do Maranhão, neste ato representada pela Prefeita Luciana Marão Félix, doravante denominada CONTRATANTE e a pessoa jurídica JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.327.207/0001-78, com sede na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Condomínio Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Altos do Calhau, São Luís-MA, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MA nº 6499, com RG nº 1452115 SSP-MA e CPF nº 749.341.473-49, doravante

denominada CONTRATADA, que em comum acordo entre as partes interessadas firmam o presente Termo Aditivo de Prazo ao contrato nº 04/2021. A Contratação é oriunda Inexigibilidade nº 01/2021-SEMAD, que teve como Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Assessoria e Consultoria Jurídica à Administração Pública. O objeto do presente Termo de Aditivo consiste na prorrogação do prazo de vigência por mais **12 (doze) meses**, conforme previsto na Cláusula Quinta do referido contrato. Dotação Orçamentária: Código da Ficha: 19; Órgão: 02 PODER EXECUTIVO; Unidade: 02 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ARAIOSES Dotação: 04.122.0203.2005.0000; 3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica. O instrumento de contrato passará a ter sua vigência prorrogada a considerar do dia **22 de junho de 2022 até 22 de junho de 2023**. AraioSES (MA), 23 de junho de 2022. Luciana Marão Félix - Prefeita do Município.

Publicado por: CRISTIANE AMORIM DE AQUINO DA SILVA
Código identificador: 86f0422670e620d7c400ff41744ca273

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAIOSES. EXTRATO CONTRATO 31.2022. FMS

EXTRATO DE CONTRATO 31/2022-FMS/PMA. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAIOSES(MA), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 11.756.002/0001-21, com sede administrativa na com sede na Av. Dr. Paulo Ramos, s/nº - Centro - AraioSES - MA, neste ato representado pelo **Secretário Municipal de Saúde de AraioSES., Sr. JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO NETO,** brasileiro, sob Portaria nº 130/2021 GAB/PREF, CPF nº 017.057.983-22, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE,** e a empresa **BRUNO DE S. BORGESCOMERCIO DE GASES,** doravante denominada **CONTRATADA,** situada a Rua 12 de Outubro, 1119 - CENTRO, CEP: 64.290-000 - ALTOS-PI, CNPJ/MF nº 38.425.303/000129, Inscrição Estadual nº 196738776, neste ato representada por BRUNO DE SOUSA BORGES R.G. nº 3333458, CPF nº 081.214.774- 09, firmam o presente CONTRATO assinado 03 de janeiro deste ano, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 001/2021-PMA-MA,** vinculado ao **Pregão Eletrônico nº 02/2021-PMA-MA,** oriundo do **processo administrativo nº 46/2021 - PMA-FMS.** OBJETO:Contratação de empresa para fornecimento de **Oxigênio Medicinal,** para atender a demanda da Rede de Serviços de Saúde de interesse da Secretaria Municipal de Saúde de AraioSES - MA, em conformidade com a Ata de Registro de Preços acima citado. Código das Fichas: 500 E 501; Órgão: 02 PODER EXECUTIVO; Unidade: 14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAIOSES; Dotação: 10.302.0214.2066.0000 3.3.90.30.00 Material De Consumo; Valor Global do Contrato é de de **R\$ 700.951,50 (Setecentos mil novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos)ao ano. Vigência do Contrato: 12(doze) meses a contar de sua assinatura. AraioSES (MA) 23 de junho de 2022. JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO NETO. Secretário Municipal de Saúde.**

Publicado por: CRISTIANE AMORIM DE AQUINO DA SILVA
Código identificador: 0afa2325c37503e75997fc3984885e0a

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

EXTRATO DE CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022 - SRP

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2021-GAB/PREF.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2021-GAB/PREF, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE ARAIOSES, E A EMPRESA JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA.

Pelo presente Termo Aditivo ao **Contrato nº 04/2021-GAB/PREF**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES - MA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 06.450.191/0001-70, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, nº01, centro, Araisos/MA, em prol da **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**, neste ato representada por sua Prefeita Municipal Sra. **LUCIANA MARÃO FÉLIX**, brasileira, casada, agente político, RG nº 058714720166-SESP/MA e do CPF nº 556.997.823-20, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.327.207/0001-78, com sede na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Condomínio Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Altos do Calhau, São Luís-MA, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MA nº 6499, com RG nº 1452115 SSP-MA e CPF nº 749.341.473-49, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. O objeto do presente Termo de Aditivo consiste na prorrogação do prazo de vigência por mais **12 (doze) meses**, conforme previsto na Cláusula Quinta do referido contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2. O instrumento de contrato passará a ter sua vigência prorrogada a considerar do dia **22 de junho de 2022 até 22 de junho de 2023**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3. O valor do contrato será reajustado após 12 (doze) meses, contados do início da vigência do presente Termo Aditivo, com base no IGPM apurado no período, ou por outro que venha a substituí-lo, conforme previsto nos artigos 55, inciso III, e 65, §8º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

4. A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da **Natureza da Despesa:**

Administração.

Código da Ficha: 19

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO

Unidade: 02SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ARAIOSES

Dotação: 04.122.0203.2005.0000

3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE:

5. Incumbirá a CONTRATANTE, à sua conta e no prazo estipulado no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, a publicação deste Termo Aditivo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA SEXTA – DA INALTERABILIDADE:

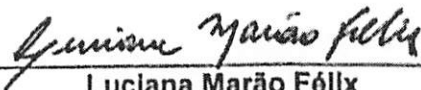
6. Esta alteração contratual não importará em qualquer modificação ao contrato original, ressalvado o novo prazo, sendo que todas as obrigações assumidas no contrato original permanecerão e deverão ser respeitadas pelas partes, sob pena de rescisão unilateral.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7. Fica eleito o foro da Comarca de Araioses, Estado do Maranhão, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

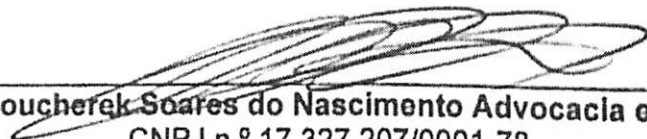
E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente TERMO ADITIVO lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes juntamente com as testemunhas abaixo.

Araioses - MA, em 17 de junho de 2022.



Luciana Maranhão Fóliz

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
CONTRATANTE



Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria
CNPJ nº 17.327.207/0001-78
CONTRATADA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
GABINETE DA PREFEITA - GP

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO N-003/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON, POR INTERMÉDIO DO GABINETE DA PREFEITA E EMPRESA JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE TIMON**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº **02.422.952/0001-29** com sede administrativa na Prefeitura Municipal, sediada na Praça São José, s/n, centro, por intermédio do **Gabinete Da Prefeita**, sediado na Praça São José, S/N, Bairro Centro, Timon MA, CEP: 65.630.160, inscrita no CNPJ sob nº 06.115.307/0001-14, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Chefe de Gabinete Sueli Maria da Conceição Barros da Silva Capuama, portadora do RG nº 1653710 SSP/PI e do CPF nº 096.210.673-91, residente e domiciliada Rua Dr João Lula, Nº 2449, Bairro Parque Piauí, Timon-MA e a empresa **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA** com sede na Av. Jeronimo de Albuquerque Maranhão, nº 25, Edif. Pátio Jardins Torre Hyde Park sala 621/622, Bairro Vinhais, na cidade de São Luís- MA, inscrita no CNPJ sob o Nº 17.327.207/0001-78, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO**, sócio administrador e responsável técnico, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 6499, inscrito no CPF nº 749.341.473-49. Firmam o presente **CONTRATO**, em conformidade com as cláusulas contratuais e com as normas da Lei 8.666/93, com as alterações nela introduzidas até a presente data, resolvem **ADITIVAR** o **CONTRATO 003/2021**, na melhor forma de direito, segundo as cláusulas e condições adiante arroladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO

O Presente Termo Aditivo destina-se a prorrogação da vigência do contrato nº 003/2021, por igual período com fundamentos nos artigos 57, II da Lei 8.666/1993 e suas alterações e art 18, da Lei 8.245/1991.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada a vigência contratual por igual período de 12(doze) meses, a contar 23/06/2022 a 23/06/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Fica reajustado o valor total do contrato em 11,73% (Onze vírgula setenta e três por cento), conforme atualização do IPCA, ficando a parcela mensal no valor de R\$ 16.759,67 (Dezesseis



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
GABINETE DA PREFEITA - GP

mil setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos), valor total do contrato de R\$ 201.116,16 (Duzentos e um mil cento e dezesseis reais e dezesseis centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Projeto Atividade: 2026- Manutenção do Gabinete da Prefeita: Elemento de despesa: 3.3.90.39- Outros serviços de terceiros- pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 500- Recursos Próprios do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato aqui aditado.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Timon, Estado do Maranhão, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas da interpretação e execução do presente ADITIVO.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentárias.

Timon (MA), 10 de Junho de 2022.



CONTRATANTE

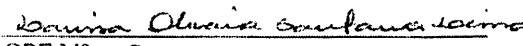
Nome: Sueli Maria da Conceição Barros da Silva
Capuama
CPF: 096.210.673-91
RG: 1653710 SSP/PI

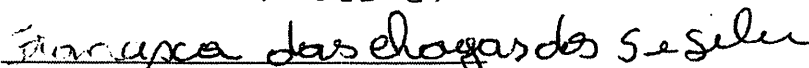


CONTRATADA

Nome: Janelson Moucherek Soares
do Nascimento
CPF: 749.341.473-49

Testemunhas:

1. 
CPF N°. 934.909.683-87

2. 
CPF N°. 77074009334

SEMAG

EDITAL DE CHAMAMENTO nº 017/2022-SEMAG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL - SEMAG, do Município de Timon-MA, no uso de suas atribuições legais, conferido pelo art. 31 da Lei Municipal nº 1892, de 17/12/2013, e

CONSIDERANDO a PORTARIA Nº 0321/2022-GP DE 22 DE JUNHO DE 2022 que TORNA SEM EFEITO, a nomeação do servidor GIL ALVES CABRAL, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Defesa do Consumidor,

CONSIDERANDO a vacância do cargo nos termos do inciso I, art. 56 da Lei Municipal nº 1299/2004,

TORNA PÚBLICO, pelo presente Edital de Chamamento, a CONVOCAÇÃO do candidato abaixo relacionado, classificado no Concurso Público - Edital nº 002/2018, realizado por esta Prefeitura para provimento de vagas do quadro permanente de pessoal do Executivo Municipal, conforme Edital de Homologação do Resultado Final publicado no Diário Oficial do Município nº 01547, de 11/03/2019, para no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste, comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoal desta Secretaria, situado na Praça São José, s/nº, Centro, Timon-MA, no horário de 8:00 às 13:00h, devidamente munido dos documentos exigidos no subitem 15.2 do referido edital, sob pena de não ser empossado e por consequência, tornar-se sem efeito o ato de nomeação do candidato, nos termos da legislação específica, bem como do subitem 15.3 do edital.

CARGO: FISCAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

01	JOAO VICTOR DA SILVA NASCIMENTO	2880713 - PI
----	---------------------------------	--------------

Timon-MA, 14 de julho de 2022.

Ulysses Halley Lima Oliveira
Secretário Municipal de Administração
e Gestão de Pessoal - SEMAG

EDITAL DE CHAMAMENTO nº 018/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL - SEMAG, do Município de Timon-MA, no uso de suas atribuições legais, conferido pelo art. 31 da Lei Municipal nº 1892, de 17/12/2013, e

CONSIDERANDO a PORTARIA Nº 0321/2022-GP DE 22 DE JUNHO DE 2022, que TORNA SEM EFEITO, a nomeação do servidor ALEXANDRE MAGNO GOMES DE LIMA,

CONSIDERANDO a vacância do cargo nos termos do inciso I, art. 56 da Lei Municipal nº 1299/2004,

TORNA PÚBLICO, pelo presente Edital de Chamamento, a CONVOCAÇÃO dos candidatos abaixo relacionados, classificados no Concurso Público - Edital nº 001/2019, realizado por esta Prefeitura para provimento de vagas do quadro permanente de pessoal da Secretaria Municipal da Educação, conforme Edital de Homologação do Resultado Final publicado no Diário Oficial do Município nº 01808, de 10/03/2020, para no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste, comparecerem ao Departamento de Gestão de Pessoal desta Secretaria, situado na Praça São José, s/nº, Centro, Timon-MA, no horário de 8:00 às 13:00h, devidamente munidos dos documentos exigidos no subitem 19.2 do edital nº 001/2019, sob pena de não serem empossados e, por consequência, tornar-se sem efeito o ato de nomeação do candidato, nos termos da legislação específica, bem como do subitem 19.3 do mesmo edital.

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - SÉRIES INICIAIS

01	MARIA LUIZA DE ARAUJO SOUSA	1219082 - PI
----	-----------------------------	--------------

Timon-MA, 14 de julho de 2022.

Ulysses Halley Lima Oliveira
Secretário Municipal de Administração
e Gestão de Pessoal - SEMAG

RESULTADO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022

Processo Administrativo: 611/2022

Interessada: Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SEINFRA

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para construção de galerias tubulares (microdrenagem) nas vias públicas do município de Timon - MA, em especial na região do Parque Piauí - II, conforme especificação e detalhamentos no edital e anexos. Sessões: 28/06/2022, 08/07/2022 e 18/07/2022. **ATO:** A Comissão Permanente de Licitação do Município de Timon, no uso de sua competência após a sessão de abertura dos envelopes de propostas realizada na data de 15/07/2022 em que submeteu ao setor de engenharia para análise da conformidade técnica das mesmas, vindo a ser lavrado o parecer técnico assinado em 18/07/2022 que passou a subsidiar e vincular a presente decisão, torna público o resultado do julgamento da proposta de preços ao Edital da Tomada de Preços 001/2022 para ciência dos interessados de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital e anexos, da seguinte forma: a empresa SAGA ENGENHARIA LTDA - ME, CNPJ: 18.582.626/0001-34 que foi declarada habilitada, esta com sua proposta classificada com o preço global de R\$

1.429.325,20 (um milhão quatrocentos e vinte e nove mil trezentos e vinte e cinco reais e vinte centavos), vindo a ser declarada vencedora do certame licitatório por atender aos critérios formais e legais e todas as condições previstas no edital e anexos, conforme razões expostas em parecer técnico, atas e demais documentos autuados no processo administrativo em epígrafe. Da presente decisão fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis a ser contado da data da publicação do presente ato, conforme disposto no art. 109, I, da Lei nº 8.666/93, Timon, Maranhão, 18 de julho de 2022. Liliane de França Lima, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município.

EXTRATO DE REAJUSTE DE PREÇO

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO
Termo Aditivo: REAJUSTE DE VALOR DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contrato: nº 003/2021
Processo Administrativo: nº 0581/2021
Fundamentação legal: ART. 57, II DA LEI Nº 8.666/93
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON, GABINETE DA PREFEITA
CNPJ do contratado: 06.115.307/0001-14
Contratado: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA
CNPJ do contratado: 17.327.207/0001-78

Objeto e Justificativa do Aditamento: Reajuste do contrato que tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica, na área do Direito Público sobre leis orçamentárias (PPA, LOA e LDO), receitas e despesas públicas municipais, licitações e contratos administrativos, convênios (transferências voluntárias), a gestão fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal cumprimento de índices constitucionais e legais, prestação de contas de recursos públicos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, e sobre Tomada de Contas Especial.

Dotação Orçamentária: 2026- MANUTENÇÃO DO GABINETE DA PREFEITA

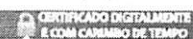
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 500 - Recurso Próprio do Município
Valor Global: R\$ 201.116,04 (Duzentos e um mil, cento e dezesseis reais e quatro centavos)

Data da Assinatura: 10/06/2022

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO
Termo Aditivo nº: 04/2022
Contrato nº 016/2021 - SEMUF
Processo Administrativo nº: 246/2021
Fundamentação Legal: Art. 65, inciso I alínea b e § 1º da Lei 8.666/93.



Praça São José, s/n, Centro / CEP: 65.636-160 CNPJ: 06.115.307/0001-14 - Timon - MA.

O Município de Timon/MA dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: www.timon.ma.gov.br



EDNA PORTELA DO CARMO VELEZ, RG nº 464499950 SESP/MA, CPF nº 762704.403-00. **CONTRATADO: Srª. APARECIDA MARIA DE SOUZA SILVA**, inscrita no CPF nº 302.490.312-72, RG 040000502010-0 SSP/MA, residente e domiciliada no Município de São Pedro da Água Branca/MA. **OBJETO:** Prorrogação de prazo e valor; **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados 04.10.2021 a 03.10.2022. **VALOR:** R\$ 9.448,22; **DOTAÇÃO:** Dotação Orçamentária – 2996 - 5.1.3.07.01 – Aluguéis de Imóveis; **Origem do Recurso – 30-3-3 RECEITA OPERACIONAL – Próprios – Arrecadação. MODALIDADE:** Dispensa de Licitação. **BASE LEGAL:** Inteligência do art. 29, V da Lei nº 13.303/2016 e art. 114, inc. V, do Regulamento de Licitação e Contratos da CAEMA. **ASSINATURA:** 04/10/2021. São Luís/MA, 10 de novembro de 2021. Carlos Brissac Neto-Procuradoria Jurídica.

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS - MA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Processo nº 061/2021; **ESPÉCIE:** Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 025/2017; **PARTES:** CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.777.130/0001-11 e a Sociedade de Advogados JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.327.207/0001-78; **OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo de vigência contratual prestação de serviços especializados, prestado por meio de Sociedade de Advogado para prestar Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para a

Câmara Municipal de Balsas; **PRAZO:** 12 (doze) meses a partir da sua assinatura; **VIGÊNCIA:** 12/11/2021 a 12/11/2022; **VALOR:** R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais); **AMPARO LEGAL:** Artigo 57, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; **SIGNATÁRIOS:** Moisés Coelho e Silva Neto – Presidente da Câmara Municipal e Janelson Moucherek Soares do Nascimento – Representante Legal; **DATA DE ASSINATURA:** 10 de novembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI - MA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 001/2021-PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 227/2021-CARTA CONVITE Nº 001/2021. A Prefeitura Municipal de Buriti torna público o 1º Termo Aditivo para Prorrogação ao Contrato. 001/2021-PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 227/2021-CARTA CONVITE Nº 001/2021. Contratante: Prefeitura Municipal de Buriti, CNPJ 06.117.071/0001-55. Contratado: R G VASCONCELOS CONSULTORIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 37.688.245/0001-63. Objeto: Fica prorrogado o prazo de prestação de serviços por igual período de 08 meses tendo como início de vigência do presente aditivo a dia 27 de outubro de 2021, finalizando no dia 27 de julho de 2022, podendo ser renovado de comum acordo entre as partes. Buriti-MA, 27 de outubro de 2021. ANA CRISTINA ARAÚJO CARDOSO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

ATAS

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021- SEAP/MA Processo nº 87484/2021- SEAP Pregão Eletrônico Nº 073/2021 (SRP) Ata de Registro nº 01/2021- SEAP/MA Órgão Gerenciador: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão **Local de Execução:** Conforme item 4.2 do Termo de Referência. **O ESTADO DO MARANHÃO**, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, CNPJ/MF n.º, situada na Rua Gabriela Mistral, 716 - Vila Palmeira - (antigo Colégio Universitário - COLUN), São Luís- MA CEP: 65.045-070, neste ato representada por seu Secretário, Sr. Murilo Andrade de Oliveira, inscrito no CPF sob o nº 976.346.386-68, enquanto ÓRGÃO GERENCIADOR, para fins de prestação dos serviços de locação de caminhões e carretas, com operador habilitado, fornecimento de combustível e quilometragem livre, destinados à produção das fábricas de blocos de concreto instaladas no Sistema Penitenciário Maranhense (capital e interior), resolve registrar os preços da empresa C C G CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.638.550/0001-54, com sede na o Av. Engenheiro Emiliano Macieira, Nº 650, Km 11 Rod BR 135, Pedrinhas - São Luís/MA - CEP 65095-603, neste ato representada por seu sócio, Sr. Gustavo Sodre Pereira, inscrito com R.G. sob o nº 0150667620008 SSP/MA, e no CPF sob o nº 976.683.463-68, doravante denominada **BENEFICIÁRIA DA ATA**, nas condições e especificações ofertadas, de acordo com a proposta adequada apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2021- SRP**, considerando o termo de adjudicação e termo de homologação do referido certame, formalizados nos autos do Processo Administrativo nº 87484/2021 - SEAP, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 11.000/2019, Decreto Estadual nº 36.184/2020, Decreto Estadual nº 36.843/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993. **I. OBJETO** 1. A presente ata tem por finalidade o Registro de Preço dos itens pertencentes ao grupo/lote, conforme abaixo:

GRUPO/LOTE - ÚNICO

EMPRESA: C C G CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA

CNPJ: 05.638.550/0001-54

FONE: (98) 3313-9550

ENDEREÇO: Av. Engenheiro Emiliano Macieira, Nº 650, KM 11. ROD. BR 135, PEDRINHAS - São Luís/MA - CEP 65095-603.

REPRESENTANTE LEGAL: Gustavo Sodré Pereira

CPF Nº: 976.683.463-68

RG Nº: 01.506.676.200-08 SSP/MA

DADOS BANCÁRIOS: AGENCIA: 2121

CONTA CORRENTE: 28101-8

BANCO: BRADESCO S.A

Diário Oficial

Instituído pela Lei Municipal nº 1821, de 20 de dezembro de 2012

www.timon.ma.gov.br

TIMON-MA, TERÇA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2021 - ANO VIII - EDIÇÃO - Nº 2.144

DEMIP

PORTARIA Nº 06/2021 Timon, 22 de Junho de 2021.

DESIGNAR SERVIDOR.

Dinair Sebastiana Veloso da Silva
Prefeita de Timon

João Rodolfo do Rêgo Silva
Vice - Prefeito de Timon

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO
PUBLICAÇÃO-DEMIP, do Município de Timon-MA, no
uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 52,
da Lei Municipal nº 1892/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR MARCIA ATALDO DA SILVA,
assessor especial para efetuar o efeito de Nota Fiscal
de prestação de serviços do Departamento de
Iluminação Pública - DEMIP (Secretaria Municipal de
Obras e Infraestrutura), sem prejuízo das atribuições
de Art. 52.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na presente data

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO
Processo Administrativo 566/2021 - FMC

Carta Convite nº 010/2021 - Coordenação Geral de
Controle das Licitações do Município de Timon/MA.

Interessado: Fundação Municipal de Cultura - FMC

Ato: HOMOLOGAÇÃO do resultado do Processo
Licitação que tem como objeto a contratação de
empresa para a aquisição e instalação de itens de
segurança eletrônica para monitoramento do complexo
cultural. ADJUDICADO em favor da Empresa vencedora:
F J DE SOUSA EIRELI. CNPJ: 34.801.576/0001-70 com
valor global de R\$ 34.194,70 (trinta e quatro mil, cento e
noventa e quatro reais e setenta centavos). Assinatura:
18 de junho de 2021.

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

Primeiro Termo de Aditivo de Prazo ao Contrato nº
008/2020 - SEINFRA

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra
e serviços de engenharia de recuperação de estradas
rurais na zona rural do Município de Timon-MA,
conforma CONVENIO nº 8.069.00/2020 (SICONV nº
999577).

Tomada de Preços nº 003/2020

Fundamentação: Arts. 64, 67 e 61 da Lei nº 8.666/93 e
Arts. 11, 124, 125 e 176 da Lei nº 14.133/21

Contratante: Município de Timon, por intermédio da
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E

INFRAESTRUTURA - SEINFRA

Contratada: CONSTRUTORA DIGÃO EIRELI EPP.
CNPJ nº 07.193.479/0001-74

Data da Assinatura: 04/06/2021

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

Terceiro Termo de Aditivo de Prazo ao Contrato nº
008/2020 - SEINFRA

Objeto: Serviço de engenharia para recuperação de
pavimentação asfáltica em vias públicas na zona urbana
do Município de Timon-MA.

Tomada de Preços nº 004/2020

Fundamentação Legal: Artigo 57, §1º, II e VI, da Lei
Federal nº 8.666/93.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E
INFRAESTRUTURA - SEINFRA.

CONTRATADA: CERRADO ENGENHARIA
INCORPORADORA EIRELI, CNPJ: 02.725.914/0001-45

PRAZO DO ADITIVO: 120 (Cento e vinte) dias.

Data da Assinatura: 18.06.2021

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2021 - GAB.
Processo Administrativo nº. 0581/2021

INTERESSADO: Município de Timon-MA, por meio do
Gabinete de Prefeita - GAB. Ato: A Secretaria Chefe de
Gabinete da Prefeita, no uso de suas atribuições legais,

embasado no art. 25, II, Art. 13 I, III e art. 2º, I, da
Lei nº 8.666/93 e art. 3º - A da Lei 8.906/94 e art. 1º,
14 039/2020 e demais legislação aplicável, em face
e demais documentos contidos nos autos do processo
administrativo nº. 0581/2021. RATIFICA a Lei nº 1892/2013
Jurídico para a contratação direta, mediante
necessidade de licitação, que tem como objeto a
prestação de serviços técnicos especializados de
assessoria e consultoria jurídica, na área de Direito
Público sobre leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA),
repetidas e despesas públicas municipais, para a
contratação de serviços administrativos, convênios (prestação de
voluntários), a gestão fiscal, à Lei de Responsabilidade
Fiscal, cumprimento de índices constitucionais e legais,
prestação de contas de recursos públicos junto ao
Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, e sobre
Tomada de Contas Especial, conforme detalhamento
que consta no termo de referência e proposta que se
vinculam ao presente ato, a ser firmado com o assessor
JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO
ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrita no CNPJ sob o
nº 17.327.207/0001-78, por seu sócio administrador,
advogado e responsável técnico, Dr. Janelson
Moucherek Soares do Nascimento. As despesas
decorrentes desta contratação serão suportadas pelo
Fonte Recursos Próprios - 001. Data Assinatura:
22.06.2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

Contrato nº 095/2021 - FMS/SEMS. Objeto: aquisição
de equipamentos de proteção individual (EPI) para
combate ao COVID-19, para atender as demandas da
Secretaria Municipal de Saúde de Timon - MA -
FMS/SEMS. Fundamentação: Lei 10.520/2002, Lei nº
8.666/93. Pregão Eletrônico nº 012/2020, Liberação nº
357/2021 - Central de Compras/PMT/MA. Contratante:
Fundo Municipal de Saúde - SEMS. Contratada: RAHIA
MEDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES
EIRELI - CNPJ sob o nº 15.229.287/0001-01. Valor
total estimado: R\$ 14.208,00 (quatorze mil, duzentos e
oito reais). Data da Assinatura: 07/05/2021. Vigência:
31/12/2021.

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

CONTRATO Nº 009/2021

Fundamento: Adesão a Ata de Registro de Preços nº
01.1906/2020 referente ao Pregão Eletrônico nº
002/2020 do Município de Joaquim Pires - PI conforme
Liberação nº 01.0306/2021 e Termo de Cooperação
Técnica nº 01.0306/2021. Decreto Municipal nº
0231/2021.

Objeto: Contratação de empresa para locação de
impressoras multifuncionais, através de solução de
impressão departamental (outsourcing de impressão)
incluindo manutenção preventiva e corretiva,
fornecimento de software de gerenciamento e controle
dos equipamentos, peças e suprimentos necessários
(exceto papel) para atender as necessidades da
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de
Pessoal de Timon - MA - SEMAG.
Contratante: Secretaria Municipal de Administração e
Gestão de Pessoal de Timon - MA - SEMAG.
Contratado: Realjet Informática Comércio e Serviços
LTDA. CNPJ 09.558.001/0001-20.
Valor mês: R\$ 5.240,00 (seis mil, duzentos e quarenta
reais)

Termo de Cooperação, em: 03/06/2021.

Homologação: 11/06/2021

Contrato Assinado em: 14/06/2021

MUNICÍPIO DE TIMON - ESTADO DO MARANHÃO

Contrato 002/2021-GP

Fundamentação: Lei nº 8.666/93. Pregão Eletrônico N
017/2021

Objeto: Contratação de empresa para aquisições futuras
de Água mineral para atender a necessidade do
Gabinete do Prefeito.

Praca São José, s/n, Centro / CEP: 65.636-160 CNPJ: 06.115.307/0001-14 - Timon - MA.

Atenção: Este é o Diário Oficial do Município de Timon-MA. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.timon.ma.gov.br



Prefeitura Municipal de Timon

Dinair Sebastiana Veloso da Silva
Prefeita de Timon

João Rodolfo do Rêgo Silva
Vice - Prefeito de Timon

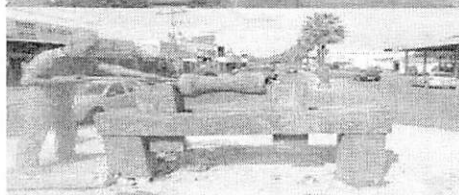
Órgão destinado à publicação dos atos
Oficiais do Município

Secretaria Municipal de Governo - SEMGOV
Email: semgov@timon.ma.gov.br

Saney Santos Sampaio
Secretário Municipal Interino

Alberto Carlos da Silva
Assessor Especial Executivo

Suporte Técnico
Agência de Tecn. Ciência e Inovação - ATI



SEMUF

PORTARIA Nº 037/2021 - SEMUF

Timon/MA, 26 de Julho de 2021.

Estabelece nos termos do Decreto Municipal nº 315, de 25 de Julho de 2021, normas para o funcionamento da Secretaria Municipal de Finanças, dispondo sobre o procedimento, condições e diretrizes de funcionamento, em razão da pandemia de Coronavírus.

A Secretária Municipal de Finanças de Timon, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 8º da LOM, c/c o inciso XII, do art. 53 da Lei nº 1892, de 17 de dezembro de 2013 e,

CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial de Saúde - OMS - que decretou situação de pandemia a doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) e das orientações expedidas pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção imediata de medidas para enfrentamento dessa emergência em saúde pública, em que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença em nosso município;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 315, de 25 de Julho de 2021 que sobre medidas excepcionais, de caráter temporário, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus (covid-19) no âmbito do município de Timon/MA;

CONSIDERANDO a necessidade da restrição do atendimento presencial nas repartições públicas municipais, visando impedir aglomerações e reduzir a chance de disseminação do novo coronavírus;

RESOLVE

Art. 1º. Reorientam-se, por meio desta, as rotinas de trabalho e os procedimentos administrativos na Secretaria Municipal de Finanças de Timon/MA, após publicação do Decreto Municipal nº 315, de 25 de Julho de 2021.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Finanças mantém suas atividades e funções em sua plenitude, contudo, para a continuidade do enfrentamento à grave crise de saúde pública decorrente do novo coronavírus Covid-19 e a manutenção de atendimento presencial ao público de forma segura, serão adotadas as seguintes medidas e protocolos:

I - o atendimento presencial ao público externo será das 08:00h às 13:00h, através de agendamento prévio, por meio do número de telefone (99)3212-6701;

II - para demandas que não exijam a presença do Contribuinte estão disponíveis e serão mantidas e priorizadas todas as formas de atendimento remotas (por via telefônica, pelo e-mail semuf@timon.ma.gov.br, e afins).

III - para demandas referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, e obrigações acessórias correlatas ao imposto; é possível entrar em contato diretamente com o Gerente de ISS e Taxas por meio do telefone (86) 98825-8139.

IV - todos os servidores, empregados públicos e colaboradores desta Secretaria deverão utilizar

máscaras de proteção, bem como observar a etiqueta respiratória;

V - Será assegurado distanciamento mínimo entre servidores dentro dos setores deste órgão; para efetivar tal medida, quando necessário, serão adotadas escalas de revezamento, a cargo do responsável pela gestão de cada Departamento/Setor;

VI - Quando necessário, o atendimento presencial será individual. Nos setores onde é possível que a espera de atendimento ocorra no âmbito interno por conta do espaço físico amplo, será observado o distanciamento, com marcações nos locais onde é possível haver a espera. Em setores menores, o atendimento será individual, de modo que somente será permitida a entrada após a saída do cidadão em atendimento.

VII - Os Setores/Departamentos devem evitar procedimentos ou atividades que promovam aglomerações de pessoas, inclusive no uso de espaços comuns (refeitórios, salas de reuniões, banheiros, dentre outros).

VIII - as reuniões de trabalho e demais atividades similares que exijam o encontro de servidores deverão ocorrer, preferencialmente, por meio de tecnologias que permitam a sua realização à distância;

IX - O servidor que estiver apresentando sintomas gripais que sejam compatíveis com suspeição para infecção por coronavírus Covid-19, devem se afastar do trabalho imediatamente e comunicar ao seu superior o quadro sintomático, devendo após 7 dias de ocorrência do primeiro sintoma realizar exame/teste para que seja confirmado ou não a infecção por Covid-19.

X - O servidor que coabita com pacientes que tenham confirmado diagnóstico positivo de Covid-19, ainda que esteja sem sintomas, será afastado do trabalho por 14 (quatorze) dias. A comprovação ao disposto deverá ser realizada pelo servidor a sua chefia imediata através de qualquer meio eletrônico.

Art. 3º. No período de 26 de Julho ao dia 30 de Julho de 2021, estarão dispensados do exercício de suas respectivas atribuições de forma presencial os servidores:

- a) de idade igual ou superior a 60 anos;
- b) portadores de cardiopatias graves ou descompensados (insuficiência cardíaca, cardiopatia isquêmica);
- c) acometidos de pneumopatias graves ou descompensados (asma moderada/grave, DPOC);
- d) com doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5);
- e) com diabetes mellitus, conforme juízo clínico;
- f) portadores de doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica;
- g) em estágio de gestação e puerpério;
- h) com deficiências cognitivas físicas;
- i) em estados de imunocomprometimentos, devido ao uso de medicamentos ou doenças, incluindo os portadores de HIV/AIDS e neoplasias;
- j) acometidos de doenças neurológicas.

Parágrafo único. A dispensa que trata o caput não impede a adoção do regime de trabalho remoto, sempre que a natureza das atribuições do cargo, emprego ou função permitir.

Art. 4º Para fins de comprovação de necessidade de afastamento do trabalho até o dia 30 de Julho de 2021, em razão do disposto no art. 9 do Decreto nº 315, de 25 de julho de 2021, e reproduzidas no artigo antecedente, o servidor desta Secretaria deverá comprovar a existência das comorbidades descritas por meio de laudo médico, exames e demais

documentos médicos congêneres, enviando a sua chefia imediata através de qualquer meio eletrônico.

Art. 5º Os servidores públicos são integralmente responsáveis por suas declarações, e por elas respondem, se constatada falsidade, deverão responder às sanções penais e administrativas previstas em Lei.

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser revista, em decorrência de novos fatos relacionados ao Coronavírus (COVID-19) no Município de Timon.

Dê-se ciência. Publica-se. Cumpra-se.

Gabinete da Secretaria Municipal de Finanças de Timon, Estado do Maranhão, em 26 de julho de 2021.

POLIANA PEREIRA BANDEIRA
Secretária Municipal de Finanças

SEMAG

EDITAL DE CHAMAMENTO nº 009/2021-SEMAG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL - SEMAG, do Município de Timon-MA, no uso de suas atribuições legais, conferido pelo art. 31 da Lei Municipal nº 1892, de 17/12/2013, e

CONSIDERANDO a observância estrita às exceções previstas na Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020;

CONSIDERANDO que a presente convocação referente ao concurso de edital nº 001/2019 é fruto de determinação legal anterior à calamidade pública;

CONSIDERANDO que a presente convocação não implica em aumento de despesa pela intenção legal de suprir cargos vagos;

CONSIDERANDO a Portaria nº 01595/2021-GP, de 22 de julho de 2021 que torna sem efeito o ato de nomeação do servidor Jefferson Soares do Monte Oliveira, com fundamento legal no artigo 29, §2º da lei municipal nº 1299/2004;

TORNA PÚBLICO, pelo presente Edital de Chamamento, a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos abaixo relacionados, classificados no Concurso Público – Edital nº 001/2019, realizado por esta Prefeitura para provimento de vagas do quadro permanente de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, conforme Edital de Homologação do Resultado Final publicado no Diário Oficial do Município nº 01808, de 10/03/2020, para no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste, a comparecerem ao Departamento de Gestão de Pessoal desta Secretaria, situado na Praça São José, s/nº, Centro, Timon-MA, no horário de 7:30 às 13:30h, devidamente munidos dos documentos exigidos no subitem 19.2 do edital nº 001/2019, sob pena de não serem empossados e, por consequência, tornar-se sem efeito o ato de nomeação do candidato, nos termos da legislação específica, bem como do subitem 19.3 do mesmo edital.

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – GEOGRAFIA (20H)

01	FRANCISCO BRUNO SOARES MARINHO	4763197 - PI
----	--------------------------------	--------------

Timon-MA, 27 de julho de 2021.

Ulysses Halley Lima Oliveira
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoal – SEMAG

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2021 (REPETIÇÃO)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2021
INTERESSADO: SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA PÚBLICA E URBANIZAÇÃO DE TIMON – SLU.

A Coordenação Geral de Controle de Licitações - CGCL torna público que a supracitada licitação, cuja abertura fora realizada no dia 19/07/2021, objetivando serviços de tratamento para controle de odor e da avifauna em célula de recepção ativa do aterro sanitário destinado a disposição de resíduos sólidos urbanos do município de Timon-MA, fora declarada fracassada por ausência de empresa habilitada. Pregoeira: Suely Oliveira de Miranda Rocha.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato nº 113/2021 – FMS/SEMS. Objeto: Aquisição de Equipamento Hospitalar destinado ao Hospital Municipal Dr. José Firmino de Sousa. **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Pregão Eletrônico nº 011/2021, Liberação nº 521/2021 - Central de Compras/PMT/MA. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde - SEMS. **Contratada:** DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS COMÉRCIO SERVIÇOS LTDA- CNPJ sob o nº 01.817.573/0001-75. **Valor total estimado:** R\$ 12.291,88 (doze mil duzentos e noventa e um mil reais e oitenta e oito centavos). **Data de Assinatura:** 01/06/2021. **Vigência:** 31/12/2021.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato nº 099-A/2021 – FMS/SEMS. Objeto: aquisição de medicamentos de farmácia básica, medicamentos injetáveis, medicamentos psicotrópicos, medicamentos hospitalar, material odontológico (consumo), material odontológico (instrumental) e material laboratorial para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Timon – MA -FMS/SEMS. **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, pregão eletrônico SRP nº 31/2021-CPL/PMVG, liberação: Adesão Ata de Registro de Preços nº 20212227-CPL/PMVG. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde - SEMS. **Contratada:** DROGA ROCHA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA- CNPJ sob o nº 05.348.580/0001-26. **Valor total estimado:** R\$ 3.259.682,82 (três milhões duzentos e cinquenta e nove mil seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos). **Data de Assinatura:** 21/07/2021. **Vigência:** 31/12/2021.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato nº 137/2021 – FMS/SEMS. Objeto: aquisição de materiais de limpeza e higiene pessoal para atender, as demandas da Secretaria Municipal de Saúde. **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Pregão Eletrônico nº 008/2021, Liberação nº 669/2021 - Central de Compras/PMT/MA. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde - SEMS. **Contratada:** HORIZONTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI – CNPJ sob o nº 36.306.615/0001-98. **Valor total estimado:** R\$ 409.802,36 (quatrocentos e nove mil oitocentos e dois reais e trinta e seis centavos). **Data de Assinatura:** 18/06/2021. **Vigência:** 31/12/2021.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato nº 109/2021 – FMS/SEMS. Objeto: Aquisição de Equipamento Hospitalar destinado ao Hospital Municipal Dr. José Firmino de Sousa. **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Pregão Eletrônico nº 011/2021, Liberação nº 507/2021 - Central de Compras/PMT/MA. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde - SEMS. **Contratada:** MAXIMO DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ sob o nº 13.474.664/0001-34. **Valor total estimado:** R\$ 23.079,00 (vinte e três mil e setenta e nove reais). **Data de Assinatura:** 31/05/2021. **Vigência:** 31/12/2021.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato nº 157/2021 – FMS/SEMS. Objeto: aquisição de materiais hidráulicos, elétricos e de construção em geral para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde. **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Pregão Eletrônico nº 018/2021, Liberação nº 797/2021 - Central de Compras/PMT/MA. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde - SEMS. **Contratada:** M DO A. COSTA DA SILVA- CNPJ sob o nº 02.486.869/0001-13. **Valor total estimado:** R\$ 134.861,46 (cento e trinta e quatro mil oitocentos e sessenta e um reais e quarenta e seis centavos). **Data de Assinatura:** 12/07/2021. **Vigência:** 31/12/2021.

e seis centavos). **Data de Assinatura:** 12/07/2021. **Vigência:** 31/12/2021.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato nº 158/2021 – FMS/SEMS. Objeto: aquisição de materiais hidráulicos, elétricos e de construção em geral para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Timon/MA, **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Pregão Eletrônico nº 018/2021, Liberação nº 761/2021 - Central de Compras/PMT/MA. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde - SEMS. **Contratada:** MENDES & VIANA COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME- CNPJ sob o nº 11.225.889/0001-21. **Valor total estimado:** R\$ 450.322,52 (quatrocentos e cinquenta mil e trezentos e vinte e dois reais e cinquenta e dois centavos), **Data de Assinatura:** 16/07/2021. **Vigência:** 31/12/2021.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato nº 09/2021 – SEINFRA
Fundamentação: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Municipal nº 080/20.

Pregão Eletrônico nº 018/2021
Objeto: Aquisição de materiais hidráulicos, elétricos e de construção, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência. **Contratante:** Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SEINFRA. **Contratado:** M. do A. Costa da Silva, CNPJ 02.486.869/0001-13. **Valor:** R\$ 122.436,07 (Cento e vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sete centavos). **Data de Assinatura:** 30.06.2021.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato nº 156/2021 – FMS/SEMS. Objeto: Aquisição de Equipamento Hospitalar destinado ao Hospital Municipal Dr. José Firmino de Sousa. **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Pregão Eletrônico nº 011/2020, Liberação nº 267/2021 - Central de Compras/PMT/MA. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde - SEMS. **Contratada:** MUNDI EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS EIRELI-ME – CNPJ sob o nº 20.371.330/0001-09. **Valor total estimado:** R\$ 3.472,40 (três mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos). **Data de Assinatura:** 06/07/2021. **Vigência:** 31/12/2021.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato nº 154/2021 – FMS/SEMS. Objeto: aquisição de equipamento hospitalar destinado ao Hospital Municipal Dr. José Firmino de Sousa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde. **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Pregão nº 011/2020, Liberação nº 263/2021 - Central de Compras/PMT/MA. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde - SEMS. **Contratada:** SOLUMED SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA – CNPJ sob o nº 26.749.239/0001-52. **Valor total estimado:** R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais). **Data de Assinatura:** 06/07/2021. **Vigência:** 31/12/2021.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato nº 116/2021 – FMS/SEMS. Objeto: Aquisição de Equipamento Hospitalar destinado ao Hospital Municipal Dr. José Firmino de Sousa. **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Pregão Eletrônico nº 011/2020, Liberação nº 513/2021 - Central de Compras/PMT/MA. **Contratante:** Fundo Municipal de Saúde - SEMS. **Contratada:** KSS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO LTDA – CNPJ sob o nº 79.805.263/0001-28. **Valor total estimado:** R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais). **Data de Assinatura:** 07/06/2021. **Vigência:** 31/12/2021.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato nº 150/2021 – FMS/SEMS. Objeto: Aquisição de Equipamento Hospitalar destinado ao Hospital Municipal Dr. José Firmino de Sousa. **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Pregão Eletrônico nº 011/2020, Liberação nº 747/2021 - Central de Compras/PMT/MA. **Contratante:** Fundo Municipal de

Saúde - SEMS. Contratada: R O CARVALHO DO NASCIMENTO EPP – CNPJ sob o nº 05.577.401/0001-22. Valor total estimado: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Data de Assinatura: 28/06/2021. Vigência: 31/12/2021.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato 009/2021, Fundamentação: Lei 10.520, de 17 de Julho de 2002, da Lei 8.666/93.
Objeto: Aquisição de MATERIAL ELÉTRICO PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TIMON-MA, conforme descrito no Termo de referência e Especificação dos Itens, Anexos I do Edital Pregão Eletrônico Nº 022/2021 – Timon - MA.
Contratante: Departamento de Iluminação Pública - DEMIP
Contratada: CF ARAUJO COMERCIAL-ME
VALOR: R\$ 381.139,50
Data de Assinatura: 27/07/2021

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato: nº 012/2021.
Pregão Eletrônico: nº 008/2021
Liberação: nº 801/2021
Objeto: Aquisição de Material de Limpeza e Higiene pessoal para atender demanda do Instituto de Previdência Social do Município de Timon-IPMT.
Fundamentação: Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/93.
Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Timon - IPMT.
Contratado: A R L LEAL E RODRIGUES LTDA
Valor total: R\$ 719,70 (setecentos e dezenove reais e setenta centavos)
Data de Assinatura: 12/07/2021

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato 003/2021-GP
Processo de Inexigibilidade Nº 001/2021
Fundamentação: Art 25, II c.c Art 13 da lei nº 8.666/93
Processo Administrativo Nº 581/2021
Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de serviço técnico, especializado de assessoria jurídica, na área do Direito Público.
Contratante: Gabinete da Prefeitura
Contratada: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrita no CNPJ sob o N.º 17.327.207/0001-78.
Valor Estimado: R\$ R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

Data de assinatura: 22/06/2021

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Ato de Cooperação Técnica nº 006/2021. Partes: Município de Timon/MA por sua Coordenação Geral de Controle de Licitações e Prefeitura Municipal de Timon - MA por meio de sua Fundação João Emilio Falcão - FUNJEF.
Objeto: Adesão a Ata de Registro de Preços da CGCL/PMT-MA pela Prefeitura Municipal de Timon - MA por meio de sua Fundação João Emilio Falcão - FUNJEF, na condição de Carona, para utilizar os preços registrados nas atas de SRP nº 004/2021 do Município de Timon/MA, que fica limitado e vinculado aos respectivos termos de liberações nº 007/2021.
Assinatura: 14/07/2021

EXTRATO DE EMPENHO
MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
NOTA DE EMPENHO Nº: 713001.
PROCESSO Nº: 656/2021.
CONTRATANTE: Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal – SEMAG.
CONTRATADA: J L B PEREIRA COMERCIO E SERVIÇO
OBJETO: Aquisição de insumos, materiais, periféricos e equipamentos de informática para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal do município de Timon - MA.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico: 013/2021.
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: PROGRAMA DE TRABALHO: 2036 – Manutenções da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal – SEMAG.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30
VALOR DO EMPENHO: R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco)
DATA DA EMISSÃO: 15 de julho de 2021.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
NOTA DE EMPENHO Nº: 713002.
PROCESSO Nº: 655/2021.
CONTRATANTE: Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal – SEMAG.
CONTRATADA: C. F. ARAUJO COMERCIO - ME
OBJETO: Aquisição de insumos, materiais, periféricos e equipamentos de informática para atender as

SEMPLAN

necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal do município de Timon - MA.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico: 013/2021.

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: PROGRAMA DE TRABALHO: 2036 – Manutenções da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal – SEMAG.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30
VALOR DO EMPENHO: R\$ 400,00 (quatrocentos reais)
DATA DA EMISSÃO: 13 de julho de 2021.

RETIFICAÇÃO
MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
RETIFICA-SE o extrato de diárias, publicado na Edição nº 2.156, no dia 21 de julho de 2021, tendo o FAVORECIDO: Geldo Carneiro Júnior, conforme a seguir:
Onde se lê: "PERÍODO: 22 a 22 de julho do corrente ano"
Leia-se: " PERÍODO: 22 a 23 de julho do corrente ano "

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Retifica-se o extrato do contrato nº 099-A/2021 – FMS/SEMS, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Timon/MA, Edição - Nº 2.142 do dia 18 de junho de 2021. Onde se lê: **VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 34.817,55 (trinta e quatro mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos)** ; Leia-se: **VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 89.046,05 (oitenta e nove mil quarenta e seis reais e cinco centavos).**

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PORTARIA Nº 001/2021-VIVA/PROCON
FAVORECIDO: IASMIN RODRIGUES DE OLIVEIRA
CARGO/FUNÇÃO: ASSISTENTE TÉCNICA
ÓRGÃO: VIVA/PROCON
DESTINO: TIMON-MA/SÃO LUÍS-MA/TIMON-MA.
PERÍODO: 25 a 31 de Julho de 2021.
QTD: 06(seis) diárias
VALOR UNITÁRIO: R\$ 155,00
VALOR TOTAL: R\$ 930,00
FINALIDADE: Treinamento para Supervisora de RG na Sede do IDENT em São Luís/MA

República Federativa do Brasil

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA DE TIMON

TERMO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

* Livro Nº006 Termo Nº 430/2021

Termo administrativo de concessão de direito real de uso, que celebram, de um lado, como concedente O MUNICÍPIO DE TIMON-MA, representado pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Prefeito(a) Municipal e de outro, o(a) concessionário(a) abaixo.

Pelo presente ajuste, o MUNICÍPIO DE TIMON-MA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, regularmente inscrito no CNPJ/MF nº 06.115.307/0001-14, com sede na Praça São José, nº 110, neste ato representado pelo(a) Exmo(a). Sr (a). Prefeita Municipal, DINAIR SEBASTIANA VELOSO DA SILVA e o Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento FRANCISCO CANINDÉ DIAS ALVES doravante denominado CONCEDENTE, autoriza o Direito de uso do imóvel adiante discriminado: Matrícula: R-42741, Livro: 02-FJ, Folha: 146 e Data de Registro: 17/08/2015, em virtude de negócio jurídico realizado com a Imobiliária IMOBILIÁRIA RURAL LIMITADA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 06.523.817/0001-78 com sede na Rua David Caldas nº380 Sala 04 Centro, Tereina- PI, após apresentação de contrato de promessa de compra e venda e declaração de quitação, bem como de outras documentações exigidas pelo Art. 8º da lei nº 1859 de 29 de agosto de 2013, em favor de BALTEMIER LIMA DE SOUSA JUNIOR, BRASILEIRO(A), RG 2506350 SSP PI, CPF 042.740.863-64, consoante as cláusulas a seguir elencadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A presente Concessão de Direito Real de Uso tem por objeto a expedição de título de domínio de imóvel que apresenta a seguinte descrição, terreno situado na Quadra 03 F, Lote 12, 13 E PARTE DO LOTE 14, Avenida Perimetral, S/N, Bairro: CENTRO OPERARIO, TIMON – MA, medindo 20,00 m, sentido Norte para LOTES 01,02 E PARTE DO LOTE 03, lado Oeste medindo 16,00 m, limitando-se com LOTE 14, lado Leste medindo 16,00 m, limitando-se com AVENIDA PERIMETRAL, lado Sul medindo 20,00 m limitando-se com RUA 105. área regular com 320,00 m², conforme Memorial Descritivo, Revisão de

Alinhamento e croquis constantes do Processo Administrativo nº 48/2021, avaliado em R\$ 20.000,00.

CLÁUSULA SEGUNDA: o imóvel ora concedido destinar-se-á para fins de moradia, por prazo indeterminado, podendo ter seu uso desvirtuado, apenas, para obtenção de renda, e tendo por base legal de sujeição, o artigo 189 da Constituição Federal, Código Civil Brasileiro, Lei Federal nº 10.406/2002, artigo 7º do Decreto Lei 271/1967, o Código Tributário Municipal e Lei Municipal nº 1859, de 28 de Agosto de 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente concessão de direito real transfere-se por sucessão legítima ou testamentária, cabendo ao Município CONCEDENTE, inscrever a transferência no registro imobiliário competente.


CLÁUSULA QUARTA: Compete ao concessionário ou enfiteuta a obrigação de regularizar o título de aquisição deste nos termos da legislação que disciplina a espécie, arcando inclusive com todos os ônus do procedimento, imposto, taxas e despesas cartorárias, isso no prazo de 06 meses.


CLÁUSULA QUINTA: O presente Termo de Concessão fruindo de forma regular servirá para fins de registro no Cartório de Notas e Registro de Imóveis competente, de acordo com o inciso I do art. 167 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterado pelo art. 15 da Medida Provisória Nº 2.220, de 04 de setembro de 2001.


CLÁUSULA SEXTA: Delimita-se o foro da Cidade de TIMON para resolver as questões decorrentes do presente instrumento jurídico.

E, por estarem as partes de pleno acordo em tudo o que aqui se encontra disposto, assinam o presente TERMO DE CONCESSÃO REAL DE USO, a Prefeita Municipal, o Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento e o(a) Concessionário(a).

Timon-MA, Quinta-feira, 08 de Julho de 2021


DINAIR SEBASTIANA VELOSO DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL


FRANCISCO CANINDÉ DIAS ALVES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO


BALTEMIR LIMA DE SOUSA JUNIOR



República Federativa do Brasil
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE TIMON

TERMO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

*Livro Nº 0006 Termo Nº 486/2021

Termo administrativo de concessão de direito real de uso, que celebram, de um lado, como concedente O MUNICÍPIO DE TIMON-MA, representado pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Prefeito(a) Municipal e de outro, o(a) concessionário(a) abaixo.

Pelo presente ajuste, o MUNICÍPIO DE TIMON-MA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, regularmente inscrito no CNPJ/MF nº 06.115.307/0001-14, com sede na Praça São José, nº 110, neste ato representado pelo(a) Exmo(a). Sr (a). Prefeita Municipal, DINAIR SEBASTIANA VELOSO DA SILVA e o Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento FRANCISCO CANINDÉ DIAS ALVES doravante denominado CONCEDENTE, autoriza o Direito de uso do imóvel adiante discriminado: Matrícula: R-42741 Livro: 02-FJ Folha: 146 e Data de Registro: 17/08/2015 em virtude de negócio jurídico realizado com a Imobiliária IMOBILIARIA RURAL LIMITADA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 06.523.617/0001-78 com sede na Rua David Caldas nº380 Sala 04, Centro Tereina - PI, após apresentação de contrato de promessa de compra e venda e declaração de quitação, bem como de outras documentações exigidas pelo Art. 8º da lei nº 1859 de 29 de agosto de 2013, em favor de CICERO GODOI DA SILVA, BRASILEIRO(A), RG 353338 SSP PI, CPF 160.667.403-00, CASADO(A) com IRANEUMA PINTO DA SILVA RG 891104 SSP PI, CPF 340.013.283-72, consoante as cláusulas a seguir elencadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A presente Concessão de Direito Real de Uso tem por objeto a expedição de título de domínio de imóvel que apresenta a seguinte descrição, terreno situado na Quadra 349, Lote(s) 15, 17, 19, 21 E 23, AVENIDA LUIS FIRMINO DE SOUSA, Nº S/N, Bairro: BELAMINA, TIMON – MA, medindo 50,00 m, sentido Norte para LOTE(S) 16, 18, 20, 22 E 24, lado Oeste medindo 20,00 m, limitando-se com LOTE 25, lado Leste medindo 20,00 m, limitando-se com LOTE 13, lado Sul medindo 50,00 m, limitando-se com AVENIDA LUIS FIRMINO DE SOUSA, área regular com 1000,00 m², conforme Memorial Descritivo, Revisão de Alinhamento e croquis constantes do Processo Administrativo nº 50/2021, avaliado em R\$ 40.000,00.

CLÁUSULA SEGUNDA: o imóvel ora concedido destinar-se-á para fins de moradia, por prazo indeterminado, podendo ter seu uso desvirtuado, apenas, para obtenção de renda, e tendo por base legal de sujeição, o artigo 189 da Constituição Federal, Código Civil Brasileiro, Lei Federal nº 10.406/2002, artigo 7º do Decreto Lei 271/1967, o Código Tributário Municipal e Lei Municipal nº 1859, de 28 de Agosto de 2013.

Praça São José, s/n, Centro / CEP: 65.636-160 CNPJ: 06.115.307/0001-14 – Timon - MA.

O Município de Timon/MA dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: www.timon.ma.gov.br

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente concessão de direito real transfere-se por sucessão legítima ou testamentária, cabendo ao Município CONCEDENTE, inscrever a transferência no registro imobiliário competente.

CLÁUSULA QUARTA: Compete ao concessionário ou enfiteuta a obrigação de regularizar o título de aquisição deste nos termos da legislação que disciplina a espécie, arcando inclusive com todos os ônus do procedimento, imposto, taxas e despesas cartorárias, isso no prazo de 06 meses.

CLÁUSULA QUINTA: O presente Termo de Concessão fruindo de forma regular servirá para fins de registro no Cartório de Notas e Registro de Imóveis competente, de acordo com o inciso I do art. 167 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterado pelo art. 15 da Medida Provisória Nº 2.220, de 04 de setembro de 2001.

CLÁUSULA SEXTA: Delimita-se o foro da Cidade de TIMON para resolver as questões decorrentes do presente instrumento jurídico.

E, por estarem as partes de pleno acordo em tudo o que aqui se encontra disposto, assinam o presente TERMO DE CONCESSÃO REAL DE USO, a Prefeita Municipal, o Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento e o(a) Concessionário(a)

Timon-MA, Sexta-feira, 09 de Julho de 2021

DINAIR SEBASTIANA VELOSO DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL

FRANCISCO CANINDÉ DIAS ALVES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

CICERO GODOÍ DA SILVA



República Federativa do Brasil
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE TIMON

TERMO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Livro Nº 0006 Termo Nº 493/2021

Termo administrativo de concessão de direito real de uso, que celebram, de um lado, como concedente O MUNICÍPIO DE TIMON-MA, representado pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Prefeito(a) Municipal e de outro, o(a) concessionário(a) abaixo.

Pelo presente ajuste, o MUNICÍPIO DE TIMON-MA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, regularmente inscrito no CNPJ/MF nº 06.115.307/0001-14, com sede na Praça São José, nº 110, neste ato representado pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Prefeita Municipal, DINAIR SEBASTIANA VELOSO DA SILVA e o Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento FRANCISCO CANINDÉ DIAS ALVES doravante denominado CONCEDENTE, autoriza o Direito de uso do imóvel adiante discriminado: Matrícula: R-1-11696 Livro:02-AL Folha:298 e Data de Registro:17/05/1989 em virtude de negócio jurídico realizado com a IMOBILIRIA TIMON, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 08.373.695/0001-69 com sede na Rua Benedito Leite Nº 849, Centro Timon - MA, após apresentação do contrato de promessa de compra e venda e declaração de quitação, bem como de outras documentações exigidas pelo Art. 8º da Lei nº 1859 de 29 de agosto de 2013, em favor de S M SILVA IMOVEIS, CNPJ 04.963.528/0001-17 consoante as cláusulas a seguir elencadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A presente Concessão de Direito Real de Uso tem por objeto a expedição de título de domínio de imóvel que apresenta a seguinte descrição, terreno situado na Quadra 127 Lote(s) 10, RUA RUBI S/N Bairro: JOIA, TIMON – MA, medindo 12,00 m, sentido Norte para RUA RUBI, lado Oeste medindo 30,00 m, limitando-se com LOTE(S) 09, lado Leste medindo 30,00 m, limitando-se com RUA 03 lado Sul medindo 12,00 m, limitando-se com LOTE(S) 11, área regular com 360,00 m², conforme Memorial Descritivo, Revisão de Alinhamento e croquis constantes do Processo Administrativo nº 49/2021, avaliado em R\$ 8.000,00.

CLÁUSULA SEGUNDA: o imóvel ora concedido destinar-se-á para fins de moradia, por prazo indeterminado, podendo ter seu uso desvirtuado, apenas, para obtenção de renda, e tendo por base legal de sujeição, o artigo 189 da Constituição Federal, Código Civil Brasileiro, Lei Federal nº 10.406/2002, artigo 7º do Decreto Lei 271/1967, o Código Tributário Municipal e Lei Municipal nº 1859, de 28 de Agosto de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA: o imóvel ora concedido destinar-se-á para fins de moradia, por prazo indeterminado, podendo ter seu uso desvirtuado, apenas, para obtenção de renda, e tendo por base legal de sujeição, o artigo 189 da Constituição Federal, Código Civil Brasileiro, Lei Federal nº 10.406/2002, artigo 7º do Decreto Lei 271/1967, o Código Tributário Municipal e Lei Municipal nº 1859, de 28 de Agosto de 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente concessão de direito real transfere-se por sucessão legítima ou testamentária, cabendo ao Município CONCEDENTE, inscrever a transferência no registro imobiliário competente.

CLÁUSULA QUARTA: Compete ao concessionário ou enfiteuta a obrigação de regularizar o título de aquisição deste nos termos da legislação que disciplina a espécie, arcando inclusive com todos os ônus do procedimento, imposto, taxas e despesas cartorárias, isso no prazo de 06 meses.

CLÁUSULA QUINTA: O presente Termo de Concessão fruindo de forma regular servirá para fins de registro no Cartório de Notas e Registro de Imóveis competente, de acordo com o inciso I do art. 167 da Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterado pelo art. 15 da Medida Provisória Nº 2.220, de 04 de setembro de 2001.

CLÁUSULA SEXTA: Delimita-se o foro da Cidade de TIMON para resolver as questões decorrentes do presente instrumento jurídico.

E, por estarem as partes de pleno acordo em tudo o que aqui se encontra disposto, assinam o presente TERMO DE CONCESSÃO REAL DE USO, a Prefeita Municipal, o Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento e o(a) Concessionário(a)

Timon-MA, Sexta-feira, 09 de Julho de 2021


DINAIR SEBASTIANA VELOSO DA SILVA
PREFEITA MUNICIPAL


FRANCISCO CANINDÉ DIAS ALVES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO


S M SILVA IMOVEIS



Assinado de forma digital por
MUNICIPAL DE
TIMON:06115307000114
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PI,
l=Teresina, ou=AC SOLUTI
Multipla v5,
ou=20937130000162,
ou=Presencial, ou=Certificado
PJ A3, cn=MUNICIPAL DE
TIMON:06115307000114
Dados: 2021.07.27 18:31:51
-03'00'

contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. As multas estabelecidas nos itens "b" e "c" serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da FORNECEDORA/CONTRATADA.

10.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à FORNECEDORA/CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de GRU (Guia de Recolhimento da União), cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

10.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato; 10.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

10.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram esta Ata o Processo Administrativo nº 002/2021, Edital do Pregão Presencial nº. 001/2021 - SEGUNDA CHAMADA e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 018/2013, atualizados, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DIVULGAÇÃO E ASSINATURA

12.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE.

12.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro do Município de Montes Altos, Estado do Maranhão, para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

RIBAMAR FIQUENE - MA, 11 DE MARÇO DE 2021

Secretária Municipal Administração
CONTRATANTE - Luis Sabino

J. ZENF - COM. (POSTO MIX)
CNPJ sob o nº 04.168.810/0001-02

Publicado por: JESSICA COSTA FERREIRA
Código identificador: 30b033a00227f8dd9c9db588086dc2ef

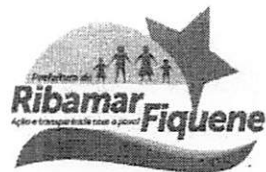
EXTRATO DO CONTRATO: Nº 021 - 2021 - DARSH SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

EXTRATO DO CONTRATO: Nº 021 - 2021; Processo Administrativo nº 028-2021;; CONTRATANTE: O Município de Ribamar Fiquene/MA, inscrita no CNPJ 01.598.547/0001-01; CONTRATADO **DARSH SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA**, CNPJ nº 23.488.942/0001-66, sediada na Rua Paraiba nº 404, Entre Antônio de Miranda e Bom Futuro, **Centro CIDADE**: Imperatriz - MA; OBJETO: Contratação de Software de Gestão Escolar e Diário Eletrônico do Professor; DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: **Órgão**: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE; **Unidade**: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; **Ação**: Função: 12; Sbfunção: 361; Programa: 0024; Projeto/Atividade/Oper.Especial: 2-025; 12.361.0024.2-025 - Manutenção do Ensino Fundamental - MDE; **Natureza da Despesa**: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; **TOTAL** 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais); VIGENCIA: até 31 de dezembro de 2021; FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993; SIGNATÁRIOS: Pela contratante: Sr. **EDUARDO PIRES DO NASCIMENTO JORGE**, brasileiro, casado(a), portador(a) do CPF nº 013.177.123-07 e do RG nº 0135580829000-8, e pelo contratado: Sr.(a). DAURO BORGES DA CRUZ DIAS, brasileiro, casado, Analista de Sistemas, portador (a) da Identidade nº 020413212002-0 SESP DG-MA e do CPF nº 038.617.763-59; TRANSCRIÇÃO: Jessica Costa Ferreira - Presidente da CPL; EXTRATO PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL EM 02/06/2021.

Publicado por: JESSICA COSTA FERREIRA
Código identificador: 46c3ec65f1d317d709aa8ca77d4f65f1

EXTRATO DO CONTRATO: Nº 020 - 2021 - JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA

EXTRATO DO CONTRATO: Nº 020 - 2021; **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002 - 2021** - Processo Administrativo nº 030-2021;; CONTRATANTE: O Município de Ribamar Fiquene/MA, inscrita no CNPJ 01.598.547/0001-01; CONTRATADO **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, CNPJ nº 17.327.207/0001-78, sediada na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Cond. Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Altos do Calhau, São Luís-MA; OBJETO: **Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria jurídica na área do Direito Público**; DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: **Órgão**: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE; **Unidade**: SECRETARIA MUL.ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE; **Ação**: Função: 03; Sbfunção: 091; Programa: 0003; Projeto/Atividade/Oper.Especial: 2-007; 03.091.0003.2-007 - Manutenção da Assessoria Jurídica; **Natureza da Despesa**: 3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria; **VALOR TOTAL** R\$84.000,00 (oitenta e quatro mil reais); VIGENCIA: até 01 de junho de 2022; FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993; SIGNATÁRIOS: Pela contratante: Sr. **Luís Sabino Barros Guimarães**, brasileiro, agente político, portador do CPF nº 369.636.821-00 e carteira de identidade nº Nº 027795532004-9 SSP-MA, e pelo contratado: Sr.(a). JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, advogado, portador(a) da OAB-MA 6499, Identidade nº 1452115 SSP-MA e do CPF nº



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE
CNPJ: 01.598.547/0001-01



CONTRATO Nº 020 - 2021

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBAMAR
FIQUENE - MA E JANELSON MOUCHEREK
SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E
CONSULTORIA, PARA A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA
JURÍDICA.**

Ao 01 (um) dias do mês de junho do ano de 2021, de um lado, o **MUNICÍPIO DE RIBAMAR FIQUENE/MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.598.547/0001-01, com sede administrativa na Rua Principal s/nº, centro, Ribamar Fiquene/MA, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Meio Ambiente Sr. **LUÍS SABINO BARROS GUIMARÃES**, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade de nº 027795532004-9, CPF Nº 369.636.821-00, **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 17.327.207/0001-78, com sede na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Cond. Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Altos do Calhau, São Luís-MA, neste ato representada por seu titular Sr. **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, advogado, portador(a) da OAB-MA 6499, Identidade nº 1452115 SSP-MA e do CPF nº 749.341.473-49 têm, entre si, ajustado o presente contrato decorrente de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002 - 2021, Processo Administrativo nº 030/2021**, com fundamento na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados em assessoria e consultoria jurídica na área do Direito Público**, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº **002/2021** e da proposta apresentada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº **002/2021**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE
CNPJ: 01.598.547/0001-01



O valor total deste contrato é de R\$84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), dividido em 12 (doze) parcelas mensais de R\$7.000,00 (sete mil reais);

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE

Unidade: SECRETARIA MUL.ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

Ação

Função: 03

Sbfunção: 091

Programa: 0003

Projeto/Atividade/Oper.Especial: 2-007

03.091.0003.2-007 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Natureza da Despesa

3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, nos termos do que disciplina o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, condicionada sua eficácia à publicação na imprensa oficial.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados em conformidade com as necessidades da CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço devidamente subscrita pelo gestor do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos no instrumento de contrato, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- b) Realizar a fiscalização do objeto contratado mediante a aprovação dos documentos e relatórios apresentados.
- c) Repassar a contratada todas as informações necessárias ao fornecimento do objeto.
- d) Receber o objeto em estrita observância às especificações técnicas, devolvendo-o no caso de recusa, devidamente acompanhado de notificação expressando os motivos da recusa.
- e) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução efetiva do objeto, podendo recusar aquele que não esteja de acordo com os termos deste Contrato;
- f) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato;
- g) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE
CNPJ: 01.598.547/0001-01



- h) Designar um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, nos termos da Lei;
- i) Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, quando necessário para acompanhar a execução;
- j) Receber os serviços em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

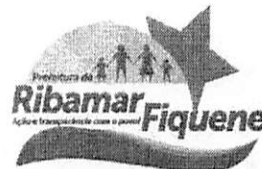
Dentre outras atribuições decorrentes da celebração deste Contrato Administrativo, a CONTRATADA se obriga a executar o objeto de acordo com as especificações do termo de referência do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº **002/2021** e de acordo com a Proposta apresentada, que integram este Contrato independente de transcrição.

Constituem ainda obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar a execução de acordo com todas as exigências contidas no termo de referência;
- b) Atender as determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE
- c) Substituir, por sua conta e responsabilidade, o objeto recusado pela CONTRATANTE, nos prazos estabelecidos no processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**;
- d) Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término;
- e) A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato;
- f) Fica terminantemente vedada à CONTRATADA a transferência das obrigações decorrentes deste instrumento a terceiros, sob pena de rescisão unilateral e imediata do contrato;
- g) A CONTRATADA deverá indicar gestor para a fiel execução do contrato;
- h) A CONTRATADA deverá cumprir, além das exigências elencadas neste instrumento, todas aquelas constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** do qual decorre o presente contrato;
- i) A CONTRATADA se obriga a cumprir o prazo previsto para entrega;
- j) A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.
- j.1) Sempre que a CONTRATANTE exigir documentação comprobatória das condições mencionadas no item “j”, a CONTRATADA deverá atender.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado a multa de mora que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE
CNPJ: 01.598.547/0001-01



- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar vinte por cento do valor do contrato;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A referida multa será aplicada mediante notificação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, podendo a mesma ser compensada com quaisquer pagamentos que lhes sejam devidos pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Prefeitura Municipal de Ribamar Fiquene/MA, poderá, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante e à contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Multa de até 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão determinada por ato unilateral e escrito da contratante;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a critério da autoridade competente, segundo a natureza e gravidade da falta e/ou penalidades anteriores em caso de reincidência.
- d) Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da Notificação oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: A critério da CONTRATANTE poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando a infração for devidamente justificada pela CONTRATADA e aceita pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

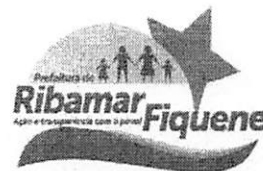
CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

Para fazer face aos desembolsos do objeto desta contratação serão utilizados recursos financeiros consignados na **CLÁUSULA QUARTA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços serão os constantes na proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento estará condicionado à **REGULARIDADE FISCAL DA CONTRATADA**, devendo esta demonstrar tal situação em todos os seus pedidos de pagamentos por meio da seguinte documentação:

- a) cópia das respectivas Ordens de Serviço;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE
CNPJ: 01.598.547/0001-01



- b) cópia da Nota de Empenho;
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
- d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
- g) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Municipal;
- h) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
- i) Certificado de Regularidade do FGTS;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Fatura, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE, devidamente conferida e atestada pelo setor competente, para ser efetuado diretamente na conta que o fornecedor apresentar, no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco, o n.º da Agência e da Conta-Corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

a) A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da documentação aludida no parágrafo segundo, e ser apresentada à CONTRATANTE até o décimo dia do mês subsequente ao fornecimento/execução.

PARÁGRAFO QUARTO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, na qual

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

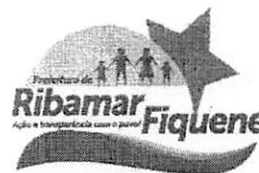
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante sofrerá desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO SEXTO: A Nota Fiscal apresentada deverá ser expressa em real e conter, obrigatoriamente, o número do contrato celebrado com a CONTRATANTE e o número da conta corrente da Contratada.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE
CNPJ: 01.598.547/0001-01



PARÁGRAFO SÉTIMO: Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de revisão de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO OITAVO: Serão retidos os impostos e contribuições sociais (INSS, ISS, COFINS, PIS, CSSL e IR), quando aplicável e de acordo com os procedimentos e alíquotas definidos na legislação pertinente.

PARÁGRAFO NONO: Caso seja aplicável a retenção de impostos, a empresa contratada deverá destacar os referidos valores na(s) nota(s) fiscal(is), e apresentar a respectiva Guia para Recolhimento do Imposto referente ao mês de execução dos serviços, devidamente preenchida, cuja retenção na fonte ficará a cargo da CONTRATANTE, a qual efetuará o recolhimento e posteriormente devolverá a guia devidamente quitada à Contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor do imposto a ser retido deverá ser discriminado após a descrição dos serviços prestados, como parcela dedutível apenas para produzir efeito no ato da quitação da nota fiscal, fatura ou recibo, não devendo ser deduzido do valor total da nota fiscal, sendo apenas um destaque a fim de que não se altere a base de cálculo de qualquer tributo que incida sobre o valor dos serviços executados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FISCAL DE CONTRATO

A fiscalização deste Contrato será efetuada por servidor público designado pela CONTRATANTE, que poderá, a qualquer tempo, determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como propor a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

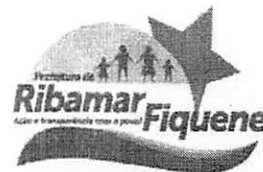
O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Constituem motivos ensejadores da rescisão do presente Contrato, os enumerados no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, e ocorrerá nos termos do art. 79, do mesmo diploma legal.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE
CNPJ: 01.598.547/0001-01



PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATANTE poderá rescindir de pleno direito o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito de reclamação ou indenização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis, sempre que ocorrer:

- a) Inadimplência de Cláusula contratual por parte da CONTRATADA;
- b) Inobservância de especificações e recomendações fornecidas pela CONTRATANTE;
- c) Interrupção do serviço por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem justificativa apresentada e aceita pela CONTRATANTE;
- d) Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
- e) Transferência, no todo ou em parte, do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de cancelar o pagamento das prestações vincendas, no caso de rescisão administrativa prevista no citado Art. 77, sem obrigação de indenizar a CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA HABILITAÇÃO

A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação exigidas no processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado pelo CONTRATANTE na imprensa oficial, obedecendo ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro de Ribamar Fiquene/MA, comarca da qual o município de Ribamar Fiquene/MA, é termo judiciário, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE
CNPJ: 01.598.547/0001-01



Ribamar Fiquene/MA, 01 de junho de 2021

LUÍS SABINO BARROS GUIMARÃES
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Meio Ambiente
CONTRATANTE

JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO
Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

José Roberto De Amorim Almeida
CPF: 056.533.983-33

José Roberto De Amorim Almeida
CPF: 602.294.163-65



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
GABINETE DA PREFEITA - GP

CONTRATO Nº 003/2021 - GAB
Processo Administrativo nº. 0581/2021

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DE TIMON - MA E JANELSON
MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO
ADVOCACIA E CONSULTORIA, PARA A PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA
JURÍDICA.**

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE TIMON**, por intermédio do GABINETE DA PREFEITA – GP, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 06.115.307/0001-14, situada na Praça São José, S/N, na cidade de Timon – MA, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada neste ato representado por sua Secretária Chefe de Gabinete Sueli Maria da Conceição Barros da Silva Capuama, Secretária Chefe de Gabinete, portaria nº 002/21-GP, casada, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1653710 SSP/PI e CPF nº 096.210.673-91, e a sociedade **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA** com sede na Av Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nº 25, Edif Pátio Jardins Torre Hyde Park Sala 621/622, bairro Vinhais, na cidade de São Luís – MA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.327.207/0001-78, a seguir denominada **CONTRATADO**, neste ato representada por JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO, sócio administrador e responsável técnico, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Maranhão, sob o nº 6499, inscrito no CPF sob o nº 749.341.473-49, firmam o presente **CONTRATO**, com sujeitando as partes a Lei nº 8.666/9, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no **Processo Administrativo nº 0581/2021 que deu origem a Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021 – GAB**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica, na área do Direito Público sobre leis orçamentárias (PPA, LOA e LDO), receitas e despesas públicas municipal, licitações e contratos administrativos, convênios (transferências voluntárias), a gestão fiscal, à Lei de Responsabilidade Fiscal cumprimento de índices constitucionais e legais, prestação de contas de recursos públicos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, e sobre Tomada de Contas Especial, conforme detalhamento, constam no termo de referencia e proposta que se vinculam ao presente termo de contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, os atos autuados no processo administrativo nº 0581/2021 que deu origem a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº 001/2021 – GAB.

2.2 Salvo o que tiver sido expressamente modificado por este instrumento, o objeto ora contratado, será efetuado em conformidade com os documentos a seguir enumerados, os quais, após rubricados pelas partes contratantes, passam a integrá-lo como se nele transcritos:

a) Termo de Referência;

b) carta proposta da contratada.

2.3 – **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação, Art. 25, II c.c Art. 13 da Lei nº 8.666/93.

2.4 Trata-se de serviço de singular e especializado de assessoria e consultoria técnica contínuo contratado diretamente, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, II c.c Art. 13 da Lei nº



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
GABINETE DA PREFEITA - GP

8.666/93, conforme justificativa e demais documentos que motivam e fundamentam a contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL

3.1 O valor global deste contrato é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Projeto Atividade: 2026 – Manutenção do Gabinete do Prefeito; Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica; Fonte de Recurso: 001

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

5.1 O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, nos termos do que disciplina o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, condicionada sua eficácia à publicação na imprensa oficial.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1 Os serviços serão executados durante toda vigência contratual, em conformidade com as necessidades da CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço devidamente subscrita pelo gestor do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos no instrumento de contrato, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- b) Realizar a fiscalização do objeto contratado mediante a aprovação dos documentos e relatórios apresentados.
- c) Repassar a contratada todas as informações necessárias a execução dos serviços.
- d) Receber o objeto em estrita observância às especificações técnicas, devolvendo-o no caso de recusa, devidamente acompanhado de notificação expressando os motivos da recusa.
- e) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução efetiva do objeto, podendo recusar aquele que não esteja de acordo com os termos deste Contrato;
- f) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato;
- g) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- h) Designar um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, nos termos da Lei;
- i) Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, quando necessário para acompanhar a execução;
- j) Receber os serviços em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Dentre outras atribuições decorrentes da celebração deste Contrato Administrativo, a CONTRATADA se obriga a executar o objeto de acordo com as especificações do termo de referência do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº **001/2021 – GAB** e de acordo com a Proposta apresentada, que integram este Contrato independente de transcrição.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
GABINETE DA PREFEITA - GP

8.2 Constituem ainda obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar a execução de acordo com todas as exigências contidas no termo de referência;
- b) Atender as determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE
- c) Substituir, por sua conta e responsabilidade, o objeto recusado pela CONTRATANTE, nos prazos estabelecidos no processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**;
- d) Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término;
- e) A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato;
- f) Fica terminantemente vedada à CONTRATADA a transferência das obrigações decorrentes deste instrumento a terceiros, sob pena de rescisão unilateral e imediata do contrato;
- g) A CONTRATADA deverá indicar gestor para a fiel execução do contrato;
- h) A CONTRATADA deverá cumprir, além das exigências elencadas neste instrumento, todas aquelas constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** do qual decorre o presente contrato;
- i) A CONTRATADA se obriga a cumprir os prazos contratuais, administrativos e jurídicos que envolvam as demandas e exceção dos serviços;
- j) A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.
- j.1) Sempre que a CONTRATANTE exigir documentação comprobatória das condições mencionadas no item "j", a CONTRATADA deverá atender.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02.

9.2 A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor do objeto não executados, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

- a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 10 (dez) dias; e
- b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 15 (quinze) dias;
- c) de 10% (um por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

9.2.1 Será aplicada multa de 10% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada cometer qualquer infração às normas legais Federais, Estadual e Municipal, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

9.2.2 Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) executar objeto em desacordo com o Termo de Referência, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- b) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

9.3 ADVERTÊNCIA

9.3.1 A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de Timon, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
GABINETE DA PREFEITA - GP

- b) execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- c) outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do órgão solicitante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

9.4 SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

9.4.1 Ficará impedida contratar com a Administração Pública do Município de Timon pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos na Lei nº 8.666/93.

9.5 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

9.5.1 A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável para o acompanhamento da execução contratual à Administração se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de Timon, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de Timon ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

9.5.2 A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Administração, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

9.6.3 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratado nos casos em que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da contratação;
- c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Timon, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da Administração, em caso de reincidência;
- e) apresentarem à Administração qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da contratação, ou no curso da relação contratual;
- f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

9.6.4 Independentemente das sanções a que se referem os itens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizado:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

9.7 Nenhum pagamento será feito ao executor do objeto que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

9.8 As sanções serão aplicadas pelo titular da Administração, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

9.9 As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9.10 As referidas multa será aplicada mediante notificação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, podendo a mesma ser compensada com quaisquer pagamentos que lhes sejam devidos pela CONTRATANTE.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
GABINETE DA PREFEITA - GP

- 9.11 As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da Notificação oficial.
- 9.12 A critério da CONTRATANTE poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando a infração for devidamente justificada pela CONTRATADA e aceita pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 Para fazer face aos desembolsos do objeto desta contratação serão utilizados recursos financeiros consignados na **CLÁUSULA QUARTA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços serão os constantes na proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento estará condicionado à **REGULARIDADE FISCAL DA CONTRATADA**, devendo esta demonstrar tal situação em todos os seus pedidos de pagamentos por meio da seguinte documentação:

- a) relatório mensal sobre a execução dos serviços
- b) cópia das respectivas Ordens de Serviço;
- b) cópia da Nota de Empenho;
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
- d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
- g) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Municipal;
- h) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
- i) Certificado de Regularidade do FGTS;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Fatura, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE, devidamente conferida e atestada pelo setor competente, para ser efetuado diretamente na conta que o fornecedor apresentar, no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco, o n.º da Agência e da Conta-Corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

a) A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da documentação aludida no parágrafo segundo, e ser apresentada à CONTRATANTE até o décimo dia do mês subsequente ao fornecimento/execução.

PARÁGRAFO QUARTO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, na qual

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
GABINETE DA PREFEITA - GP

PARÁGRAFO QUINTO: Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante sofrerá desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO SEXTO: A Nota Fiscal apresentada deverá ser expressa em real e conter, obrigatoriamente, o número do contrato celebrado com a CONTRATANTE e o número da conta corrente da Contratada.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de revisão de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO OITAVO: Serão retidos os impostos e contribuições sociais (INSS, ISS, COFINS, PIS, CSSL e IR), quando aplicável e de acordo com os procedimentos e alíquotas definidos na legislação pertinente.

PARÁGRAFO NONO: Caso seja aplicável a retenção de impostos, a empresa contratada deverá destacar os referidos valores na(s) nota(s) fiscal(is), e apresentar a respectiva Guia para Recolhimento do Imposto referente ao mês de execução dos serviços, devidamente preenchida, cuja retenção na fonte ficará a cargo da CONTRATANTE, a qual efetuará o recolhimento e posteriormente devolverá a guia devidamente quitada à Contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor do imposto a ser retido deverá ser discriminado após a descrição dos serviços prestados, como parcela dedutível apenas para produzir efeito no ato da quitação da nota fiscal, fatura ou recibo, não devendo ser deduzido do valor total da nota fiscal, sendo apenas um destaque a fim de que não se altere a base de cálculo de qualquer tributo que incida sobre o valor dos serviços executados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FISCAL DE CONTRATO

11.1 A fiscalização deste Contrato será efetuada por servidor público designado pela CONTRATANTE, por intermédio de servidor designado para tal finalidade, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, o qual registrará todas as ocorrências e deficiências verificadas e encaminhará a ocorrência à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, com atribuição de acompanhar/fiscalizar os serviços contratados, sendo consignado formalmente nos autos e ainda, a qualquer tempo, determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como propor a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

11.2 Fica estabelecido que a Fiscalização não terá poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste CONTRATO.

11.3 A “Ordem de Serviço”, notificações e toda a rotina deverão ser encaminhadas por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº. 8.666/1993.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
GABINETE DA PREFEITA - GP

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Constituem motivos ensejadores da rescisão do presente Contrato, os enumerados no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, e ocorrerá nos termos do art. 79, do mesmo diploma legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATANTE poderá rescindir de pleno direito o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito de reclamação ou indenização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis, sempre que ocorrer:

- a) Inadimplência de Cláusula contratual por parte da CONTRATADA;
- b) Inobservância de especificações e recomendações fornecidas pela CONTRATANTE;
- c) Interrupção do serviço por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem justificativa apresentada e aceita pela CONTRATANTE;
- d) Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
- e) Transferência, no todo ou em parte, do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de cancelar o pagamento das prestações vincendas, no caso de rescisão administrativa prevista no citado Art. 77, sem obrigação de indenizar a CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA HABILITAÇÃO

A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação exigidas no processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO REAJUSTAMENTO

17.1 O preço será fixo e irrevogável no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

17.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - ALTERAÇÕES

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2 Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - VEDAÇÕES

20.1 É vedado à CONTRATADA:

20.2 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

20.3 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em Lei.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
GABINETE DA PREFEITA - GP

CLÁUSULA VIGESIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1 O extrato do presente Contrato será publicado pelo CONTRATANTE na imprensa oficial, obedecendo ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA VIGESIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 Fica eleito o foro de Timon/MA, comarca da qual o município de Timon/MA, é termo judiciário, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

Timon/MA, 22 de junho de 2021

Sueli Maria da Conceição Barros da Silva Capuama,
pelo **GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE TIMON/MA,**
CONTRATANTE

Janelson Moucherek Soares do Nascimento pelo

JANELSON MOUCHERERK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF: 1042-760-333-24

CPF: 428.629.733-00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
CNPJ n.º 06.450.191/0001-70

CONTRATO Nº 04/2021 – GAB/PREF

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARAIOSES - MA
E JANELSON MOUCHEREK SOARES DO
NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA,
PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA.**

Aos 21 dias do mês de junho do ano de 2021, de um lado, o **MUNICÍPIO DE ARAIOSES/MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 06.450.191/0001-70, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, nº01, centro, Araíoses/MA, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. **LUCIANA MARÃO FÉLIX**, brasileira, casado, agente político, RG nº 058714720166-SESP/MA e do CPF nº 556.997.823-20, denominada **CONTRATANTE** e de outro, **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº **17.327.207/0001-78**, com sede na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Cond. Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Altos do Calhau, São Luís-MA, neste ato representada por seu titular Sr. **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, advogado, portador(a) da OAB-MA 6499, Identidade nº 1452115 SSP-MA e do CPF nº 749.341.473-49, denominado **CONTRATADA**, que têm, entre si, ajustado o presente contrato decorrente de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, Processo Administrativo nº 001/2021 - GAB/PREF**, com fundamento na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de assessoria jurídica, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº **001/2021 – GAB/PREF** e da proposta apresentada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº **001/2021 – GAB/PREF**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL

O valor mensal é de R\$ 12.000, 00 (Doze mil reais) ao mês, totalizando o valor deste contrato em R\$144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais) ao ano.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Código da Ficha: 19

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
CNPJ n.º 06.450.191/0001-70

CONTRATO Nº 04/2021 – GAB/PREF

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARAIOSES - MA
E JANELSON MOUCHEREK SOARES DO
NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA,
PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA.**

Aos 21 dias do mês de junho do ano de 2021, de um lado, o **MUNICÍPIO DE ARAIOSES/MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 06.450.191/0001-70, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, nº01, centro, Araíoses/MA, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. **LUCIANA MARÃO FÉLIX**, brasileira, casado, agente político, RG nº 058714720166-SESP/MA e do CPF nº 556.997.823-20, denominada **CONTRATANTE** e de outro, **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº **17.327.207/0001-78**, com sede na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Cond. Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Altos do Calhau, São Luís-MA, neste ato representada por seu titular Sr. **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, advogado, portador(a) da OAB-MA 6499, Identidade nº 1452115 SSP-MA e do CPF nº 749.341.473-49, denominado **CONTRATADA**, que têm, entre si, ajustado o presente contrato decorrente de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, Processo Administrativo nº 001/2021 - GAB/PREF**, com fundamento na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de assessoria jurídica, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº **001/2021 – GAB/PREF** e da proposta apresentada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº **001/2021 – GAB/PREF**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL

O valor mensal é de R\$ 12.000, 00 (Doze mil reais) ao mês, totalizando o valor deste contrato em R\$144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais) ao ano.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Código da Ficha: 19

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
CNPJ n.º 06.450.191/0001-70

CONTRATO Nº 04/2021 – GAB/PREF

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARAIOSES - MA
E JANELSON MOUCHEREK SOARES DO
NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA,
PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA.**

Aos 21 dias do mês de junho do ano de 2021, de um lado, o **MUNICÍPIO DE ARAIOSES/MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 06.450.191/0001-70, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, nº01, centro, Araíoses/MA, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. **LUCIANA MARÃO FÉLIX**, brasileira, casado, agente político, RG nº 058714720166-SESP/MA e do CPF nº 556.997.823-20, denominada **CONTRATANTE** e de outro, **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 17.327.207/0001-78, com sede na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Cond. Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Altos do Calhau, São Luís-MA, neste ato representada por seu titular Sr. **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, advogado, portador(a) da OAB-MA 6499, Identidade nº 1452115 SSP-MA e do CPF nº 749.341.473-49, denominado **CONTRATADA**, que têm, entre si, ajustado o presente contrato decorrente de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, **Processo Administrativo nº 001/2021 - GAB/PREF**, com fundamento na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de assessoria jurídica, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº **001/2021 – GAB/PREF** e da proposta apresentada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº **001/2021 – GAB/PREF**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL

O valor mensal é de R\$ 12.000, 00 (Doze mil reais) ao mês, totalizando o valor deste contrato em R\$144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais) ao ano.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Código da Ficha: 19

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
CNPJ n.º 06.450.191/0001-70

Unidade: 02 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ARAIOSES;

Dotação: 04.122.0203.2005.0000.3.3.90.39.00

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor: R\$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais).

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, nos termos do que disciplina o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, condicionada sua eficácia à publicação na imprensa oficial.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados em conformidade com as necessidades da CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço devidamente subscrita pelo gestor do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos no instrumento de contrato, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- b) Realizar a fiscalização do objeto contratado mediante a aprovação dos documentos e relatórios apresentados.
- c) Repassar a contratada todas as informações necessárias ao fornecimento do objeto.
- d) Receber o objeto em estrita observância às especificações técnicas, devolvendo-o no caso de recusa, devidamente acompanhado de notificação expressando os motivos da recusa.
- e) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução efetiva do objeto, podendo recusar aquele que não esteja de acordo com os termos deste Contrato;
- f) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato;
- g) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- h) Designar um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, nos termos da Lei;
- i) Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, quando necessário para acompanhar a execução;
- j) Receber os serviços em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Dentre outras atribuições decorrentes da celebração deste Contrato Administrativo, a CONTRATADA se obriga a executar o objeto de acordo com as especificações do termo de referência do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** tombado sob o nº **001/2021 – GAB/PREF** e de acordo com a Proposta apresentada, que integram este Contrato independente de transcrição.

Constituem ainda obrigações da CONTRATADA:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÍOSES
CNPJ n.º 06.450.191/0001-70

- a) Realizar a execução de acordo com todas as exigências contidas no termo de referência;
- b) Atender as determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE
- c) Substituir, por sua conta e responsabilidade, o objeto recusado pela CONTRATANTE, nos prazos estabelecidos no processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**;
- d) Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término;
- e) A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato;
- f) Fica terminantemente vedada à CONTRATADA a transferência das obrigações decorrentes deste instrumento a terceiros, sob pena de rescisão unilateral e imediata do contrato;
- g) A CONTRATADA deverá indicar gestor para a fiel execução do contrato;
- h) A CONTRATADA deverá cumprir, além das exigências elencadas neste instrumento, todas aquelas constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** do qual decorre o presente contrato;
- i) A CONTRATADA se obriga a cumprir o prazo previsto para entrega;
- j) A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.
- j.1) Sempre que a CONTRATANTE exigir documentação comprobatória das condições mencionadas no item "j", a CONTRATADA deverá atender.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

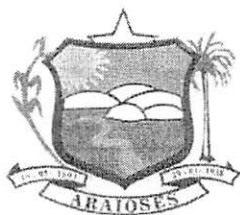
A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado a multa de mora que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar vinte por cento do valor do contrato;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A referida multa será aplicada mediante notificação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, podendo a mesma ser compensada com quaisquer pagamentos que lhes sejam devidos pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Prefeitura Municipal de Araíoses/MA, poderá, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante e à contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Multa de até 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão determinada por ato unilateral e escrito da contratante;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a critério da autoridade competente, segundo a natureza e gravidade da falta e/ou penalidades anteriores em caso de reincidência.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
CNPJ n.º 06.450.191/0001-70

d) Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da Notificação oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: A critério da CONTRATANTE poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando a infração for devidamente justificada pela CONTRATADA e aceita pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

Para fazer face aos desembolsos do objeto desta contratação serão utilizados recursos financeiros consignados na **CLÁUSULA QUARTA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços serão os constantes na proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento estará condicionado à REGULARIDADE FISCAL DA CONTRATADA, devendo esta demonstrar tal situação em todos os seus pedidos de pagamentos por meio da seguinte documentação:

- a) cópia das respectivas Ordens de Serviço;
- b) cópia da Nota de Empenho;
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
- d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
- g) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Municipal;
- h) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
- i) Certificado de Regularidade do FGTS;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Fatura, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE, devidamente conferida e atestada pelo setor competente, para ser efetuado diretamente na conta que o fornecedor apresentar, no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco, o n.º da Agência e da Conta-Corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

a) A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da documentação aludida no parágrafo segundo, e ser apresentada à CONTRATANTE até o décimo dia do mês subsequente ao fornecimento/execução.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES
CNPJ n.º 06.450.191/0001-70

PARÁGRAFO QUARTO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, na qual

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante sofrerá desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO SEXTO: A Nota Fiscal apresentada deverá ser expressa em real e conter, obrigatoriamente, o número do contrato celebrado com a CONTRATANTE e o número da conta corrente da Contratada.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de revisão de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO OITAVO: Serão retidos os impostos e contribuições sociais (INSS, ISS, COFINS, PIS, CSSL e IR), quando aplicável e de acordo com os procedimentos e alíquotas definidos na legislação pertinente.

PARÁGRAFO NONO: Caso seja aplicável a retenção de impostos, a empresa contratada deverá destacar os referidos valores na(s) nota(s) fiscal(is), e apresentar a respectiva Guia para Recolhimento do Imposto referente ao mês de execução dos serviços, devidamente preenchida, cuja retenção na fonte ficará a cargo da CONTRATANTE, a qual efetuará o recolhimento e posteriormente devolverá a guia devidamente quitada à Contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor do imposto a ser retido deverá ser discriminado após a descrição dos serviços prestados, como parcela dedutível apenas para produzir efeito no ato da quitação da nota fiscal, fatura ou recibo, não devendo ser deduzido do valor total da nota fiscal, sendo apenas um destaque a fim de que não se altere a base de cálculo de qualquer tributo que incida sobre o valor dos serviços executados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÍOSES
CNPJ n.º 06.450.191/0001-70

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FISCAL DE CONTRATO

A fiscalização deste Contrato será efetuada por servidor público designado pela CONTRATANTE, que poderá, a qualquer tempo, determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como propor a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Constituem motivos ensejadores da rescisão do presente Contrato, os enumerados no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, e ocorrerá nos termos do art. 79, do mesmo diploma legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATANTE poderá rescindir de pleno direito o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito de reclamação ou indenização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis, sempre que ocorrer:

- a) Inadimplência de Cláusula contratual por parte da CONTRATADA;
- b) Inobservância de especificações e recomendações fornecidas pela CONTRATANTE;
- c) Interrupção do serviço por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem justificativa apresentada e aceita pela CONTRATANTE;
- d) Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
- e) Transferência, no todo ou em parte, do objeto deste Contrato.

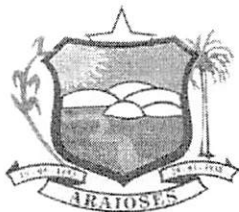
PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de cancelar o pagamento das prestações vincendas, no caso de rescisão administrativa prevista no citado Art. 77, sem obrigação de indenizar a CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA HABILITAÇÃO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÍOSES
CNPJ n.º 06.450.191/0001-70

A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação exigidas no processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado pelo CONTRATANTE na imprensa oficial, obedecendo ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro de Araíoses/MA, comarca da qual o município de Araíoses/MA, é termo judiciário, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

Araíoses/MA, 21 de junho de 2021.

CONTRATANTE
LUCIANA MARÃO FÉLIX
PREFEITA MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE ARAÍOSES/MA

CONTRATADO
JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E
CONSULTORIA

TESTEMUNHAS:

CPF: 003.075.673-11

CPF: _____

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2017,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL
DE BALSAS E A SOCIEDADE DE ADVOGADOS
JANELSON MOUCHEREK SOARES DO
NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM
ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA.

Pelo presente **Termo Aditivo ao Contrato nº 025/2017**, que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS-MA**, Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.777.130/0001-11, com sede na Rua José Coelho Noleto, nº 2008, bairro Potosi, nesta cidade de Balsas-MA, neste ato representada pelo Vereador-Presidente o Sr. **Moisés Coelho e Silva Neto**, brasileiro, casado, residente e domiciliado Rua Presidente Figueiredo, s/n, Bairro São Luís, nesta cidade de Balsas- MA, portador do CPF nº 003.702.043-95, Carteira de Identidade nº 1138543990 SEJUSP, doravante denominada **CONTRATANTE** e a Sociedade de Advogados **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sediada na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 25, Edif. Pátio Jardins, Salas 621 e 622, Bairro Vinhais, São Luís-MA, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 17.327.207/0001-78, Inscrição Municipal nº 0008495900-6, neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, pelo Sr. Janelson Moucherek Soares do Nascimento, Carteira de Identidade/OAB nº 6499-MA, CPF nº 749.341.473-49, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da **Lei Federal nº 8.666/93** e suas alterações, e demais normas aplicáveis à espécie, e **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 007/2017**, do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, nos autos do **Processo Administrativo nº 035/2017**, sujeitando-se mediante as cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui o presente contrato a prestação de serviços especializados, prestado por meio de Sociedade de Advogado para prestar Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica para a Câmara Municipal de Balsas por um período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações contidas no Projeto Básico/Termo de Referência do Edital e com a Proposta de Preços da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência do **Contrato nº 025/2017**, com vencimento em **10/11/2021**, de comum acordo entre as partes, fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, mediante o presente aditamento, a contar de **11/11/2021**, até **11/11/2022**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. As partes ajustam que não haverá alteração do valor contratual, salvo nos casos previstos em lei.

3.2. O valor do contrato permanece o mesmo, importando em R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), a ser pago em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 9.375,00 (nove mil, trezentos e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas oriundas deste aditamento contratual serão empenhadas na seguinte dotação do exercício de 2021:

01 - Câmara Municipal de Balsas;
01 031.0001.2-001- Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato original.

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE

6.1. Incumbirá a CONTRATANTE, à sua conta e no prazo estipulado no art. 61, parágrafo único, da Lei 86.666/93, a publicação deste Termo Aditivo no diário Oficial do Estado do Maranhão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INALTERABILIDADE

7.1. Permanecem inalteradas as demais Cláusulas, parágrafos, condições e obrigação do Termo de Contrato nº 025/2017, que não colidirem com o disposto neste Termo Aditivo.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente TERMO ADITIVO lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes juntamente com as testemunhas abaixo.

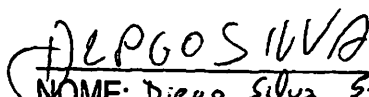
Balsas/MA, 10 de novembro de 2021.

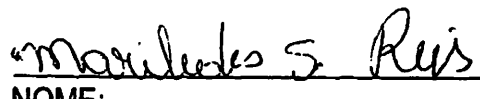

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSAS
CNPJ: 06.777.130/0001-11

Moisés Coelho e Silva Neto - CPF: 003.702.043-95
CONTRATANTE

JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E
CONSULTORIA - CNPJ: 17.327.207/0001-78
Janelson Moucherek Soares do Nascimento -
Sócio Representante Legal: OAB/6499
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:


NOME: Diego Silva Santos
CPF: 052.679.983-89


NOME:
CPF: 012 128 383 60



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certsign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E62E-8702-1BFC-DCC2> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E62E-8702-1BFC-DCC2



Hash do Documento

6557F301AC740552DA50DE597FEA00C7284A54FA0DA5CDAD2055CCBD8875E712

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/11/2021 é(são) :

- ☒ Janelson Moucherek Soares Do Nascimento (Signatário) -
749.341.473-49 em 10/11/2021 11:05 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES - MA**

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2018. TOMADA DE PREÇO Nº 004/2018. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes - MA, CNPJ nº 01.577.844/0001-62. CONTRATADO: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, CNPJ/MF nº 17.327.207/0001-78. Valor R\$ R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestar assessoria e consultoria jurídica ao Município de São Pedro dos Crentes - MA. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 de setembro a 31 de Dezembro de 2020. São Pedro dos Crentes - MA, 31 de agosto de 2020. LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU - MA

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 321/2020. Espécie: 1º Termo Aditivo de Contrato. Empresa JKF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.572.395/0001-77, localizado a AV. Senador Vitorino Freire, nº 01, Areinha, São Luís. Objeto: O presente Termo Aditivo visa ao acréscimo de prazo contratual original, compreendendo o período de mais 03 (três) meses. A fundamentação legal baseia-se nos incisos I a VI do § 1º do artigo 57 da Lei Nº: 8.666/1993, conforme contrato aditivado no valor global de R\$ 47.660,66 (Quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais e sessenta e seis centavos). VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem vigência de 03 (três) meses contados a partir da data de sua assinatura. RECURSOS: 02 15 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 301 ATENÇÃO BÁSICA 10 301 0026 BURITICUPU MAIS SAUDEL 10 301 0026 1044 0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DE POSTOS E UNIDADES DE SAÚDE (1282) 4 4 90 51 00 INSTALAÇÕES 0.102-001 001/R\$ 2.895,81. Base Legal: Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores. Buriticupu-MA, 28 de agosto de 2020. JAILSON SOARES TEIXEIRA Secretário Municipal de Saúde Contratante JOHNATAS ISAC SANTOS FAUSTINO JKF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME Contratada.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 322/2020. Espécie: 1º Termo Aditivo de Contrato. Empresa JKF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.572.395/0001-77, localizado a AV. Senador Vitorino Freire, nº 01, Areinha, São Luís. Objeto: Constitui objeto deste aditivo a extensão do contrato com a EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS E AMPLIAÇÕES DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA CENTRO TERRA BELA DO MUNICÍPIO DE BURITICUPU-MA, em virtude da necessidade de continuação dos serviços acima descritos de forma mais satisfatória possível. VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura, até 28 de novembro de 2020. RECURSOS: 02 15 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 301 ATENÇÃO BÁSICA 10 301 0026 BURITICUPU MAIS SAUDEL 10 301 0026 1044 0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DE POSTOS E UNIDADES DE SAÚDE (1282) 4 4 90 51 00 INSTALAÇÕES 0.102-001 001/R\$ 1.035.275,79. Buriticupu-MA, 28 de agosto de 2020. JAILSON SOARES TEIXEIRA Secretário Municipal de Saúde Contratante JOHNATAS ISAC SANTOS FAUSTINO JKF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME Contratada.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 323/2020. Espécie: 1º Termo Aditivo de Contrato. Empresa JKF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.572.395/0001-77, localizado a AV. Senador Vitorino Freire, nº 01, Areinha, São Luís. Objeto: O presente Termo Aditivo visa ao acréscimo de prazo contratual original, compreendendo o período

de mais 03 (três) meses. A fundamentação legal baseia-se nos incisos I a VI do § 1º do artigo 57 da Lei Nº: 8.666/1993, conforme contrato aditivado no valor global de R\$ 47.004,11 (quarenta e sete mil, quatro reais e onze centavos). VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem vigência de 03 (três) meses contados a partir da data de sua assinatura. RECURSOS: 02 15 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 301 ATENÇÃO BÁSICA 10 301 0026 BURITICUPU MAIS SAUDEL 10 301 0026 1044 0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DE POSTOS E UNIDADES DE SAÚDE (1282) 4 4 90 51 00 INSTALAÇÕES 0.102-001 001/R\$ 2.895,81 Buriticupu-MA, 28 de agosto de 2020. JAILSON SOARES TEIXEIRA Secretário Municipal de Saúde Contratante JOHNATAS ISAC SANTOS FAUSTINO JKF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME Contratada.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 325/2020. Espécie: 1º Termo Aditivo de Contrato. Empresa JKF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.572.395/0001-77, localizado a AV. Senador Vitorino Freire, nº 01, Areinha, São Luís. Objeto: O presente Termo Aditivo visa ao acréscimo de prazo contratual original, compreendendo o período de mais 03 (três) meses. A fundamentação legal baseia-se nos incisos I a VI do § 1º do artigo 57 da Lei Nº: 8.666/1993, conforme contrato aditivado no valor global de R\$ 56.932,48 (Cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos). VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem vigência de 03 (três) meses contados a partir da data de sua assinatura. RECURSOS: 02 15 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 301 ATENÇÃO BÁSICA 10 301 0026 BURITICUPU MAIS SAUDEL 10 301 0026 1044 0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DE POSTOS E UNIDADES DE SAÚDE (1282) 4 4 90 51 00 INSTALAÇÕES 0.102-001 001/R\$ 2.895,81 Buriticupu-MA, 28 de agosto de 2020. JAILSON SOARES TEIXEIRA Secretário Municipal de Saúde Contratante JOHNATAS ISAC SANTOS FAUSTINO JKF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME Contratada.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 327/2020. Espécie: 1º Termo Aditivo de Contrato. Empresa JKF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.572.395/0001-77, localizado a AV. Senador Vitorino Freire, nº 01, Areinha, São Luís. Objeto: O presente Termo Aditivo visa ao acréscimo de prazo contratual original, compreendendo o período de mais 03 (três) meses. A fundamentação legal baseia-se nos incisos I a VI do § 1º do artigo 57 da Lei Nº: 8.666/1993, conforme contrato aditivado no valor global de R\$ 51.471,91 (Cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e noventa e um centavos). VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem vigência de 03 (três) meses contados a partir da data de sua assinatura. RECURSOS: 02 15 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 301 ATENÇÃO BÁSICA 10 301 0026 BURITICUPU MAIS SAUDEL 10 301 0026 1044 0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPL. DE POSTOS E UNIDADES DE SAÚDE (1282) 4 4 90 51 00 INSTALAÇÕES 0.102-001 001/R\$ 2.895,81 Buriticupu-MA, 28 de agosto de 2020. JAILSON SOARES TEIXEIRA Secretário Municipal de Saúde Contratante JOHNATAS ISAC SANTOS FAUSTINO JKF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME Contratada.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 328/2020. Espécie: 1º Termo Aditivo de Contrato. Empresa JKF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.572.395/0001-77, localizado a AV. Senador Vitorino Freire, nº 01, Areinha, São Luís. Objeto: Constitui objeto deste aditivo a extensão do contrato com a EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS E AMPLIAÇÕES



81 e a empresa Dantas & Cavalcante LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.897.642/0001-06; **OBJETO:** O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato nº 027/2018-UEMASUL, firmado entre as partes, em 26/10/2018; **AMPARO LEGAL:** com fundamento no artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais alterações posteriores e na Cláusula Quinta do Contrato; **VALOR:** R\$ 45.996,00 (quarenta e cinco mil novecentos e noventa e seis reais); **VIGÊNCIA:** Pelo presente TERMO ADITIVO, fica prorrogada a vigência do Contrato 027/2018 – UEMASUL, em 12 (doze) meses, de 26/10/2019 a 25/10/2020; **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Unidade Gestora: 240207; Unidade Orçamentária: 24207; Programa Trabalho: 12 364 0177 4801 001130; Natureza da Despesa: 33.90.39.78; Fonte: 103; **SIGNATÁRIOS:** Pela UEMASUL Professor MSc Antonio Expedito Ferreira Barroso de Carvalho, Magnífico Reitor em Exercício, inscrito no CPF sob o nº 336.867.263-00, pelo CONTRATADO Seu Representante Legal Antonio Dantas Silva Junior, inscrito no CPF sob o nº 328.854.313-34. **DATA DA ASSINATURA:** 25 de outubro de 2019. **ARQUIVAMENTO:** Pasta 01/2019, sob o nº 37, em 08.11.2019, da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração / UEMASUL. Prof.ª Dr.ª, Sheila Elke Araújo Nunes, Pró-Reitora de Planejamento e Administração/UEMASUL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI-MA

EXTRATO DE ADITAMENTO. PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO N.º 003/2019 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2019. A Prefeitura Municipal de Buriti/MA torna público o 1º Termo de Aditamento ao Contrato n.º 003/2019. Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, CNPJ: 06.117.071/0001-55, Contratado: E PIMENTEL DE ARAUJO & CIA LTDA-ME, CNPJ: 13.940.512/0001-80. Objeto do Aditamento: O presente Termo Aditivo objetiva o acréscimo total de R\$ 55.210,66 (Cinquenta e cinco mil, duzentos e dez reais e sessenta e seis centavos) conforme Cláusula Terceira do Contrato Inicial, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Valor Contratado R\$ 220.842,65 (Duzentos e vinte mil oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), Valor aditivado R\$ 55.210,66 – 25%. Dotação: 02 03 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS 04 122 0052 2006 0000 MANUT. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO. Buriti-MA, 30 de Outubro de 2019. **Jenilson Gouveia Silva – Sec. Munic. de Administração e Finanças.**

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO N.º 006/2019 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2019. A Prefeitura Municipal de Buriti/MA torna público o 1º Termo de Aditamento ao Contrato n.º 003/2019. Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, CNPJ: 11.463.289/0001-00, Contratado: E PIMENTEL DE ARAUJO & CIA LTDA-ME, CNPJ: 13.940.512/0001-80. Objeto do Aditamento: O presente Termo Aditivo objetiva o acréscimo total de R\$ 78.000,00 (Setenta e oito mil) conforme Cláusula Terceira do Contrato Inicial, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Valor Contratado R\$ 312.000,00 (Trezentos e doze mil), Valor aditivado R\$ 78.000,00 – 25%. Dotação: 10 301 0075 2106 0000 PSF PROGRAMA SAÚDE FAMILIA, 10 301 0075 2104 0000 MANUT.FUNC.FUNDO MUN. SAÚDE, 10 302 0075 1011 0000 MANUT.FUNC.REDE HOSP.AMBUL.FUS – AIHS 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO. Buriti-MA, 30 de Outubro de 2019. **Rogério Marques Viana – Sec. Munic. de Saúde e Saneamento.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES-MA

EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO: Refere-se ao 2º Termo Aditivo ao contrato 045/2018, firmado em 09 de maio de 2018, entre a Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes/MA, CNPJ sob o nº. 01.577.844/0001-62 e a empresa JANELSON MOUCHE-

REK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17 327 207/0001-78. **OBJETO DO ADITIVO:** Prorrogação do período contratual. **VIGÊNCIA:** 01 de novembro 2019 a 31 de agosto de 2020. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 57, II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. São Pedro dos Crentes/MA, 01 de novembro 2019. **Laesio Rodrigues do Bonfim Prefeito Municipal.**

APOSTILA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

RESENHA DO SEGUNDO APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 009/2019-AL. PARTES: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO e C.F.R GASPAR E CIA LTDA-ME. **OBJETO:** Emissão da Nota de Empenho nº 2019NE002550, de 31/10/2019, no valor de R\$ 75.750,00 (setenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Gestora: 010101-Assembleia Legislativa. **Gestão:** 00001 – Gestão Geral. **Função:** 01-Legislativa. **Subfunção:** 031 – Ação Legislativa. **Programa:** 0318-Gestão Legislativa. **Natureza de Despesa:** 33.90.39.41 – Fornecimento de alimentação. **Ação:** 4628 – Atuação Legislativa. **Subação:** 000011-Atuação Legislativa no Estado do Maranhão (Manutenção). **Fonte:** 0.1.01.000000 – Recursos Ordinários – Tesouro - 0101000000. **BASE LEGAL:** art. 65, §8º da Lei Federal 8.666/93 e Processo Administrativo nº 4254/2018. **ASSINATURA:** Deputado Othelino Nova Alves Neto-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. **DATA DA ASSINATURA:** 08/11/2019. São Luís-MA, 08 de novembro de 2019. **Tarcísio Almeida Araújo-Procurador-Geral da ALEMA. Tarcísio Almeida Araújo-Procurador – Geral**

ATAS

MAGAZINE LILIANI S/A
CNPJ Nº 11.590.296/0001-64
NIRE 21300008144

“ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 18.09.2019”. **DATA/HORA E LOCAL:** Aos dezoito dias do mês de setembro de 2019, às 10:00 (dez) horas, na Sala de Reuniões da Sede social da Companhia, à Av. Getúlio Vargas, nº. 974 - Centro, CEP 65901-550, município de Imperatriz, Estado do Maranhão. **CONVOCAÇÃO:** Convocados diretamente e em prazo hábil, dispensadas as formalidades do edital de convocação, na conformidade do que dispõem o Parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei 6404/76. **QUORUM:** A presente Assembleia instalou-se com a presença de todos os acionistas, conforme assinatura no respectivo livro, especialmente dos acionistas, integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria, Antonio Paulo Marques de Souza, Edmilson Limeira de Souza e Luis Wanderlei Santana da Silva. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** **Presidente:** Luis Wanderlei Santana da Silva, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, empresário, natural de Montanha/ES, portador do CPF nº. 251.773.203-59 e RG nº. 035881372008-9 - SSP/MA, residente e domiciliado à Av. São Sebastião, nº. 568, Vila Nova - CEP 65912-100- Imperatriz/MA. **Secretário:** Antonio Paulo Marques de Souza, brasileiro, casado dom regime de separação de bens, empresário, natural de Anápolis/GO, portador do CPF nº 253.406.788-57 e RG nº 29.235.037-5 SSP/SP, residente e domiciliado na Av. Principal, nº 02 - Lote 2- Qd. R/AV 03- Condomínio New Ville Residence, Bairro Lagoinha, CEP: 65909-001, município de Imperatriz, Estado do Maranhão. **ORDENS DO DIA:** I – Abertura de filiais nos Estados do Maranhão (MA) e Tocantins(-TO). **DELIBERAÇÕES TOMADAS NA ASSEMBLÉIA:** As deliberações tomadas nesta reunião foram aprovadas por unanimidade de votos dos presentes, de acordo com o que determina o artigo 129 da Lei 6.404/76, como segue: I – Foi deliberado e aprovado por

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:**

CONTRATADA				
PTRES	FONTE	ND	UGR	PI
2612204114457001298	0101000000	33903947	530101	001298 MANUTENCAO
SUBCONTRATADA				
PTRES	FONTE	ND	UGR	PI
2612204114457001298	0101000000	33903947	530101	001298 MANUTENCAO

DATA DA ASSINATURA: 19 de setembro de 2019. **BASE LEGAL:** Lei 8.666/93 e suas alterações. São Luís, 19 de setembro de 2019. **ASSINATURAS:** JONAS ALVES DOS REIS DIAS, conforme ID 00852197, portador do RG nº 333992946 SSP/MA, inscrito no CPF nº 824.750.673-49 e FABIOLA ALMEIDA RAMOS, portador do RG nº 12627761999-55 SSP/MA e CPF sob nº 010.848.237-56, na condição de representante da empresa, contratada, NÚCLEO ARQUITETURA E EVENTOS LTDA e JOSÉ PAULO DUARTE NUNES, CPF sob o nº 224.411.663-87, na condição de representante da empresa, subcontratada, Z P N PRODUÇÕES LTDA – EPP. Arquivamento na Unidade Gestora de Contratos e Convênios/SINFRA. José Orlando de Lemos-Gestor de Contratos e Convênios-UGCC/SINFRA-ID 00874940

Republicar por Incorreção

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

RESENHA DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2015. PROCESSO Nº 0146452/2019. CONTRATANTE: A SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, com sede nesta cidade, na Avenida Carlos Cunha s/n, 1º andar, Edifício Deputado Luciano Moreira- Calhau, inscrita no CNPJ nº 03.526.252/0001-47, neste ato representada pelo seu titular MARCELLUS RIBEIRO ALVES, portador do CPF nº 528.895.213-20. **CONTRATADA:** F.C. MORAES AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.133.984/0001-28, com sede na Rua Inácio Xavier Carvalho 161, Loja 10,, Ed. Saint Louis, Bairro São Francisco, nesta cidade de São Luís Maranhão., neste ato representado pelo senhor Francisco das Chagas de Moraes, portador do CPF nº 044.002.593-15. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 161010412902123069449033 – Fortalecimento da Gestão Fiscal – PROFISCO/Passagens e Despesas com Locomoção. **FONTE:** 2101000000 – Contrapartida ao BID. **PRAZO:** O presente contrato será prorrogado por mais 09 (nove) meses, conforme Art. 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. São Luís, 20 de setembro de 2019. RITA MARIA MAGALHÃES MARTINELLI DE SOUZA-Gestora Chefe/CEGPA

AGÊNCIA ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DO MARANHÃO-AGERP/MA

Extrato de Termo Aditivo da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão - AGERP/MA. Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2018, celebrado com a empresa CLASI SEGURANÇA PRIVADA EIRELI; **Objeto:** Prorrogação da vigência do contrato pelo prazo de 12 (doze) meses, com início em 20/09/2019 e término em 20/09/2020; **Fundamento Legal:** Art. 57, II da Lei nº 8.666/1993; **Processo nº:** 182608/19-AGERP/MA; **Cobertura Orçamentária:** U.O.: 61202; Programa: 0411-Apoio Administrativo; Ação: 4457 - Administração da Unidade; P.L.: VIGILANCIA2; Fonte: 0101; N.D.: 3.3.90.37.00; U.O.: 61202; Programa: 0411 - Apoio Administrativo; Ação: 4457 - Administração da Unidade; P.L.: ADMAGERP; Fonte: 0101 e/ou 0618; N.D.: 3.3.90.37.00; U.O.: 61202; Programa: 0544 - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER; Ação: 4778-Execução dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER; P.L.: ASSISTEX; Fonte: 0101 e/ou 0618; N.D.: 3.3.90.97.00; Pré-empenho nº 2019PE000110; **Nota de Empenho:** 2019NE001307; **Signatários:** pela Contratante, Loroana Coutinho de Santana-Presidenta, e pela Contratada, Pedro Ricardo Aquino da Silva-Representante legal; **Data de Assinatura:** 18/09/2019;

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP

EXTRATO DA RESENHA DO TERCEIRO ADITIVO Nº 082/2018/03. Processo administrativo de contratação: 1876/2017. Processo administrativo do aditamento: 1374/2019. Número do Aditivo: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 082/2018/02-EMAP. **Contratante:** Empresa Maranhense de Administração Portuária. **CNPJ/Contratante:** 03.650.060/0001-48. **Signatários/Contratante:** Sr. Eduardo de Carvalho Lago Filho, Presidente da EMAP, CPF 013.769.717-12 e a Srª. Alvelinda Sena de Sousa, Gerente de Projetos, respondendo pela Diretoria de Engenharia e Manutenção da EMAP, CPF: 616.002.963-00. **Contratado:** POLC EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. **CNPJ:** 14.667.684/0001-94. **Signatário(s)/Contratado:** sócia, Srª. Rafaela Diniz Veras, inscrito no R.G. sob o nº 021951042002-2, SSP/MA, e no CPF sob o nº 039.155.023-32. **Objeto do contrato:** “contratação de empresa especializada para execução do projeto de Infraestrutura para CFTV (Circuito Fechado de Televisão) e para controle de acessos, no Terminal do Cajupe, no município de Alcântara – MA), conforme Projeto Básico constante no Anexo I”. **Objeto do termo aditivo:** para acréscimo de valor. **Valor:** Pelo presente instrumento, o valor do Contrato nº 082/2018/02, atualmente correspondente a R\$ 435.108,73 (quatrocentos e trinta e cinco mil, cento e oito reais e setenta e três centavos), fica acrescido da importância de R\$ 98.400,25 (noventa e oito mil, quatrocentos reais e vinte cinco centavos), aproximadamente 22,615%, passando a totalizar a importância de R\$ 533.508,95 (quinhentos e trinta e três mil, quinhentos e oito reais e noventa e cinco centavos) em conformidade com as especificações e quantidades descritas no Parecer Técnico e Planilha do 1º Termo Aditivo às fls. 02/36 e despacho da GEIMP à fl. 128 do Processo Administrativo nº 1374/2019-EMAP. **Fundamento legal:** com esteio no artigo 65, Inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/1993. **Data da assinatura:** 20/09/2019. **Publique-se.** São Luís, 20 de Setembro de 2019. **Enviado para publicação por:** Igor Leonardo Gomes de Albuquerque, Assessor Administrativo IV, Matrícula nº 0298. **Igor Leonardo G. Albuquerque - Assessor Adm III - GECOC/EMAP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS-MA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO. RESENHA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2017 - SEFIN. RESULTANTE DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017. PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e a empresa JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrito no CNPJ nº 17.327.207/0001-78. **DO OBJETO:** O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação do prazo, previsto na Cláusula Décima Quarta do referido contrato. **DO PRAZO:** O contrato principal terá sua Cláusula Décima Quarta alterada, passando sua vigência prorrogada para mais 10 meses, de



EXTRATO DO CONTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29.11.01/2017 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA CONTRATADO: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 29/11/2017, nos termos previstos em sua CLÁUSULA SÉTIMA. CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO. Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato até 29/11/2019. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL. O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal da cidade de João Lisboa e encontra amparo legal no artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Ainda, considerando a relevância do princípio da eficiência administrativa, bem como o princípio da economicidade do preço acordado no contrato como condições mais vantajosas para o Município de João Lisboa - MA. CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes. REGÊNCIA: LEI Nº 10.520/02. JOÃO LISBOA (MA), 28 DE NOVEMBRO DE 2018 - EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA - Secretário Municipal de Administração e Modernização.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA - MA

RESENHA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2018. PARTES: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA, E DE OUTRO LADO A EMPRESA TENCOL - TERRA NOVA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, CNPJ Nº 00.465.927/0001-05. OBJETO: Prorrogar por mais 120 (duzentos e setenta) dias período de 06.07.2018 à 02.11.2018. O contrato nº 002/TP/002/2018 OBJETIVANDO a Contratação de empresa para execução de reforma da prefeitura municipal de Zé Doca. AMPARO LEGAL: Art. 57 da LEI Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. ZÉ DOCA/MA, 06 de julho de 2018. ASSINATURA: Egídio Monteiro da Silva, Secretário Municipal de Administração; João José Pereira dos Santos Junior - Representante Legal.

RESENHA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2018. PARTES: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA, E DE OUTRO LADO A EMPRESA TENCOL - TERRA NOVA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, CNPJ Nº 00.465.927/0001-05. OBJETO: Prorrogar por mais 120 (duzentos e setenta) dias período de 01.11.2018 à 28.02.2019. O contrato nº 002/TP/002/2018 OBJETIVANDO a Contratação de empresa para execução de reforma da prefeitura municipal de Zé Doca. AMPARO LEGAL: Art. 57 da LEI Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. ZÉ DOCA/MA, 01 de novembro de 2018. ASSINATURA: Egídio Monteiro da Silva, Secretário Municipal de Administração; João José Pereira dos Santos Junior - Representante Legal.

RESENHA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2017. PARTES: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA, E DE OUTRO LADO A EMPRESA TERRAPLAM CONST. COM. DISTRIB REPRES. E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 11.198.048/0001-72. OBJETO: Prorrogar por mais 240 (duzentos e quarenta) dias período de 26.10.2018 à 22.06.2019. O contrato nº 009/TP/009/2017 OBJETIVANDO a Contratação de empresa para execução de construções de quadras cobertas com vestiário, localidades Quadra São Francisco e Princesa Isabel - Rua do Sol - CONVÊNIO Nº 2186/2011 - FNDE. AMPARO LEGAL: Art. 57 da LEI Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. ZÉ DOCA/MA, 26 de outubro de 2018. ASSINATURA: Secretária Municipal de Educação, Sra. Sonia Maria Silva Lima; João José Pereira dos Santos Junior - Representante Legal.

RESENHA DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2018. PARTES: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA, E DE OUTRO LADO A EMPRESA ARAUJO BEZERRA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA

- ME, CNPJ. nº 24.241.288/0001-54. OBJETO: Prorrogar por mais 90 (noventa) dias período de 11.12.2018 à 10.03.2019 o contrato nº 003/TP/003/2018 OBJETIVANDO a Contratação de empresa para execução de reforma e adequação da praça pública denominada praça do comércio situada na Avenida do comércio no município de Zé Doca - CONVÊNIO: MTUR/INFRAESTRUTURA TURÍSTICA Nº 035853/2013. AMPARO LEGAL: Art. 57 da LEI Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. ZÉ DOCA/MA, 11 de dezembro de 2018. ASSINATURA: Prefeita Municipal Sra. Maria Josenilda Cunha Rodrigues; Thiago Araújo de Sousa - Representante Legal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROATÁ/MA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO. Contratante: Prefeitura Municipal de Coroatá/MA, Contratada: DALZIZA RODRIGUES FLORÊNCIO - CPF nº 016.203.703-10. MODALIDADE: Dispensa de Licitação, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0000008081/2018. OBJETO: Locação de Imóvel para instalação e funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV. Contrato nº 07/2017, DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 20/12/2018. VIGÊNCIA: 02/01/2019 à 31/12/2019. Fica aditivado o prazo de 12 (doze) meses conforme estabelecido no Art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, Coroatá/MA, 20/12/2018. Hamilton da Silva Teixeira Neto, Secretário Municipal de Assistência Social.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO. Contratante: Prefeitura Municipal de Coroatá/MA, Contratada: JULIO CESAR MARTINS - CPF nº 145.406.491-91, MODALIDADE: Dispensa de Licitação, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0000008085/2018. OBJETO: Locação de Imóvel para instalação e funcionamento do programa Leite é vida. Contrato nº 116/2017, DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 20/12/2017. VIGÊNCIA: 02/01/2019 à 31/12/2019. Fica aditivado o prazo de 12 (doze) meses conforme estabelecido no Art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, Coroatá/MA, 20/12/2018. Hamilton da Silva Teixeira Neto, Secretário Municipal de Assistência Social.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO. Contratante: Prefeitura Municipal de Coroatá/MA, Contratada: DANILO ROGÉRIO SOUSA CARVALHO CPF 825.761303-72 MODALIDADE: Dispensa de Licitação, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0000008082. OBJETO: Locação de Imóvel para instalação e funcionamento da Secretaria de Assistência Social, Contrato nº 125/2017, DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 20/12/2018. VIGÊNCIA: 02/01/2018 à 31/12/2019. Fica aditivado o prazo de 12 (doze) meses conforme estabelecido no Art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, Coroatá/MA, 20/12/2017. Hamilton da Silva Teixeira Neto, Secretário Municipal de Assistência Social.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO. Contratante: Prefeitura Municipal de Coroatá/MA, Contratada: SARA TIFANY SILVA MAGALHÃES - CPF nº 616.072.723-00 MODALIDADE: Dispensa de Licitação, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0000008084/2018. OBJETO: Locação de Imóvel para instalação e funcionamento do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) do Bairro Tresidela, Contrato nº 08/2017, DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 20/12/2018. VIGÊNCIA: 02/01/2019 à 31/12/2019. Fica aditivado o prazo de 12 (doze) meses conforme estabelecido no Art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, Coroatá/MA, 20/12/2017. Hamilton da Silva Teixeira Neto, Secretário Municipal de Assistência Social.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO. Contratante: Prefeitura Municipal de Coroatá/MA, Contratada: ARLETE DE BRITO ABREU CPF nº 772.663.583-53 MODALIDADE: Dispensa de Licitação, PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0000008080/2018. OBJETO: contratação de pessoa física para Prestar serviços referente a Ministração de palestras, Contrato nº 203/2017, DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 21/11/2018. VI-



com anexo I (Termo de Referência). Destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao PREGÃO Nº 03/2018. VALOR R\$: 9.185,00 (nove mil cento e oitenta e cinco reais). DATA DA ASSINATURA: 16 de março de 2018, válido até 31 de dezembro de 2018. GERALDA PINHEIRO TORRES – Secretaria Municipal de Assistência Social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES-MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2018, PROC. ADM. Nº 210.660.030/2018- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2018- PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018/SRP. OBJETO: Aquisição de material esportivo para a Secretaria de Educação. PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRATADA: A DOS SANTOS VIANA LIMA & CIA LTDA-ME. VALOR GLOBAL: R\$ 14.002,00 (quatorze mil e dois reais). DATA DA ASSINATURA: 19/04/2018. VIGENCIA DO CONTRATO: De 19/04/2018 à 31/12/2018. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Nº 10.520/02. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0207 – MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO-MDE; FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.122.0120.2039 – \Man. e Func. da Sec. de Educação, NATUREZA DA DESPEZA: 3.3.90.30 – Material de Consumo. SIGNATARIOS: Prefeitura Municipal de Matões/ Secretaria Municipal de Educação, CNPJ: 06.114.631/0001-18, por seu representante THYAGO MORAIS DE BRITO – Secretário Municipal de Educação e A DOS SANTOS VIANA LIMA & CIA LTDA-ME, CNPJ nº 23.100.132/0001-90 pela contratada da Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2018, PROC. ADM. Nº 210.660.68/2017- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017/SRP. OBJETO: Aquisição de medicamentos, para a Secretaria Municipal de Saúde do município de Matões-MA. PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO. CONTRATADO: DIMENSÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI. VALOR GLOBAL: R\$ 151.834,87 (cento e cinquenta e um mil, oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta e sete centavos). DATA DA ASSINATURA: 04/05/2018. VIGENCIA DO CONTRATO: De 04/05/2018 à 31/12/2018. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Nº 10.520/02. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2009-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.301.0110.2.055 – Manutenção da Farmácia Básica; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 – Material de Consumo. SIGNATARIOS: Prefeitura Municipal de Matões/ Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento. CNPJ: 06.114.631/0001-18, por seu representante DANIEL MARQUES CARDOSO – Secretário Municipal de Saúde e Saneamento e DIMENSÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ Nº 02.956.130/0001-28, pela contratada. Matões – MA, 10 de maio de 2018. Publique-se, Rafael Guimarães Viana – Procurador Geral do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES – MA

EXTRATO DE CONTRATO. TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2018. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes – MA, CNPJ nº 01.577.844/0001-62. CONTRATADO: JANELSON MOUCHERK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA. CNPJ nº 17 327 207/0001-78, Valor R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), OBJETO: Contratação de pessoa para prestar assessoria e consultoria jurídica ao município de São Pedro dos Crentes – MA. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. TERMO

DE HOMOLOGAÇÃO: 08/05/2018. PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 de Maio até 31 de Dezembro de 2018. São Pedro dos Crentes – MA, 15 de maio de 2018. LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO. TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2018. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes – MA, CNPJ nº 01.577.844/0001-62. CONTRATADO: ANDRADE E COUTINHO LTDA EPP. CNPJ nº 08 643 455/0001-37, Valor R\$ 58.100,00 (cinquenta e oito mil e cem reais), OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de hospedagem e fornecimento de alimentação pronta para atender diversas secretarias desta prefeitura. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: 08/05/2018. PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 de Maio até 31 de Dezembro de 2018. São Pedro dos Crentes – MA, 15 de maio de 2018. LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO-MA

RESENHA DE CONTRATO. CONTRATO Nº 187/2018 PREGÃO PRESENCIAL nº 021/2018. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 050/2018. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO-MA e a Empresa IMPEL IMPERATRIZ PAPEIS E COMERCIO EIRELI, CNPJ nº 05.574.795/0001-65. OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de kits de enxovais referente ao atendimento dos benefícios Eventuais da Secretaria de Assistência Social do Município de Porto Franco- MA. DATA DO CONTRATO: 03/05/2018. VALOR: R\$ 105.680,00 (Cento e cinco mil seiscientos e oitenta reais). DOTAÇÃO 2121- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Dotação Orçamentária: 08. 244. 1384. 2.115 - Promoção de Benefícios Socio-Assistenciais. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo. Loanmy Fernandes Barbosa Fonseca. Secretaria Municipal de Assistência Social. Porto Franco – MA, 03/05/2018.

RESENHA DE CONTRATO. CONTRATO Nº 189/2018 PREGÃO PRESENCIAL nº 022/2018. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 051/2018. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO-MA e a Empresa SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTÁBIL LTDA, CNPJ nº 09.295.258/0001-37. OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de software de folha de pagamento, contabilidade, arrecadação Portal da Transparência, sistema de compras/licitação e sistema integrado de protocolo para atender as necessidades do Município de Porto Franco – MA. DATA DO CONTRATO: 03/05/2018. VALOR: R\$ 47.655,00 (Quarenta e sete mil seiscientos cinquenta e cinco reais). VALOR Mensal: R\$ 5.295,00 (cinco mil e duzentos noventa e cinco reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0606- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. Dotação Orçamentária: 04 122 1203 2.018- Manutenção da secretaria de Administração.. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Celiano Francisco Cavalcante da Silva. Decreto nº 029.2018 de 21.02.2018. Secretário Municipal de Administração. Porto Franco – MA, 03/05/2018.

RESENHA DE CONTRATO. CONTRATO Nº 183/2018 PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2018. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 042/2018. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO-MA e a Empresa F. NUNES ADESIVOS, CNPJ nº 10.671.362/0001-68. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Comunicação Visual, Incluindo Adesivo Vinil, Painéis e Letreiros Luminosos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Porto Franco – MA. DATA DO CONTRATO: 12/04/2018. VALOR: R\$ 119.587,00 (cento e nove mil quinhentos e oitenta e sete reais). DOTAÇÃO ORÇAMEN-



com anexo I (Termo de Referência). Destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao **PREGÃO Nº 03/2018. VALOR R\$: 9.185,00** (nove mil cento e oitenta e cinco reais). DATA DA ASSINATURA: 16 de março de 2018, válido até 31 de dezembro de 2018. **Geralda Pinheiro Torres** – Secretaria Municipal de Assistência Social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES-MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2018, PROC. ADM. Nº 210.660.030/2018- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2018- PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018/SRP. OBJETO: Aquisição de material esportivo para a Secretaria de Educação. PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRATADA: A DOS SANTOS VIANA LIMA & CIA LTDA-ME. VALOR GLOBAL: R\$ 14.002,00 (quatorze mil e dois reais). DATA DA ASSINATURA: 19/04/2018. VIGENCIA DO CONTRATO: De 19/04/2018 à 31/12/2018. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Nº 10.520/02. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0207 – MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO-MDE; FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.122.0120.2039 - \Man. e Func. da Sec. de Educação, NATUREZA DA DESPEZA: 3.3.90.30 – Material de Consumo. SIGNATARIOS: Prefeitura Municipal de Matões/ Secretaria Municipal de Educação, CNPJ: 06.114.631/0001-18, por seu representante THYAGO MORAIS DE BRITO – Secretário Municipal de Educação e A DOS SANTOS VIANA LIMA & CIA LTDA-ME, CNPJ nº 23.100.132/0001-90 pela contratada da Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2018, PROC. ADM. Nº 210.660.68/2017- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017/SRP. OBJETO: Aquisição de medicamentos, para a Secretaria Municipal de Saúde do município de Matões-MA. PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO. CONTRATADO: DIMENSÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI. VALOR GLOBAL: R\$ 151.834,87 (cento e cinquenta e um mil, oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta e sete centavos). DATA DA ASSINATURA: 04/05/2018. VIGENCIA DO CONTRATO: De 04/05/2018 à 31/12/2018. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Nº 10.520/02. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2009-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.301.0110.2.055 – Manutenção da Farmácia Básica; NATUREZA DA DESPEZA: 3.3.90.30 – Material de Consumo. SIGNATARIOS: Prefeitura Municipal de Matões/ Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento. CNPJ: 06.114.631/0001-18, por seu representante DANIEL MARQUES CARDOSO – Secretário Municipal de Saúde e Saneamento e DIMENSÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ Nº 02.956.130/0001-28, pela contratada. Matões – MA, 10 de maio de 2018. Publique-se, Rafael Guimarães Viana – Procurador Geral do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES – MA

EXTRATO DE CONTRATO. TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2018. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes – MA, CNPJ nº 01.577.844/0001-62. **CONTRATADO:** JANELSON MOUCHERK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA. CNPJ nº 17 327 207/0001-78, Valor R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), **OBJETO:** Contratação de pessoa para prestar assessoria e consultoria jurídica ao município de São Pedro dos Crentes – MA. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. **TERMO**

DE HOMOLOGAÇÃO: 08/05/2018. PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 de Maio até 31 de Dezembro de 2018. São Pedro dos Crentes – MA, 15 de maio de 2018. **LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM** – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO. TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2018. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes – MA, CNPJ nº 01.577.844/0001-62. **CONTRATADO:** ANDRADE E COUTINHO LTDA EPP. CNPJ nº 08 643 455/0001-37, Valor R\$ 58.100,00 (cinquenta e oito mil e cem reais), **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de hospedagem e fornecimento de alimentação pronta para atender diversas secretarias desta prefeitura. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: 08/05/2018. PRAZO DE VIGÊNCIA:** 08 de Maio até 31 de Dezembro de 2018. São Pedro dos Crentes – MA, 15 de maio de 2018. **LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM** – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA

RESENHA DE CONTRATO. CONTRATO Nº 187/2018 PREGÃO PRESENCIAL nº 021/2018. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 050/2018. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO-MA e a Empresa IMPEL IMPERATRIZ PAPEIS E COMERCIO EIRELI, CNPJ nº 05.574.795/0001-65. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em fornecimento de kits de enxovais referente ao atendimento dos benefícios Eventuais da Secretaria de Assistência Social do Município de Porto Franco- MA. DATA DO CONTRATO: 03/05/2018. VALOR: R\$ 105.680,00 (Cento e cinco mil seiscientos e oitenta reais). DOTAÇÃO 2121- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Dotação Orçamentária: 08. 244. 1384. 2.115 - Promoção de Benefícios Socio-Assistenciais. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo. Loanmy Fernandes Barbosa Fonseca. Secretaria Municipal de Assistência Social. Porto Franco – MA, 03/05/2018.

RESENHA DE CONTRATO. CONTRATO Nº 189/2018 PREGÃO PRESENCIAL nº 022/2018. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 051/2018. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO-MA e a Empresa SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTÁBIL LTDA, CNPJ nº 09.295.258/0001-37. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de software de folha de pagamento, contabilidade, arrecadação Portal da Transparência, sistema de compras/licitação e sistema integrado de protocolo para atender as necessidades do Município de Porto Franco – MA. DATA DO CONTRATO: 03/05/2018. VALOR: R\$ 47.655,00 (Quarenta e sete mil seiscientos cinquenta e cinco reais). VALOR Mensal: R\$ 5.295,00 (cinco mil e duzentos noventa cinco reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0606- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. Dotação Orçamentária: 04 122 1203 2.018- Manutenção da secretaria de Administração.. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Celiano Francisco Cavalcante da Silva. Decreto nº 029.2018 de 21.02.2018. Secretário Municipal de Administração. Porto Franco – MA, 03/05/2018.

RESENHA DE CONTRATO. CONTRATO Nº 183/2018 PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2018. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 042/2018. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO-MA e a Empresa F. NUNES ADESIVOS, CNPJ nº 10.671.362/0001-68. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Comunicação Visual, Incluindo Adesivo Vinil, Painéis e Letreiros Luminosos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Porto Franco – MA. DATA DO CONTRATO: 12/04/2018. VALOR: R\$ 119.587,00 (cento e nove mil quinhentos e oitenta sete reais). DOTAÇÃO ORÇAMEN-



EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 20170002/2017. CARTA CONVITE Nº 002/2017. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Matões do Norte - MA, CNPJ 01.625.545/0001-56, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Matões do Norte/MA, Sr. Joaquim Vieira Lima Neto, CPF nº 013.719.823-09. **CONTRATADA:** JZ Medeiros Empreendimentos e Serviços LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.717.887/0001-76, representada pelo Sr. José Ribamar Aguiar Medeiros, CPF n.º 660.669.303-97. **OBJETO:** alteração da cláusula vigésima sexta, PRORROGANDO a vigência do Contrato nº 20170002/2017, que tem por objeto a Prestação de Serviços de Assessoria e Orientação em Procedimentos Licitatórios e Contratos em apoio às Atividades da Câmara Municipal de Matões do Norte/MA, ASSINATURA DO ADITIVO: 27/12/2017. **VIGÊNCIA:** prorrogação da vigência até 30/11/2018. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e Cláusulas Contratuais, ficando mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. Matões do Norte/MA, 02 de Janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS-MA

RESENHA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2017 - SEFIN. RESULTANTE DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017. PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e a empresa JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrito no CNPJ nº 17.327.207/0001-78. **DO OBJETO:** O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação do prazo, previsto na Cláusula Décima Quarta do referido contrato. **DO PRAZO:** O contrato principal terá sua Cláusula Décima Quarta alterada, passando sua vigência prorrogada para mais 10 meses, de 16 de janeiro de 2018 a 16 de outubro de 2018. O valor mensal do contrato permanecerá o pactuado inicialmente, correspondendo a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 04.122.0021.2367.0000; 3.3.90.39.00. **DA INALTERABILIDADE:** Essa alteração contratual não importará em qualquer modificação ao contrato original, ressaltando o novo prazo, sendo que todas as obrigações assumidas no contrato original permanecerão e deverão ser respeitadas pelas partes, sob pena de rescisão unilateral. **DATA DE ASSINATURA:** 15/01/2018. **DO FORO:** Comarca de Balsas. **ASSINATURAS:** Luiz Pedro Silva Santos (Contratante) e Janelson Moucherek Soares do Nascimento (Contratado).

RESENHA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 022/2017 - SEFIN. RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 018/2017. PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e a empresa ESMIRNA TRANSPORTES CAMBIO E TURISMO LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 02.321.416/0001-37. **DO OBJETO:** O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação do prazo, previsto na Cláusula Primeira do referido contrato. **DO PRAZO:** O contrato principal terá sua Cláusula Quinta alterada, passando sua vigência prorrogada para o período de 01 de janeiro de 2018 a 15 de agosto de 2018. O valor mensal do contrato permanecerá o registrado em ata (item 01), correspondendo a R\$ 22.914,00 (vinte e dois mil novecentos e quatorze reais). **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 20.129.013 9.2345.0000; 3.3.90.39.00. **DA INALTERABILIDADE:** Essa alteração contratual não importará em qualquer modificação ao contrato original, ressaltando o novo prazo, sendo que todas as obrigações assumidas no contrato original permanecerão e deverão ser respeitadas pelas partes, sob pena de rescisão unilateral. **DATA DE ASSINATURA:** 29/12/2017. **DO FORO:** Comarca de Balsas. **ASSINATURAS:** Luiz Pedro Silva Santos (Contratante) e Francisco de Sousa (Contratado).

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA-MA

TERMO ADITIVO. PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA-MA-1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2017. PROCESSO Nº 00.048/2017- PARTES: CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Viana-MA, CNPJ: 06.439.988/0001-76 e a empresa CONTRATA-

DA: M C TRINDADE SILVA - ME (ELETROMÓVEIS JESUS), CNPJ: 26.223.160/0001-93. **OBJETO:** contratação de empresa especializada para fornecimento de material permanente destinado a diversas Secretarias do Município de Viana/MA. **DA VIGÊNCIA:** a partir da data de sua assinatura, **PRAZO:** 180(cento e oitenta) dias, **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Viana-MA, 24 de novembro de 2017. **MAGRADO AROUCHA BARROS-** Prefeito Municipal de Viana/MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM/MA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017. PARTES: Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim/MA, e a Empresa INFINYT COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME. **OBJETO:** Prorrogação de prazo. **DATA DA ASSINATURA:** 29 de dezembro de 2017. **VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO:** 5 (cinco) meses a contar do dia 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de maio de 2018. **VALOR:** R\$ 73.941,85 (setenta e três mil, novecentos e quarenta e um mil reais e oitenta e cinco centavos). **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93 e Pregão Presencial nº 024/2017. **Fonte de Recurso:** Recurso Próprio; 02 - Poder Executivo; 02.14 - Fundo Municipal de Saúde; 10.301.0024.2083.0000 - Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde; 10.302.0024.2084.0000 - Manutenção e Funcionamento da Média e Alta Complexidade; 3.3.90.39.000 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica. **ASSINATURAS:** p/ CONTRATANTE: Rita de Cássia Mendes Martins Silva/Secretaria. p/ CONTRATADO: Alessandro Gomes de Alencar/ Sócio/Proprietário. Itapecuru-Mirim (MA), 29 de dezembro de 2017.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROCESSO Nº 0163/2017. PARTES: Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim/MA e MARIA JEANE AGUIAR RODRIGUES. **OBJETO:** Aditivo de Prazo. **DATA DA ASSINATURA:** 29 de dezembro de 2017. **VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO:** Até 31.07.2018. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991. **Fonte de Recurso:** 02.15 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB); 12.361.0013.2052.0000 - Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental; 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. **ASSINATURAS:** p/ CONTRATANTE: Maria do Socorro Lauand Fonseca /Secretária p/ CONTRATADO: Maria Jeane Aguiar Rodrigues. Itapecuru-Mirim/MA, 29 de dezembro de 2017.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROCESSO Nº 0151/2017. PARTES: Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim/MA e SERCOM - SERVIÇO COMUNITÁRIO. **OBJETO:** Aditivo de Prazo. **DATA DA ASSINATURA:** 29 de dezembro de 2017. **VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO:** Até 31.07.2018. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991. **Fonte de Recurso:** 02.15 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB); 12.361.0013.2052.0000 - Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental - 40% - FUNDEB; 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. **ASSINATURAS:** p/ CONTRATANTE: Maria do Socorro Lauand Fonseca /Secretária p/ CONTRATADO: Maria do Socorro Rodrigues, Representante. Itapecuru-Mirim/MA, 29 de dezembro de 2017.

Publicação por Incorreção.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DE AREIA-MA

RESENHA DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 184/2017, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2017. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO EM GERAL EM PREDIOS PÚBLICOS DE BREJO DE AREIA MA. PARTES: Prefeitura Municipal de Brejo de Areia/MA e a Empresa L E P GUTERRES CNPJ: 74.084.344/0001-62, **OBJETO DO ADITIVO:**



de serviços de locação de veículos sem motorista, sem combustível, com quilometragem livre, seguro total, incluindo todos os equipamentos de série exigidos por lei, para suporte às atividades institucionais da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSEH, em todo o Território Nacional, Capitais e Interiores dos Estados-VALOR DO CONTRATO: R\$ 104.760,00 (cento e quatro mil e setecentos e sessenta reais)-DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses e iniciar-se-á na data de sua assinatura-DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 03/04/2017 -UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 21202; UNIDADE: EMSEH; 4.3.02.04.01 - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS -BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993 -CONTRATADA: MANHATTAN LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA- ASSINATURAS: Pela Contratante, Sra. Ianiak Rafaela Lima Leal - Presidente da EMSEH e o Sr. José Lúcio Campos Reis - Diretor Financeiro/EMSEH, JOSÉ BEZERRA VERAS JÚNIOR pela Contratada. São Luís (MA), 03 de Abril de 2017. IANIK RAFAELA LIMA LEAL-Presidente da EMSEH

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA-EMAP

EXTRATO DA RESENHA DO CONTRATO Nº 031/2017/00 Processo administrativo: 1752/2016. Número do contrato: Contrato nº 031/2017/00-EMAP. Contratante: Empresa Maranhense de Administração Portuária. CNPJ/Contratante: 03.650.060/0001-48. Signatários/Contratante: Sr. Eduardo de Carvalho Lago Filho, Presidente da EMAP, CPF 013.769.717-12, o Sra. Danielle Câmara Fernandes Nunes, Diretora de Administração e Finanças da EMAP, CPF 509.363.363-15. Contratado: TECNETWORKING SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM TI LTDA. - ME. CNPJ/Contratado: 21.748.841/0001-51. Signatário(s)/Contratado: sócio, Sr. Zaimison Antunes Rodrigues Cartaxo, inscrito no R.G. sob o nº 7908028 SDS/PE, e no CPF sob o nº 093.902.504-39. Objeto: fornecimento de 6 (seis) licenças do software Creative Cloud For Teams - All Apps All Multiple Platforms e 3 (três) licenças do software CorelDraw Graphics Suite X8. Vigência: 36 (trinta e seis) meses. Valor global do contrato: R\$ 64.996,98 (Sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos). Dotação Orçamentária: Orçamento Geral da EMAP, para o exercício financeiro de 2017, no centro de custo da Gerência de Tecnologia da Informação - GETIN, grupo de investimento CAPEX, subgrupo CAPEX TI, descrição do investimento: "Aquisição de Licenciamento de Softwares". Modalidade, tipo de licitação e regime de execução: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2017-EMAP. Data da assinatura: 30/03/2017. Publique-se. São Luís, 03 de Abril de 2017. Enviado para publicação por: Igor Leonardo Gomes de Albuquerque, Assessor Administrativo IV, Matrícula nº 0298.

EXTRATO DA RESENHA DO CONTRATO Nº 034/2017/00 Processo administrativo: 0158/2017. Número do contrato: Contrato nº 034/2017/00-EMAP. Contratante: Empresa Maranhense de Administração Portuária. CNPJ/Contratante: 03.650.060/0001-48. Signatários/Contratante: Sr. Eduardo de Carvalho Lago Filho, Presidente da EMAP, CPF 013.769.717-12, o Sra. Deborah de Castro e Lima Baesse, Gerente de Comunicação, CPF 272.644.403-20. Contratado: ART GRUPO LTDA - ME. CNPJ/Contratado: 07.204.812/0001-06. Signatário(s)/Contratado: sócia / Administradora, Sr. Patrícia Paul, inscrito no R.G. sob o nº 6298953, SSP/SC, e no CPF sob o nº 829.431.760-87. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de elaboração do projeto executivo e básico, criação de layout, construção, instalação de equipamentos audiovisuais, decoração, montagem e desmontagem de estande; assessoria e serviços de organização para realização da feira INTERMODAL SOUTH AMERICA 2017, que acontece de 4 a 6 de abril de 2017, no Transamérica Expo Center, São Paulo, Brasil. Vigência: 90 (noventa) dias, contados a partir da data da assinatura deste Contrato, observando o disposto no caput do art. 57 da lei nº 8.666/1993. Valor global do contrato: R\$ 79.800,00 (Setenta e nove mil e oitocentos reais). Dota-

ção Orçamentária: Orçamento Geral da EMAP para o exercício financeiro de 2017, fonte 227 - recursos das empresas estatais - Serviços de Terceiros PJ - Publicidade e Propaganda. Modalidade, tipo de licitação e regime de execução: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2017-EMAP. Data da assinatura: 29/03/2017. Publique-se. São Luís, 03 de Abril de 2017. Enviado para publicação por: Igor Leonardo Gomes de Albuquerque, Assessor Administrativo IV, Matrícula nº 0298.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS-MA

EXTRATO DE CONTRATO RESENHA DO CONTRATO. Nº 006/2017 - SEFIN. Resultante da Tomada de Preços nº 001/2017, PARTES: Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão Tributária e a empresa JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrita no CNPJ nº 17.327.207/0001-78. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica. DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2017. PRAZO DE VIGENCIA: O presente contrato vigorará por 10 (dez) meses, contados a partir da sua assinatura.. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.02/2013.3.3.90. 39.00. VALOR: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). BASE LEGAL: Rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público. Balsas - MA, 15 de março de 2017. ASSINATURAS: Luiz Pedro Silva Santos (Contratante) e Janelson Moucherek Soares do Nascimento (Contratada).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA

EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº 08/2017. Dispensa de Licitação nº 010/2017 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação. Objeto: Locação do imóvel situado à Rua Coelho Neto, nº 285, centro, Anajatuba, para sediar a Biblioteca Pública Municipal de Anajatuba-MA. Contratado: MAURO BASTOS PEREIRA REGO, CPF Nº: 004.212.943-53. Valor global: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais). Fundamento legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal 8.666/93 Data: Anajatuba/MA, 09 de fevereiro de 2017. WELITON JORGE SOUSA DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Anajatuba/MA.

EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº 003/2017. Dispensa de Licitação nº 006/2017 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação. Objeto: Locação de imóvel para funcionamento da Unidade Escolar "Escola Municipal Maria Cirena Verde". Contratado: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, CNPJ nº 06.002.067/000141. Valor global: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). Fundamento legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal 8.666/93 Data: Anajatuba/MA, 30 de janeiro de 2017. WELITON JORGE SOUSA DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Anajatuba/MA.

EXTRATO DE CONTRATO. Contrato. Dispensa de Licitação nº 011/2017 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA, por meio da Secretaria Municipal de Saúde. Objeto: Locação de veículo, tipo van, para uso pela Secretaria Municipal de Saúde em face da execução do programa Tratamento Fora do Domicílio - TFD. Contratado: JOSE DE RIBAMAR COSTA LIMA, CPF nº 729.755.713-72. Valor global: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). Fundamento legal: Artigo 24, Inciso IV, da Lei Federal 8.666/93 Data: Anajatuba/MA, 06 de fevereiro de 2017. JAMES ARNOLDO MENDES COSTA, Secretário Municipal de Saúde de Anajatuba/MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS-MA

EXTRATO DE CONTRATO Nº CONTRATO Nº 20170403001-CPL/PMTM/MA: PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL TIMBIRAS através de do Secretário de Administração e a Empresa: GARCIA PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI - ME, CNPJ: 20.259.195/0001-

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços. **OBJETO:** Aditivo de Prazo e Valor Contratual. **BASE LEGAL:** Art. 65, alínea "b" do inc. I, combinada com o § 1º e o art. 57 Inciso II, do da Lei nº 8.666/93. **DA ALTERAÇÃO DO VALOR:** Pelo presente e na melhor forma de direito acrescido o valor de R\$ 899.472,90 (oitocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e dois reais e noventa centavos) à importância inicialmente pactuada e aditivada, passando o valor total constar como sendo R\$ 4.955.121,50 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, cento e vinte e um reais e cinquenta centavos), perfazendo um aumento de 22% (vinte e dois por cento) ao valor contratado, dentro do limite legal. **VIGÊNCIA DO ADITAMENTO DO CONTRATO:** Em decorrência do aditamento visando a prorrogação por mais 90 (noventa) dias ao contrato 020/2018 - CPL/PMP, o prazo de execução fica estendido pelo período de 15 de outubro de 2018 até a data de 15 de janeiro de 2019. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ORGÃO: 02 PREFEITURA, UNIDADE: 26 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-MDE, SUB UNIDADE: 00 MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-MDE, Projeto / Atividade: 12.361.0310.1731.0000 - CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; ORGÃO: 02 PREFEITURA, UNIDADE: 27 MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-MDE, SUB UNIDADE: 00 MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-MDE, Projeto/Atividade: 12.361.0311.1731.0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL; Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA. **RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo. **SIGNATÁRIOS:** Augusto César Miranda Rodrigues - Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE e Esmeraldino Bento Luna, pela CONTRATADA. Pinheiro (MA), 15 de novembro de 2018. **LARISSA DE OLIVEIRA BURGOS.** OAB/MA 12.645 - Assessora Jurídica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS - MA

RESENHA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 02/2018 - SEFIN. PARTES: Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão Tributária e a ASSOCIAÇÃO SUL MARANHENSE DE ARBITRAGEM - ASA, inscrita no CNPJ sob nº 06.305.597/0001-69. **OBJETO:** Realizar acréscimo no valor original do convênio nº 02/2018 - SEFIN, referente ao aditamento quantitativo, para o atendimento das necessidades do convênio. **DO VALOR:** O presente termo aditivo será no valor de R\$ 19.999,99 (dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.17.27.812.0102.1084.0000; 3.3.50.43.00. **DA INALTERABILIDADE:** Essa alteração não importará em qualquer modificação ao convênio original, ressalvado o novo valor, sendo que todas as obrigações assumidas no convênio original e deverão ser respeitadas pelas partes, sob pena de rescisão unilateral. **DATA DE ASSINATURA:** 07/11/2018. **DO FORO:** Comarca de Balsas. **ASSINATURAS:** Luiz Pedro Silva Santos (Concedente) e Fernando Pinto Almeida (Conveniente).

RESENHA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 040/2017.SEFIN. PARTES: Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão Tributária e o Sr. JOSÉ MARCONDES QUEIROZ, CPF nº 266.933.213-72. **DA PRORROGAÇÃO:** O Contrato Principal terá sua Cláusula Quinta alterada, passando sua

vigência prorrogada para o período de 01 de outubro de 2018 a 30 de junho de 2019. O valor mensal continuará a ser pago no valor fixado no segundo termo aditivo, correspondendo a R\$ 1.492,35 (um mil, quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 04.122.0828.2010.0000; 3.3.90.36.00. **DA RATIFICAÇÃO:** As demais cláusulas do contrato original ficam inalteradas e ratificadas pelo presente Termo Aditivo. **DATA DE ASSINATURA:** 28/09/2018. **DO FORO:** Comarca de Balsas. **ASSINATURAS:** Luiz Pedro Silva Santos (Locatária) e José Marcondes Queiroz (Locador).

RESENHA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2017.SEFIN.RESULTANTE DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017. PARTES: Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão Tributária e a empresa JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrito no CNPJ nº 17.327.207/0001-78. **DO OBJETO:** O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação do prazo, previsto na Cláusula Décima Quarta do referido contrato. **DO PRAZO:** O contrato principal terá sua Cláusula Décima Quarta alterada, passando sua vigência prorrogada para mais 10 meses, de 17 de novembro de 2018 a 17 de setembro de 2019. O valor mensal do contrato permanecerá o pactuado inicialmente, correspondendo a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 04.122.0021.2367.0000; 3.3.90.39.00. **DA INALTERABILIDADE:** Essa alteração contratual não importará em qualquer modificação ao contrato original, ressalvando o novo prazo, sendo que todas as obrigações assumidas no contrato original permanecerão e deverão ser respeitadas pelas partes, sob pena de rescisão unilateral. **DATA DE ASSINATURA:** 16/11/2018. **DO FORO:** Comarca de Balsas. **ASSINATURAS:** Luiz Pedro Silva Santos (Contratante) e Janelson Moucherek Soares do Nascimento (Contratada).

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2017. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão; **CONTRATADO:** CONSTRUTORA TRIANGULAR LTDA - ME; **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 032/2017 de Serviço de Engenharia para Recuperação de Pavimentação Asfáltica da Malha Viária de Amarante do Maranhão - MA; **PRAZO:** INICIO: 12/10/2018; TÉRMINO: 12/01/2019. Heron dos Reis Gomes Junior - Ordenador de Despesas.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2017. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão; **CONTRATADO:** CONSTRUTORA TRIANGULAR LTDA-ME; **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 058/2017 para locação de Maquinas pesadas em Amarante do Maranhão - MA; **PRAZO:** INICIO: 12/10/2018; TÉRMINO: 15/01/2019. Heron dos Reis Gomes Junior - Ordenador de Despesas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS/MA

EXTRATO DE ADITIVO. Primeiro Termo de Aditivo de Prazo do Pregão presencial 100/2017. Aditivo de prazo de Serviço continuado. **PARTES:** Fundo Municipal de Saúde - FMS de Barreirinhas-MA e a Empresa REVRIVE CLINICA DE MEDICINA LTDA-ME. **OBJETO:** Prestação de Serviço de ultrassonografia e radiologia com o fornecimento dos equipamentos e profissionais para atender a demanda da Secretaria de Saúde do município de Barreirinhas - MA. **PRAZO:** 02 (dois) meses, até 31 de dezembro de



JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO

Av. Jerônimo de Albuquerque, 25 Salas 621 e 622, Condomínio Pátio Jardins, Altos do Calhau
65074220 - São Luís/MA

Edição: 182 - PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS - DOMA - Página: 6 a 6

Data de Publicação: 24/09/2019 Data de Disponibilização: 24/09/2019

VARA: CONSTA NA PUBLICAÇÃO

PROCESSO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS-MA EXTRAÍDO DE TERMO ADITIVO. RESENHA DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2017 - SEFIN. RESULTANTE DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017. PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e a empresa JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrito no CNPJ nº 17.327.207/0001-78. DO OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação do prazo, previsto na Cláusula Décima Quarta do referido contrato. DO PRAZO: O contrato principal terá sua Cláusula Décima Quarta alterada, passando sua vigência prorrogada para mais 10 meses, de 18 de setembro de 2019 a 18 de julho de 2020. O valor mensal do contrato permanecerá o pactuado inicialmente, correspondendo a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.122.0021.2367.0000;3.3.90.39.00. DA INALTERABILIDADE: Essa alteração contratual não importará em qualquer modificação ao contrato original, ressaltando o novo prazo, sendo que todas as obrigações assumidas no contrato original permanecerão e deverão ser respeitadas pelas partes, sob pena de rescisão unilateral. DATA DE ASSINATURA: 17/09/2018. DO FORO: Comarca de Balsas. ASSINATURAS: Luiz Pedro Silva Santos (Contratante) e Janelson Moucherek Soares do Nascimento (Contratado).

Atendimento ao cliente Seijnet: 0800 020 7000
www.seijnetbrasil.com.br
atendimento@seijnetbrasil.com.br



Fiel cópia da Publicação
A presente Publicação é uma cópia fiel extraída
do diário eletrônico acima referido.

José Maurício Pontin - Gerente Geral



EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATANTE: O Município de Vila Nova dos Martírios. **CONTRATADO:** Francisca Teresa Escorcio fortes. **MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2017. PROCESSO N°:** 10.05.004/2017. **CONTRATO:** 014/2017. **FUNDAMENTO:** Lei n° 8.666/93. **OBJETO:** Locação de Imóvel localizado na Avenida Rio Branco, s/n°, Centro, Vila Nova dos Martírios - MA., para o funcionamento do Almoxarifado Central do Município de Vila Nova dos Martírios - MA. **TIPO DE CONTRATO.** Locação de Imóvel **VIGÊNCIA:** Termo Inicial em 01/03/2017 e termo final em 30/12/2017. **TERMO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO:** 21/01/2017 - EDINEIA SANTOS PORTO CRUZ). **RATIFICAÇÃO:** 24/02/2017 (EDSON RODRIGUES CHAVES). **VALOR MENSAL:** R\$ 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos reais). Ordenador de Despesas - EDSON RODRIGUES CHAVES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS - MA

EXTRATO DE RESULTADO DE JULGAMENTO. TOMADA DE PREÇOS N° 001/2017. A Comissão Permanente de Licitação - CPL torna público o resultado de julgamento da Tomada de Preços, cujo objeto é a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica no município de Balsas - MA. Empresa vencedora: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA-Valor Total: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Balsas - MA, 14 de março de 2017. Elias Alfredo Cury Neto - Presidente.

RETIFICAÇÃO. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por meio de suas atribuições legais, RETIFICA a publicação no D.O.E. Publicação de Terceiros, Ano XLI N° 050, página 43, São Luís, de 15 de março de 2017, na Publicação do Aviso de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2017. Onde se lê: MENOR PREÇO GLOBAL, leia-se: MENOR PREÇO POR LOTE e onde se lê: data/hora da abertura 03/04/2017 - 08h30min, leia-se: data/hora da abertura 12/04/2017 - 08h30min. Balsas - MA, em 23 de março de 2017. Elias Alfredo Cury Neto. Presidente / Pregoeiro.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por meio de suas atribuições legais, RETIFICA a publicação no D.O.E. Publicação de Terceiros, Ano XLI N° 050, página 43, São Luís, de 15 de março de 2017, na Publicação do Aviso de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL EM SRP N° 16/2017. Onde se lê: data/hora da abertura 12/04/2017 - 09h00min, leia-se: data/hora da abertura 12/04/2017 - 10h30min. Balsas - MA, em 23 de março de 2017. Elias Alfredo Cury Neto. Presidente / Pregoeiro.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por meio de suas atribuições legais, RETIFICA a publicação no D.O.E. Publicação de Terceiros, Ano XLI N° 050, página 43, São Luís, de 15 de março de 2017, na Publicação do Aviso de Licitação - TOMADA DE PREÇO N° 02/2017. Onde se lê: data/hora da abertura 17/04/2017 - 09h00min, leia-se: data/hora da abertura 02/05/2017 - 09h00min. Balsas - MA, em 23 de março de 2017. Elias Alfredo Cury Neto. Presidente / Pregoeiro.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por meio de suas atribuições legais, RETIFICA a publicação no D.O.E. Publicação de Terceiros, Ano XLI N° 050, página 43, São Luís, de 15 de março de 2017, na Publicação do Aviso de Licitação - TOMADA DE PREÇO N° 03/2017. Onde se lê: data/hora da abertura 18/04/2017 - 09h00min, leia-se: data/hora da abertura 03/05/2017 - 09h00min. Balsas - MA, em 23 de março de 2017. Elias Alfredo Cury Neto. Presidente / Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ-MA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2017. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. A Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA torna público aos interessados que em sessão realizada no dia 20 de Fevereiro de 2017, na modalidade PRE-

GÃO PRESENCIAL - EDITAL 001/2017, tendo como objeto: Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços sob demanda de produção e organização de eventos e serviços correlatos para atender os eventos a serem realizados e apoiados pela Prefeitura Municipal de Imperatriz através da Fundação Cultural de Imperatriz, foram classificados os fornecedores: M. P. MÍDIA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, G M FEITOSA LTDA, J. H. B. DA SILVA, M.C DE MORAES BRITO CONSULTORIA E SERVIÇOS - ME e ATIVA INDUSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Luís Gomes Lima Junior - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO NORTE-MA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2017. A Prefeitura Municipal de Sucupira do Norte/MA, sediada à Rua Hilderico Rufino Guimarães n° 111, centro, Sucupira do Norte/MA, através da Comissão Central de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados que fica suspenso o Processo de licitação na modalidade **Pregão Presencial N° 014/2017/CPL**, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é contratação de empresa especializada na elaboração e acompanhamento de projetos de engenharia que seria realizado no dia 31 de março de 2017 às 16:00, mediante ordem superior. Sucupira do Norte/MA, 23 de março de 2017. **ISABEL AQUINO REGO BARROS. PREGOEIRA.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE-MA

SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO N.º 01/2017 - SEMAD. LOCADOR: MIRANILDO AVELINO DE NÓBREGA. **OBJETO LOCADOR** se obriga, neste ato, a dar em locação ao LOCATÁRIO o imóvel de sua propriedade, localizado na rua Sete de Setembro, Centro, Vitorino Freire/MA, nesta cidade. Locado à locatária para fins específico de instalação e funcionamento do Almoxarifado desta Cidade. **VALOR GLOBAL:** R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). **PRAZO:** 12 (doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.02.00 - Poder Executivo, 04.122.0070.2004.0000 - SEC ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, 33.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, X da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 05/01/2017, pelo Secretário Municipal de Administração de Vitorino Freire/MA o Sr. Josué Lima Alencar. Publique-se. Dê-se ciência e cumpra-se na forma da lei. Vitorino Freire/MA, 05/01/2017.

PROCESSO N.º 01/2017 - SEMAS LOCADOR: MARIA DA CONCEIÇÃO PASSOS SILVA. **OBJETO LOCADOR** se obriga, neste ato, a dar em locação ao LOCATÁRIO o imóvel de sua propriedade, localizado na Rua São Sebastião, n° 67, Centro, Vitorino Freire/MA, nesta cidade. Locado à locatária para fins específico de instalação e funcionamento do Conselho Tutelar desta Cidade. **VALOR GLOBAL:** R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). **PRAZO:** 12 (doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.12.00 - Poder Executivo, 08 243 0009 2052 0000 - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO, 33.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, X da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 05/01/2017, pela Secretária Municipal de Assistência Social de Vitorino Freire/MA a Sra. Eudenara Phaedra Silva e Silva. Publique-se. Dê-se ciência e cumpra-se na forma da lei. Vitorino Freire/MA, 05/01/2017.

PROCESSO N.º 03/2017 - SEMAS LOCADOR: VICENTE FELIX SOBRINHO. **OBJETO LOCADOR** se obriga, neste ato, a dar em locação ao LOCATÁRIO o imóvel de sua propriedade, localizado na Avenida Pedro II-Sul, n° 71, Centro, Vitorino Freire/MA, nesta cidade. Locado à locatária para fins específico de instalação e funcionamento do CRAS I. **VALOR GLOBAL:** R\$ 11.244,00 (onze mil duzentos e quarenta e quatro reais). **PRAZO:** 12 (doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.13.00 - Poder Executivo, 08.244.0087.2063.0000



de serviços de locação de veículos sem motorista, sem combustível, com quilometragem livre, seguro total, incluindo todos os equipamentos de série exigidos por lei, para suporte às atividades institucionais da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSERH, em todo o Território Nacional, Capitais e Interiores dos Estados-VALOR DO CONTRATO: R\$ 104.760,00 (cento e quatro mil e setecentos e sessenta reais)-DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses e iniciar-se-á na data de sua assinatura-DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 03/04/2017 -UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 21202; UNIDADE: EMSERH; 4.3.02.04.01 - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS -BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993 -CONTRATADA: MANHATTAN LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA- ASSINATURAS: Pela Contratante, Sra. Ianik Rafaela Lima Leal - Presidente da EMSERH e o Sr. José Lúcio Campos Reis - Diretor Financeiro/EMSERH, JOSÉ BEZERRA VERAS JÚNIOR pela Contratada. São Luís (MA), 03 de Abril de 2017. IANIK RAFAELA LIMA LEAL-Presidente da EMSERH

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA-EMAP

EXTRATO DA RESENHA DO CONTRATO Nº 031/2017/00 Processo administrativo: 1752/2016. **Número do contrato:** Contrato nº 031/2017/00-EMAP. **Contratante:** Empresa Maranhense de Administração Portuária. **CNPJ/Contratante:** 03.650.060/0001-48. **Signatários/Contratante:** Sr. Eduardo de Carvalho Lago Filho, Presidente da EMAP, CPF 013.769.717-12, o Sra. Danielle Câmara Fernandes Nunes, Diretora de Administração e Finanças da EMAP, CPF 509.363.363-15. **Contratado:** TECNETWORKING SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM TI LTDA. - ME. **CNPJ/Contratado:** 21.748.841/0001-51. **Signatário(s)/Contratado:** sócio, Sr. Zaimison Antones Rodrigues Cartaxo, inscrito no R.G. sob o nº 7908028 SDS/PE, e no CPF sob o nº 093.902.504-39. **Objeto:** fornecimento de 6 (seis) licenças do software Creative Cloud For Teams - All Apps All Multiple Platforms e 3 (três) licenças do software CorelDraw Graphics Suite X8. **Vigência:** 36 (trinta e seis) meses. **Valor global do contrato:** R\$ 64.996,98 (Sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos). **Dotação Orçamentária:** Orçamento Geral da EMAP, para o exercício financeiro de 2017, no centro de custo da Gerência de Tecnologia da Informação - GETIN, grupo de investimento CAPEX, subgrupo CAPEX TI, descrição do investimento: "Aquisição de Licenciamento de Softwares". **Modalidade, tipo de licitação e regime de execução:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2017-EMAP. **Data da assinatura:** 30/03/2017. Publique-se. São Luís, 03 de Abril de 2017. Enviado para publicação por: Igor Leonardo Gomes de Albuquerque, Assessor Administrativo IV, Matrícula nº 0298.

EXTRATO DA RESENHA DO CONTRATO Nº 034/2017/00 Processo administrativo: 0158/2017. **Número do contrato:** Contrato nº 034/2017/00-EMAP. **Contratante:** Empresa Maranhense de Administração Portuária. **CNPJ/Contratante:** 03.650.060/0001-48. **Signatários/Contratante:** Sr. Eduardo de Carvalho Lago Filho, Presidente da EMAP, CPF 013.769.717-12, o Sra. Deborah de Castro e Lima Baesse, Gerente de Comunicação, CPF 272.644.403-20. **Contratado:** ART GRUPO LTDA - ME. **CNPJ/Contratado:** 07.204.812/0001-06. **Signatário(s)/Contratado:** sócia / Administradora, Srª. Patricia Pauli, inscrito no R.G. sob o nº 6298953, SSP/SC, e no CPF sob o nº 829.431.760-87. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de elaboração do projeto executivo e básico, criação de layout, construção, instalação de equipamentos audiovisuais, decoração, montagem e desmontagem de estande; assessoria e serviços de organização para realização da feira INTERMODAL SOUTH AMERICA 2017, que acontece de 4 a 6 de abril de 2017, no Transamérica Expo Center, São Paulo, Brasil. **Vigência:** 90 (noventa) dias, contados a partir da data da assinatura deste Contrato, observando o disposto no caput do art. 57 da lei nº 8.666/1993. **Valor global do contrato:** R\$ 79.800,00 (Setenta e nove mil e oitocentos reais). **Dota-**

ção Orçamentária: Orçamento Geral da EMAP para o exercício financeiro de 2017, fonte 227 - recursos das empresas estatais - Serviços de Terceiros PJ - Publicidade e Propaganda. **Modalidade, tipo de licitação e regime de execução:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2017-EMAP. **Data da assinatura:** 29/03/2017. Publique-se. São Luís, 03 de Abril de 2017. Enviado para publicação por: Igor Leonardo Gomes de Albuquerque, Assessor Administrativo IV, Matrícula nº 0298.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS-MA

EXTRATO DE CONTRATO RESENHA DO CONTRATO. Nº 006/2017 - SEFIN. Resultante da Tomada de Preços nº 001/2017, **PARTES:** Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão Tributária e a empresa JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA, inscrita no CNPJ nº 17.327.207/0001-78. **OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica. **DATA DA ASSINATURA:** 15 de março de 2017. **PRAZO DE VIGENCIA:** O presente contrato vigorará por 10 (dez) meses, contados a partir da sua assinatura. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.02;2013.3.3.90.39.00. **VALOR:** R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). **BASE LEGAL:** Rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores e pelos preceitos de direito público. Balsas - MA, 15 de março de 2017. **ASSINATURAS:** Luiz Pedro Silva Santos (Contratante) e Janelson Moucherek Soares do Nascimento (Contratada).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA

EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº 08/2017. Dispensa de Licitação nº 010/2017 **Contratante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação. **Objeto:** Locação do imóvel situado à Rua Coelho Neto, nº 285, centro, Anajatuba, para sediar a Biblioteca Pública Municipal de Anajatuba-MA. **Contratado:** MAURO BASTOS PEREIRA REGO, CPF Nº: 004.212.943-53. **Valor global:** R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais). **Fundamento legal:** Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal 8.666/93 **Data:** Anajatuba/MA, 09 de fevereiro de 2017. **WELITON JORGE SOUSA DE OLIVEIRA**, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Anajatuba/MA.

EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº 003/2017. Dispensa de Licitação nº 006/2017 **Contratante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação. **Objeto:** Locação de imóvel para funcionamento da Unidade Escolar "Escola Municipal Maria Cirena Verde". **Contratado:** PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, CNPJ nº 06.002.067/000141. **Valor global:** R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). **Fundamento legal:** Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal 8.666/93 **Data:** Anajatuba/MA, 30 de janeiro de 2017. **WELITON JORGE SOUSA DE OLIVEIRA**, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Anajatuba/MA.

EXTRATO DE CONTRATO. Contrato. Dispensa de Licitação nº 011/2017 **Contratante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA/MA, por meio da Secretaria Municipal de Saúde. **Objeto:** Locação de veículo, tipo van, para uso pela Secretaria Municipal de Saúde em face da execução do programa Tratamento Fora do Domicílio - TFD. **Contratado:** JOSE DE RIBAMAR COSTA LIMA, CPF nº 729.755.713-72. **Valor global:** R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). **Fundamento legal:** Artigo 24, Inciso IV, da Lei Federal 8.666/93 **Data:** Anajatuba/MA, 06 de fevereiro de 2017. **JAMES ARNOLDO MENDES COSTA**, Secretário Municipal de Saúde de Anajatuba/MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS-MA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20170403001-CPL/PMTM/MA: PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL TIMBIRAS através de do Secretário de Administração e a Empresa: GARCIA PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI - ME, CNPJ: 20.259.195/0001-



012/2017. AMPARO LEGAL: Lei Federal 8.666/93; DATA DE ASSINATURA: 04 de abril de 2017; FORO: Comarca de Pastos Bons - MA. ASSINATURAS: Francisca Gonçalves de Araújo - Secretária Municipal de Educação como Contratante e Eric Yuri Santos Costa pela Contratada. Nova Iorque, 24 de abril de 2017. Publique-se. **MAYRA RIBEIRO GUIMARÃES** - Prefeita Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2017/SEMAD - PROC. ADMINISTRATIVO Nº 11/2017. Tomada de Preço nº 01/2017. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Iorque por intermediou de sua Secretária Municipal de Administração - SEMAD e a empresa JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA CNPJ 17.327.207/0001-78. OBJETO: Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica. RECURSO: Orçamento Geral do Município. VALOR TOTAL: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/03/2017 a 31/12/2017. AMPARO LEGAL: Lei Federal 8.666/93; DATA DE ASSINATURA: 23 de Março de 2017; FORO: Comarca de Pastos Bons - MA. ASSINATURAS: Lindon Johnson Alves de Brito - Secretária Municipal de Administração como Contratante e Janelson Moucherek Soares Do Nascimento pela Contratada. Nova Iorque, 05 de abril de 2017. Publique-se. **MAYRA RIBEIRO GUIMARÃES** - Prefeita Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2017/SEMAD - PROC. ADMINISTRATIVO Nº 09/2017. Carta Convite nº 01/2017. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Iorque por intermediou de sua Secretária Municipal de Administração - SEMAD e a empresa C. EDUARDO DA SILVA - ME CNPJ 19.587.452/0001-40. OBJETO: Realização do 13º Carnaval da Ressaca. RECURSO: Convenio do com a Secretaria de estado de Turismo e cultura e Orçamento Geral do Município. VALOR TOTAL: R\$ 51.400,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 24/02/2017 a 31/05/2017. AMPARO LEGAL: Lei Federal 8.666/93; DATA DE ASSINATURA: 24 de fevereiro de 2017; FORO: Comarca de Pastos Bons - MA. ASSINATURAS: Lindon Johnson Alves de Brito - Secretária Municipal de Administração como Contratante e Carlos Eduardo da Silva pela Contratada. Nova Iorque, 07 de março de 2017. Publique-se. **MAYRA RIBEIRO GUIMARÃES** - Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DAS SELVAS-MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0115/2017. Pregão Presencial nº 015/2017. Processo Administrativo nº 0115.04.2/2017. PARTES: Secretária Municipal de Administração e a empresa P. F. MATOSO EIRELI - EPP (Império Empreendimentos), inscrita no CNPJ sob o nº 22.106.898/0001-10. OBJETO: prestação de serviços de gestão patrimonial, compreendendo os serviços de avaliação de bens móveis, imóveis e inventário de bens patrimoniais e dentre outros serviços correlatos, necessários à plena organização do Patrimônio de Bens da Prefeitura Municipal de Bom Jesus das Selvas/MA. DATA DE ASSINATURA: 13/04/2017. Dotações Orçamentárias: Secretaria de Adm., Planej., Infraestrutura e Finanças - 04.122.0020.2-006 Manut. e Func. da Secretaria de Administração e Finanças; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Exercício de 2017. BASE LEGAL: Lei Federal 10.520/02 e subsidiada pela Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes à espécie. VALOR CONTRATUAL: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), VIGÊNCIA: 13/04/2017 até 31/12/2017. FORO: Comarca de Buriticupu/MA. Signatários: Cláudio Joel da Silva Coites - Sec. de Administração (Contratante) e Pablo Fernando Matoso - P. F. MATOSO EIRELI - EPP (Contratada). Bom Jesus das Selvas/MA, 13 de abril de 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0116-1/2017. Pregão Presencial nº 016/2017. Processo Administrativo nº 0116.02.10/2017. PARTES: Secretária Municipal de Administração e a empresa R. C. FURTADO - ME, inscrita no C.N.P.J sob o nº 86.861.002/0001-90. OBJETO:

Contratação de empresa para aquisição de gás GLP para atender as demandas na manutenção das atividades da Administração Municipal, no decorrer do Exercício 2017. DATA DE ASSINATURA: 24/04/2017. Dotações Orçamentárias: Sec. Mun. de Administração, Planej., Infraestrut. e finanças: 04.122.0020.2006.0000; Sec. Mun. de Meio Ambiente - 18.122.0021.2026.0000; Sec. Mun. de Agricultura Pecuária, Pesca e Produção Mineral; 20.122.0020.1017.0000 - Elemento de Despesa: 3.3.90.30-00 - Material de Consumo, Exercício de 2017. BASE LEGAL: Lei Federal 10.520/02 e subsidiada pela Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes à espécie. VALOR CONTRATUAL: R\$ 28.120,50 (Vinte e oito mil, cento e vinte reais e cinquenta centavos), VIGÊNCIA: 24/04/2017 até 31/12/2017. FORO: Comarca de Buriticupu/MA. Signatários: Cláudio Joel da Silva Coites - Sec. de Administração (Contratante) e Rubens Cultrim Furtado - R. C. FURTADO - ME (Contratada). Bom Jesus das Selvas/MA, 24 de abril de 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0116-2/2017. Pregão Presencial nº 016/2017. Processo Administrativo nº 0116.02.10/2017. PARTES: Secretária Municipal de Educação e a empresa R. C. FURTADO - ME, inscrita no C.N.P.J sob o nº 86.861.002/0001-90. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de gás GLP para atender as demandas na manutenção das atividades da Educação Municipal, no decorrer do Exercício 2017. DATA DE ASSINATURA: 24/04/2017. Dotações Orçamentárias: Sec. Mun. de Educação: 12.12.2.0120.1040.0000; Sec. Mun. de Educação (MDE-Mant. Desenv. Ensino) 12.361.0132.2091.0000; FME - PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar: 12.306.0121.2088.0000; FUNDEB: (Ensino Fundamental): 12.361.0126.2028.0000; FUNDEB (Educação Infantil) 12.365.0126.2030.0000; FUNDEB (Educação de Jovens e Adultos) 12.366.0126.2032.0000 - Elemento de Despesa: 3.3.90.30-00 - Material de Consumo, Exercício de 2017. BASE LEGAL: Lei Federal 10.520/02 e subsidiada pela Lei Federal nº 8.666/93 e L. C. nº 123/2006 e demais normas pertinentes à espécie. VALOR CONTRATUAL: R\$ 75.948,00 (Setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais). VIGÊNCIA: 24/04/2017 até 31/12/2017. FORO: Comarca de Buriticupu/MA. Signatários: Eliane Lopes Coelho - Sec. de Educação (Contratante) e Rubens Cultrim Furtado - R. C. FURTADO - ME (Contratada). Bom Jesus das Selvas/MA, 24 de abril de 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0116-3/2017. Pregão Presencial nº 016/2017. Processo Administrativo nº 0116.02.10/2017. PARTES: Secretária Municipal de Saúde e a empresa R. C. FURTADO - ME, inscrita no C.N.P.J sob o nº 86.861.002/0001-90. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de gás GLP para atender as demandas na manutenção das atividades da Saúde Municipal, no decorrer do Exercício 2017. DATA DE ASSINATURA: 24/04/2017. Dotações Orçamentárias: Sec. Mun. de Saúde: 17.512.0191.1027.0000; Fundo Mun. de Saúde: 10.122.0090.2038.0000; FMS - Atenção Básica: 10.301.0024.2039.0000; 10.301.0091.2044.0000; FMS - MAC - Media e Alta Complexidade: 10.301.0091.2045.0000; 10.302.0093.2053.0000; FMS - PACS - Programa Agente Comunitário de Saúde; 10.301.0091.2051.0000 - Elemento de Despesa: 3.3.90.30-00 - Material de Consumo, Exercício de 2017. BASE LEGAL: Lei Federal 10.520/02 e subsidiada pela Lei Federal nº 8.666/93 e L. C. nº 123/2006 e demais normas pertinentes à espécie. VALOR CONTRATUAL: R\$ 28.120,50 (Vinte e oito mil, cento e vinte reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 24/04/2017 até 31/12/2017. FORO: Comarca de Buriticupu/MA. Signatários: Abdala da Costa Sousa Filho - Sec. de Saúde (Contratante) e Rubens Cultrim Furtado - R. C. FURTADO - ME (Contratada). Bom Jesus das Selvas/MA, 24 de abril de 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0116-4/2017. Pregão Presencial nº 016/2017. Processo Administrativo nº 0116.02.10/2017. PARTES: Secretária Municipal de Assistência e Bem Estar Social e a empresa R. C. FURTADO - ME, inscrita no C.N.P.J sob o nº 86.861.002/0001-90. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de gás GLP para



com e sem gás, a fim de atender as necessidades das Secretarias Municipais de Buriticupu/MA. ABERTURA: 18 de dezembro de 2017, às 17h00min, Sala de sessões da Comissão de Licitações localizada na Rua São Raimundo, nº 01, Centro, Buriticupu- MA, sendo presidida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, onde poderão ser consultados gratuitamente ou adquiridos mediante o recolhimento da importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais) feito exclusivamente através de documento de Arrecadação Municipal (DAM), Rua São Raimundo, nº 01, Centro, Buriticupu - MA. 05 de dezembro de 2017. MAGNO RAFAEL PEREIRA DA SILVA - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO-MA

TOMADA DE PREÇOS TP-012-2017. A Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino- Ma, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público que realizará o processo licitatório, cujo Objeto é a contratação de empresa especializada para organização e realização de concurso público, em apoio às atividades da Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino. Modalidade: Tomada de Preços (art. 22 § 2º da Lei 8.666/93) e suas alterações. Edital: à disposição dos interessados de segunda a sexta, de 08h00 às 12h00, pelo custo de R\$ 50,00 - Através de DAM (documento de Arrecadação Municipal). Endereço: Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino-Maranhão, localizada na Rua Constantino Georgiano Rabelo, s/n- Centro - CEP: 65.140-000 - Presidente Juscelino- Ma. Data para apresentação e abertura da documentação e das Propostas: 20-12-2017, às 08h. 01 de Novembro de 2017. JOSÉ MAGNO DOS SANTOS TEIXEIRA - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA-MA

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA ADJUDICAÇÃO MODALIDADE Tomada de Preços nº 014/2017 - CPL. OBJETO Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica. AMPARO LEGAL Lei nº 8.666/93 PRAZO DE EXECUÇÃO A execução do objeto será no prazo de doze meses. VALOR TOTAL R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais). Em decorrência do processo de licitação acima individualizado, com escora na Lei nº 8.666/93, adjudico o objeto a: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA João Lisboa (MA), 20 de Novembro de 2017 EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA HOMOLOGAÇÃO MODALIDADE Tomada de Preços nº 014/2017 - CPL. OBJETO Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica. AMPARO LEGAL Lei nº 8.666/93 PRAZO DE EXECUÇÃO A execução do objeto será no prazo de doze meses. VALOR TOTAL R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais). Em decorrência do processo de licitação acima individualizado, com escora na Lei nº 8.666/93, homologo o objeto a: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA João Lisboa (MA), 21 de Novembro de 2017 EVILÁSIO CARVALHO DA SILVA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA-MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017-REGISTRO DE PREÇOS. A Prefeitura Municipal de Chapadinha, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço unitário, sob a égide da Lei nº. 10.520/02 e subsidiariamente a lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores. Tendo por objeto a eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento de com-

bustível (gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S10), de interesse desta administração pública, no dia 19 de dezembro de 2017, às 08:00hs (oito horas). A presente licitação será realizada no auditório da Comissão Permanente de Licitação no Prédio da Prefeitura Municipal de Chapadinha. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis de segunda a sexta das 08:00 as 12:00 para consulta grátis ou ser retirado mediante entrega de 5 (cinco) "pasta registradora AZ", na sala da Comissão de Licitação, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 310, Centro, Chapadinha/MA, demais informações pelo endereço eletrônico cpl-chapadinha@hotmail.com. Chapadinha - MA, 30 de Novembro de 2017. HENRIQUE AUGUSTO DE OLIVEIRA VIEIRA - Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017-REGISTRO DE PREÇOS. A Prefeitura Municipal de Chapadinha, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço unitário, sob a égide da Lei nº. 10.520/02 e subsidiariamente a lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores. Tendo por objeto a eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento de gás liquefeito de petróleo - GLP e Água Mineral, de interesse deste Poder Executivo, no dia 19 de dezembro de 2017, às 09:30 (nove horas e trinta minutos). A presente licitação será realizada no auditório da Comissão Permanente de Licitação no Prédio da Prefeitura Municipal de Chapadinha. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis de segunda a sexta das 08:00 as 12:00 para consulta grátis ou ser retirado mediante entrega de 5 (cinco) "pasta registradora AZ", na sala da Comissão de Licitação, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 310, Centro, Chapadinha/MA, demais informações pelo endereço eletrônico cpl-chapadinha@hotmail.com. Chapadinha - MA, 30 de Novembro de 2017. HENRIQUE AUGUSTO DE OLIVEIRA VIEIRA - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017-REGISTRO DE PREÇOS. A Prefeitura Municipal de Chapadinha, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço unitário, sob a égide da Lei nº. 10.520/02 e subsidiariamente a lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores. Tendo por objeto a eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento de Alimentação Especial para pacientes acamados e pacientes que necessitam de dieta específica, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 19 de dezembro de 2017, às 14:00hs (quatorze horas). A presente licitação será realizada no auditório da Comissão Permanente de Licitação no Prédio da Prefeitura Municipal de Chapadinha. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis de segunda a sexta das 08:00 as 12:00 para consulta grátis ou ser retirado mediante entrega de 5 (cinco) "pasta registradora AZ", na sala da Comissão de Licitação, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 310, Centro, Chapadinha/MA, demais informações pelo endereço eletrônico cpl-chapadinha@hotmail.com. Chapadinha - MA, 30 de Novembro de 2017. HENRIQUE AUGUSTO DE OLIVEIRA VIEIRA - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017-REGISTRO DE PREÇOS. A Prefeitura Municipal de Chapadinha, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço unitário, sob a égide da Lei nº. 10.520/02 e subsidiariamente a lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores. Tendo por objeto a eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento de materiais de consumo (limpeza, expediente, copa e cozinha, armário e higiene pessoal), de interesse desta Administração Pública, dia 20 de dezembro de 2017, às 09:00hs (nove horas). A presente licitação será realizada no auditório da Comissão Permanente de Licitação no Prédio da Prefeitura Municipal de Chapadinha. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis de segunda a sexta das 08:00 as 12:00 para consulta grátis ou ser retirado mediante entrega de 3 (três) "resma de papel A4 - 210 x 297mm", na sala da Comissão de Licitação, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 310, Centro, Chapadinha/MA, demais informações pelo endereço eletrônico cpl-chapadinha@hotmail.com. Chapadinha - MA, 30 de Novembro de 2017. HENRIQUE AUGUSTO DE OLIVEIRA VIEIRA - Pregoeiro.



EXTRATO DE CONTRATO PP Nº 051/2015. CONTRATO Nº 013 / 2016. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sítio Novo, Estado do Maranhão, **CONTRATADO:** R. Santos Fonseca - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.997.085/0001 - 40. **OBJETO:** contratação de serviços laboratoriais para atender ao Município de Sítio Novo/MA. **Fundamento Legal:** Lei Federal nº 10.520/2002 e nº 8.666/93; **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 29/1/2016 a 31/12/2016, **VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R\$ 673.641,67 (seiscentos e setenta e três mil, seiscentos e quarenta e um reais sessenta e sete centavos). Sítio Novo Maranhão, 3 de fevereiro de 2016. **JOÃO CARVALHO DOS REIS** - Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE HUMBERTO DE CAMPOS-MA

RESENHA DE CONTRATO Nº 003/2016. PROC. ADM. Nº 022/ 2016. PARTES: CONTRATANTE: Câmara Municipal de Humberto de Campos-MA, CNPJ nº 12.567.418/0001-64. **CONTRATADA:** B V Q de Menezes Comércio, CNPJ nº 23.164.475/0001-19. **OBJETO:** contratação de empresa para fornecimento de material de expediente para manutenção das atividades diárias do Legislativo Municipal de Humberto de Campos-MA. **VIGÊNCIA:** 28/1/2016 a 31/12/2016. **VALOR:** R\$ 49.044,90 (quarenta e nove mil, quarenta e quatro reais e noventa centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Exercício 2016. Atividade: 0101.010310001.2.100-Manut.e Função. do Legislativo. Classificação Econômica: 3.3.90.30.00-Material de Consumo, Subelemento: 3.3.90.30.16. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Pregão Presencial nº 002/2016, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Humberto de Campos(MA), 28/1/2016. **ASSINATURA DAS PARTES: CONTRATANTE:** LUÍS AUGUSTO LOPES ESPINDOLA FILHO, Presidente da Câmara Municipal; **CONTRATADO:** BRUNO VAL QUINTAN DE MENEZES, CPF nº 007.016.143-74, Sócio/Administrador.

RESENHA DE CONTRATO Nº 004/2016. PROC.ADM. Nº 023/ 2015. PARTES: CONTRATANTE: Câmara Municipal de Humberto de Campos-MA, CNPJ nº 12.567.418/0001-64. **CONTRATADA:** J. dos S. Lopes Filho Comércio-ME, CNPJ nº 23.103.620/0001-51. **OBJETO:** contratação de empresa para fornecimento de material de limpeza e higienização destinado a manutenção das atividades diárias do Legislativo Municipal de Humberto de Campos-MA. **VIGÊNCIA:** 28/1/2016 a 31/12/2016. **VALOR:** R\$ 48.627,59 (quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e nove centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Exercício 2016. Atividade: 0101.010310001.2.100-Manutenção e Função. do Legislativo. Classificação Econômica: 3.3.90.30.00-Material de Consumo, Subelemento: 3.3.90.30.22. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Pregão Presencial nº 003/2016, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Humberto de Campos(MA), 28/1/2016. **ASSINATURA DAS PARTES: CONTRATANTE:** LUÍS AUGUSTO LOPES ESPINDOLA FILHO, Presidente da Câmara Municipal; **CONTRATADA:** JOÃO DOS SANTOS LOPES FILHO, CPF nº 816.255.373-87, Sócio/Administrador.

RESENHA DE CONTRATO Nº 006/2016. PROC.ADM. Nº 025/ 2016. PARTES: CONTRATANTE: Câmara Municipal de Humberto de Campos-MA, CNPJ nº 12.567.418/0001-64. **CONTRATADA:** Posto Empreendimentos Parque Nacional Ltda-ME, CNPJ nº 10.800.170/0002-95. **OBJETO:** contratação de empresa para fornecimento de combustível (Óleo diesel comum), visando atendimento das necessidades do Legislativo Municipal de Humberto de Campos-MA. **VIGÊNCIA:** 18/1/2016 a 31/12/2016. **VALOR:** R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Exercício 2016. Atividade: 0101.010310001.2.100-Manutenção e Funcionamento do Legislativo. Classificação Econômica: 3.3.90.30.00-Material de Consumo, Subelemento: 3.3.90.30.01. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Pregão Presencial nº 005/2016, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Humberto de Campos(MA), 18/1/2016. **ASSINATURA DAS PARTES: CONTRATANTE:** LUÍS AUGUSTO LOPES ESPINDOLA FILHO, Presidente da Câmara Municipal. **CONTRATADA:** RENATA WAN- DERLEY IHAMAR, CPF nº 550.644.423-00, Sócia/Administradora.

CÂMARA MUNICIPAL DE PERITORÓ-MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016. TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015. PARTES: Câmara Municipal de Peritoró e A. Cunha Torres - ME. **ESPÉCIE:** fornecimento. **OBJETO:** aquisição de material de expediente para manutenção das atividades administrativas da Câmara Municipal de Peritoró. **VALOR GLOBAL:** R\$ 42.105,30 (quarenta e dois mil, cento e cinco reais e trinta centavos). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12(doze) meses. **MODALIDADE:** Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** CONSTANTINO SANTOS NEVES - Presidente da Câmara Municipal, pela contratante A. Cunha Torres - ME, por seu representante legal Sr. ANTONMAR CUNHA TORRES, pela contratada. **DATA DA ASSINATURA.** 11 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2016. TOMADA DE PREÇO Nº 04/2015. PARTES: Câmara Municipal de Peritoró e A. Cunha Torres - ME. **ESPÉCIE:** fornecimento. **OBJETO:** aquisição de material de limpeza para manutenção das atividades administrativas da Câmara Municipal de Peritoró. **VALOR GLOBAL:** R\$ 43.356,60 (quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12(doze) meses. **MODALIDADE:** Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** CONSTANTINO SANTOS NEVES - Presidente da Câmara Municipal, pela contratante A. Cunha Torres - ME, por seu representante legal Sr. ANTONMAR CUNHA TORRES, pela CONTRATADA. **DATA DA ASSINATURA.** 11 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2016. TOMADA DE PREÇO Nº 05/2015. PARTES: Câmara Municipal de Peritoró e A. Cunha Torres - ME. **ESPÉCIE:** Fornecimento. **OBJETO:** aquisição de material de consumo diversos para manutenção das atividades administrativas da Câmara Municipal de Peritoró. **VALOR GLOBAL:** R\$ 36.989,00 (trinta e seis mil e novecentos e oitenta e nove reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12(doze) meses. **MODALIDADE:** Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** CONSTANTINO SANTOS NEVES - Presidente da Câmara Municipal, pela CONTRATANTE A. Cunha Torres - ME, por seu representante legal Sr. ANTONMAR CUNHA TORRES, pela CONTRATADA. **DATA DA ASSINATURA.** 11 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2016. TOMADA DE PREÇO Nº 06/2015. PARTES: Câmara Municipal de Peritoró e P. I. Consultoria e Assessoria Contábil Ltda. **ESPÉCIE:** Prestação de Serviços. **OBJETO:** contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria contábil da Câmara Municipal de Peritoró. **VALOR GLOBAL:** R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12(doze) meses. **MODALIDADE:** Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** CONSTANTINO SANTOS NEVES - Presidente da Câmara Municipal, pela CONTRATANTE P. I. Consultoria e Assessoria Contábil Ltda, por seu representante legal Sr. PEDRO DA SILVA SANTOS, pela CONTRATADA. **DATA DA ASSINATURA.** 8 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2016. TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015. PARTES: Câmara Municipal de Peritoró e Janelson Mourcherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria. **ESPÉCIE:** Prestação de Serviços. **OBJETO:** contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços de assessoria jurídica para Câmara Municipal de Peritoró. **VALOR GLOBAL:** R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12(doze) meses. **MODALIDADE:** Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** CONSTANTINO SANTOS NEVES - Presidente da Câmara Municipal, pela CONTRATANTE JANELSON MOURCHEREK SOARES DO NASCIMENTO Advocacia e Consultoria, por seu representante legal Sr. JANELSON MOURCHEREK SOARES DO NASCIMENTO, pela CONTRATADA. **DATA DA ASSINATURA.** 8 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2016. TOMADA DE PREÇO Nº 09/2015. PARTES: Câmara Municipal de Peritoró e Jean Charles Lima Gomes - ME. **ESPÉCIE:** prestação de serviços. **OBJETO:** contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos computadores da Câmara Municipal de Peritoró. **VALOR GLOBAL:** R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais).

CRONOGRAMA FINANCEIRO DE DESEMBOLSO

MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9
ABRIL/23								
R\$ 7.000,00								
	MAIO/23							
	R\$ 7.000,00							
		JUNHO/23						
		R\$ 7.000,00						
			JULHO/23					
			R\$ 7.000,00					
				AGOSTO/23				
				R\$ 7.000,00				
					SETEMBRO/23			
					R\$ 7.000,00			
						OUTUBRO/23		
						R\$ 7.000,00		
							NOVEMBRO/23	
							R\$ 7.000,00	
								DEZEMBRO/23
								R\$ 7.000,00
TOTAL R\$ 63.000,00 (SESSENTA E TRÊS MIL REAIS)								



RA: 22/07/2016. **SIGNATÁRIOS:** pela Contratante, **PEDRO BARROS DOS SANTOS**, RG nº. 309834 SSP/MA e CPF/MF nº 147.123.003-10, pela Contratada, **JOSÉ DILSON SANCHES PARENTE**, RG nº. 044.900.212.012-8 SESP-MA e do CPF/MF nº. 328.415.741-72. Imperatriz - MA, 22 de Julho de 2016. **PEDRO BARROS DOS SANTOS**. Secretário Municipal de Transito e Transporte.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 010/2015-SETRAN, firmado em 29.07.2015, com **REICAR PEÇAS LTDA**, para contrato de aquisição de peças de reposição para as motocicletas pertencentes a frota da SETRAN, para atender a frota da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SETRAN. **OBJETO:** Prorrogação de prazo até 29/07/2017. **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 57, II, §2º da Lei 8.666/93. **MODALIDADE:** Pregão Presencial nº 043/2015 - CPL. **REFERÊNCIA:** Processo Administrativo 26.001.123/2015-SETRAN. **VIGÊNCIA:** 29.07.2016 até 29.07.2017. **VALOR:** R\$ 8.868,30 (oito mil oitocentos e sessenta e oito reais, trinta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 26.001.122.0069.2.188 - Manutenção das atividades e Projetos da Secretaria. Natureza: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo Ficha: 868 Fonte: 00 - Recurso Tesouro Municipal. **DATA DA ASSINATURA:** 22/07/2016 **SIGNATÁRIOS:** pela Contratante, **PEDRO BARROS DOS SANTOS**, RG nº. 309834 SSP/MA e CPF/MF nº 147.123.003-10, pela Contratada, **GENIVAL SOUSA SANTOS**, RG nº. 0382796220090 SSP-MA e do CPF/MF nº. 562.133.013-72. Imperatriz - MA, 22 de Julho de 2016. **PEDRO BARROS DOS SANTOS**. Secretário Municipal de Transito e Transporte.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAÚ-MA

TERMO ADITIVO DE CONTRATO. Termo Aditivo de Contrato nº. 001/2015 do contrato de nº 024/2015, firmado entre as **Partes:** PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAÚ e a **Empresa JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, **Espécie:** Aditivo de Prorrogação de Prazo Contrato. **Objeto:** Contratação de empresa para prestação para prestação de serviços de consultoria e auditoria advocatícia destinados a manutenção das atividades do Setor de Tributos deste município. **Prazo de Prorrogação:** 10 (dez) meses. **Data da Assinatura:** 16 de março de 2015. **Base Legal:** Lei 10.520 e Lei 8.666/93 e suas demais alterações posteriores. **ADMIEL GOMES NETO** - Assessoria Jurídica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APICUM-AÇU/MA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2015. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2014. PARTES: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE APICUM-AÇU (MA), através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA. CONTRATADA: D & M COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. **OBJETO:** prorrogação por mais 04 (quatro) meses prestação de serviço de apoio operacional e atividades afins e/ou conexas (compreendendo variação de vias e áreas públicas e manutenção de aparelhos condicionadores de ar e etc.). **BASE LEGAL:** inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93. **SIGNATÁRIOS:** RAMIRO JOSÉ SAIF CAMPOS, Secretário Municipal de Governo, pelo Contratante e DOUGLAS FERNANDO SILVA, Sócio Administrador da Contratada. **DATA DA ASSINATURA:** 20 de junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS-MA

TERMO DE ADITIVO. 2º TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO 020/2016-TP. REFERENCIA: Tomada de Preços 020/2016 cujo objeto é implantação de bueiros simples nos povoados Moura e Claudino zona rural deste Município de Gonçalves Dias- MA. **PARTES:** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias, CNPJ: 06.314.827/0001-56; e CONTRATADA: E G CARDOSO-ME - ME, CNPJ: 22.509.278/0001-21. **Finalidade:** Prorrogar o prazo

de vigência do contrato estabelecido na cláusula terceira por mais 60 (sessenta) dias consecutivos com início em 30 de julho de 2016 e findando em 28 de setembro de 2016, as demais cláusulas ficam inalteradas. **BASE LEGAL:** artigo 57, §1º inciso I e III da lei 8666/93. **SIGNATÁRIOS:** Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias e E G CARDOSO - ME. Gonçalves Dias - MA, 26 de Julho de 2016.

TERMO DE ADITIVO. 3º TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO 021/2014-TP. REFERENCIA: Tomada de Preços 021/2014 cujo objeto é construção de uma quadra poliesportiva com cobertura e vestiários no povoado Rui Barbosa na zona rural deste Município de Gonçalves Dias- MA. **PARTES:** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias, CNPJ: 06.314.827/0001-56; e CONTRATADA: ERCELINA R GOMES-ME, CNPJ: 17.285.540/0001-61. **Finalidade:** Prorrogar o prazo de vigência do contrato estabelecido na cláusula terceira por mais 240 (Duzentos e quarenta) dias consecutivos com início em 26 de abril de 2016 e findando em 22 de dezembro de 2016, as demais cláusulas ficam inalteradas. **BASE LEGAL:** artigo 57, §1º inciso I e III da lei 8666/93. **SIGNATÁRIOS:** Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias e ERCELINA R GOMES-ME. Gonçalves Dias - MA, 26 de Julho de 2016.

TERMO DE ADITIVO. 2º TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO 043/2014-TP. REFERENCIA: Tomada de Preços 043/2014 cujo objeto é construção de uma ginásio poliesportiva com cobertura e vestiários na sede do Município de Gonçalves Dias- MA. **PARTES:** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias, CNPJ: 06.314.827/0001-56; e CONTRATADA: EDECON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME, CNPJ: 12.109.789/0001-00. **Finalidade:** Prorrogar o prazo de vigência do contrato estabelecido na cláusula terceira por mais 300 (trezentos) dias consecutivos com início em 06 de junho de 2016 e findando em 01 de Abril de 2017, as demais cláusulas ficam inalteradas. **BASE LEGAL:** artigo 57, §1º inciso I e III da lei 8666/93. **SIGNATÁRIOS:** Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias e EDECON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME. Gonçalves Dias - MA, 26 de Julho de 2016.

TERMO DE ADITIVO. 1º TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO 051/2015-TP. REFERENCIA: Tomada de Preços 051/2015 cujo objeto é dar continuidade a execução de serviços de construção de uma escola com seis(06) salas no povoado Olho D'água Seco na zona rural deste Município de Gonçalves Dias- MA. **PARTES:** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias, CNPJ: 06.314.827/0001-56; e CONTRATADA: ERCELINA R GOMES-ME, CNPJ: 17.285.540/0001-61. **Finalidade:** Prorrogar o prazo de vigência do contrato estabelecido na cláusula terceira por mais 180 (cento e oitenta) dias consecutivos com início em 31 de março de 2016 e findando em 27 de setembro de 2016, as demais cláusulas ficam inalteradas. **BASE LEGAL:** artigo 57, §1º inciso I e III da lei 8666/93. **SIGNATÁRIOS:** Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias e ERCELINA R GOMES-ME. Gonçalves Dias - MA, 26 de Julho de 2016.

TERMO DE ADITIVO. 2º TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO 052/2015-TP. REFERENCIA: Tomada de Preços 052/2015 cujo objeto é dar continuidade dos serviços de construção de 03 (três) praças na sede e zona rural deste Município de Gonçalves Dias- MA. **PARTES:** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias, CNPJ: 06.314.827/0001-56; e CONTRATADA: SIGNANDES EMPREENDIMENTOS LTDA-ME, CNPJ: 04.699.133/0001-59. **Finalidade:** Prorrogar o prazo de vigência do contrato estabelecido na cláusula terceira por mais 120 (cento e vinte) dias consecutivos com início em 03 de junho de 2016 e findando em 01 de outubro de 2016, as demais cláusulas ficam inalteradas. **BASE LEGAL:** artigo 57, §1º inciso I e III da lei 8666/93. **SIGNATÁRIOS:** Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias e SIGNANDES EMPREENDIMENTOS LTDA-ME. Gonçalves Dias - MA, 26 de Julho de 2016.

EXTRATO DE CONTRATO PP Nº 051/2015. CONTRATO Nº 013/2016. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sítio Novo, Estado do Maranhão, **CONTRATADO:** R. Santos Fonseca - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.997.085/0001 - 40. **OBJETO:** contratação de serviços laboratoriais para atender ao Município de Sítio Novo/MA. **Fundamento Legal:** Lei Federal nº 10.520/2002 e nº 8.666/93; **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 29/1/2016 a 31/12/2016, **VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R\$ 673.641,67 (seiscentos e setenta e três mil, seiscentos e quarenta e um reais sessenta e sete centavos). Sítio Novo Maranhão, 3 de fevereiro de 2016. **JOÃO CARVALHO DOS REIS** - Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE HUMBERTO DE CAMPOS-MA

RESENHA DE CONTRATO Nº 003/2016. PROC. ADM. Nº 022/2016. PARTES: CONTRATANTE: Câmara Municipal de Humberto de Campos-MA, CNPJ nº 12.567.418/0001-64. **CONTRATADA:** B V Q de Menezes Comércio, CNPJ nº 23.164.475/0001-19. **OBJETO:** contratação de empresa para fornecimento de material de expediente para manutenção das atividades diárias do Legislativo Municipal de Humberto de Campos-MA. **VIGÊNCIA:** 28/1/2016 a 31/12/2016. **VALOR:** R\$ 49.044,90 (quarenta e nove mil, quarenta e quatro reais e noventa centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Exercício 2016. Atividade: 0101.010310001.2.100-Manutenção e Funcion. do Legislativo. Classificação Econômica: 3.3.90.30.00-Material de Consumo, Subelemento: 3.3.90.30.16. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Pregão Presencial nº 002/2016, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Humberto de Campos(MA), 28/1/2016. **ASSINATURA DAS PARTES:** CONTRATANTE: LUIS AUGUSTO LOPES ESPINDOLA FILHO, Presidente da Câmara Municipal; **CONTRATADO:** BRUNO VAL QUINTAN DE MENEZES, CPF nº 007.016.143-74, Sócio/Administrador.

RESENHA DE CONTRATO Nº 004/2016. PROC. ADM. Nº 023/2015. PARTES: CONTRATANTE: Câmara Municipal de Humberto de Campos-MA, CNPJ nº 12.567.418/0001-64. **CONTRATADA:** J. dos S. Lopes Filho Comércio-ME, CNPJ nº 23.103.620/0001-51. **OBJETO:** contratação de empresa para fornecimento de material de limpeza e higienização destinado a manutenção das atividades diárias do Legislativo Municipal de Humberto de Campos-MA. **VIGÊNCIA:** 28/1/2016 a 31/12/2016. **VALOR:** R\$ 48.627,59 (quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e nove centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Exercício 2016. Atividade: 0101.010310001.2.100-Manutenção e Funcion. do Legislativo. Classificação Econômica: 3.3.90.30.00-Material de Consumo, Subelemento: 3.3.90.30.22. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Pregão Presencial nº 003/2016, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Humberto de Campos(MA), 28/1/2016. **ASSINATURA DAS PARTES:** CONTRATANTE: LUIS AUGUSTO LOPES ESPINDOLA FILHO, Presidente da Câmara Municipal; **CONTRATADA:** JOÃO DOS SANTOS LOPES FILHO, CPF nº 816.255.373-87, Sócio/Administrador.

RESENHA DE CONTRATO Nº 006/2016. PROC. ADM. Nº 025/2016. PARTES: CONTRATANTE: Câmara Municipal de Humberto de Campos-MA, CNPJ nº 12.567.418/0001-64. **CONTRATADA:** Posto Empreendimentos Parque Nacional Ltda-ME, CNPJ nº 10.800.170/0002-95. **OBJETO:** contratação de empresa para fornecimento de combustível (Óleo diesel comum), visando atendimento das necessidades do Legislativo Municipal de Humberto de Campos-MA. **VIGÊNCIA:** 18/1/2016 a 31/12/2016. **VALOR:** R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Exercício 2016. Atividade: 0101.010310001.2.100-Manutenção e Funcionamento do Legislativo. Classificação Econômica: 3.3.90.30.00-Material de Consumo, Subelemento: 3.3.90.30.01. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Pregão Presencial nº 005/2016, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Humberto de Campos(MA), 18/1/2016. **ASSINATURA DAS PARTES:** CONTRATANTE: LUIS AUGUSTO LOPES ESPINDOLA FILHO, Presidente da Câmara Municipal. **CONTRATADA:** RENATA WAN- DERLEY IHAMAR, CPF nº 550.644.423-00, Sócia/Administradora.

CÂMARA MUNICIPAL DE PERITORÓ-MAUBRICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016. TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015. PARTES: Câmara Municipal de Peritoró e A. Cunha Torres - ME. **ESPÉCIE:** fornecimento. **OBJETO:** aquisição de material de expediente para manutenção das atividades administrativas da Câmara Municipal de Peritoró. **VALOR GLOBAL:** R\$ 42.105,30 (quarenta e dois mil, cento e cinco reais e trinta centavos). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12(doze) meses. **MODALIDADE:** Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** CONSTANTINO SANTOS NEVES - Presidente da Câmara Municipal, pela contratante A. Cunha Torres - ME, por seu representante legal Sr. ANTONIO CUNHA TORRES, pela contratada. **DATA DA ASSINATURA:** 11 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2016. TOMADA DE PREÇO Nº 04/2015. PARTES: Câmara Municipal de Peritoró e A. Cunha Torres - ME. **ESPÉCIE:** fornecimento. **OBJETO:** aquisição de material de limpeza para manutenção das atividades administrativas da Câmara Municipal de Peritoró. **VALOR GLOBAL:** R\$ 43.356,60 (quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12(doze) meses. **MODALIDADE:** Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** CONSTANTINO SANTOS NEVES - Presidente da Câmara Municipal, pela contratante A. Cunha Torres - ME, por seu representante legal Sr. ANTONIO CUNHA TORRES, pela CONTRATADA. **DATA DA ASSINATURA:** 11 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2016. TOMADA DE PREÇO Nº 05/2015. PARTES: Câmara Municipal de Peritoró e A. Cunha Torres - ME. **ESPÉCIE:** Fornecimento. **OBJETO:** aquisição de material de consumo diversos para manutenção das atividades administrativas da Câmara Municipal de Peritoró. **VALOR GLOBAL:** R\$ 36.989,00 (trinta e seis mil e novecentos e oitenta e nove reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12(doze) meses. **MODALIDADE:** Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** CONSTANTINO SANTOS NEVES - Presidente da Câmara Municipal, pela CONTRATANTE A. Cunha Torres - ME, por seu representante legal Sr. ANTONIO CUNHA TORRES, pela CONTRATADA. **DATA DA ASSINATURA:** 11 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2016. TOMADA DE PREÇO Nº 06/2015. PARTES: Câmara Municipal de Peritoró e P.I. Consultoria e Assessoria Contábil Ltda. **ESPÉCIE:** Prestação de Serviços. **OBJETO:** contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria contábil da Câmara Municipal de Peritoró. **VALOR GLOBAL:** R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12(doze) meses. **MODALIDADE:** Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** CONSTANTINO SANTOS NEVES - Presidente da Câmara Municipal, pela CONTRATANTE P.I. Consultoria e Assessoria Contábil Ltda, por seu representante legal Sr. PEDRO DA SILVA SANTOS, pela CONTRATADA. **DATA DA ASSINATURA:** 8 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2016. TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015. PARTES: Câmara Municipal de Peritoró e Janelson Mourcherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria. **ESPÉCIE:** Prestação de Serviços. **OBJETO:** contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços de assessoria jurídica para Câmara Municipal de Peritoró. **VALOR GLOBAL:** R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12(doze) meses. **MODALIDADE:** Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** CONSTANTINO SANTOS NEVES - Presidente da Câmara Municipal, pela CONTRATANTE JANELSON MOURCHEREK SOARES DO NASCIMENTO Advocacia e Consultoria, por seu representante legal Sr. JANELSON MOURCHEREK SOARES DO NASCIMENTO, pela CONTRATADA. **DATA DA ASSINATURA:** 8 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2016. TOMADA DE PREÇO Nº 09/2015. PARTES: Câmara Municipal de Peritoró e Jean Charles Lima Gomes - ME. **ESPÉCIE:** prestação de serviços. **OBJETO:** contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos computadores da Câmara Municipal de Peritoró. **VALOR GLOBAL:** R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais).



dezembro de 2016, Podendo ser acrescido 25%, previsto em Lei. **VALOR:** R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). **Valor Global. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 339039. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 10.520 de 17/7/2002, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993. Assessoria Jurídica do Serviço de Água e Esgoto de Bacabal - MA, 19 de janeiro de 2016. **ROGÉRIO ALVES DA SILVA** - Assessoria jurídica.

RESENHA DO CONTRATO Nº 004/2016 - CLP. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 584/2015. CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bacabal/MA. **CONTRATADA:** I.M. de Oliveira Filho-ME. **OBJETO:** contratação de uma empresa para aluguel de máquina retroescavadeira. **PRAZO:** final do serviço, Podendo ser acrescido 25%, previsto em Lei. **VALOR:** R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais). **Valor Global. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 339039. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993. Assessoria Jurídica do Serviço de Água e Esgoto de Bacabal-MA, 19 de janeiro de 2016. **ROGÉRIO ALVES DA SILVA** - Assessoria jurídica.

CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR-MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016. PROCESSO Nº 437/2015. ESPÉCIE: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica, sendo este serviço aplicado sobre todo o exercício financeiro de 2016, firmado entre a Câmara Municipal de Paço do Lumiar e a empresa Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria; **Crédito Orçamentário:** E.D. 3.3.90.39.00; **Projeto Atividade:** 0.1.122.0100.2001.0000; **VALOR DO EMPENHO:** mensal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e global de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Contrato decorrente de Licitação na Modalidade: Tomada de Preço nº 01/2015, conforme disposto na Lei nº 8.666/93; **VIGÊNCIA:** de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura até 31 de dezembro de 2016; **DATA DA ASSINATURA:** 4/1/2016; **Serviço:** Mensal, de acordo com a ordem de serviço; **ASSINAM:** **LEONARDO BRUNO SILVA RODRIGUES** (pelo CONTRATANTE) e **JANELSON MOUCHEREK SOARES NASCIMENTO** (pela CONTRATADA).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016. PROCESSO Nº 438/2015. ESPÉCIE: contratação de empresa especializada em assessoria e supervisão Contábil, Consultoria e Controle de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária para auditar, revisar e avaliar todo o serviço contábil interno da Câmara, bem como preste o referido assessoramento, sendo este serviço aplicado sobre todo o exercício financeiro de 2016, firmado entre a Câmara Municipal de Paço do Lumiar e a empresa Antônio José Hachem; **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:** E.D. 3.3.90.39.00; **Projeto Atividade:** 0.1.122.0100.2001.0000; **Valor do Empenho:** Mensal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e Global de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Contrato decorrente de Licitação na modalidade (Tomada de Preço nº 02/2015), conforme disposto na Lei nº 8.666/93; **VIGÊNCIA:** De 12 (doze) meses a contar da data da assinatura até 31 de dezembro de 2016; **DATA DA ASSINATURA:** 8/1/2016; **Serviço:** Mensal, de acordo com a ordem de serviço; **ASSINAM:** **LEONARDO BRUNO SILVA RODRIGUES** (pelo CONTRATANTE) e **ANTÔNIO JOSÉ HACHEM** (pela CONTRATADA).

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA-MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20160003. PARTES: O Município de Açailândia/MA, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e a empresa Distribuidora Vida Ltda. **OBJETO:** aquisição de medicamentos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Processo licitatório da modalidade Pregão nº 004/2015 e proposta apresentada. **BASE LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **VALOR TOTAL:** R\$ 121.677,10 (cento e vinte e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e dez centavos). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** até 31/3/2016 a contar da data de sua assinatura. **DOTAÇÃO ORÇAMEN-**

TÁRIA: Exercício 2016, Atividade: 2.132, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00; Exercício: 2016, Atividade: 2.126, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00; Exercício: 2016, Atividade: 2.135, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00; Exercício: 2016, Atividade: 2.131, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00; Exercício: 2016 Atividade: 2.117, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00. Exercício 2016, Atividade 2.138, Classificação Econômica 3.3.90.30.00. **SIGNATÁRIOS:** **MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA**-Sec. Municipal de Saúde, RG nº 171599 SSP/MA e CPF nº 489.725.763-87, pela **CONTRATANTE** e o Sr. **ANTÔNIO PEREIRA LOPES**, Representante Legal, R.G. nº 04480110 22012-1 SSP/MA, CPF nº 282.353.632-91, pela **CONTRATADA**. **DATA DA ASSINATURA:** 8 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20160004. PARTES: O Município de Açailândia/MA, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e a empresa Atacadão dos Medicamentos Ltda. **OBJETO:** aquisição de medicamentos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Processo licitatório da modalidade Pregão nº 004/2015 e proposta apresentada. **BASE LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **VALOR TOTAL:** R\$ 392.502,43 (trezentos e noventa e dois mil, quinhentos e dois reais e quarenta e três centavos). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** até 31/3/2016 a contar da data de sua assinatura. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Exercício: 2016, Atividade: 2.117, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00; Exercício: 2016, Atividade: 2.126, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00; Exercício: 2016, Atividade: 2.132, Classificação Econômica 3.3.90.30.00; Exercício 2016, Atividade de 2.135, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00; Exercício: 2016 Atividade: 2.139, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00. Exercício: 2016, Atividade: 2.131, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00; Exercício: 2016, Atividade: 2.119, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00. **SIGNATÁRIOS:** **MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA**-Sec. Municipal de Saúde, RG nº 171599 SSP/MA e CPF nº 489.725.763-87, pela **CONTRATANTE** e o Sr. **RICARDO COELHO DE CARVALHO**-Sócio Administrativo, RG nº 102470398-0 SSP/MA, e CPF nº 302.805.753-00, pela **CONTRATADA**. **DATA DA ASSINATURA:** 8 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20160006. PARTES: O Município de Açailândia/MA, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e a empresa Remac Otontomédica Hospitalar Ltda. **OBJETO:** aquisição de medicamentos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Processo licitatório da modalidade Pregão nº 004/2015 e proposta apresentada. **BASE LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **VALOR TOTAL:** R\$ 190.155,25 (cento e noventa mil, cento e cinquenta reais e vinte e cinco centavos). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** até 31/3/2016 a contar da data de sua assinatura. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Exercício 2016, Atividade: 2.132, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00; Exercício: 2016, Atividade: 2.131, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00; Exercício: 2016, Atividade: 2.126, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00; Exercício: 2016, Atividade: 2.117, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00; Exercício: 2016 Atividade: 2.135, Classificação Econômica: 3.3.90.30.00. **SIGNATÁRIOS:** **MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA**-Sec. Municipal de Saúde, RG nº 171599 SSP/MA e CPF nº 489.725.763-87, pela **CONTRATANTE** e o Sr. **EMERSON PEREIRA DE ALMEIDA**-Procurador, RG nº 1.262.510 SSP/PI, e CPF nº 706.303.643-20, pela **CONTRATADA**. **DATA DA ASSINATURA:** 13 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20160005. PARTES: O Município de Açailândia-MA, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e a empresa S.G. P. Soares & CIA Ltda. **OBJETO:** aquisição de órteses e próteses ortopédicas de interesse da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Processo licitatório da modalidade Pregão nº 084/2014 e proposta apresentada. **BASE LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **VALOR TOTAL:** R\$ 337.707,81 (trezentos e trinta



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA - MA

EXTRATO DO CONTRATO (RETIFICAÇÃO). CONTRATANTE: Município de Barra do Corda/MA. **CONTRATADO:** P. M. Ferreira Neto. **OBJETO:** contratação de empresa para organização e realização do Reveillon, conforme PP 107/2015-BdC. **PRAZO:** início: 16/12/2015. Término: 31/12/2015. **VALOR:** R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Lei nº 10.520/02. 13.392.0473.2.046. 3.3.90.39.00. Barra do Corda (MA), 16 de dezembro de 2015. **OILSON DE ARAÚJO LIMA** - Coordenador de Receitas e Despesas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUTAPERA - MA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2016. TOMADA DE PREÇOS: 01/2016. CONTRATANTE: Município de Carutapera; **CONTRATADO:** Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria inscrita no C.N.P.J sob o nº 17.327.207/0001-78, com sede na Av. Colares Moreira, nº 07 - Ed. Vinicius de Moraes, Sala nº 1005, Calhau, São Luís - MA. **OBJETO:** Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 61 - parágrafo único, Lei nº 8.666/93; **VIGÊNCIA:** 28/1/2016 a 31/12/2016; **VALOR TOTAL:** R\$ 110.00,00 (cento e dez mil reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.03.04.122.84.2.007.33.90.39.00; **FONTE DE RECURSOS:** Transferência do Tesouro Municipal. Carutapera - MA, 1º de fevereiro de 2016. **AMIN BARBOSA QUEMEL** - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO RAMOS - MA

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 023/2016, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015, PARTES: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, do Município de Paulo Ramos e a empresa A. G. Oliveira Júnior - ME. Espécie: Termo de Contrato. **OBJETO:** prestação dos serviços de contratação de bandas musicais, locação de palco, som, iluminação e seguranças, para as festividades do aniversário de emancipação deste município. **DATA DA ASSINATURA:** 15 de janeiro de 2016. **VALOR:** R\$ 55.480,00 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais). **DO PAGAMENTO:** Será realizado após apresentação da Nota fiscal, atestada pelo setor competente, a fim de que seja efetuado o pagamento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 03.01 - Sec. Mun. de Educ., Cultura, Esporte e Lazer. 13.392.0023.2.031 - Promoção de Eventos Culturais. 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceira/Pessoa Jurídica. **BASE LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas demais alterações posteriores. **JOAQUIM LIMA DE ARAÚJO.** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDARÉ-MIRIM/MA

EXTRATO DO CONTRATO. PROCESSO Nº 00.00.006/2015. TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015 - CONTRATO NR. 040/2016. PARTES: Município de Pindaré-Mirim (MA) e a empresa M C Assessoria e Consultoria Contábil Ltda - ME- **ESPÉCIE:** Contrato de Prestação de Serviços- **OBJETO:** Serviços de Assessoria e Consultoria em Contabilidade Pública para a Prefeitura Municipal de Pindaré-Mirim(MA), para o exercício de 2016 - **BASE LEGAL:** Lei nº 8.666/93 - **PRAZO DE EXECUÇÃO:** até 31 de dezembro de 2016 - **VALOR GLOBAL:** R\$25.000,00(vinte e cinco mil reais) mensais, pelo período de 12 (doze) meses, Totalizando o valor global de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) anual- **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** 04 Secretaria de Administração e Planejamento - 04.122.0046.2003.0000 Man. da Secretaria de Administração e Planejamento - 3.0.00.00.00. Despesas Correntes - 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes - 3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria. **SIGNATÁRIOS: WALBER PEREIRA FURTADO,** portador da CIRG nº. 208.524, do CPF nº.

124.893.953-00 - Prefeito Municipal, pelo **CONTRATANTE, CELSO MENDONÇA FILHO,** RG nº 000053395190-8 SSP/MA, CPF nº. 794.073.403-25, sócio administrador, pela **CONTRATADA, Pindaré-Mirim (MA),** 14 de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - MA

EXTRATO DO CONTRATO: CONTRATO Nº 01/PP/001/2016. PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Cauê Veículos Ltda. **ESPÉCIE:** Contrato de fornecimento. **OBJETO:** fornecimento de veículo novo tipo passeio, para atender as necessidades da Coordenação de Vigilância em Saúde, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas na Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 001/2016. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **VALOR:** R\$ 34.990,00 (trinta e quatro mil, novecentos e noventa reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** início: 28/1/2016; término: 28/4/2016. **FONTE DE RECURSOS:** Sec. de Saúde (Vigilância Epidemiológica). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Poder/Órgão: 02 - Poder Executivo - Prefeitura Municipal; Unidade Executiva: 02.04 - Secretaria Municipal de Saúde; Unidade Operacional: 02.04.02 - Unidade Operacional Médico Hospitalar (Fundo Municipal); Função: 02.04.02.10 - Saúde; Sub-Função: 02.04.02.10.305 - Vigilância Epidemiológica; Programa/Projeto: 02.04.02.10.305.0323.1141 - Aquisição de veículos; Elemento: 44.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente. **SIGNATÁRIOS:** Sra. **FRANCISCA DE FÁTIMA MOURA MARQUES,** Secretária Municipal de Saúde, pela **CONTRATANTE** e o Sr. **DANIEL ARAGÃO DE ALBUQUERQUE,** Sócio, pela Contratada. **ARQUIVAMENTO:** Arquivado na Secretaria Municipal de Saúde. Santa Helena - MA, 28 de janeiro de 2016. **EVANDRO COSTA PEREIRA,** OAB/MA nº 9172. Assessor Jurídico da CPL.

EXTRATO DO CONTRATO: CONTRATO Nº 01/PP/002/2016. PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e GRAN MEDH - Distribuidora de Medicamentos e Produtos Médicos Hospitalares Ltda. **ESPÉCIE:** Contrato de Fornecimento. **OBJETO:** fornecimento de medicamentos psicotrópicos, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas na Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 002/2016. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **VALOR:** R\$ 972.083,00 (novecentos e setenta e dois mil e oitenta e três reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** início: 27/01/2016; término: 31/12/2016. **FonTE de recursos:** Sec. de Saúde/FUS/ sec. de saúde (Farmácia Básica)/ Sec. de Saúde (CAPS)/ Sec. de Saúde (PAB FIXO)/ Sec. Saúde (FUS). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Poder/Órgão: 02. Poder Executivo - Prefeitura Municipal; Unidade Executiva: 02.04. Secretaria Municipal de Saúde; Unidade Operacional: 02.04.02. Unidade Operacional Medico Hospitalar (Fundo Municipal); Função: 02.04.02.10 Saúde; Sub-Função: 02.04.02.10.302. Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Projeto / Atividade: 02.04.02.10.302.0318.2071. Manut. e Func. das Unidades Hospitalares e Ambulatoriais; Elemento: 33.90.30.00 Material de Consumo. Poder/Órgão: 02. Poder Executivo - Prefeitura Municipal; Unidade Executiva: 02.04. Secretaria Municipal de Saúde; Unidade Operacional: 02.04.02. Unidade Operacional Medico Hospitalar (Fundo Municipal); Função: 02.04.02.10. Saúde; Sub-Função: 02.04.02.10.301 Atenção Básica; Projeto / Atividade: 02.04.02.10.301.0316.2212. Manut. e Func. da Farmácia Básica e Popular; Elemento: 33.90.30.00 Material de Consumo. Poder/Órgão: 02. Poder Executivo - Prefeitura Municipal; Unidade Executiva: 02.04. Secretaria Municipal de Saúde; Unidade Operacional: 02.04.02. Unidade Operacional Medico Hospitalar (Fundo Municipal); Função: 02.04.02.10. Saúde; Sub-Função: 02.04.02.10.303 Suporte Profilático e Terapêutico; Projeto / Atividade: 02.04.02.10.303.0317.2046. Manut. e Func. do CAPS - Centro de Atenção Psico-Social; Elemento: 33.90.30.00 Material de Consumo; Poder/Órgão: 02. Poder Executivo - Prefeitura Municipal; Unidade



MENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** RAIMUNDO MENDES DAMASCENO - Prefeito Municipal, pela **CONTRATANTE**, D.L.C.Ferreira - ME, por seu Representante legal Sr. **DIEGO LEONARDO CARVALHO FERREIRA**, portador do identidade nº 021.658.512.002-3. **TRANSCRIÇÃO:** Transcrito em Livro Próprio do Município. Igarapé do Meio - MA, 18 de fevereiro de 2016. **ELIEDERSON SOUSA DOS SANTOS** - Assessoria Jurídica.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040-A/2016. PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015. PARTES: Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio e M.A Oliveira Veloso - ME. **OBJETO:** contratação de empresa para prestação de serviços na confecção de material gráfico para manutenção das escolas da rede municipal de ensino fundamental - FUNDEB 40%. Conforme, proposta apresentada pela **CONTRATADA**. **FONTE DE RECURSO:** FUNDEB. **VALOR:** R\$ 459.955,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil e novecentos e cinquenta e cinco reais). **PRAZO DE ENTREGA:** conforme Ordem de Serviço. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** RAIMUNDO MENDES DAMASCENO - Prefeito Municipal, pela **CONTRATANTE**, M.A Oliveira Veloso - ME por seu Representante legal Sr. **MARCOS OLIVEIRA VELOSO**, portador do C.P.F nº 236.349.903-15. **TRANSCRIÇÃO:** Transcrito em Livro Próprio do Município. Igarapé do Meio - MA, 28 de janeiro de 2016. **ELIEDERSON SOUSA DOS SANTOS** - Assessoria Jurídica.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040-B/2016. PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015. PARTES: Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio e M.A Oliveira Veloso - ME. **OBJETO:** contratação de empresa para prestação de serviços na confecção de material gráfico para manutenção das atividades administrativas da secretaria de saúde e saneamento. Conforme, proposta apresentada pela **CONTRATADA**. **FONTE DE RECURSO:** SAÚDE. **VALOR:** R\$ 459.875,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e setenta e cinco reais). **PRAZO DE ENTREGA:** conforme ordem de entrega. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** RAIMUNDO MENDES DAMASCENO - Prefeito Municipal, pela **CONTRATANTE**, M.A Oliveira Veloso - ME, por seu Representante legal Sr. **MARCOS OLIVEIRA VELOSO**, portador do C.P.F nº 236.349.903-15. **TRANSCRIÇÃO:** Transcrito em Livro Próprio do Município. Igarapé do Meio - MA, 28 de janeiro de 2016. **ELIEDERSON SOUSA DOS SANTOS** - Assessoria Jurídica.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040-C/2016. PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015. PARTES: Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio e M.A Oliveira Veloso - ME. **OBJETO:** contratação de empresa para prestação de serviços na confecção de material gráfico para manutenção das escolas da rede municipal do ensino fundamental MDE. Conforme, proposta apresentada pela **CONTRATADA**. **FONTE DE RECURSO:** MDE. **VALOR:** R\$ 215.700,00 (duzentos e quinze mil e setecentos reais). **PRAZO DE ENTREGA:** conforme ordem de entrega. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** RAIMUNDO MENDES DAMASCENO - Prefeito Municipal, pela **CONTRATANTE**, M.A Oliveira Veloso - ME por seu Representante legal Sr. **MARCOS OLIVEIRA VELOSO**, portador do C.P.F nº 236.349.903-15. **TRANSCRIÇÃO:** Transcrito em Livro Próprio do Município. Igarapé do Meio - MA, 28 de janeiro de 2016. **ELIEDERSON SOUSA DOS SANTOS** - Assessoria Jurídica.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040-D/2016. PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015. PARTES: Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio e M.A Oliveira Veloso - ME. **OBJETO:** contratação de empresa para prestação de serviços na confecção de material gráfico para as atividades administrativas da secretaria de administração e finanças. Conforme, proposta apresentada pela **CONTRATADA**. **FONTE DE RECURSO:** MDE. **VALOR:** R\$ 179.900,00 (cento e setenta e nove

mil e novecentos reais). **PRAZO DE ENTREGA:** conforme ordem de entrega. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** RAIMUNDO MENDES DAMASCENO - Prefeito Municipal, pela **CONTRATANTE**, M.A Oliveira Veloso - ME, por seu Representante legal Sr. **MARCOS OLIVEIRA VELOSO**, portador do C.P.F nº 236.349.903-15. **TRANSCRIÇÃO:** Transcrito em Livro Próprio do Município. Igarapé do Meio - MA, 28 de janeiro de 2016. **ELIEDERSON SOUSA DOS SANTOS** - Assessoria Jurídica

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040-E/2016. PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015. PARTES: Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio e I.N. Barros & CIA Ltda. **OBJETO:** contratação de empresa para prestação de serviços na confecção de material gráfico para manutenção da assistência social. Conforme, proposta apresentada pela **CONTRATADA**. **FONTE DE RECURSO:** FMAS. **VALOR:** R\$ 179.900,00 (cento e setenta e nove mil e novecentos reais). **PRAZO DE ENTREGA:** conforme ordem de entrega. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS:** RAIMUNDO MENDES DAMASCENO - Prefeito Municipal, pela **CONTRATANTE**, I.N. Barros & CIA Ltda por seu Representante legal Sra. **GIULIANE DOMINGAS SOUSA BALDEZ**, portador do C.P.F nº 040.228.523-99. **TRANSCRIÇÃO:** Transcrito em Livro Próprio do Município. Igarapé do Meio - MA, 28 de janeiro de 2016. **ELIEDERSON SOUSA DOS SANTOS** - Assessoria Jurídica.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALDEIAS ALTAS-MA

EXTRATO DE CONTRATO. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 001-001/2015. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Aldeias Altas, estado do Maranhão, CNPJ nº 12.124.210/0001-70. **CONTRATADA:** Jancelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria, empresa inscrita no CNPJ nº 17.327.207/0001-78. **FUNDAMENTO LEGAL:** Licitação na Modalidade Tomada de Preços nº 001/2015. **OBJETO:** prestação de serviços especializado advocatícios de Assessoria e Consultoria Jurídica de Interesse da Câmara Municipal de Aldeias Altas-MA, no âmbito local e regional, bem como, em ações do Tribunal de Justiça deste Estado, TCE e TCU, Defesa da Fazenda Pública em Juízo, Justiça Federal e Tribunais Superiores. **DATA DA ASSINATURA:** 29/1/2016. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 11 (onze) meses. **FONTE PAGADORA:** Recursos Próprios Valor Global de R\$ 72.600,00 (setenta e dois mil e seiscentos reais), pela **CONTRATANTE:** VALDECI XIMENES CRUZ e pela **CONTRATADA:** JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO.

EXTRATO DE CONTRATO. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 001-003/2015. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Aldeias Altas, Estado do Maranhão, CNPJ nº 12.124.210/0001-70. **CONTRATADO:** GENIVAL CARMO DE OLIVEIRA, brasileiro, maior, CPF nº 852.821.623-344. **FUNDAMENTO LEGAL:** Licitação na Modalidade Tomada de Preços nº 003/2015. **OBJETO:** prestação de serviços de locação de veículos, destinados a Manut. da Câmara Municipal de Aldeias Altas-MA. **DATA DA ASSINATURA:** 29/1/2016. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 11 (onze) meses. **FONTE PAGADORA:** Recursos Próprios. Valor Global de R\$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais), pela **CONTRATANTE:** VALDECI XIMENES CRUZ e pela **CONTRATADA:** GENIVAL CARMO DE OLIVEIRA. Aldeias Altas (MA), 29 de janeiro de 2016. Publique-se. **VALDECI XIMENES CRUZ** - Presidente da Câmara Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ-MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2016/SEMUS.REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2015 - ORGÃO: Prefeitura Municipal de Jatobá-MA/Secretaria Municipal de Saúde. **OBJETO:** aquisição de medicamentos, material hospitalar, material odontológico e medicamentos para farmácia básica, visando o abasteci-



Nogueiras/MA. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras - MA. VALOR GLOBAL CONTRATADO: Valor Adjudicado R\$ 36.300,00 (trinta e seis mil e trezentos reais). FONTE DE RECURSO: Lei Orçamentária Municipal. VALIDADE: até 31/12/2015. DATA DE ASSINATURA: 03 de fevereiro de 2015. Fundamento: Leis 10.520/02, 8.666/93 Decreto Municipal Nº 05/2009. HOMOLOGAÇÃO/AUTORIDADE COMPETENTE: RAUL ALEXANDRE LIMA E SILVA/Secretário de Arrecadação, Planejamento e Administração, ANTÔNIO CARLOS FERNANDES COELHO - ANTÔNIO MARCELINO COSTA SANTOS - Assessor Jurídico OAB/MA: 11.058.

EXTRATO DE CONTRATO. REFERÊNCIA: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 - CPL. CONTRATO. nº 34/2015. OBJETO: prestação de serviços de transporte de veículos de pequeno porte para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras - MA e demais Secretarias Municipais. PARTES - CONTRATADO: JOSIAS DO ESPIRITO SANTO COELHO DOS SANTOS, inscrito sob o CPF nº 625.849.793-49, com residência na Rua Antônio Libane, 595 - Centro - São Pedro dos Crentes/MA. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras - MA. VALOR GLOBAL CONTRATADO: Valor Adjudicado R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais). FONTE DE RECURSO: Lei Orçamentária Municipal. VALIDADE: até 31/12/2015. DATA DE ASSINATURA: 03 de fevereiro de 2015. Fundamento: Leis 10.520/02, 8.666/93 Decreto Municipal Nº 05/2009. HOMOLOGAÇÃO/AUTORIDADE COMPETENTE: RAUL ALEXANDRE LIMA E SILVA/Secretário de Arrecadação, Planejamento e Administração, JOSIAS DO ESPIRITO SANTO COELHO DOS SANTOS - ANTÔNIO MARCELINO COSTA SANTOS - Assessor Jurídico OAB/MA: 11.058.

EXTRATO DE CONTRATO. REFERÊNCIA: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 - CPL. CONTRATO. nº 35/2015. OBJETO: prestação de serviços de transporte de veículos de pequeno porte para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras - MA e demais Secretarias Municipais. PARTES - CONTRATADO: RAIMUNDO DEODATO BENICIO DOS SANTOS, inscrito sob o CPF nº 483.222.023-34, com residência na Avenida Tancredo Neves, 210 - Área Avançada - Fortaleza dos Nogueiras/MA. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras - MA. VALOR GLOBAL CONTRATADO: Valor Adjudicado R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais). FONTE DE RECURSO: Lei Orçamentária Municipal. VALIDADE: até 31/12/2015. DATA DE ASSINATURA: 03 de fevereiro de 2015. Fundamento: Leis 10.520/02, 8.666/93 Decreto Municipal Nº 05/2009. HOMOLOGAÇÃO/AUTORIDADE COMPETENTE: RAUL ALEXANDRE LIMA E SILVA/Secretário de Arrecadação, Planejamento e Administração, RAIMUNDO DEODATO BENICIO DOS SANTOS - ANTÔNIO MARCELINO COSTA SANTOS - Assessor Jurídico OAB/MA: 11.058.

EXTRATO DE CONTRATO. REFERÊNCIA: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 - CPL. CONTRATO. nº 36/2015. OBJETO: prestação de serviços de transporte de veículos de pequeno porte para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras - MA e demais Secretarias Municipais. PARTES - CONTRATADO: ERENILDE COSTA BARROS FONSECA, inscrita no CPF nº 483.222.023-34, residente na Av. Raimundo Braúna 38 - Trizidela - Fortaleza dos Nogueiras/MA. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras - MA. VALOR GLOBAL CONTRATADO: Valor Adjudicado R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais). FONTE DE RECURSO: Lei Orçamentária Municipal. VALIDADE: até 31/12/2015. DATA DE ASSINATURA: 03 de fevereiro de 2015. Fundamento: Leis 10.520/02, 8.666/93 Decreto Municipal Nº 05/2009. HOMOLOGAÇÃO/AUTORIDADE COMPETENTE: RAUL ALEXANDRE LIMA E SILVA/Secretário de Arrecadação, Planejamento e Administração, ERENILDE COSTA BARROS FONSECA - ANTÔNIO MARCELINO COSTA SANTOS - Assessor Jurídico OAB/MA: 11.058.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORROS-MA

RESENHA. CONTRATO Nº 28/2015. PARTES: Contrato de Prestação de Serviço, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Morros, e de outro lado, a Empresa M. M. Silva dos Santos - ME (CNPJ nº 02.562.695/0001-20). OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material esportivo para a Prefeitura Municipal de Morros. VALOR GLOBAL: R\$ 409.590,00 (quatrocentos e nove mil, quinhentos e noventa reais). VIGÊNCIA: até 31.12.2015, a partir da data da assinatura do contrato. Morros/MA, 25 de março de 2015. ASSINATURA: HERCULES CHAGAS ARAÚJO - Secretário Municipal de Administração de Morros. MARIA MARLENE SILVA DOS SANTOS - Representante Legal da empresa.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA-MA

EXTRATO DE CONTRATO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2015. TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015. EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL. CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA/MA, inscrita no CNPJ (MF) nº 23.680.309/0001-75, neste ato representado pelo Presidente, NEILSON MUNIZ GOMES, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa MC Assessoria e Consultoria Contábil Ltda-ME, doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº 17.424.121/0001-63, neste ato representado por CELSO MENDONÇA FILHO. OBJETO DO CONTRATO: Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil. DATA DA ASSINATURA: 05.03.2015. VALOR GLOBAL: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ND: 339035; UNIDADE: 01. PRAZO DE VIGÊNCIA: 10 (dez) meses. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93. FORO: Comarca de Viana - MA. ASSINATURAS: NEILSON MUNIZ GOMES e CELSO MENDONÇA FILHO

EXTRATO DE CONTRATO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2015. TOMADA DE PREÇO Nº 02/2015. EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA. CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA/MA, inscrita no CNPJ (MF) nº 23.680.309/0001-75, neste ato representado pelo Presidente, NEILSON MUNIZ GOMES, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa, Janelson Nascimento Advocacia e Consultoria, doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº 17.327.207/0001-78, neste ato representado por JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO. OBJETO DO CONTRATO: Prestação de Serviços De Assessoria e Consultoria Jurídica. DATA DA ASSINATURA: 05.03.2015. VALOR GLOBAL: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ND: 339035; UNIDADE: 01. PRAZO DE VIGÊNCIA: 10 (dez) meses. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93. FORO: Comarca de Viana - MA. ASSINATURAS: NEILSON MUNIZ GOMES e JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO.

EXTRATO DE CONTRATO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2015. PREGÃO Nº 01/2015. EXTRATO DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E INSUMOS DE INFORMÁTICA. CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA/MA, inscrita no CNPJ (MF) nº 23.680.309/0001-75, neste ato representado pelo Presidente, NEILSON MUNIZ GOMES, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado a Empresa Comercial J. Braga, doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº 14.862.406/0001-98, neste ato representado por JOFRAN BRAGA COSTA. OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de Material de Expediente, Gêneros Alimentícios e Insumos de Informática. DATA DA ASSINATURA: 05.03.2015. VALOR: LOTE I - R\$ 47.174,80 (quarenta e sete mil, cento e setenta e quatro reais e



forme proposta apresentada pela **CONTRATADA**. **VALOR GLOBAL**. R\$ 71.520,00 (setenta e um mil, quinhentos e vinte reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses. **MODALIDADE**: Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS**. **FRANCISCO DE ASSIS PAIVA BRITO** - Presidente da Câmara Municipal, pela **CONTRATANTE**, e Gladston de O Reis - ME. Por seu representante legal Sr. **GLADSTON DE OLIVEIRA REIS**, portador do CPF nº 691.407.581-68, pela **CONTRATADA**. **DATA DA ASSINATURA**: 12 de janeiro de 2015 - Assessoria Jurídica.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2015. TOMADA DE PREÇO Nº 09/2014. PARTES: Câmara Municipal de Codó e Gladston de O Reis - ME. **OBJETO**: contratação de empresa para prestação de serviços de aluguel de link de internet, conforme proposta apresentada pela **CONTRATADA**. **VALOR GLOBAL**. R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses. **MODALIDADE**: Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS**. **FRANCISCO DE ASSIS PAIVA BRITO** - Presidente da Câmara Municipal, pela **CONTRATANTE**, e Gladston de O Reis - ME. Por seu representante legal Sr. **GLADSTON DE OLIVEIRA REIS**, portador do CPF nº 691.407.581-68, pela **CONTRATADA**. **DATA DA ASSINATURA**: 12 de janeiro de 2015 - Assessoria Jurídica.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2015. TOMADA DE PREÇO Nº 13/2014. PARTES: Câmara Municipal de Codó e Jean Charles Lima Gomes- ME. **OBJETO**: contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção dos computadores, conforme proposta apresentada pela **CONTRATADA**. **VALOR GLOBAL**. R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses. **MODALIDADE**: Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS**. **FRANCISCO DE ASSIS PAIVA BRITO** - Presidente da Câmara Municipal, pela **CONTRATANTE**, e Jean Charles Lima Gomes- ME. Por seu representante legal Sr. **JEAN CHARLES LIMA GOMES**, portador do CPF nº 760.372.313-20, pela **CONTRATADA**. **DATA DA ASSINATURA**: 12 de janeiro de 2015 - Assessoria Jurídica.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015. TOMADA DE PREÇO Nº 04/2014. PARTES: Câmara Municipal de Codó e P.I Consultoria e Assessoria Contábil Ltda. **OBJETO**: contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria no Setor de Licitação, conforme proposta apresentada pela **CONTRATADA**. **VALOR GLOBAL**. R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses. **MODALIDADE**: Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS**. **FRANCISCO DE ASSIS PAIVA BRITO** - Presidente da Câmara Municipal, pela **CONTRATANTE**, e P.I Consultoria e Assessoria Contábil Ltda. Por seu representante legal Sr. **PEDRO DA SILVA SANTOS**, portador do CPF nº 879.261.723-91, pela **CONTRATADA**. **DATA DA ASSINATURA**: 8 de janeiro de 2015 - Assessoria Jurídica.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2015. TOMADA DE PREÇO Nº 11/2014. PARTES: Câmara Municipal de Codó e Gladston de O Reis - ME. **OBJETO**: contratação de empresa para prestação de serviços de implantação e manutenção de sistema/software de visualização de câmeras ip através de rede de dados em tempo real com delay, conforme proposta apresentada pela **CONTRATADA**. **VALOR GLOBAL**. R\$ 68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses. **MODALIDADE**: Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS**. **FRANCISCO DE ASSIS PAIVA BRITO** - Presi-

dente da Câmara Municipal, pela **CONTRATANTE**, e Gladston de O Reis - ME. Por seu representante legal Sr. **GLADSTON DE OLIVEIRA REIS**, portador do CPF nº 691.407.581-68, pela **CONTRATADA**. **DATA DA ASSINATURA**: 12 de janeiro de 2015 - Assessoria Jurídica.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2015. PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014. PARTES: Câmara Municipal de Codó e A. Cunha Torres - ME. **OBJETO**: aquisição de materiais de consumo diversos, conforme proposta apresentada pela **CONTRATADA**. **VALOR GLOBAL**. R\$ 84.925,00 (oitenta e quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais). **PRAZO DE FORNECIMENTO**: 12 (doze) meses. **MODALIDADE**: Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS**. **FRANCISCO DE ASSIS PAIVA BRITO** - Presidente da Câmara Municipal, pela **CONTRATANTE**, e A. Cunha Torres - ME. Por seu representante legal Sr. **ANTOMAR CUNHA TORRES**, portador do CPF nº 642.818.923-20, pela **CONTRATADA**. **DATA DA ASSINATURA**: 2 de janeiro de 2015 - Assessoria Jurídica.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2015. PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014. PARTES: Câmara Municipal de Codó e A. Cunha Torres - ME. **OBJETO**: aquisição de material de limpeza, conforme proposta apresentada pela **CONTRATADA**. **VALOR GLOBAL**. R\$ 146.499,70 (cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta centavos). **PRAZO DE FORNECIMENTO**: 12 (doze) meses. **MODALIDADE**: Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS**. **FRANCISCO DE ASSIS PAIVA BRITO** - Presidente da Câmara Municipal, pela **CONTRATANTE**, e A. Cunha Torres - ME. Por seu representante legal Sr. **ANTOMAR CUNHA TORRES**, portador do CPF nº 642.818.923-20, pela **CONTRATADA**. **DATA DA ASSINATURA**: 2 de janeiro de 2015 - Assessoria Jurídica.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2015. PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014. PARTES: Câmara Municipal de Codó e A. Cunha Torres - ME. **OBJETO**: aquisição de material de expediente, conforme proposta apresentada pela **CONTRATADA**. **VALOR GLOBAL**. R\$ 47.253,40 (quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos). **PRAZO DE FORNECIMENTO**: 12 (doze) meses. **MODALIDADE**: Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS**. **FRANCISCO DE ASSIS PAIVA BRITO** - Presidente da Câmara Municipal, pela **CONTRATANTE**, e A. Cunha Torres - ME. Por seu representante legal Sr. **ANTOMAR CUNHA TORRES**, portador do CPF nº 642.818.923-20, pela **CONTRATADA**. **DATA DA ASSINATURA**: 2 de janeiro de 2015 - Assessoria Jurídica.

CÂMARA MUNICIPAL DE PERITORÓ-MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2015. TOMADA DE PREÇO Nº 22/2014. PARTES: Câmara Municipal de Peritoró e Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria. **OBJETO**: Contratação de Advogado para Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica, conforme proposta apresentada pela contratada. **VALOR GLOBAL**. R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais). **PRAZO DE EXECUÇÃO**: 12 (doze) meses. **MODALIDADE**: Tomada de Preço. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. **SIGNATÁRIOS**. Constantino Santos Neves - Presidente da Câmara Municipal, pela contratante, e Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria. Por seu representante legal Sr. Janelson Moucherek Soares do Nascimento, Portador do CPF nº 749.341.473-49, pela **CONTRATADA**. **DATA DA ASSINATURA**: 9 de janeiro de 2015 - Assessoria Jurídica.



RESENHA DO EXTRATO DE CONTRATO. PUBLICADO O EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 010/2012, REFERENTE O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010.10.04.2012 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010-2012. PARTES: Câmara Municipal de Presidente Dutra/MA, e a empresa: Posto de combustível Bine Saores Ltda, CNPJ nº 02.682.322/0001-93. **ESPECIE:** Termo de Contrato. **OBJETO:** contratação do fornecimento de Combustível, Prazo para Entrega: 30 (trinta) dias no **VALOR:** R\$ 7.120,00 (sete mil, cento e vinte reais). Os recursos orçamentários para o cumprimento do **OBJETO DESTE CONTRATO** correrão previsto no orçamento do exercício 2012, da Câmara Municipal de Presidente Dutra/MA, 10 de abril de 2012. **BASE LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **ITAMAR LUCENA LIMA** - Presidente da Câmara Municipal.

RESENHA DO EXTRATO DE CONTRATO. PUBLICADO O EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 011/2012, REFERENTE O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011.11.05.2012. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011-2012. PARTES: Câmara Municipal de Presidente Dutra/MA, e a **PESSOA FÍSICA:** Gaspar Pereira da Silva, CPF nº 318.639.221-72. **ESPECIE:** Termo de Contrato. **OBJETO:** contratação da prestação do serviço com manutenção e instalação de programas em computadores, impressoras e máquinas de som. **PRAZO PARA ENTREGA:** 60 (sessenta) dias no **VALOR:** R\$ 4.530,00 (quatro mil, quinhentos e trinta reais). Os recursos orçamentários para o cumprimento do **OBJETO DESTE CONTRATO:** correrão previsto no orçamento do exercício 2012, da Câmara Municipal de Presidente Dutra/MA, 11 de maio de 2012. **BASE LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **ITAMAR LUCENA LIMA** - Presidente da Câmara Municipal.

RESENHA DO EXTRATO DE CONTRATO. PUBLICADO O EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 012/2012, REFERENTE O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012.24.08.2012. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012-2012. PARTES: Câmara Municipal de Presidente Dutra/MA, e a empresa: Azimuth de Tec. e Proc. da Informática Ltda, CNPJ nº 04.257.133/0001-07. **ESPECIE:** Termo de Contrato. **OBJETO:** contratação da prestação do serviço com levantamento Documental e Coleta de Informações com Gerenciamento Eletrônico na Câmara Municipal. **PRAZO PARA ENTREGA:** 05 (cinco) meses no **VALOR:** R\$ 7.530,00 (sete mil, quinhentos e trinta reais). Os recursos orçamentários para o cumprimento do **OBJETO DESTE CONTRATO:** correrão previsto no orçamento do exercício 2012, da Câmara Municipal de Presidente Dutra/MA, 24 de agosto de 2012. **BASE LEGAL:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **ITAMAR LUCENA LIMA** - Presidente da Câmara Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIZAL DO NORTE-MA

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 19/2015. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Capinzal do Norte/MA. **REPRESENTANTE:** ROBERVAL CAMPELO SILVA. **OBJETO:** prestação de serviços assessoria e consultoria tributária para atender as necessidades do Município. **DATA DA ASSINATURA:** 21/08/2015. **CONTRATADO:** JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO Advocacia e Consultoria-ME, Avenida Ana Jansen, nº 12, Sala 813, Centro Empresarial Mendes Frota, São Francisco, São Luís/MA, CEP: nº 65.076-730, CNPJ: nº 17.327.207/0001-78, **REPRESENTANTE:** JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 0,18 (dezoito centavos de real) para cada R\$ 1,00 (um real) recuperado ou incrementado à receita, nos termos do Edital. **VIGÊNCIA:** 1 (um) ano. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 015/2012 e Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. **ROBERVAL CAMPELO SILVA** - Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU/MA

EXTRATO DE CONTRATO. CHAMADA PÚBLICA 001/2015. PROCESSO Nº 47/2014 - ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Conceição do Lago Açu - **ASSUNTO:** contratação direta por Inexigibilidade. **OBJETO:** aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação - PNAE - **PRAZO DE VIGÊNCIA:** até 31.07.2015, a contar da assinatura do Contrato. **PRAZO DE ENTREGA:** até 30

dias após a entrega da nota de empenho - **VALOR GLOBAL:** ANTONIO PEDRO ARAUJO, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); DIOLINDA SILVA DE ARAUJO, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); PEDRO VIANA MELO, R\$ 5.750,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta reais); EDINALDA DE SOUSA SILVA, R\$ 5.750,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta reais); IRISMAR NASCIMENTO SILVA, R\$ 10.297,00 (dez mil, duzentos e noventa e sete reais) e ANTONIA M. S. GONÇALVES, R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais) - **AMPARO LEGAL:** Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.17.00; 20. 631. 0048.1 031.0000; 3.3.90.36.00. **RATIFICAÇÃO:** MARLY DOS SANTOS SOUSA - Prefeita Municipal de Conceição do Lago Açu. Conceição do Lago Açu, 25 de fevereiro de 2015. **MILTON CARVALHO VIEIRA** - Presidente da CPL/PMCLA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERI-MIRIM/MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033A/2015. PARTES: Prefeitura de Peri Mirim/MA e o Sr. RAIMUNDO DE JESUS MINEIRO SINEIRO, CPF: nº 020.967.043-67. **OBJETO DO CONTRATO:** Prestação de serviços na limpeza e coleta de lixo no Povoado Três Marias em Peri Mirim/MA. **DATA DA ASSINATURA:** 01/06/2015. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 15.542.0504.2021 - Manutenção da Limpeza Pública Municipal nº 33.90.36-Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. **FUNDAMENTOS LEGAIS:** Lei nº 8.666/93 e alterações; **VALOR GLOBAL:** R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais). **PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA:** a partir da sua assinatura até 31/12/2015. **ASSINATURAS:** pelo **CONTRATANTE** JOÃO FELIPE LOPES, Prefeito e pelo **CONTRATADO** Sr. RAIMUNDO DE JESUS MINEIRO SINEIRO. Publique-se em 10 de setembro de 2015, **JOÃO FELIPE LOPES** - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033B/2015. PARTES: Prefeitura de Peri Mirim/MA e o Sr. RAIMUNDO JOÃO PEREIRA FILHO, CPF: nº 054.500.813-16. **OBJETO DO CONTRATO:** prestação de serviços na limpeza e coleta de lixo no Povoado Três Marias em Peri Mirim- MA. **DATA DA ASSINATURA:** 01/06/2015. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 15.542.0504.2021 - Manutenção da Limpeza Pública Municipal nº 33.90.36-Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. **FUNDAMENTOS LEGAIS:** Lei nº 8.666/93 e alterações; **VALOR GLOBAL:** R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais). **PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA:** a partir da sua assinatura até 31/12/2015. **ASSINATURAS:** pelo **CONTRATANTE** JOÃO FELIPE LOPES, Prefeito e pelo **CONTRATADO** Sr. RAIMUNDO JOÃO PEREIRA FILHO. Publique-se em 10 de setembro de 2015, **JOÃO FELIPE LOPES** - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2015. PARTES: Prefeitura de Peri Mirim/MA e a empresa D B Cantanhede - Colégio IBC - ME, CNPJ: Nº 00.168.395/0001-36. **OBJETO DO CONTRATO:** prestação de serviços para realização de apresentação da Banda em desfile cívico em comemoração ao dia 07 de setembro de 2015 no Município. **DATA DA ASSINATURA:** 24/08/2015. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 13.392.0473.2057 - Realização de Eventos Culturais, Folclóricos e Artísticos; 3.3.90.36.00 - Serviços de Terceiros Pessoa Física; 3.3.90.39.00 - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. **FUNDAMENTOS LEGAIS:** Lei nº 8.666/93 e alterações; **VALOR GLOBAL:** R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais). **PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA:** a partir da sua assinatura até a prestação total do serviço contratado. **ASSINATURAS:** pelo **CONTRATANTE** JOÃO FELIPE LOPES, Prefeito e pela empresa D B CANTANHEDE - Colégio IBC - ME. Publique-se em 10 de setembro de 2015, **JOÃO FELIPE LOPES** - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2015. PARTES: Prefeitura de Peri Mirim/MA e o Sr. JOÃO FRANCISCO PEREIRA MIRANDA, CPF nº 249.899.833-00. **OBJETO DO CONTRATO:** prestação de serviços de organização e execução das atividades da seleção masculina Perimiriense de futebol para participação do Campeonato Intermunicipal



RESENHA DE CONTRATO Nº 07/2014. PARTES: Contrato de Fornecimento, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Morros, e de outro lado, a empresa M do R B de Carvalho - ME (Perfil Comercio e Serviços).OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material gráfico para a Secretaria Municipal de Administração e Comunicação. AMPARO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.VALOR GLOBAL: R\$ 363.000,00 (trezentos e sessenta e três mil reais). VIGÊNCIA: a partir da assinatura do contrato até 31.12.2014. Morros/MA, 03 de fevereiro de 2014. ASSINATURA: LEANDRO VIEGAS DE FIGUEIREDO, Secretário Municipal de Administração de Morros; MARIA DO ROSARIO BARROS DE CARVALHO - Representante Legal.

RESENHA DE CONTRATO Nº 08/2014. PARTES: Contrato de Fornecimento, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Morros, e de outro lado, a empresa M do R B de Carvalho - ME (Perfil Comércio e Serviços).OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material gráfico para a Secretaria Municipal de Educação. AMPARO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.VALOR GLOBAL: R\$ 181.000,00 (cento e oitenta e um mil reais). VIGÊNCIA: a partir da assinatura do contrato até 31.12.2014. Morros/MA, 03 de fevereiro de 2014. ASSINATURA: ANTONIO RONILDO DIAS ABITBOL, Secretário Municipal de Educação de Morros; MARIA DO ROSARIO BARROS DE CARVALHO - Representante Legal.

RESENHA DE CONTRATO Nº 09/2014. PARTES: Contrato de Fornecimento, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Morros, e de outro lado, a Empresa Pax Rosariense Serviços Postumos Ltda.OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços funerários para a Prefeitura Municipal de Morros-MA. AMPARO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.VALOR GLOBAL: R\$ 41.500,00 (quarenta e um mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: a partir da assinatura do contrato até 31.12.2014. Morros/MA, 03 de fevereiro de 2014. ASSINATURA: RAQUEL PASSOS FREITAS, Secretária Municipal de Assistência Social de Morros; JEISA LEILA SILVA BRAGA - Representante Legal.

RESENHA DE CONTRATO Nº 10/2014. PARTES: Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Morros, e de outro lado, a empresa Janelson Mouchereck Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria - ME.OBJETO: Contratação de Escritório de Advocacia, pessoa jurídica, com experiência na área do Direito Administrativo, para a prestação dos serviços de assessoria e consultoria jurídica especificamente nas áreas de Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal. AMPARO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.VALOR GLOBAL: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. Morros/MA, 03 de fevereiro de 2014. ASSINATURA: LEANDRO VIEGAS DE FIGUEIREDO, Secretário Municipal de Administração de Morros; JANELSON MOUCHERECK SOARES DO NASCIMENTO - Representante Legal.

RESENHA DE CONTRATO Nº 11/2014. PARTES: Contrato de Fornecimento, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Morros, e de outro lado, a Empresa I.N. Coelho (Planeta Comércio E Serviços Ltda).OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e suprimentos de informática para a Prefeitura Municipal de Morros. AMPARO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.VALOR GLOBAL: R\$ 283.600,00 (duzentos e oitenta e três mil e seiscentos reais). VIGÊNCIA: a partir da assinatura do contrato até 31.12.2014. Morros/MA, 03 de fevereiro de 2014. ASSINATURA: LEANDRO VIEGAS DE FIGUEIREDO, Secretário Municipal de Administração de Morros; IRISMAR NUNES COELHO - Representante Legal.

RESENHA DE CONTRATO Nº 12/2014. PARTES: Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Morros, e de outro lado, a Empresa I.N. Coelho (Planeta Comércio e Serviços Ltda).OBJETO: Contratação de empresa especi-

alizada para execução dos serviços de dedetização e desratização dos prédios pertencentes a Prefeitura Municipal de Morros-MA. AMPARO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.VALOR GLOBAL: R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. Morros/MA, 03 de fevereiro de 2014. ASSINATURA: LEANDRO VIEGAS DE FIGUEIREDO, Secretário Municipal de Administração de Morros; IRISMAR NUNES COELHO - Representante Legal.

RESENHA DE CONTRATO Nº 13/2014. PARTES: Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Morros, e de outro lado, a Empresa Palmares Construções Ltda.OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de construção de UBS no Povoado Timbó no Município de Morros-MA. AMPARO LEGAL: Lei nº 8.666/93.VALOR GLOBAL: R\$ 405.500,00 (quatrocentos e cinco mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: 150 (cento e cinquenta) dias. Morros/MA, 07 de fevereiro de 2014. ASSINATURA: ELIZABETH ALMEIDA DOS SANTOS, Secretária Municipal de Saúde de Morros; WALBERT COSTA PINHEIRO FILHO - Representante Legal.

RESENHA DE CONTRATO Nº 14/2014. PARTES: Contrato de Fornecimento, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Morros, e de outro lado, a Empresa Conosco Construções Ltda. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de construção na sede e Povoados do Município de Morros. AMPARO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.VALOR GLOBAL: R\$ 977.903,31 (novecentos e setenta e sete mil, novecentos e três reais e trinta e um centavos). VIGÊNCIA: A partir da assinatura do contrato até 31.12.2014. Morros/MA, 18 de fevereiro de 2014. ASSINATURA: LEANDRO VIEGAS DE FIGUEIREDO, Secretário Municipal de Administração de Morros; EMANUEL JOSÉ ROCHA DA SILVA - Representante Legal.

RESENHA DE CONTRATO Nº 15/2014. PARTES: Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Morros, e de outro lado, a Empresa J. Iris Transporte e Turismo Ltda.OBJETO: Contratação de empresa especializada na locação de veículos para o transporte escolar no Município de Morros-MA. AMPARO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.VALOR GLOBAL: R\$ 1.438.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e oito mil reais). VIGÊNCIA: 10 (dez) meses. Morros/MA, 21 de fevereiro de 2014. ASSINATURA: ANTONIO RONILDO DIAS ABITBOL, Secretário Municipal de Educação de Morros; ANTONIO PEDRO DA SILVA JUNIOR - Representante Legal.

RESENHA DE CONTRATO Nº 16/2014. PARTES: Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Morros, e de outro lado, a Empresa Avx Serviços Ltda.OBJETO: Contratação de empresa especializada para manutenção e limpeza dos poços artesanais do Município de Morros. AMPARO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.VALOR GLOBAL: R\$ 143.550,00 (cento e quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. Morros/MA, 18 de fevereiro de 2014. ASSINATURA: ELIZABETH ALMEIDA DOS SANTOS, Secretária Municipal de Saúde de Morros; SANDRA MARIA SANTOS SILVA - Representante Legal.

RESENHA DE CONTRATO Nº 18/2014. PARTES: Contrato de Fornecimento, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Morros, e de outro lado, a Empresa A.E.F. Campelo - EPP.OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de livros para os alunos das Escolas Municipais de Morros-MA. AMPARO LEGAL: Lei nº 8.666/93.VALOR GLOBAL: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias. Morros/MA, 21 de fevereiro de 2014. ASSINATURA: ANTONIO RONILDO DIAS ABITBOL, Secretário Municipal de Educação de Morros; FRANCISCA DE SOUSA SANTOS - Representante Legal.

que liga o bairro Vila Nonato Dentista ao Povoado Bureta, e o Povoado Lagoa do Cocal ao Povoado Juru Parama, para atender as necessidades do Município de Arame - MA, de acordo com o Convênio Nº 023/2014, celebrado entre A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES, e a Prefeitura Municipal de Arame - MA; VALOR: R\$ 524.569,39 (quinhentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos); DATA DA ASSINATURA: 05/08/2014; SIGNATÁRIOS: Marcelo Lima de Farias - Prefeito e Laudiney Bandeira da Costa - Sócio. Arame - MA, 06 de Agosto de 2014. MARCELO LIMA DE FARIAS - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO REFERENTE À CONCORRÊNCIA Nº 007/2014. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Arame - MA; CONTRATADA: Bandeira Construtora e Construções Ltda - ME, inscrita no CNPJ. Nº 05.791.171/0001-08 OBJETO: Contratação de Empresa especializada em serviços de Pavimentação Asfáltica (Avenidas Ulissis Guimarães e Francisco Guarim) para atender as necessidades do Município de Arame - MA; VALOR: R\$ 418.947,37 (quatrocentos e dezoito mil, novecentos e quarenta e sete reais e sete centavos); DATA DA ASSINATURA: 05/08/2014; SIGNATÁRIOS: Marcelo Lima de Farias - Prefeito e Laudiney Bandeira da Costa - Sócio. Arame - MA, 06 de Agosto de 2014. MARCELO LIMA DE FARIAS - Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE BACABEIRA-MA

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO. ORIGEM: Resultante do Pregão Presencial n.º 05/2014, TIPO: Menor Preço, REGIME: Global, com base na Lei n.º 8.666/93; e Lei n.º 10.520/2002. PARTES: Câmara Municipal de Bacabeira/MA e SHAMMAH - Transportes e Construções Ltda - ME. CNPJ: 04.679.780/0001-07. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para os Serviços de Reforma do Prédio da Câmara Municipal de Bacabeira - MA; PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias. VALOR: R\$ 215.530,04 (duzentos e quinze mil quinhentos e trinta reais e quatro centavos). COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros ocorrerão por conta do Repasse Constituinte do Poder Executivo. DATA DA ASSINATURA: 25/06/2014. ANTÔNIO ROMUALDO BARBOSA OLIVEIRA - Presidente da Câmara Municipal de Bacabeira/MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA-MA

EXTRATO DO CONTRATO. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Buritirana. CONTRATADO: B. A. Construções Empreendimentos e Serviços. OBJETO: Execução de serviços de urbanização da Av. Saramandaia. PRAZO: Seis meses. VALOR: R\$ 263.157,90 (duzentos e sessenta e três mil, cento e cinquenta e sete reais e noventa centavos). REGÊNCIA: Lei Estadual nº 9.579/2012 Convênio nº 023/2014 - SECID 15.541.0501.1-017 4.4.90.51 VAGTONIO BRANDÃO DOS SANTOS - Prefeito Municipal. Buritirana (MA), 12 de agosto de 2014

EXTRATO DO CONTRATO. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Buritirana. CONTRATADO: Hidro Araguaia Construção de Poços Artesianos Ltda. OBJETO: Construção de sistema simplificado de abastecimento de água. PRAZO: Noventa dias úteis. VALOR: R\$ 112.894,93 (cento e doze mil, oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e três centavos). REGÊNCIA: Lei nº 8.666/93 17.512.0610.1-030 4.4.90.51. VAGTONIO BRANDÃO DOS SANTOS - Prefeito Municipal. Buritirana (MA), 28 de fevereiro de 2014

EXTRATO DO CONTRATO. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Buritirana. CONTRATADO: Alvorada Construir Ltda. OBJETO: Construção de unidade escolar no Assentamento Taboleirão II PRAZO: Nove Meses VALOR: R\$ 243.591,03 (duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e noventa e um reais e três centavos). REGÊNCIA: Lei nº 8.666/93 Termo de Compromisso PAR Nº 30044/2014 - FNDE 12.361.0404.1-013 4.4.90.51. VAGTONIO BRANDÃO DOS SANTOS - Prefeito Municipal. Buritirana(MA), 26 de agosto de 2014

EXTRATO DO CONTRATO. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Buritirana. CONTRATADO: Alvorada Construir Ltda. OBJETO: Construção de unidade escolar no Povoado Centro Novo PRAZO: NOVE MESES VALOR: R\$ 1.020.857,70 (um milhão, vinte mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos). REGÊNCIA: Lei nº 8.666/93 Termo de Compromisso PAR Nº 30044/2014 - FNDE 12.361.0404.1-013 4.4.90.51. VAGTONIO BRANDÃO DOS SANTOS - Prefeito Municipal. Buritirana (MA), 26 de agosto de 2014

EXTRATO DO CONTRATO. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Buritirana. CONTRATADO: Márcio Carvalho. OBJETO: Serviços de impressão de material para uso publicitário (adesivos, faixas e outros) PRAZO: INÍCIO: 05.08.2014 TÉRMINO: 31.12.2014 VALOR: ATÉ R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). REGÊNCIA: Lei nº 10.520/2002 04.122.0052.2-009 12.361.0403.2-041 08.122.0052.2-054 08.244.0125.2-0763.3.90.39 VAGTONIO BRANDÃO DOS SANTOS - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Buritirana. CONTRATADO: Funerária Virtual Pax Ltda. OBJETO: Contratação de serviços fúnebres com fornecimento de urna mortuária, traslado e serviços complementares. PRAZO: INÍCIO: 25.02.2014 TÉRMINO: 31.12.2014. VALOR: R\$ 160.450,00 (cento e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta reais). REGÊNCIA: Lei nº 10.520/2002 08.244.0125.2-077 3.3.90.39 3.3.90.32 VAGTONIO BRANDÃO DOS SANTOS - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GODOFREDO VIANA-MA

RESENHA DE CONTRATO. PREGÃO PRESENCIAL Nº PR-021-2014-001. PARTES: Prefeitura Municipal de Godofredo Viana e a Empresa: J Oliveira Lopes. OBJETO: Contratação de Empresa Para Serviços de Controle Interno, em apoio às atividades da Prefeitura Municipal de Godofredo Viana. DATA DE ASSINATURA: 23/06/2014. VALOR GLOBAL: R\$ 55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014. ASSINATURAS: Pela Prefeitura Municipal de Godofredo Viana: GIHAN AYOUB JORGE TORRES- Secretária Municipal de Administração e Finanças. Pela Empresa: - J Oliveira Lopes - JOSIVALDO OLIVEIRA LOPES - Empresário

RESENHA DE CONTRATO. TOMADA DE PREÇO Nº TP-008-2014-001. PARTES: Prefeitura Municipal de Godofredo Viana - MA: Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria. OBJETO DO CONTRATO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica no Município de Presidente Vargas - MA. DATA DE ASSINATURA: 01/04/2014. VALOR TOTAL: R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais). PRAZO DE EXECUÇÃO: 9 (nove) meses. PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2014. ASSINATURAS: Pela Prefeitura Municipal de Presidente Vargas - MA: GIHAN AYOUB JORGE TORRES. Pela Empresa: JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO - Sócio Administrador. GIHAN AYOUB JORGE TORRES - Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA-MA

EXTRATO DO CONTRATO. CONTRATO: 166/2014. CONTRANTE: Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADO: SALIC Construções e Empreendimentos Ltda, CNPJ/MF n.º 02.423.225/0001-86 OBJETO: Contratação de empresa para conclusão da reforma e ampliação do posto de saúde no povoado mussambê, localizado no Município de João Lisboa - MA. VIGÊNCIA: 01 (primeiro) dias do mês de agosto do ano de 2014 à 31 de dezembro de 2014 VALOR: R\$ 28.372,83



manutenção corretiva de conjuntos moto bombas submersos da marca Leão, instalados nos sistemas de abastecimento de água da CAEMA na capital e interior do estado, compreendendo laudo técnico, serviços de manutenção dos componentes mecânicos e elétricos, fornecimento de equipamentos e peças originais, inclusive traslado dos equipamentos entre a Oficina Eletromecânica da CAEMA no bairro do Sacavém em São Luís/MA; PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias, a contar da data inicial de emissão do documento de autorização dos serviços; VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura do Contrato; VALOR ESTIMADO: R\$ 1.807.523,98; RECURSO: Plano Interno: PRODUAGUA; Fonte de Recursos: 0218; Classificação Econômica: 33.90.30, Classificação Funcional: 17.512.0552.4160.0001.; ASSINATURA: 15/05/2014; BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Estadual nº 28.906/13 e Lei Estadual nº 9.579/12, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações; Processo nº 9291/2013 - CAEMA. São Luís, 15 de maio de 2014. THIAGO DE LIMA RAMOS ROSADO - Procuradoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAÚ-MA

EXTRATO DE CONTRATO. Extrato de Termo de Contrato de nº 027/2014. PARTES: Prefeitura Municipal de Grajaú e a Empresa: Colmed Dist. de Med. Ltda. ESPÉCIE: Termo de Contrato. OBJETO: Aquisição de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares. PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 (dez) meses. DATA DA ASSINATURA: 28 de fevereiro de 2014. VALOR: R\$ 1.624.276,26 (um milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos). DO PAGAMENTO: Será realizado após apresentação das respectivas notas fiscais, atestando o fornecimento total ou parcial, a fim de que seja efetuado o pagamento. Dotação Orçamentária: 02. Prefeitura. 17: Secretaria Municipal de Saúde, 01. Fundo Municipal de Saúde, 10.302.0012.2036.0000: atendimento hospitalar e ambulatorial, 33903900: material de consumo. Lei nº 8.666/93 e suas demais alterações posteriores. ADMIEL GOMES NETO - Assessor Jurídico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABEIRA-MA

RESENHA DO CONTRATO. Contrato de Prestação de Serviços que entre si, fazem, de um lado, como Contratante, a Prefeitura Municipal de Bacabeira, e de outro, como contratada Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria. PROCESSO: Nº 001/2014 - Bacabeira, referente a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 001/2014-CPL. BASE LEGAL: Art. 45, § 1º I, da Lei nº 8.666/93. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bacabeira, situada à rua 10 de novembro s/n, Cidade Nova, Bacabeira/MA, CNPJ nº 01.611.396/0001-76, representado pelo Sr. Prefeito Alan Jorge Santos Linhares, RG nº 622.345 - SSP/MA e CPF nº 288.282.913-20. CONTRATADA: Janelson Moucherek Soares do Nascimento Advocacia e Consultoria, situada na Av. Ana Jansen, 12 Sl. 406 Mendes Frota, São Francisco - São Luís/MA. C.N.P.J. nº 17.327.207/0001-78, Inscrição Municipal nº 0008495900-6, neste ato representado por Janelson Moucherek Soares do Nascimento, OAB-MA 6499, CPF nº 749.341.473-49. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de consultoria e assessoria jurídica na área de gestão pública e Lei de Responsabilidade Fiscal para a Prefeitura Municipal de Bacabeira. PRAZO DE VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, a partir da data de assinatura do contrato. VALOR GLOBAL: R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.01.01.03. 122.0003.2010 - Manutenção e Funcionamento da Assessoria Jurídica. NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.35.00. Bacabeira/MA, 08 de abril de 2014. VILANY OLIVEIRA RODRIGUES - Secretária Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE-MA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2014. PARTES: A Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale, Através do Gabinete do Prefeito e B V de Melo - ME. CNPJ Nº 69.403.640/0001-49. OBJETO: Aquisição de urnas funerárias. DATA DE ASSINATURA: 25.04.2014. VALOR

GLOBAL: R\$ 75.100,00 (setenta e cinco mil e cem reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02 10 08 Fundo Municipal de Assistência Social 08.244.0127.2019.0000 - Manut. de Distribuição de Material 33.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e suas alterações - Pregão Presencial nº 017/2014- Processo Administrativo nº 018/2014-SEMAD. ASSINATURAS: CHARLES FREDERICK MAIO FERNANDES, Prefeito Municipal e BORGES VIEIRA DE MELO - B V de Melo - ME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME-MA

EXTRATO DO CONTRATO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Arame - MA; CONTRATADA: M de S Branco ME, CNPJ: 14.340.090/0001-74; OBJETO: Aquisição de uma Ambulância para atender as necessidades do Hospital Municipal de Arame, através do Termo de Adesão de nº 30/2013/SES ao Sistema de Transferência de recursos financeiros Fundo a Fundo celebrado com o Município de Arame - MA; VALOR TOTAL: R\$ 149.500,00 (cento e quarenta e nove mil e quinhentos reais); DATA DA ASSINATURA: 11/03/2014; SIGNATÁRIOS: MARCELO LIMA DE FARIAS - Prefeito e Jorjehan Silva Cutrim - Procurador. Arame-MA, 13 de março de 2014. MARCELO LIMA DE FARIAS - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VARGAS-MA

RESENHA DE CONTRATO: PREGÃO PRESENCIAL Nº PR-031-2013-001. PARTES: Prefeitura Municipal de Presidente Vargas e a Empresa: Edinando E S. de Oliveira-ME (Mercadinho Líder). OBJETO DO CONTRATO: Contratação de Empresa para Aquisição de Materiais de Limpeza para o Atendimento de Diversas Secretarias Municipais. DATA DE ASSINATURA: 02/01/2014. VALOR GLOBAL: R\$ 672.056,40 (seiscentos e setenta e dois mil cinquenta e seis reais e quarenta centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2014. ASSINATURAS: Pela Prefeitura Municipal de Presidente Vargas: WALTERLINO DE JESUS UCHOA COSTA - Sec Municipal de Administração, Planejamento, Arrecadação e Finanças. Pela Empresa: Edinando E S. de Oliveira-ME (Mercadinho Líder) - EDINANDO E SILVA DE OLIVEIRA - Administrador. WALTER LINO DE JESUS UCHOA COSTA. Sec Municipal de Administração, Planejamento, Arrecadação e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDARÉ-MIRIM/MA

EXTRATO DE CONTRATO. PROCESSO Nº 00.00.008/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014 - CONTRATO NR. 016/2014 - PARTES: Município de Pindaré-Mirim(MA) e a empresa S F Construções Indústria e Comércio Ltda - ME (S F Construções), inscrita no CNPJ Nº 05.044.467/0001-57- ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviços de locação de veículos. OBJETO: Locação de máquinas e equipamentos pesados- BASE LEGAL: Lei nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores - PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 meses - VALOR GLOBAL: R\$ 1.584.000,00 (um milhão quinhentos e oitenta e quatro mil reais) - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 04 Administração - 04 122 Administração Geral - 04 122 0046 Suporte Administrativo - 04 122 0046 2054 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Infraestrutura - 300000 Despesas Correntes - 330000 Outras Despesas Correntes - 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. SIGNATÁRIOS: WALBER PEREIRA FURTADO, portador da CIRG nº. 208.524, do CPF nº. 124.893.953-00 - Prefeito Municipal, pelo Contratante; PATRICIA KERLEN SANTOS CRUZ, RG 93045298-4 SEJUSP/MA, CPF nº. 881.887.793-34, Sócia Administradora, pela Contratada. Pindaré-Mirim (MA), 14 de março de 2014.




ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA
CNPJ: 06.000.244/0001-50

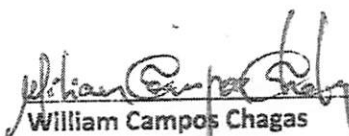
Prefeitura Municipal de Alcântara
Comissão Permanente de Licitação - CPL
Processo Nº 044/2014
Folha Nº 147
Rúbrica

ATA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO TOMBADO SOB O Nº 004/2014-CPL, ORIGINADO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2014/SEMA DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ALCÂNTARA - MA.

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às dez horas, na sala de reuniões da CPL da Prefeitura de Alcântara, situada à Rua das Flores, s/n - Centro reuniu-se a **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**, designada pela Portaria nº 002/2014, compostos pelos servidores **LUCIANO DOS SANTOS DE MORAES, WILLIAN CAMPOS CHAGAS e BENEDITO CUNHA CARVALHO**, sob a Presidência do primeiro, com finalidade de apurar as propostas dos interessados na **Tomada de Preços nº 004/2014-CPL**, destinada a realização de Serviços de advocacia e consultoria jurídica nas áreas de Gestão Pública, Direito Administrativo, Direito Financeiro e Acompanhamento e Controle Jurídico da Prestação de Contas Públicas, conforme consta no edital. Abertos os trabalhos, foi constatada a presença do representante da empresa: **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA**, devidamente cadastrada para esta finalidade. Dando continuidade, foi aberto o envelope nº 01, lacrado contendo os documentos de habilitação do licitante que depois de analisado pela Comissão e repassado para o participante rubricar, foi constatado que todas as suas documentações de habilitação estavam dentro das exigências do Edital. Logo em seguida foi aberto pela Comissão o envelope nº 02, lacrado contendo a proposta da licitante, que foi analisada pela Comissão e repassado ao participante para rubricar o mesmo, a Empresa: **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA** apresentou uma proposta no valor de **R\$ 216.000,00 (DUZENTOS E DEZESSEIS MIL REAIS)**, depois de analisados e constatados que os valores estavam de acordo com o valor estipulado no edital, em seguida foi designado que se fizesse o Mapa de Apuração e Classificação de Proposta, para posterior adjudicação à empresa vencedora. Dando continuidade aos trabalhos o Presidente da CPL perguntou ao presente se havia algo mais a ser consignado na presente Ata, e todos responderam negativamente. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da CPL deu por encerrados os trabalhos do qual eu, **Willian Chagas Campos**, Membro da Comissão como **Secretário** lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelos demais membros da Comissão e pelos concorrentes.


Luciano dos Santos de Moraes
Presidente da CPL

Membros da CPL:


William Campos Chagas
Membro da CPL


Benedito Cunha Carvalho
Membro da CPL



Praça da Matriz, 01 - Centro - 65.260-000
Alcântara - Maranhão
prefeituradealcantara@gmail.com
Fone / Fax : 98 3337 1542/ 3337 1143



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA
CNPJ: 06.000.244/0001-50


Comissão Permanente de Licitação - CPL

Processo Nº 09412014

Folha Nº 198



Rúbrica

LICITANTE:


JANELSON MOUCHEREK SOARES DO
NASCIMENTO ADVOCACIA E CONSULTORIA
CNPJ. 17.327.207/0001-78
Janelson Moucherek Soares do Nascimento



Praça da Matriz, 01 - Centro - 65.250-000
Alcântara - Maranhão
prefeituradealcantara@gmail.com
Fone / Fax : 98 3337 1542/ 3337 1143



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA
CNPJ: 06.000.244/0001-50

Processo: 0441/2014
Comissão P: 162
Processo Nº: 162
Folha Nº: 162
Rúbrica

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TP Nº 004/2014/SEMA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMA E O ESCRITÓRIO DE ADVOGACIA JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOGACIA E CONSULTORIA.

Por este instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEMA**, pessoa jurídica de direito público, situada à Praça da Matriz, 01 - Centro - Alcântara - MA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.000.244/0001-50, neste ato representado pelo seu Secretário Municipal o Sr. **VALDIVINO DE JESUS FERREIRA COSTA**, brasileiro, portador do CPF nº 679.866.413-04, residente e domiciliado nesta cidade, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO ADVOGACIA E CONSULTORIA**, situada na Av. Jansen, 12, Sala 813, Edifício Centro Empresarial Mendes Frota - São Francisco - São Luís - MA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.327.207/0001-78, neste ato representado pelo Sócio Administrador, o Sr. **JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO**, portador da Cédula de Identidade nº OAB/MA Nº 6499 e do CPF nº 749.341.473-49, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e justam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

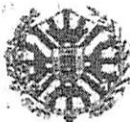
O presente contrato tem por objeto a Contratação de Escritório de Advocacia, pessoa jurídica, com experiência, para prestação dos serviços de assessoria e consultoria jurídica nas áreas de Gestão Pública, Direito Administrativo, Direito Financeiro e Acompanhamento e Controle Jurídico da Prestação de Contas Públicas no Município de Alcântara - MA, consoante especifica o **TERMO DE REFERENCIA** constante do ANEXO I do Edital da **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2014-CPL** e a Proposta da **CONTRATADA** datada de 02/04/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

Este contrato tem como amparo legal a licitação da modalidade Tomada de Preços nº 004/2014-CPL e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e pelos preceitos de direito público.



Praça da Matriz, 01 - Centro - 65.250-000
Alcântara - Maranhão
prefeitura@alcantara.ma.gov.br
Fone / Fax: 99.3337.1542/3337.1143



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA
CNPJ: 06.000.244/0001-30

Comissão Perm. 044/2014
Processo Nº 163
Folha Nº 1
Rúbrica

CLÁUSULA TERCEIRA

Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 216.000,00 (DUZENTOS E DEZESSEIS MIL REAIS)**, sendo o valor de **R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)** mensal.

CLÁUSULA QUARTA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Alcântara, classificada conforme abaixo especificado:

Projeto/Atividade: 04.124.0003.2178.0000 - **MANUTENÇÃO DO SETOR CONTÁBIL - Elemento de Despesa: 33.90.35.01 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA OU JURÍDICA**

CLÁUSULA QUINTA

O presente contrato iniciará-se na data de sua assinatura e terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da publicação do extrato do contrato.

CLÁUSULA SEXTA

É direito assegurada a cada uma das partes a exigência, perante o outro, do oportuno e cabal cumprimento das prestações pelas quais se obrigam, na conformidade das estipulações que mutuamente se outorgam por força deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes poderão, em comum acordo, instituir cláusulas aditivas ou modificativas ao presente contrato desde que obedecida a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA

A **CONTRATADA** se obriga a atender, imediatamente, todas as solicitações da **CONTRATANTE**, relativamente aos serviços contratados.

CLÁUSULA NONA

O pagamento será efetuado mensalmente, após a comprovação de que a empresa contratada está em dia com as obrigações perante o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos como o INSS e o FGTS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da entrega da fatura (nota fiscal), devidamente atestada pelo setor competente. Será verificada também sua regularidade com os tributos federais.



Praça da Matriz, 01 - Centro - 65.250-000
Alcântara - Maranhão
prefeitura@alcantara.ma.gov.br
Fone / Fax: 3337.1542 / 3337.1143



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA
CNPJ: 06.000.244/0001-50

Prefeitura Municipal de Alcântara
Comissão Permanente de Licitação - CPL
Processo Nº 09412019
Folha Nº 164
Rúbrica

CLÁUSULA DÉCIMA

Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O fornecimento do material necessário à execução do presente contrato será de responsabilidade da **CONTRATANTE**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A **CONTRATADA** se compromete, na execução do presente contrato, a observar todas as leis, regulamentos, normas e princípios jurídicos vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitação, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos licitantes remanescentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Parágrafo Primeiro: O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará ao contratado a multa de mora, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento), por dia, sobre o saldo contratual, a partir do primeiro dia após o prazo determinado para execução do objeto deste contrato, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo.

b) 2% (dois por cento), após ultrapassado o prazo da alínea anterior.

Parágrafo Segundo: A referida multa será aplicada independentemente de notificação, interpelação judicial ou extrajudicial, podendo a mesma ser compensada com quaisquer pagamentos que lhes sejam devidos pela contratante.

Parágrafo Terceiro: As multas a que se refere esta cláusula incidem sobre o valor do contrato e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal de Alcântara ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

Parágrafo Quarto: Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de Alcântara poderá aplicar as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa por atraso a cada 30 (trintas) dias após o prazo previsto na alínea "b", do Parágrafo Primeiro, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e



Praça da Matriz, 01 - Centro - 66 250-000
Alcântara - Maranhão
prefeitura@alcantara.ma.gov.br
Fone / Fax : 98 3337-1542/ 3337 1143

[Handwritten signature]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA
CNPJ: 06.000.244/0001-50

Comissão Permanente de Licitação - CPL
Processo Nº 04472019
Folha Nº 185
Rúbrica

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

e) a aplicação da sanção prevista na alínea "a", não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b" e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas facultadas a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Quinto: As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do Parágrafo Quarto, poderão ser aplicadas conjuntamente com alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Sexto: Ocorrendo à inexecução de que trata o Parágrafo Quarto, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, para as providências cabíveis.

Parágrafo Sétimo: A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

Parágrafo Oitavo: A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Alcântara.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A troca eventual de documentos entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será realizada através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 com suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Fica eleito o foro da Comarca de Alcântara, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Praça da Matriz, 01 - Centro - 65.250-000
Alcântara - Maranhão
prefeituradealcantara@gmail.com
Fone / Fax: 98 3337 1547 / 3337 1143

[Handwritten signature]



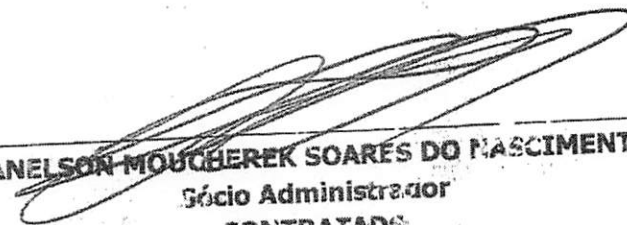
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA
CNPJ: 06.000.244/0001-50

Comissão Permanente de Licitação - CPL
Processo Nº 044/2014
Folha Nº 166
Reina
Rúbrica

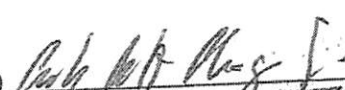
E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Alcântara (MA), 15 de Abril de 2014.


VALDIVINO DE JESUS FERREIRA COSTA
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e gestão.
CONTRATANTE


JANELSON MOUCHEREK SOARES DO NASCIMENTO
Sócio Administrador
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1) 
CPF n.º 257.588.203-39

2) _____
CPF n.º _____



Praça da Matriz, 01 - Centro - 65.250-000
Alcântara - Maranhão
prefeituradealcantara@gmail.com
Fone / Fax: 98 3337 1542/ 3337 1143